

# ***Diário de uma Terra Lontana***

*Os “faits divers” na história do  
Núcleo Colonial de São Caetano*



---

*José de Souza Martins*

---

# ***Diário de uma Terra Lontana***

*Os “faits divers” na história do  
Núcleo Colonial de São Caetano*

---

São Caetano do Sul  
***Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul***  
2015

---



FUNDAÇÃO  
PRÓ-MEMÓRIA  
SÃO CAETANO DO SUL

# Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

**Presidência:** Sonia Maria Franco Xavier

## ***Diário de uma Terra Lontana***

*Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano  
de José de Souza Martins*

**Reprodução da foto da capa:** Antonio Reginaldo Canhoni

**Projeto gráfico e diagramação:** Roberta Giotto

## **Ficha catalográfica**

---

M344di MARTINS, José de Souza.  
Diário de uma Terra Lontana: Os “faits divers” na história  
do Núcleo Colonial de São Caetano/José de Souza Martins/Fundação  
Pró-Memória de São Caetano do Sul: São Caetano do Sul: 2015. 260p. : il.  
: Série Cadernos de História n<sup>o</sup>2.

1.Colonização. 2.História imigrantes. 3.Trabalho formação de classe  
4.Imigração. I Título

CDD 981.612s.c.

---

*Ficha elaborada por Jussara Ferreira Muniz*

**Imagem da capa:** Vista panorâmica do centro urbano do Núcleo Colonial de São Caetano. Destacam-se, à esquerda, a Igreja de São Caetano (atual Matriz Velha) em construção; no centro, o casarão da família De Nardi, onde se localiza atualmente o Museu Histórico Municipal; atrás do qual se vê a chaminé da Fábrica de Sabão e Graxa de Pamplona Sobrinho & Cia. (Foto, c. 1900, Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86788-33-8



9 788586 788338

Ai tempi in cui accaddero i fatti che prendiamo a raccontare,  
quel borgo, già considerabile...

Alessandro Manzoni, *I Promessi Sposi*



*Em memória dos que foram injustamente esquecidos:*

**Nicolau Tolentino Piratininga** (1855-1929),  
*escravo nascido no bairro e Fazenda de São Caetano,  
libertado em 1871, intelectual e abolicionista,  
leal servidor da Ordem de São Bento.*

**Antonio da Silva Prado** (1840-1929)  
*senador e conselheiro do Império,  
ministro da Abolição da escravatura,  
firme defensor do projeto de nação  
representado pelo Núcleo Colonial de São Caetano.*

**Emílio Rossi** (1847-1921),  
*patrono da vinicultura na Colônia de São Caetano,  
foi a ponte entre os italianos que chegavam  
e o Brasil que os acolhia.*

**Joaquim Ferreira Alambert**,  
*jornalista e poeta, ativista da causa do magistério, por dez anos  
professor da primeira escola elementar masculina (1883-1893)  
da Colônia de São Caetano, a cujos meninos ensinou nossa língua  
e as primeiras lições de Brasil e de brasilidade.*





## **Introdução**

Na época do Núcleo Colonial de São Caetano, no último quarto do século XIX, os jornais paulistas tinham uma secção dedicada aos “factos diversos”, pequenas notas sobre assuntos de interesse, mas sem a relevância das notícias de destaque e das notícias políticas. Era o tópico, o fragmentário e casual. No rol dos fatos diversos entravam os temas propriamente cotidianos, as pequenas ocorrências, o aparentemente banal, o que podia interessar, mas não interessava tanto, o que era supostamente secundário para os leitores. Não eram os fatos diversos, os do dia a dia, as curiosidades, que regulavam o destino da sociedade e de cada um. Mas, de vários modos, entreteciam a trama da verdadeira vida, a que decorria entre a primeira luz do amanhecer e a última luz do ocaso. Para os jornais, “fatos diversos” era o rótulo do que acontecia com os outros, de perto e de longe, outras pessoas, até mesmo outras sociedades, gente que não contava, como então se dizia sobre os simples, os ínfimos e os distantes. Não raro, assuntos de polícia ou ocorrências anômalas e fora do conhecido e esperado, mesmo uma curiosidade de fundo cultural. Eram os fatos que não se encaixavam no socialmente concebido e no socialmente esperado, os que não podiam ser facilmente ordenados, compreendidos e até aceitos.

Foi nas colunas dos jornais, dedicadas aos fatos diversos, que surgiu nossa primeira percepção da vida cotidiana, que nascia no contraponto de uma sociedade ordenada com base em relevâncias estamentais e classificatórias das pessoas e dos acontecimentos. Uma sociedade culturalmente escravista, mesmo depois da abolição da escravatura. O aparecimento das secções de fatos diversos nos jornais brasileiros documentava uma crise da mentalidade dominante e a abertura de um nicho na consciência social para abrigar e classificar, à margem, a nova maneira de ser, de ver, de se dar a ver e de pensar. Modos que nasciam das grandes transformações econômicas, sociais e políticas e que não encontravam enquadramento e sentido nas concepções tradicionais da vida. O mundo mudava e se tornava duplo porque mundo de duplicidade.

Na quadra abrangida por este livro, os jornais foram disseminados como veículos de informação e de difusão de conteúdos diversos e até opostos aos dos anunciados pelos arautos da administração pública e os do púlpito. Eram as formas costumeiras de proclamar o que o filtro dos poderes da sociedade tradicional decidia que deveria chegar ao conhecimento da população, mais para mandar e dominar do que para informar e emancipar. Nos jornais, publicados em crescen-

te número e com crescente número de páginas, seus temas dominantes, social e politicamente, eram os grandes e decisivos assuntos da crise e do fim iminente da escravidão; os do advento de uma nova concepção de trabalho e de trabalhador; os da inauguração de um novo regime de propriedade fundiária; e os da crise e do fim provável do regime monárquico e conseqüente advento da República.

Mas não podiam deixar de tratar dos assuntos que entremeavam os grandes temas: o escravo insubmisso que adivinhava e queria a liberdade próxima; e o imigrante, que vinha ocupar o lugar do escravo no óbvio fim iminente do cativo, como um ser estranho tratado, como no caso de São Caetano. Ou como perigoso sujeito de uma rebelião possível ou como o poeta do vinho e da agricultura de jardinagem e de pomar, bem diferente do trabalho bruto e grosseiro do trato e da colheita do café ou do corte da cana de açúcar.

O debate que em São Paulo se travou sobre o vinho de mesa, envolvendo o médico, fazendeiro, filósofo e cientista Luís Pereira Barreto e o colono Emílio Rossi, de São Caetano, é muito indicativo de como o trabalho livre do colono estava no centro de uma nova mentalidade e de uma significativa concepção de civilidade. A festa de São Caetano, em 1884, na velha capela colonial dos beneditinos, que dera nome ao bairro e à fazenda, em 1717, na duração de vários dias, teve um aspecto triunfal: celebrou o padroeiro do pão e do trabalho e ganhou uma dimensão simbólica na centralidade litúrgica do vinho de produção local.

No fragmentário dessas informações de época, as mudanças sociais se anunciavam de maneira peculiar e não necessariamente no marco das grandes linhas de interpretação da vida. O imigrante era o sujeito de uma sociedade desconhecida, que se esboçava. Assim o via a sociedade que associara o trabalho à escravidão e que só sabia lidar com o novo trabalhador na perspectiva dos valores e concepções da mentalidade de senhor de escravos. Foi o que mostrou Sergio Buarque de Holanda na apresentação do livro do colono suíço Thomas Davatz sobre a Colônia de Ibicaba, em Limeira [Thomaz Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*, Prefácio do Tradutor, Livraria Martins, S. Paulo, 1941, p. 5-35].

Nos interstícios dessa temática, emergia uma nova e outra mentalidade, secularizada e politizada, um novo modo de ver o mundo e a vida e até mesmo uma nova humanidade representada pelo trabalhador livre. Emergia o mundo do cálculo e da razão, como algo dele separado, tudo que era residual em relação a ele, ainda que parte constitutiva dele. O mundo que nascia era um mundo de contradições.

Os fatos diversos escoavam da trama representada por essas mudanças.

Aqui no Brasil, as mudanças não se propunham e não se propõem, ainda hoje, abruptamente. Como já o demonstrou Fernando Henrique Cardoso, num estudo sobre as peculiaridades da nossa Independência, em face do que foi a Independência dos países hispano-americanos, o tempo da nova sociedade, entre nós, não foi produzido por uma revolução social e política, mas por uma evolução cautelosa e negociada, de cima para baixo, o Estado se impondo à sociedade. [Fernando Henrique Cardoso, “O Estado na América Latina”, in Paulo Sérgio Pinheiro (coord.), *O Estado na América Latina*. Paz e Terra/CEDEC, Rio de Janeiro/São Paulo, 1977, p. 77-99]. Aqui, os supostos derrotados da História, os que personificavam o Antigo Regime, foram justamente os autores da nova configuração social e política da sociedade brasileira. Euclides da Cunha, em textos do início do século XX, já sublinhara essa nossa característica, a dos conservadores que promovem e concretizam as idéias e inovações propostas e defendidas pelos liberais. Os liberais propuseram o fim da escravidão, mas foram os conservadores que o viabilizaram e o realizaram, gente como Antônio da Silva Prado, de vários modos tão ligado a São Caetano. As idéias de Antônio Prado, materializadas nos núcleos coloniais de São Caetano e de São Bernardo, deles fizeram instrumentos de criação do imaginário social da nova sociedade que nascia com o trabalho livre. Os dois núcleos coloniais tinham uma função política que ultrapassava em muito o que as duas localidades acabaram sendo e sabendo sobre si próprias.

Quando se examina a própria documentação relativa ao longo e indeciso dia 15 de novembro de 1889, que fechou para nós o século XIX, ao encerrar a monarquia, não é propriamente uma surpresa descobrir que a República foi implantada por um golpe militar contra os republicanos civis e não contra o Império. Não é surpresa que o próprio Imperador, em face da agonia de um ato político que não se definia ao longo de um dia inteiro, em que sua família esteve presa e confinada, tivesse ele mesmo negociado a saída da família Imperial do Brasil e com isso desatado o nó da República. Coisa que Deodoro, doente e de cama, não soube fazer. Naquele dia decisivo para a história política do País, o Imperador teve consciência de que o regime monárquico terminava. Já Deodoro não teve consciência de que o regime republicano começava. Para ele, não estava claro que, depondo o Gabinete monárquico estava também depondo o monarca.

Enquanto Deodoro dormia em casa, Dom Pedro II organizava politicamente o fim do regime e viabilizava a República, em boa parte para salvar sua família e assegurar que sairia ilesa do Brasil para o exílio definitivo. Coisa de um grande homem e de um verdadeiro estadista. Se não o tivesse feito, provavelmente

te teria havido uma revolução social e política antirrepublicana e retrógrada, de consequências incalculáveis para o País. O que o Imperador presumia, mas não queria. Ele não sabia, mas um dos oficiais tinha a incumbência de assassiná-lo, se necessário fosse, para assegurar a República improvisada. Deixado aqui sozinho, com 5 anos de idade, em consequência da abdicação de seu pai, tornou-se um filho da Nação, uma criatura da Pátria, intuindo ou mesmo sabendo que teria ao longo de sua longa vida a missão de assegurar a unidade nacional, finda a qual, provavelmente, teria que partir, como partiu.

A forte influência francesa na São Paulo da quadra aqui referida se mostrava na moda, nas leituras, na poesia, no teatro, na música e até na língua francesa que a elite falava habitualmente em casa e nos bilhetes, cartões postais e cartas que escrevia. O poeta paulista Álvares de Azevedo, em meados do século XIX, escrevia para a família, no Rio, cartas em francês e deplorava o português com sotaque nheengatu e caipira das moças de sociedade nos saraus das famílias tradicionais e ricas. Como os que frequentava na casa da Marquesa de Santos e seu marido, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, na Rua Alegre, atual Rua Brigadeiro Tobias.

A adoção das secções de “faits divers” pela imprensa paulistana, e de outras regiões do Brasil, foi uma das consequências da disseminação entre nós dos novos costumes franceses. Foi muito mais do que uma cópia: expressou extensa transformação na mentalidade do povo. Nas entrelinhas dos fatos relevantes, as secções de fatos diversos infiltravam o fragmentário da vida de todo dia, no mais das vezes pouco mais que curiosidades. A vida cotidiana nascia aos poucos. Seu regulador foi a ferrovia, que impôs o ritmo de uma nova temporalidade à vida local. Não eram mais as estações do ano, o dia e a noite, o sol e a chuva que regulavam o ritmo e a demarcação do tempo, como é próprio das sociedades agrícolas. Mesmo na anticotidiana festa, como a que houve em louvor do padroeiro, na Capela de São Caetano, em agosto de 1883, ano da inauguração da estação ferroviária, o trem especial, que saía da estação da Luz e parava antes no Brás, chegava a São Caetano às 8h47 e o trem ordinário às 10h17. Inaugurava-se o poder dos minutos, um poder regulador, que ia de uma nova pressa a uma nova ansiedade: a nova temporalidade atravessava a mente e o corpo das pessoas, a vigília e o sono. E o próprio término da festa acabou sendo regulado pelo horário de partida do trem para São Paulo. Já não era o último badalar do sino que encerrava os festejos, mas o último apito do trem, uma das máquinas-símbolos da Revolução Industrial.

A nova temporalidade cindia a velha sociedade, significativa e simbólica-

mente, com a adoção da estrutura do panóptico já na edificação da vila dos operários da SPR, a do Alto da Serra, hoje Vila de Paranapiacaba. Ali se materializava uma disciplina das relações sociais que ia muito além do mero funcionamento da ferrovia. Era a dela a mesma estrutura da prisão moderna, inventada no século XVIII, por Jeremy Bentham, que acentuava a visibilidade dos presos e os fazia cúmplices do próprio aprisionamento. É o grande tema de *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, que foi professor visitante na USP.

Agora, também os trabalhadores se tornavam visíveis, os próprios usuários da ferrovia se tornavam personagens de uma visibilidade pública que, de certo modo, violentava o recato próprio da sociedade tradicional, especialmente em relação às mulheres. Não é por acaso que nas estações da São Paulo Railway, e na própria estação de São Caetano, de 1883, houvesse uma compensatória sala de espera reservada para as senhoras da primeira classe, cuja passagem custava o dobro da segunda classe, para poupá-las da promíscua exposição na plataforma, enquanto o trem não chegasse. A concepção subjacente à organização e funcionamento da ferrovia pressupunha uma sociedade dividida em dois grandes grupos humanos: os que vivem do trabalho e os que vivem do ócio. Os que vivem do trabalho são aqueles que vivem também sob suspeição, não importa o motivo, os sujeitos potenciais do medo regulador da sociedade moderna. A proteção contra a promiscuidade e contra a visibilidade estava reservada àquela parte da sociedade que supostamente não representava uma ameaça à ordem social.

Nascia desse modo a disciplina de matriz fabril, que se disseminava no Planalto, também em lugares como a rural São Caetano e em suas primeiras fábricas, já no fim do século XIX: a Fábrica de Formicida, de Manoel Joaquim de Albuquerque Lins; a Fábrica de Sabão e Graxa, de José Coelho Pamplona; a Destilaria de São Caetano, de Antonio de Lacerda Franco. Essa disciplina de vários modos ameaçava, invadia e corroía a vida comunitária e familiar, os horários e os ritmos da vida impostos de “fora para dentro”, fora do poder de decisão e da vontade dos atingidos.

Este diário é, justamente, a narrativa de uma realidade social que se deixa ver através do episódico, do fragmentário e do irrelevante desse universo em mudança. Não só através do irrelevante do noticiário, mas daquilo que ficou esquecido nos arquivos históricos. É uma reconstituição da sequência dos dias na vida dos colonos italianos vindos principalmente do Vêneto, da Lombardia e do Molise, na Itália, para São Caetano, atual município de São Caetano do Sul, no subúrbio de São Paulo, no último quartel do século XIX. O resultado é uma suces-

são de ocorrências que parecem tumultuadas, desencontradas e desconectadas, como se uma coisa nada tivesse a ver com outra. Tinha. Essa desconexão expressa a definição de um modo de vida contraditório, como foi próprio daqueles tempos iniciais de nossa modernidade. De um lado, um modo de vida marcado pelo fluir de uma plácida vida camponesa, centrada na capela rural, organizada ao redor de uma idílica agricultura familiar de jardinagem, como ainda dizem apreciativa e qualitativamente os europeus; ou da pequena agricultura, como diziam na época, quantitativa e depreciativamente, os grandes latifundiários e fazendeiros de café.

Num caso, uma concepção pré-capitalista, artística e romântica do trabalho. No outro, uma concepção capitalista e contabilística do trabalho do camponês europeu trazido para o Brasil não para sonhar, mas para trabalhar e trabalhar preferentemente para o grande proprietário de terra. Quando o imigrante se negava a esse destino em mãos alheias, quando tinha a oportunidade de trabalhar por conta própria, em sua própria terra, os grandes fazendeiros do interior se irritavam com o que entendiam ser um desvio de mão-de-obra barata de suas fazendas carentes de braços. Foi o que ocorreu com o Núcleo Colonial de São Caetano, fundado em 1877, um dos primeiros. Irritavam-se e conspiravam, a ponto de quase terem conseguido a extinção do Núcleo, menos de dois anos depois de sua criação, com o intento de transferir os colonos para as fazendas de café do interior da província. Propunham-se a violar o contrato com os imigrantes, assinado ainda na Itália, que previa seu assentamento em colônias do governo. Remoção que afinal não se consumou por razões políticas.

Mesmo assim, o Núcleo Colonial foi emancipado em 1879 e abandonado pela administração pública, que tinha obrigações de assistência e tutela assumidas em contrato. Seria restaurado em 1886 por iniciativa do grande ministro da Abolição, que foi Antônio da Silva Prado, empenhado em fazer de núcleos como o de São Caetano a expressão do imaginário das novas funções emancipadoras do trabalho, o trabalho livre e a pequena agricultura familiar que lhe dava sentido. Mesmo sendo ele membro de uma das mais ricas famílias de fazendeiros de café de São Paulo, dona de numerosas e grandes fazendas do interior. São Caetano era, portanto, instrumento de um projeto de nação, formulado e expresso num emblemático discurso que ele fez, em 1888, no Senado do Império.

Se, de um lado, este diário faz correr ante nossos olhos essa vida plácida e, de certo modo, ingênua, de outro lado vai ponteando esse olhar com invasões súbitas, descontinuidades estranhas ao modo de vida camponês: as doenças e mortes excessivamente frequentes dos primeiros anos, quase diárias, na peque-

na comunidade de imigrantes; as primeiras manifestações de violência dos «de fora», os «estranhos», ou os brasileiros da região ou estrangeiros, também eles empurrados para a margem da velha sociedade que se desagregava com o fim da escravidão, desagregação de que os colonos de São Caetano eram expressão e símbolo; a revolta de 1878 contra a precária condição em que o imigrante se viu lançado com seu assentamento no Núcleo Colonial; um milagre que cura uma doente em 1885, doença interpretada pelo padre como resultado de carência da fé perdida na travessia do Atlântico e na distância do Novo Mundo; mas, também, a inauguração da estação ferroviária em 1883 e o novo ritmo da vida introduzido pelo trem, a fundação de escolas públicas e, sobretudo, o aparecimento dos compradores de terra que se aproveitavam da pobreza e das dificuldades econômicas dos colonos, decorrentes do fracasso da cultura da uva e da produção de vinho.

Eles vinham comprar terras para reconcentrá-las, ajustar-lhes o tamanho às novas necessidades territoriais da indústria que surgia e também a do loteamento residencial para trabalhadores. Redesenhavam o espaço que já havia sido redesenhado para as novas funções agrícolas inauguradas em 1877. Por meio deles, o grande capital especulativo anulava a idéia de um mundo criado em torno da pequena agricultura que presidira a política de criação dos núcleos coloniais. Atrás deles, as primeiras indústrias e, para os filhos dos colonos, um novo destino, o destino dos pobres do campo: o trabalho insalubre da fábrica, o trabalho dos primeiros operários da indústria paulista. Insalubre porque São Caetano se localizava no limite da periferia propriamente urbana da capital, cuja Câmara proibira tal tipo de estabelecimento no seu interior. Era um lugar sem restrições ambientais. O objeto da produção dessas primeiras fábricas poluentes, os acidentes fatais e as explosões nas fábricas do lugar, em várias ocasiões, são bem o indício de uma indústria residual e danosa.

Mas, também, a tentativa de reagir a esses processos desagregadores, que introduziam rupturas profundas na vida do imigrante. Num primeiro momento, em 1879, a Irmandade de São Caetano, uma instituição religiosa com características das velhas corporações de fé do Brasil colônia. Era um misto de entidade devocional e de sociedade de mútuo socorro, pautada por objetivos de solidariedade que tinham nos efeitos desagregadores da doença e da morte suas motivações. Num segundo momento, em 1892, por coincidência em assembléia na própria Capela de São Caetano, a fundação da Società di Mutuo Soccorso «Principe di Napoli», uma associação mutualista tipicamente européia, de origem corporativa e medieval, com a disciplina de suas regras e de seus ritos para assegurar a solida-

riedade dos colonos entre si. Mais aberta, rompendo a barreira da nacionalidade, e na mesma concepção do mutualismo da época, a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, de 1907, que ainda existe e atua.

Esta sequência de dias e noites, de dias comuns e dias festivos, de festa e dor, de fartura e de fome, de nascimentos e mortes, de batismos e funerais, ao mesmo tempo, aparece como sucessão descontínua de acontecimentos. É que o seu registro, na maior parte dos casos, não foi feito por quem os viveu. A vida deve ser adivinhada por trás das anotações de burocratas e funcionários públicos, jornalistas distantes e visitantes ocasionais, ou governantes que tinham sua própria vida para cuidar. Registros que estão fragmentariamente dispersos por arquivos públicos e particulares em diversos lugares do País e de outros países. É como se o imigrante, antes de chegar ao lugar do seu destino e, sobretudo, antes de chegar ao que sociologicamente se poderia definir como destino social, peregrino, tivesse deixado ao longo do caminho fragmentos de sua vida, de seu ser e de suas esperanças. E de fato deixou em diferentes lugares fragmentos de sua história. Eles não podem ser reunidos se o pesquisador não reconhece que há um caminho inverso a ser percorrido e que é preciso munir-se da referência teórica que permita não só percorrê-lo, mas decifrá-lo, procurando, identificando, coletando, juntando, compreendendo sociologicamente a dispersão e a fragmentação, os nexos invisíveis que lhes dão sentido.

A fragmentariedade das ocorrências que mereceram registros documentais de qualidade diversificada nos fala de uma história residual e marginal, a história que sobrou da verdadeira história, da que tem sentido: uma nota de jornal em São Paulo; uma anotação de companhia de seguros marítimos em Londres; um relatório oficial no Rio de Janeiro; a notícia jornalística de uma festa em São Paulo; a carta de um missionário a um santo na Itália; o relato de um monge em Portugal; uma notícia num jornal sindical na Holanda; a carta de um imigrante a um compadre na Itália; a carta de um colono ao pai na Itália; um trecho de relatório oficial de governante em São Paulo; uma curta anotação de um imperador em seu diário num arquivo de museu em Petrópolis.

A história de um corpo social em constituição, inacabado, formado por realidades sociais distintas e em transição. Diferentes histórias que tem em comum unicamente o espaço em que se desenrolaram.

A dispersão e o caráter fragmentário da documentação refletem precisamente a realidade social do lugar. A história do Núcleo Colonial de São Caetano é apenas uma coleção de fragmentos da *história dos outros*, de que a comuni-



dade local emerge como um epifenômeno: pessoas, empresas, instituições, lugares, distâncias sociais mesmo nas proximidades geográficas. Na verdade, um desencontrado encontro de histórias, de mentalidades, de projetos e de possibilidades: uma história sem perfil nem definição; uma disputa de historicidades num mesmo e fragmentado território. A história de São Caetano é muito isso. É o que veio a constituir o que é entre nós, sociologicamente, o subúrbio e a cultura suburbana, a de uma sociedade sempre em busca, num encontrar que é sempre provisório, transitivo.

É nesse sentido que o cronológico é interrompido por momentos em que a história se adensa como possibilidade diversa do cronologicamente disposto. E é nesse sentido, também, que essa cronologia começa antes de suas datas demarcatórias e termina depois delas, como se um cenário estivesse sendo montado e desmontado para um enredo inconstituído e um ator não personificado. O Núcleo Colonial não nasce abruptamente na tarde de 28 de julho de 1877, com a chegada dos imigrantes. Ele foi sendo gestado aos poucos, a partir de quando, em 1850, o Parlamento brasileiro decidiu proibir definitivamente o tráfico negreiro e condenou a escravidão à extinção. E, ao mesmo tempo, decidiu instituir o novo regime de propriedade da Lei de Terras, que consumou o fim do regime sesmarial e a posse útil da terra como fundamento do nosso direito fundiário. Ali se abria o caminho para a nova concepção do trabalho, a do trabalho livre. Solapava-se o fundamento escravista do latifúndio, dependente agora de mero fundamento jurídico da relação laboral e não mais do cativo e da sujeição pessoal, do tronco e da chibata, que dera sentido ao trabalho do eito.

Este *Diário* documenta o aparecimento de uma concepção de vida, nesta sociedade, que é a da vida de cada um como vida do outro, isto é, de um outro fictício, socialmente produzido, de uma alteridade mediadora que anula em cada um a possibilidade de seu próprio eu. A nova pessoa da sociedade da transição do trabalho escravo para o trabalho livre é a pessoa da personalidade indecisa entre referências sociais que não se completam. A falta de vibração e de sentimentos que há no conjunto dessa sequência de ocorrências é que constitui o documento histórico que aqui quero apresentar. As relevâncias assinaladas pelos documentos não são as relevâncias de quem vive as alegrias e adversidades da vida. Nelas não há lugar para os sonhos, as canções *montanaras* de quem as trouxe na memória, na longa viagem através do Atlântico. Nem para os sentimentos, adversidades, buscas, crenças e valores dos escravos que precederam o imigrante e que, libertos, abriram espaço aos *oriundi*. Foram se concentrar nos

espaços de seu exílio libertador, no bairro da Liberdade e seus arredores, em São Paulo, ou na Bahia.

É significativo que a documentação registre a produção de vinho, a primeira especialização agrícola da localidade, quantitativamente, em número de pipas, como tinha que ser. E que não haja nela, ao mesmo tempo, referências documentais frequentes de como o *bicchiere di vino* entrava na sociabilidade alegre e modesta das festas de igreja, das reuniões familiares e dos encontros de taverna. A não ser na festa de São Caetano, de 1884, uma exceção na documentação reunida. O vinho aí aparece, excepcionalmente, naquilo que era a sua verdadeira realidade para o imigrante: o instrumento da celebração da vida, a bebida litúrgica da alegria. No mais, aparece como indício e não como narrativa. É que aqui o imigrante e colono ganha vida sobretudo através do olhar de quem não era imigrante, através do outro, do agente do poder e da economia dominante, do redator de documentos. Nessa perspectiva ele só existe como expressão das coisas que produz, como alteridade das mercadorias que saem de suas mãos e de seu trabalho, como produtor e trabalhador cujo lugar no país de adoção precisa ser medido e medido por aumentos ou decréscimos nas quantidades produzidas – pipas de vinho ou arrobas de batatas. A lógica que o vê não é a lógica que dá sentido a sua vida e pela qual se vê. Por isso, ele é visto como estranho, como o que vem de longe. Ele não é visto como *quem é*, mas como *quem não é*. Essa é, sem dúvida, a chave histórica e sociológica para ler os documentos e compreender o drama da deliberadamente lenta integração do imigrante na sociedade brasileira no último quarto do século XIX. Lentidão própria de uma realidade que concebe quem trabalha como instrumento e não como sujeito.

Desde os primeiros momentos em que se define o cenário de acolhimento do imigrante que viria para São Caetano, já é possível perceber quais são as linhas mestras que vão mediar a redefinição de sua existência na nova pátria: o trabalho, a formação do contingente de mão de obra dos cafezais e das fábricas, a produção da ilusão de que só o trabalho em terra alheia é digno e liberta. E, de fato, os últimos anos do século já nos falam de um morador que está se tornando estranho em relação a si mesmo, um morador que numa segunda geração já não se reconhece naquilo que imaginava ser: um trabalhador cujo braço, que já não lhe pertence, é operário, mas cuja mente, cuja alma, é camponesa – um trabalhador dividido; um ser humano cujo destino já não é seu. Essa forma peculiar da alienação do trabalhador dos primeiros tempos de nossa industrialização sequer foi notada pelos sociólogos do trabalho que se ocuparam da gênese de nossa classe

operária. O raciocínio linear e classificatório não reconhece a riqueza do heterogêneo e do que dos modelos discrepa.

São várias as mudanças sociais que podem ser observadas nesta sequência desencontrada de ocorrências e acontecimentos relativos a ordens temporais e históricas distintas entre si. São, por isso, várias as desagregações sociais que se expressam no fragmentário da história local de São Caetano, um dos primeiros territórios da indústria em São Paulo: mundos que se decompõem (o do camponês europeu disposto a viver a transitoriedade da imigração na suposição de retornar à pátria e à aldeia, com recursos, para ali reconstituir o modo de vida que os azares da história inviabilizaram; mas, também, o do caipira, mestiço de branco e índio, privado dos vínculos costumeiros com a terra e o senhor da terra, habitante do lugar desde o século XVIII, pelo menos); e mundos que se compõem (o dos especuladores que descobrem nas artimanhas do mercado imobiliário a natureza lucrativamente diabólica da renda fundiária; o da nova classe de industriais absenteístas que tateia o território do novo modo de produzir a riqueza que é o da fábrica; o da nova realidade tecnológica da ferrovia e do vapor, que altera radicalmente a medida e o sentido do tempo, o ritmo da vida e a própria concepção das distâncias).

A morte, marco do tempo cíclico que se mede pela duração da vida, invade subitamente a vida cotidiana, se cotidianiza e se banaliza na frequência inatural e excessiva dos primeiros tempos, quase diária; violenta a diversidade das alternâncias no correr da vida – desfigura a natureza do tempo das sociedades tradicionais, lento, demorado, que é o tempo das flores e das frutas, o fenecer regulado pelo florescer e não a vida regulada pela morte. Na imigração, em qualquer lugar e em qualquer tempo, não há o épico que muitos imaginam, como se vê na placa que celebra o cinquentenário da fundação do Núcleo Colonial, afixada no frontispício da Matriz Velha de São Caetano em 1927.

A partida e o desenraizamento envolvem rupturas nos vínculos comunitários e nos laços de família. Não é casual que em muitas comunidades italianas da época da grande emigração exista um livro de registro dos nomes dos que partiram, livro que tem o significativo título de *Libro de lo Stato di Anima*. A história do Núcleo Colonial de São Caetano contraria, durante extenso tempo, o que está contido naquela placa, que nega e oculta o dramático e mesmo o trágico da imigração. O país estranho e as condições adversas constituíam o cenário do dia a dia dos que chegavam. Sublinho, em particular, a verdadeira tragédia dos viajantes do *Sully*, navio francês que trouxe para o Brasil os mantovanos da segunda leva

de imigrantes do Núcleo Colonial, em 1878. A morte das crianças, uma já durante a viagem; outras, nas primeiras semanas na nova terra. Crianças que tiveram por nova pátria o pedaço de terra de sua sepultura no Cemitério da Consolação. Não há como não reviver o trágico no modo como essas vidas perdidas dão o seu recado ao historiador de hoje: nomes impressos na lista de passageiros dos que embarcaram em Gênova, no dia 8 de dezembro de 1877, que se repetem alguns dias depois, em janeiro e fevereiro de 1878, nos atestados de óbito e de pobreza assinados pelo vigário da Igreja do Brás. Vieram para morrer em terra estranha, partiram para sempre antes de chegar e de brincar.

É verdade que depois de alguns anos, a festa retoma temporariamente sua função demarcatória do tempo, induzida de fora pelo vigário do Brás, pelos comerciantes do Brás e, sobretudo, pela companhia ferroviária. Já não é mais a festa camponesa, senão na aparência. É uma festa preambular do moderno, em que se misturam a missa cantada, os fogos de artifício, os leilões de prendas, a ferrovia com sua máquina a vapor, seus ritmos e horários precisos, de minutos. É a ferrovia que assegura o vigor da festa: três mil romeiros para uma população local de pouco mais de duzentos habitantes. O imigrante é folclorizado pela sociedade de adoção, coisa que permanece até hoje nos bairros e nos subúrbios, nas festas dos santos italianos, nas cantinas barulhentas, na alegria que chegou tão tardiamente e tão estereotipada.

Mas, a festa rural, que durava uma semana inteira só era possível no interstício do ano agrícola, julho, agosto. E dependia em grande parte, como sempre ocorre nas celebrações camponesas, da fartura e da boa colheita. É significativo que o padroeiro da antiga capela local, entronizado pelos monges beneditinos na primeira metade do século XVIII, consolidada sua fábrica de telhas e tijolos, o patriarca São Caetano, patrono do pão e do trabalho, tenha perdido seu lugar no imaginário religioso da população local justamente quando ocorre a crise agrícola e surgem as primeiras fábricas. O novo trabalho da indústria nada tem a ver com o trabalho medieval do moinho comunitário e do pão eucarístico da refeição familiar e comunal.

A classe operária de São Paulo não encontrou no Santo da Divina Providência, São Caetano, o patrono de suas devoções e o alívio de suas aflições. Curiosamente, no mesmo período, em Buenos Aires, que passava por um processo histórico semelhante, o da imigração e da industrialização, esse mesmo santo se tornou o centro de uma poderosa devoção popular. Hoje o santuário de São Caetano é o grande centro de romarias da capital argentina, dos pobres e de-

sempregados. No Núcleo Colonial, a devoção popular se deslocou rapidamente para Santo Antônio de Pádua: à medida que os colonos se tornavam operários passaram a cultivar mais intensamente uma devoção camponesa pelo santo dos achados e perdidos, o santo de quem vive da valorização das pequenas coisas. Abandonaram quase subitamente o santo da devoção de quem se identifica no trabalho e pelo trabalho, no pão simbólico que lhe dá sentido.

É significativo que a criação da Irmandade de São Caetano tenha sido feita segundo as velhas regras do catolicismo colonial. Se notarmos a frequente ausência de nomes italianos do Núcleo Colonial em sua mesa diretora, veremos que a Irmandade foi em boa medida uma iniciativa de brasileiros do Brás, como o padre Avelino Jorge Montenegro, ainda identificados com o catolicismo anterior à Romanização da Igreja. Em contradição com essa concepção, o interesse pelos colonos veio dos missionários italianos chegados a São Caetano já na década de oitenta. Eles traziam as devoções da nova onda de religiosidade do catolicismo romanizado, avesso ao remanescente catolicismo colonial e brasileiro.

O desencontro de religiosidades se manifestou na identificação de uma escultura do século XVIII, de São Bento Abade, que havia num dos nichos do frontispício da Capela, como sendo de São Caetano. Mais tarde, o equívoco se ampliou, a imagem classificada como sendo de Santo Alberto. O equívoco evidenciava ignorância até mesmo dos religiosos: portando o santo o báculo abacial, não podia ser nem São Caetano nem Santo Alberto. A verdadeira imagem de São Caetano, que no século XVIII fora trazida de um altar da Igreja de São Bento para a Capela e para dar nome à fazenda, desapareceu já antes de 1927.

Saqueada, é provável que esteja no acervo de algum colecionador de arte barroca brasileira. Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, monge beneditino, arquivista-mor da Ordem de São Bento, que era especialista em arte sacra e foi diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, visitou as igrejas do ABC e descobriu algumas das barbaridades que os próprios padres modernos fizeram com as obras sacras do período colonial. Em São Bernardo, a imagem do padroeiro tinha sido grosseiramente pintada, atribuindo-lhe o “artista” outro nome. Autorizado pelo arcebispo, levou-a Dom Clemente para a Bahia e a restaurou, devolvendo-a à Igreja de São Bento, de São Paulo, de onde é originária. Em período recente esteve à porta de acesso ao apartamento ocupado pelo Papa Bento XVI em sua visita a São Paulo. Trata-se de uma magnífica escultura de barro cozido, muito provavelmente do notável artista beneditino Frei Agostinho da Piedade, do século XVII. O altar da Igreja de São Bernardo, um exemplar do barroco tardio, por sua vez, foi

mandado para a igreja da Ilhabela.

Mais do que a adulteração da identificação das imagens antigas, os templos antigos foram substituídos por templos novos e ocupados por novas imagens e novas devoções. Centrados agora na devoção ao Sagrado Coração de Jesus e a novas e diferentes invocações da Virgem Maria e de santos populares na própria Itália, geralmente santos locais ou regionais (Santo Antônio de Pádua, no Vêneto, e não mais Santo Antônio de Lisboa, embora um único e mesmo santo; Nossa Senhora Aqueropita, na Calábria; São Vito, em Bari; São Gennaro, em Nápoles; e Nossa Senhora de Casaluce, de Caserta, na Campânia) que melhor expressavam os sentimentos regionalistas de um imigrante que, não raro, sequer falava italiano. Comunicava-se, ainda, como na Colônia de São Caetano, no dialeto de sua região de origem.

Essa reorientação religiosa estava relacionada com a ideologia da emigração, cujo centro era a elaboração e afirmação da italianidade, uma necessidade ideológica característica da Itália pós-*Risorgimento*, dilacerada pela guerra da Unificação e também por sua grande diversidade de dialetos e de culturas. O catolicismo da Romanização foi um dos instrumentos da italianidade e teve nos Salesianos e nos Carlistas alguns de seus missionários mais importantes. Essas duas congregações religiosas foram sucessivamente responsáveis pela catequese e pelos serviços religiosos em São Caetano.

O ano de 1888, que parece ser o limite da grandiosidade da Festa de São Caetano, assinala o marco que separa os mundos de camponeses e de operários, do campo e da fábrica. Os parreirais do Núcleo Colonial são atacados pela filoxera, uma praga procedente de parreiras infectadas da Mooca. A doença, aliás, já estava espalhada pelos países vinicultores quando aqui chegou. A produção de uva e vinho, em São Caetano, cai drasticamente a pouco mais de um quarto da produção normal. Colonos começam a vender suas terras a preços ínfimos para especuladores. Pouco depois, já na década de 1890, as primeiras indústrias são instaladas em São Caetano, em terras compradas aos colonos a preços de nada. O muito mais do que elas valiam e o pouco mais do que haviam pago por elas no muito menos que receberam bem dizia qual era a distância histórica entre o mundo que sonharam e o mundo em que viviam.

Os azares agrícolas se combinam com a loucura especulativa do surto econômico do chamado Encilhamento, que surgiu pouco depois da proclamação da República. São Caetano foi um dos lugares atingidos por essa loucura: industriais principiantes e absenteístas compraram as terras, que os colonos vendiam por

muito menos do que valiam, para montar as primeiras fábricas. Em poucos anos, ainda no meio de roças e remanescentes plantações de uva e de batata, três foram montadas: a Fábrica de Formicida Paulista, a Fábrica Pamplona de Sabão e Velas e a Destilaria São Caetano. Empresas que se poderia classificar no setor químico, produtoras de resíduos nocivos ao ambiente que, impedidas pelas posturas municipais de São Paulo de se instalarem ou de continuarem em áreas centrais da cidade, procuraram as terras mais baratas e permitidas, perto da ferrovia e dos rios, como justificou a diretoria de uma delas. Na década de vinte, do século XX, o rio dos Meninos já será considerado um rio poluído, de águas inservíveis para o consumo humano.

Em boa parte, os primeiros operários são recrutados entre os colonos empobrecidos. A festa de uma semana inteira de celebração já não era possível. O tempo agora é o tempo do capital industrial e do salário; é o tempo das horas e dos minutos. Não é mais o tempo de semear e colher, e de esperar – não é mais o tempo da fartura. A festa sobreviverá residualmente, sem o esplendor que chegara a ter no final do Império.

Como se vê nesta cronologia, a doença e a morte, sobretudo as febres malignas, como a febre amarela e o tifo, voltam a invadir o ciclo da festa, que é o oposto da morte, que anuncia em diferentes momentos a longa duração da história. A doença e a morte foram a contraparte do amplo movimento de conversão de camponeses em proletários potenciais, confinados na antessala da industrialização e do desenvolvimento capitalista moderno, decorrente da mutilação de seus costumes, de seus meios e poderes para ter algum domínio sobre a vida e sobre a própria morte, os meios mágicos dos benzimentos e os dos ritos religiosos. É significativo que a fundação da Società di Mutuo Soccorso «Principe di Napoli» tenha ocorrido em 1892, já na época do Encilhamento, um dos fatores da crise local, reconhecimento e atestado das transformações que ocorriam, da pobreza que chegava, das doenças que se difundiam. Era preciso assegurar a cada morador os benefícios da caridade coletiva nas horas mais duras da pobreza, da doença e da morte. Ainda em 1912, Giuseppe De Martini, o Beppo da Sanfona, escreve ao pai, Francesco De Martini, que voltara à Itália, ao que parece para visitar uma filha, e não tinha meios de retornar ao Brasil e a São Caetano. Desculpa-se por não ter meios para ir buscá-lo e trazê-lo de volta: “perché anche io sono molto apertatto e perché siamo in tanti che mangia e pochi che guadagna” (*sic*).

A doença e a morte foram os instrumentos que a história, neste caso e no da industrialização em São Paulo, empregou para demolir a festa e seu lugar no

processo de reprodução da sociedade tradicional e camponesa. A circunscrição da festa ao episódico, ocasional e eventual, aos azares de uma sequência de tempo já dominada por outra lógica, a do tempo linear do mercado, do dinheiro e do trabalho para o alheio fez com que a festa, sinal positivo desse tipo de historicidade, fosse capturada pelo negativo, pela morte quantitativamente exacerbada. Foi como se o ciclo da vida ficasse incompleto, interrompido, e interrompida a temporalidade própria da sociedade camponesa.

A exacerbação da morte foi a forma dolorosa de anunciar e impor a nova temporalidade e a nova realidade de uma sociedade constituída de biografias que se interrompem, não raro precocemente, com a cessação da vida individual, de vidas que já não se desdobram na vida das gerações seguintes, na durabilidade das mentalidades, das concepções, das esperanças. A sociedade se torna moderna, limitada ao episódico, transitória, a do agora. O tempo do chamado progresso é assim, igual, repetitivo, não cíclico, linear; tempo em que tudo tende a se tornar equivalente. No dia a dia tudo se confunde com o imediato, tudo se torna ocasional: o trabalho de todos os dias, mas também a morte de uma vez na vida; os gestos banais da sucessão dos dias e os gestos solenes das horas litúrgicas do nascer e do morrer.

Os desencontros desta cronologia constituem um documento sobre o parto da História no âmbito do imediato e do vivido. Um documento de como o lento surgimento da vida cotidiana na sociedade do planalto demoliu costumes e concepções e inaugurou um modo de viver pautado pela falta de sentido e pela falta de um elo inteligível entre um ato e outro, uma ocorrência e outra, um acontecimento e outro; pautado, enfim, pela desfiguração, pelo empobrecimento e pelo evanescer da memória coletiva.

São Caetano do Sul é hoje, historicamente, expressão desses desencontros, nos quais incluo os desencontros do destino, das distintas possibilidades de futuro. O território em que se foi desenhando o que acabaria sendo o atual município, foi lugar que poderia não ter se tornado o que se tornou. O trancamento do noviciado das ordens monásticas, no Brasil, tornou inviável a sobrevivência da Ordem Beneditina, à qual pertencia a Fazenda de São Caetano. Mas, desde o século XVIII e, acentuadamente no século XIX, o bairro de São Caetano, no qual a Fazenda de São Caetano se situava, povoado por foreiros e sitiantes, começou a avançar sobre essas terras, através de posseiros. Essa teria sido uma alternativa histórica, subjugação da fazenda pelo bairro.

Outra alternativa, foi a proposta de 1865, de que as terras da Fazenda fos-



sem vendidas aos americanos derrotados na Guerra da Secessão que, naquele momento, estavam procurando terras na província para imigrar. Outra alternativa foi a aventada pela própria Ordem de São Bento, em seu Capítulo Geral, na cidade de Salvador, em 1871, de doar as terras de São Caetano e de São Bernardo a seus escravos, libertados naquela ocasião. O resultado teria sido outro. De propósito, em vários momentos deste diário, abro um intervalo para ver o que está acontecendo em determinado dia com um antigo escravo da Fazenda de São Caetano, nela nascido, ou membros de sua família, que também foram cativos de São Caetano. Falo de Nicolau Tolentino Piratininga, homem culto e capaz, que administrou zelosamente os bens dos beneditinos em São Paulo após a morte do último monge, até a chegada dos monges trazidos da Alemanha pelo abade Dom Miguel Kruse.

Outra possibilidade foi aberta com o concreto empenho do governador João Batista Pereira, em 1878, menos de um ano após a fundação do núcleo colonial, de encerrar-lhe as atividades e enviar os colonos para fazendas de café do interior ou núcleos coloniais mais próximos dos cafezais. Teria sido um enorme retrocesso no projeto imigrantista de Antônio da Silva Prado, ministro da Agricultura, que pôs todo seu prestígio político no êxito dos núcleos coloniais da região do ABC. A sobrevivência dos núcleos era decisiva para legitimar a ideologia da ascensão social pelo trabalho, o único atrativo para que milhares de imigrantes deixassem suas pátrias para fazer do Brasil sua nova e definitiva pátria, a pátria de seus filhos, de seus netos, dos netos de seus netos. Foi a ideologia que permitiu ao Brasil o progresso com ordem e ao mesmo tempo o conformismo social que assegurasse o tipo de desenvolvimento capitalista acelerado que acabamos tendo.

A crise agrícola de 1886, resultante da praga da filoxera nos vinhedos de São Caetano, o “boom” industrial do Encilhamento, em 1891-1892, a inflação e a especulação imobiliária privaram os colonos de suas propriedades. Muitos destinos abertos e em conflito, ao longo do tempo, sobre o território da Fazenda de São Caetano.

Do que foram um dia, do lado leste da Fazenda, terras de Garcia Rodrigues, ainda nos tempos da vila de Santo André da Borda do Campo, de cuja Câmara fez parte, herdadas por seu filho Paulo Rodrigues, cuja filha casou com o capitão Duarte Machado, bandeirante da bandeira de apresamento dos índios temiminós, na futura Minas, bandeira de Nicolau Barreto, de 1602. Terras que Duarte Machado e sua mulher doaram ao Mosteiro de São Bento, em 1631, quando já

havam mudado para Mogi das Cruzes, terras que estiveram na posse de três gerações da família, por cerca de 80 anos.

Do que foram, também, do lado oeste, terras do capitão Manoel Temudo, onde vivera desde 1663, que, por seu falecimento foram a leilão em 1671, arrematadas por Fernão Dias Paes para doação ao Mosteiro de São Bento. Com seus rendimentos seria mantida a capela-mor da Igreja que ele mesmo mandara construir para os beneditinos, sob condição de que ali fossem sepultados ele e a esposa, Maria Betim. De fato, até hoje lá repousam os restos mortais do casal.

A alternativa da primeira inflexão na história desse território se cumpriu nos 246 anos de existência da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu – em 99 anos como fazenda de criação de gado e 147 anos também e principalmente como fazenda industrial. Nesses quase dois séculos e meio a fazenda remodelou o antigo bairro do Tijucuçu, em que se situava, e mudou-lhe o nome e as próprias características espaciais e sociais. É que se tratava de uma fazenda monástica, uma instituição com visão própria do mundo e da história, de um modo de vida, centro de aglutinação social dos de dentro e dos vizinhos, germe de uma alternativa de urbano, antecipação de civilidade. Convém lembrar que a Ordem de São Bento, em todas as partes, tem sido uma ordem religiosa de fronteira, missionária da fé e da civilização. Diversa das fazendas da tradição do escravismo brasileiro porque, mais do que instituição de poder e de economia, era também instituição religiosa e civilizadora.

De vários modos, passou a ser referência na organização social do bairro, com as missas realizadas todos os domingos na Capela, desde 1717- 1720, de que há registros, além de batismos. Embora no fim do século XIX alguns moradores ainda identificassem seu bairro como do Tijucuçu, especialmente na Mooca e no Moínho Velho, que eram os territórios perdidos de São Caetano, a maioria deles, já na primeira metade do século XVIII, passou a designar o antigo bairro com o nome de São Caetano, expressando assim a força simbólica das peculiaridades da fazenda beneditina. Vários moradores do bairro de São Caetano aforaram terras nas bordas da Fazenda e algumas vezes recorreram aos monges para obter empréstimos de dinheiro a juros, já que o Mosteiro, como ocorria com outras ordens religiosas, tinha também funções bancárias. Dava funções financeiras, produtivas e rentáveis ao dinheiro e ao ouro, das doações pias, depositados em sua arca. Tinha o Mosteiro agentes de cobrança nas Minas Gerais e nas minas de Goiás para arrecadar créditos específicos de devedores relutantes ou inadimplentes.

O bairro existiu ao redor dos charcais centralizados pela confluência dos

rios Tamanduateí e Caaguaçu, que seriam drenados no século XVIII. O primeiro rio mudaria de nome aos poucos, na segunda metade do século XIX, passando a ser o rio dos Meninos, embora ainda aparecesse com esse nome em alguns papéis do século XX. Esse era o rio da vila de Santo André da Borda do Campo, não o outro Tamanduateí, o Caaguaçu, o que passa pela Santo André de hoje, que nada tem a ver com a de João Ramalho, extinta em 1560, os moradores transferidos para São Paulo, dada a iminência do ataque dos índios, na guerra que se estenderia por longo tempo. Quando o lote de Angelo Cavanna foi a leilão, em 1903, num processo contra ele movido por Antonio Queirós dos Santos, o rio do limite oeste do terreno ainda era denominado Tamanduateí, embora oficialmente já fosse rio dos Meninos, nome que no século XVIII tinha o bairro por onde o rio passa, hoje Rudge Ramos, antigo lugar de Inhoaíba. Era dele afluente o rio Caaguaçu. Quando o padre Tomás Inocêncio Lustosa fez o registro paroquial da Fazenda de São Caetano, em 1856, citou o rio dos Meninos como rio Tamanduateí e o atual Tamanduateí como “o outro Tamanduateí”.

O desmatamento ao longo do Tamanduateí (Meninos), no século XVIII, acarretado, sobretudo para extração de lenha para os fornos da fábrica de telhas, tijolos e louça de São Caetano, diminuía drasticamente o volume de suas águas. Tornara-o mero afluente do rio Caaguaçu, que ainda mantinha o caudal, porque rio de mata grande, como o nome *nheengatu* diz. Rio que acabou tomando o nome daquele de que tinha sido afluente, em toda sua atual extensão tornando-se rio Tamanduateí até a nascente, numa gruta, no atual município de Mauá.

O Núcleo Colonial de São Caetano teve vida relativamente breve. Fundado em 1877, deixou de existir oficialmente em 1879, com sua emancipação. Foi restaurado em 1886 por iniciativa do ministro e conselheiro do Império Antônio da Silva Prado e estendeu sua existência formal até os primeiros anos da década de 1890. Mas ainda em 1916 era definido, em documento oficial, como Colônia de São Caetano, última referência a essa denominação, quando de fato a agricultura já havia sido substituída por fábricas e olarias. Portanto, uma existência de menos de 40 anos, não obstante, fecunda.

Histórica e sociologicamente, os séculos não começam num dia 1º de janeiro nem terminam num dia 31 de dezembro. A menção cronológica é uma referência indicativa de um tempo cronométrico que apenas demarca, aproximadamente, o fluir das eras. Em São Caetano, bairro nucleado pela fazenda beneditina de São Caetano, o século XIX começou tardiamente, em 1850. Foi quando a aprovação da Lei de Terras e a proibição do tráfico negreiro, em setembro, demarcou

para o Brasil o início de um tempo que tornaria o fim da escravidão inevitável, a imigração estrangeira também inevitável e inevitável o advento da função corrosiva do novo e moderno direito de propriedade da terra.

Esse direito viabilizaria o surgimento do Núcleo Colonial de São Caetano, mas viabilizaria, também, a sua ruína porque dependente de uma agricultura que sofreria o revés do praguejamento das videiras dos colonos pela filoxera, o fim da vitivinicultura na região e a venda, pelo colonos, de muitos lotes a preços inferiores ao seu verdadeiro valor de mercado. O caráter especulativo da renda fundiária, o ganho aparente na elevação inflacionária dos preços, os novos empregos da industrialização, tudo se combinava para anular os propósitos utópicos da pequena sociedade local centrada no ideário de uma comunidade restaurada dos *oriundi em terra lontana*. Representantes da nova economia pós-escravista, a dos bancos e da indústria, pagavam aos colonos arruinados um terço do que valiam suas terras, para lembrar os terrenos destinados a fábricas e a loteamentos para construção de residências da classe operária que nascia. As grandes transformações na composição da população, na sua sociabilidade e na paisagem de São Caetano, como mencionei, ocorreram justamente nos momentos da grande crise financeira do Encilhamento, entre 1891 e 1893, que desabou sobre São Caetano de maneira particularmente intensa, como a sucessão de datas e eventos deste livro indica. O fim do século foi o fim de uma era, de que São Caetano foi documento emblemático. O século XIX, aqui, acabou antes do tempo.

Se a filoxera matou a economia camponesa dos colonos, a especulação imobiliária sepultou-a e levou ao fim o Núcleo Colonial nas duas primeiras décadas do século XX. De tudo, mesmo, ficou a igreja da Praça Ermelino Matarazzo e ficou o traçado das ruas abertas justamente sobre as linhas divisórias dos antigos lotes coloniais. Quem as percorre, com a imaginação historicamente informada, ainda pode ouvir um desaparecido vizinho conversando com outro em dialeto. Posso adivinhar um Roveri *chiacchierando* em dialeto com um Cavanna na Rua Alagoas; um D'Agostini conversando com um Braido na Praça Ermelino Matarazzo; um Garbelotto com um Dal' Cin na Rua Mariano Pamplona; um Coppini com um Gallo na Rua Major Carlo Del Prete; ou um Barile com um Fiorot na Rua 28 de Julho. Eram vizinhos de cerca (ou de valo, um dos quais ainda vi, menino, quase na esquina da Rua Paraíba com a Rua Alagoas), como tantos outros, como os donos de tantas outras vozes.

Minha proposta é a da resistência às simplificações de uma história oficial estereotipada e inverossímil, reduzida a eventos administrativos sem consistência, desprovida da nervura e das contradições da verdadeira história social, um épico fantasioso. Um conjunto extenso de omissões, que é técnica de apagamento da memória, esconde-se na história oficial produzida por um senso comum pobre e ultrapassado, história de folheto e de jornal comemorativo, longe da história documentada e consistente, explicativa e interpretativa.

No confronto com a “grande história”, mesmo a história local, a história do singular e de suas minúcias, é altamente documental do processo histórico. Ela o é no contraponto dos pequenos fatos que o previnem contra outra modalidade de simplificação, a de desconhecer a história como processo social, reduzindo-a a grandes tendências históricas inexoráveis, destituindo-a das particularidades que, se não a desmentem, agregam-lhe os meandros do aparentemente insignificante. O que, na vida cotidiana, não raro é decisivo na sociabilidade do homem comum. Nossa educação escolar está viesada por um didatismo que deforma e engana, fazendo da história um rele instrumento de conformismo e ufanismo, afastando-a da premissa da investigação científica séria, sempre trabalhosa, cuja função é analisar e explicar, e não só descrever e dar notícia, instrumento de consciência social e não instrumento de alienação.

Neste arrolamento de “faits divers” não se engane o leitor. Sua reconstrução e o formato de sua exposição estão contidos numa estrutura lógica de natureza explicativa e interpretativa. O sentido sociológico da história contido num revelador conjunto de afloramentos do que tem sentido em face do meramente tópico que se perde no imaginário do senso comum; o da colagem mal feita de fatos aleatórios que nos dizem o que não somos em vez de nos dizer o que somos. A História deixa de história ser se for apenas história de alguns e não história de todos, mesmo dos anônimos e silenciosos, aqueles cuja voz se perdeu, mas ficou nos atos que materializaram sua condição humana. Ruas, ruínas, cenários, traçados – são o testemunho dos que passaram e ficaram.

Estas notas reúnem resultados de 60 anos de pesquisas e apontamentos feitos em arquivos brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) e europeus (Itália, Holanda, Inglaterra e Portugal). São lugares pelos quais se dispersam documentos e informações de algum modo relacionados com a história do antigo bairro do Tijuçu, depois bairro de São Caetano, Fazenda de São Caetano do Tijuçu, Núcleo Colonial de São Caetano ou Colônia de São Caetano do Brás. São os documentos e testemunhos das transformações em sua paisagem

e em suas funções ao longo do tempo, aquilo que numa certa tradição histórica e interpretativa se pode definir como formação de uma cidade, neste caso, a formação de São Caetano do Sul. Um conjunto de acasos – da desagregação territorial do antigo Tijucuçu à crise da escravidão – foi reunido pelo processo propriamente histórico, expostos nestas dispersões factuais, que deram origem ao município de hoje e ao que lhe é característico e próprio.

Incorporo, neste livro, a íntegra, revista, do meu *Diário de Fim de Século* (Fundação Pró-Memória, São Caetano do Sul, 1998), de que é versão extensa e substancialmente ampliada.

---

## ***Os “faits divers” do novo tempo de dias e de horas***

---

**03/02/1850 – Visita canônica à Fazenda de São Caetano:** Neste Domingo da Sexagésima, Frei Arsênio da Natividade Moura, enviado pelo Mosteiro de São Bento da Bahia, acompanhado do Presidente do Mosteiro de São Bento, de São Paulo, do Padre Mestre Secretário e do Padre Mestre Samuel de Lodi, em visita canônica, vai à Fazenda de São Caetano, onde se demora até o dia 5, terça-feira, regressando ao Mosteiro de manhã. Frei Arsênio veio a São Paulo verificar “as tristes condições do Mosteiro”, em que havia apenas o monge Presidente. É o começo de avaliações e conjecturas a respeito do destino das fazendas beneditinas em São Paulo, num quadro adverso que se complicaria com os efeitos econômicos da Guerra do Paraguai, a falta de monges e a tributação excessiva dos bens monásticos. Tudo culminaria com a compra das fazendas – São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba – pelo governo imperial, em 1877, e nelas a fundação de núcleos coloniais para assentamento de imigrantes, nesse mesmo ano.

Depois de 246 anos sob administração espiritual e econômica dos monges do Mosteiro de São Bento da vila e cidade de São Paulo, a Fazenda de São Caetano (no bairro de São Caetano, em que se situava e ao qual, de vários modos, servia) passaria para as mãos do governo do Império.

**15/07/1854 – Escrava fugida:** O *Correio Paulistano*, do dia 17 de julho, publica este anúncio, que será republicado duas vezes: “Fugiu na noite de 15 do corrente [um sábado] uma preta crioula por nome Benedita, com os sinais seguintes: cor fula, estatura regular, olhos bem avermelhados, não é magra nem gorda, idade 35 a 40 anos, levou vestido de chita e um xale de algodão riscado, no pescoço, bem como uma trouxa com roupa e um pequeno espelho de caixa. Esta escrava pertenceu antes ao convento de São Bento, desta cidade, e é crioula da Fazenda de São Caetano [*isto é, nascida em São Caetano*]. Consta que costuma refugiar-se para o lado da Freguesia de São Bernardo. Quem a apreender e levar à Rua do Rosário (atual Rua Quinze de Novembro) nº 44 será gratificado.” A Rua do Rosário já era, então, a Rua da Imperatriz, uma rua de pequenos comerciantes.

O anúncio não é diferente do relativo a animais fugidos. Em 20 de abril de 1857, o mesmo jornal publica este: “Fugiu na noite de 12 do corrente uma besta nova, muito bem feita, zaina clara, marchadeira, com sinais de arreios, e de esporas, ferrada dos quatro pés, foi da banda de São Miguel, e por isso julga-se que esteja lá; quem entregar a dita besta na rua Direita nº 10 receberá 5\$000 réis.”

Anúncios sobre escravos fugidos e animais fugidos seguem um mesmo modelo, basicamente porque o escravo era considerado um semovente, um animal de trabalho, e como tal era tratado. A diferença é que nos escravos os anúncios ressaltavam a feiúra, as deformações decorrentes do trabalho e dos castigos físicos, os defeitos físicos e de caráter, aquilo que, justamente, os diferenciava de quem era considerado humano, o branco, para facilitar a identificação. Já nos animais fugidos era ressaltada a formosura, a beleza, a competência animal para o trabalho. O escravo era não só concebido como diferente do humano, mas também como animal imperfeito. Nesses dois anúncios de jornal temos o retrato de como era concebido o escravo na sociedade escravista, o retrato da mentalidade do branco e não apenas da pessoa do cativo.

Benedita aparece no rol dos escravos da Fazenda de São Caetano como tendo nascido em 1807. Teria, portanto, 47 anos de idade e não 35-40 como menciona seu senhor no anúncio. Esse era um erro frequente na indicação da idade dos escravos. Eles envelheciam, mas seus senhores escamoteavam a idade para menos, como um modo de evitar sua desvalorização no caso de que quisessem vendê-los. Era certamente o caso de Benedita. Escrava fujona, é bem provável



que fosse vendida quando capturada, depois de castigada. Era o costume.

Desde o século XVIII, houve casamentos entre escravos de São Caetano e escravos de São Bernardo, das fazendas do Mosteiro de São Bento. É possível que Benedita encontrasse abrigo entre parentes, ou conhecidos, de São Bernardo.

**10/09/1855 – Nasce o escravo Nicolau Tolentino:** Dia de São Nicolau Tolentino, abade, nasce na Fazenda de São Caetano, o escravo Nicolau Tolentino Piratininga, filho natural da escrava Guilhermina Maria Joaquina do Espírito Santo (1832-1878), nascida em São Caetano; neto da escrava Joaquina (1812), nascida em São Caetano; bisneto da escrava Felizarda (1793-1863), também de São Caetano. Era parente do escravo Rafael, que nasceu em 1766 na Fazenda de São Caetano, em cuja capela foi batizado. Rafael casou-se com Maria Crioula, nascida na Fazenda de São Bernardo e batizada em sua capela.

Nicolau será libertado no dia 29 de setembro de 1871, dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre, na libertação geral e incondicional de todos os escravos da Ordem de São Bento no Brasil, decidida pelo Capítulo Geral reunido na Bahia.

Segundo detalhada pesquisa de seu trineto, o historiador Luiz Gonzaga Piratininga Júnior [*Dietário dos Escravos de São Bento*, Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo/São Caetano do Sul, 1991], que se valeu em parte de notas genealógicas de seu próprio trisavô escravo, a família de Nicolau formava extensa rede de parentesco de escravos da Fazenda de São Caetano (e alguns de São Bernardo), aí localizados desde o início do século XVIII. Após a alforria, Nicolau, seus colaterais e seus descendentes continuariam residindo próximos uns dos outros no bairro da Liberdade e vizinhanças, em São Paulo, como haviam residido juntos nas senzalas de São Caetano. Quase duzentos anos após sua chegada à localidade, ainda mantinham, em boa parte, a trama de parentesco ancestral e africana e os ritos que lhe correspondem. Atualizado e modernizado, o comunitarismo da família extensa se preservou em sua nova localização, de que Piratininga Júnior dá conta.

Nicolau falecerá em 1929 e será sepultado no túmulo de sua família, no cemitério católico do Santíssimo Sacramento, da Irmandade de São Pedro dos Clérigos, junto ao Cemitério do Araçá, em São Paulo.

*Túmulo do ex-escravo de São Caetano Nicolau Tolentino Piratininga, no Cemitério do Santíssimo Sacramento, da Irmandade de São Pedro dos Clérigos, em São Paulo. (Foto: José de Souza Martins, 2012).*



**21/02/1861 – Desapropriação para passagem da ferrovia (1):** A Companhia Estrada de Ferro Santos a Jundiáí compra de Joaquim José de Santana e sua mulher, Maria R. Toledo, 8.892 braças<sup>2</sup> de terra (4,3 ha) no bairro de São Caetano, por Rs. 600\$000 (seiscentos mil réis) para passagem da ferrovia. O hectare de terra avaliado por muito mais do que o Governo Imperial pagará pelos dois mil hectares da Fazenda de São Caetano, em 1877, à Ordem de São Bento.

**04/03/1861 – Desapropriação para a passagem da ferrovia (2):** Hermann Juncker e sua mulher, Maria Sybilla Herbz, “nesta Imperial Cidade de São Paulo”, vendem a Mauá & Companhia, agentes da Estrada de Ferro Santos a Jundiáí, pela quantia de Rs. 400\$000 (quatrocentos mil reis), uma área de 3.332 braças<sup>2</sup> do terreno de seu sítio no Bairro de São Caetano, no lugar denominado Moinho Velho. O terreno fora hipotecado, em 1858, ao capitalista paulistano Antonio Joaquim Tavares Rodovalho, que autoriza a venda à ferrovia. Pela ferrovia, é comprador John James Aubertin. Trata-se do terreno necessário à passagem da estrada de ferro, que está sendo construída. O comprador obriga-se “a dar passagem de um lado e outro do terreno separado” pelos trilhos, isto é, entre o trecho da ferrovia e o rio Tamanduateí e o trecho entre a ferrovia e o hoje bairro de Heliópolis.

Juncker comprara todo o terreno do também alemão Carlos Abrão Bresser, por Rs. 200\$000 (duzentos mil reis), que já o vendera pelo dobro do que pagara a outro alemão pouco tempo antes. E vendia, agora, a pequena área pelo dobro do que pagara pela área toda. O *imbróglia* imobiliário era amplo e a especulação imobiliária era notória. O terreno estava dentro da Fazenda de São Caetano, ainda dos monges de São Bento. Além disso, Juncker hipotecara terreno que, formalmente, não era seu e agora o vendia, passando no cartório a devida escritura. Como também não há referência ao pagamento do *laudêmio* aos beneditinos, que eram os senhores da terra. Talvez se louvasse no Registro Paroquial de 1856, embora os monges também o tivessem feito.

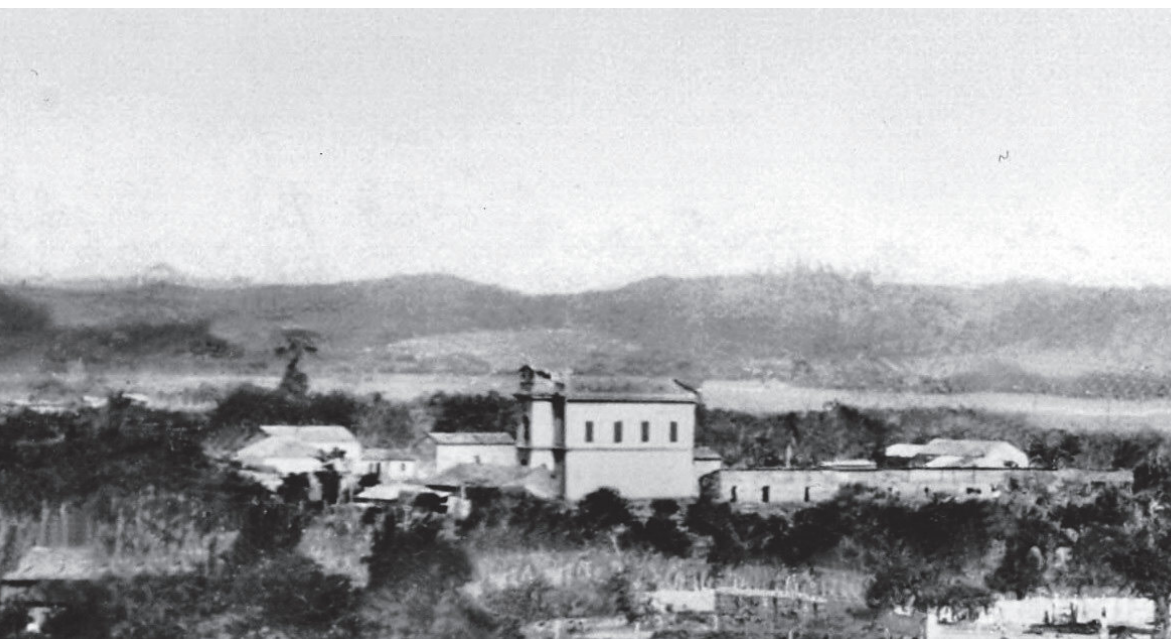
**28/01/1863 – O sentido político de uma rebelião dos escravos de São Caetano:** Frei José de Santa Maria Amaral, comissário e monge visitador da Ordem de São Bento, redige o relatório de sua visita a vários mosteiros, um deles o de São Paulo, onde obtém informações sobre o que está ocorrendo na Fazenda de São Caetano. Fazenda que ele já conhecia, pois nela estivera em 1850. Naquela primeira

visita, acompanhava Frei Arsênio da Natividade. É o relatório que apresentará ao Capítulo Geral da Ordem Beneditina em Salvador, Bahia, no dia 4 de maio.

Desde o triênio do abade Frei João de São Bento Pereira, de 1851 a 1854, tanto no Mosteiro quanto nas fazendas, há registros de problemas com os escravos, incorrigíveis uns, fugidos outros, a ponto de desabafar o abade, em seu relato ao Capítulo: “Nunca vi escravos piores; por causa deles muitos desgostos sofri; minha vida correu sérios perigos no meio de tais selvagens; mas com as medidas que empreguei consegui discipliná-los.” Um cenário bem distinto do que eram as relações entre os monges e seus cativos no século XVIII e início do século XIX. Agora, o abade estava sozinho, tendo que administrar a escravaria do Mosteiro e das quatro fazendas (São Caetano, São Bernardo, Jurubatuba e Parateí, em Mogi das Cruzes) por meio de feitores muito mais distantes do que os feitores do setecentos, ausentes agora os chamados padres-fazendeiros, que dirigiam as fazendas.

É evidente que os escravos se deram conta de que já não havia quem os administrasse e assegurasse a disciplina do trabalho, particularmente vital numa fazenda, como a de São Caetano, que não era apenas agrícola, mas também industrial. No século XVIII chegara a ter, no pátio, no que é hoje a Praça Ermelino Matarazzo, um relógio de sol para por ele se regular o regime de trabalho dos escravos, como qualquer fábrica moderna. Em São Caetano, relata o abade que “No fundo da Capela e em direção às Olarias fizeram-se duas grandes alas de senzalas para morada dos escravos, cercadas de muros de taipas, com um portão, de sorte que de noite os escravos dormem debaixo de chaves: essa obra era indispensável para se poder policiar os escravos.”

Em 1862, os escravos mostraram-se “rebeldes e esquivos”, insubmissos ao trabalho na olaria. A cerâmica que, desde os primeiros anos do século XVIII, os beneditinos mantinham no Tijucuçu, depois São Caetano, foi crescendo ao longo do tempo. Pela época do problema constatado pelo monge, tinha três fornos, dois deles para fabrico de telhas, telhões (para canalização de água), tijolos e lajotas e um terceiro para louça vidrada (potes, pratos, panelas, alguidares e mais utensílios) além de um pequeno forno para trabalhar o chumbo usado no vidramento da louça de barro. Não só homens trabalhavam na fábrica, mas também mulheres, fábrica que chegou a ser considerada das melhores em seu gênero na província de São Paulo.



*Detalhe de uma foto de c. 1900 em que se vê a igreja de São Caetano (atual Matriz Velha) ainda em construção sobre o local da recém demolida Capela colonial de 1772, ampliação da capela ali existente desde 1717-1720. Atrás da igreja e na lateral, a parede comprida é das senzalas dos escravos da antiga Fazenda de São Caetano. No meio da foto, o rio Tamanduateí, atual rio dos Meninos, onde existiu a aguada da fazenda e o porto de São Caetano. Ao fundo, o que foi conhecido no início do século XX como Morro do Penteado, área da Fazenda de São Caetano constituída das terras doadas ao Mosteiro de São Bento por Fernão Dias Paes, em 1671. Foram por ele arrematadas em leilão para pagamento de dívidas do falecido capitão Manoel Temudo, que tinha ali sua fazenda desde 1663, no lugar de outra que ali existira em 1588. Essa área, entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, foi desmembrada de São Caetano, em 1889, e anexada ao município de São Paulo. É onde estão os bairros de Vila Carioca, Heliópolis e Moínho Velho. Foi, em 1883 o cenário do conflito entre os antigos moradores do bairro de São Caetano, anteriores à fundação do Núcleo Colonial, e os invasores dos pastos de seu uso, conflito motivado pelo cercamento das terras comunais ou de servidão pública por grileiros e invasores. (Foto:c. 1900; Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).*

Os escravos preferiam trabalhar na lavoura a trabalhar na olaria. O abade de São Bento tentara induzi-los a morar nas senzalas, perto da capela, das quais mandara construir os cômodos que menciona, separados por uma rua. Os cativos, porém, “vagavam dispersos ou moravam por onde queriam.” No entender do monge visitador, a resistência dos escravos causava prejuízos. É evidente que ela contribuía para aumentar a irracionalidade econômica da escravidão. A sugestão do relator foi a de que os escravos fossem vendidos ao Mosteiro da Bahia, a fazenda arrendada e suas benfeitorias também vendidas. Sua voz se junta a outras, dentro da Ordem, dos que reconheciam que a permanência da Ordem beneditina nessa modalidade de economia não tinha futuro e em São Paulo menos ainda. Chegava-se a um impasse. O Capítulo foi moderado. Sugeriu aos abades dos mosteiros em cujas fazendas havia problemas que aumentassem o rigor na disciplina e, até mesmo mandassem os escravos para outros mosteiros. Em casos extremos, que fossem vendidos.

Vários fatores podem ter contribuído para a reação dos escravos. Um deles, o recrudescimento da disciplina fabril em relação a um período de maior liberalidade na articulação de agricultura e indústria. Por tradição, escravos tinham roça própria nas fazendas de seus senhores, trabalhadas nos domingos, feriados e dias santos, cujos ganhos eram seus. Só em 1853 houve pelo menos 60 dias com essa característica, quase 20% do ano. Em São Caetano, vários escravos, em diferentes ocasiões, conseguiram alforria com esses recursos. De outro lado, por essa mesma época, numerosos operários livres começam a trabalhar na abertura da passagem da ferrovia por dentro da Fazenda, quase ao lado das senzalas. É pouco provável que não tenha havido contato entre escravos e trabalhadores da estrada de ferro. Além do que, os escravos podiam ver, desde 1856, seus vizinhos livres, foreiros das terras da Fazenda, apossando-se dos sítios que ocupavam mediante mera declaração ao vigário responsável pelo Registro Paroquial das terras havidas por qualquer título. Isso acontecia nas terras dos atuais bairros da Vila Carioca, do Sacoman, de Heliópolis e do Moínho Velho. Acontecia, também, nos atuais bairros da Barcelona e Santa Maria, numa extensíssima área ao redor do atual Estádio Anacleto Campanella e na divisa com o atual município de São Bernardo. Portanto, a inquietação entre os escravos de São Caetano não se reduzia à crise da escravidão, mas se referia a uma crise mais ampla das instituições, o que na região se expressava por vários sinais de desordem.

O mesmo Capítulo que examinou o caso da resistência dos escravos de São Caetano decide “que as nossas escravas que tiverem seis filhos de legítimo matrimônio tenham direito à sua liberdade gratuitamente (...) ficando a liberta com direito de residir na fazenda onde morar seu marido”. Em 1866, dará mais um passo importante na direção da eliminação do cativeiro de suas fazendas. Toma a decisão de que “sejam livres todos os filhos nascidos de nossas escravas desde o dia 3 de maio do corrente. (...) Essas crianças serão sustentadas pelos respectivos Mosteiros que lhes facultará a instrução primária, aplicando-os depois às artes mecânicas e lavoura, dando-lhes preferência nos arrendamentos de suas terras.” Outra decisão foi a de conceder a liberdade aos escravos de São Bento que se alistassem para servir na Guerra do Paraguai. Finalmente, em 1871, no dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre, a Ordem de São Bento abolirá a escravidão nos seus estabelecimentos, mosteiros e fazendas, 17 anos antes da Lei Áurea. Os beneditinos passarão a se dedicar à educação.

Quando os colonos italianos chegaram a São Caetano, em 1877, ainda encontraram dois casais de antigos escravos: um, Dionísio e Maria; outro, Martim Pinheiro e Joaquina, segundo João Netto Caldeira.

**04/07/1863 – A morte da escrava Felizarda, matriarca:** “Aos quatro de julho de mil oitocentos e sessenta e três, nesta Freguesia [da Sé], faleceu de bronquite aguda, com setenta anos de idade, com todos os Sacramentos, Felizarda, solteira, escrava do Mosteiro de São Bento, desta Paróquia. Encomendada, foi sepultada no Cemitério público” [da Consolação].

Era parda e nasceu em 1793, mas foi trazida para a Fazenda São Caetano só em 1808, segundo seu descendente, o historiador Luiz Gonzaga Piratininga Júnior. Aí nasceram seus descendentes de várias gerações. Piratininga recolheu na tradição oral da parentela um precioso conjunto de informações antropológicas sobre a família de sua antepassada, uma família extensa que envolvia largo número de escravos de São Caetano, de estrutura social e cultura religiosa ioruba. Nela, o papel masculino dominante cabe a um homem, que no caso foi Nicolau Tolentino Piratininga, escravo nascido em São Caetano em 1855, filho de Guilhermina, neto de Joaquina e bisneto de Felizarda, uma linhagem claramente feminina. Porém, uma vez alforriados, a referência patrimonial cabendo sempre a uma tia solteira, forma de evitar a dispersão do patrimônio e assegurar a coesão da família por ela representada. Na tradição

ioruba dos Piratininga prevaleceu o culto sincrético de Oxum numa imagem de Nossa Senhora da Conceição. Quando a escravidão terminou, segundo Piratininga Jr., a família foi morar no bairro da Liberdade, em São Paulo, aglutinada em torno do patrimônio da tia-solteira, Teresa Maria de Jesus, que, quando livre, iria para a Bahia e lá faleceria. [Piratininga Júnior, ob. cit., p. 87]

É significativo que Nicolau Tolentino Piratininga tenha, nesse bairro, se vinculado a duas irmandades religiosas relacionadas com os escravos e a abolição. A Irmandade de Santa Cruz dos Enforcados e das Almas, cuja sede era na Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, que ainda existe no terreno que foi do Cemitério dos Aflitos, um cemitério para escravos e enforcados, pois a forca ficava ali perto, no que veio a ser o Largo da Liberdade, onde é hoje a escadaria do metrô. Ele pertenceu, também, à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, que se reunia na igreja dessa invocação, então na hoje Praça João Mendes. Ali se reuniam os caifazes de Antonio Bento, movimento abolicionista que nasceu ao pé do túmulo de Luís Gama, na noite de seu sepultamento, em 25 de agosto de 1882, no Cemitério da Consolação.

Por alguma razão, que não está clara, os escravos de São Bento filiavam-se à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, na igreja dessa devoção, e não à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Era esta uma irmandade de negros, em grande parte escravos, que tinha sua Igreja do Rosário dos Pretos e o respectivo cemitério no que é hoje a Praça Antonio Prado, em São Paulo. Essa igreja foi transferida para o Largo do Paiçandu na entrada do século XX.

A diferença entre as duas invocações de Nossa Senhora é altamente significativa. Na invocação do Rosário suas irmandades foram, no período colonial, irmandades de ajustamento à sociedade estamental e de conformismo sincrético com a escravidão. Havia não só a Irmandade do Rosário dos Pretos, mas também a Irmandade do Rosário dos Pardos e a Irmandade do Rosário dos Brancos. A do Rosário dos Pretos teve a função importante de, ao segregar os homens de cor numa igreja própria, instituir o primado da negritude sobre as diferenças étnicas que separavam profundamente os negros entre si. Ainda na segunda metade do século XIX, havia muitas tensões entre os negros das diferentes etnias na escolha



do chamado Rei do Rosário, na cidade de São Paulo. O escravo negro não se reconhecia nem era reconhecido pelos brancos como negro e sim como membro de uma etnia específica, com atributos de caráter específicos, diferentes de uma para outra. “Negro” era uma categoria que os brancos utilizavam para designar todas as pessoas sujeitas à servidão, mesmo os índios, chamados de “negros da terra”. A categoria “negro” era uma categoria de uso e conveniência dos brancos para, justamente, diluir identidades com força insurgente, como ocorreu no caso da Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835, em que preponderou a etnia nagô, de nagôs muçulmanos.

Já a devoção de Nossa Senhora dos Remédios nascera no século XII com a Ordem da Santíssima Trindade, cuja função era a de arrecadar meios para resgatar cristãos escravizados na África e no Oriente Médio. Remediar no sentido da palavra latina *redimere*, redimir, designação dos atos de libertação dos cativos, mesmo no Brasil. Por ter assinado a Lei Áurea, a Princesa Isabel de Orleães e Bragança ficou conhecida como Isabel, a Redentora, a que redimiu.

Se a invocação da Senhora do Rosário era uma invocação de conformismo com a escravidão, a invocação da Senhora dos Remédios era justamente o oposto, a do inconformismo com a escravidão, uma invocação de esperança na liberdade. Não é casual que o já mencionado Movimento dos Caifazes, organizado em São Paulo pelo advogado Antonio Bento e pelo médico baiano Clímaco Barbosa, se reunisse na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, no que é atualmente a Praça João Mendes, e não na do Rosário. Ali tramavam e organizavam as ações noturnas de rapto de escravos nas senzalas das fazendas para, com a cumplicidade dos ferroviários da São Paulo Railway, enviá-los para Santos, para o quilombo do Jabaquara. Significativo que os monges de São Bento estimulassem em seus cativos a devoção à Senhora dos Remédios, tendo em sua própria igreja um altar a ela dedicado, e não à Senhora do Rosário. São muitos os sinais de que tinham os beneditinos uma atitude muito própria em relação à escravidão, que os levará à alforria de todos os seus escravos, no Brasil inteiro, em 1871, 17 anos antes da abolição da escravatura. Ainda hoje, a missa mensal por seus defuntos, na igreja do Mosteiro de São Bento, em São Paulo, é também por intenção de seus antigos escravos.

**13/08/1864 – Ponte ferroviária sobre o rio dos Meninos:** Em relatório a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, presidente da Província de São

Paulo, o engenheiro Ernesto Dinis Street informa que “a ponte do rio Tamanduateí está acabada, pouco falta para acabar a do Menino” (sic). A primeira fica entre São Caetano e o Ipiranga e a segunda fica próxima da Capela de São Caetano.

**.../02/1865 – O trem está chegando:** O presidente da Província, o conselheiro João Crispiniano Soares, relata que estão assentados os trilhos da São Paulo Railway desde Santos até a capital, com duas interrupções, uma delas entre a Fazenda de São Caetano e o bairro da Luz, na extensão de uma légua (6,6 km). A estrada de ferro será inaugurada em 1866.

**20/10/1865 – Americanos da Guerra da Secessão para São Caetano e São Bernardo:** O Dr. Pinto Júnior publica artigo sobre a disposição de confederados americanos, com o fim da Guerra Civil, imigrarem “para esta e outras províncias do Império”. Lembra “a possibilidade de converter em terreno útil, fazendo com que sejam vendidas aos imigrantes as fazendas pertencentes a corporações de mão morta, que existem dentro do município da capital, tais como a Fazenda de São Caetano e a de São Bernardo velho, que atualmente nenhum valor produtivo tem, servindo apenas para alimentarem uma porção de vadios a que se dá o nome de escravos de convento.”

O general Wallace W. Wood, e uma comitiva de americanos do sul dos Estados Unidos, chegou a São Paulo no dia 12 de outubro e por quase dois meses percorreu o interior da província, visitando lugares e fazendas para eventual aquisição de terras, pois viajava comissionado por sulistas derrotados na Guerra da Secessão e interessados em imigrar para o Brasil, cerca de 80 mil pessoas. São Caetano e São Bernardo sequer entraram no roteiro do general. Acabaria se voltando para as terras de Santa Bárbara, atual Santa Bárbara do Oeste, no que veio a ser a Vila Americana, hoje município. Foi para lá que os americanos emigraram em 1866 e 1867.

Os bens de mão morta aludidos pelo articulista eram os bens das ordens monásticas e conventuais, recebidos por doações de fieis. Tinham esse nome porque não mudavam de mão, já que sendo bens da Igreja não tinham herdeiros. A Ordem de São Bento, à qual pertenciam as duas fazendas (mais a Fazenda de Jurubatuba, em São Bernardo), tinha seus próprios planos para essas terras, que começavam a ser invadidas por posseiros. Pretendiam os monges libertar todos

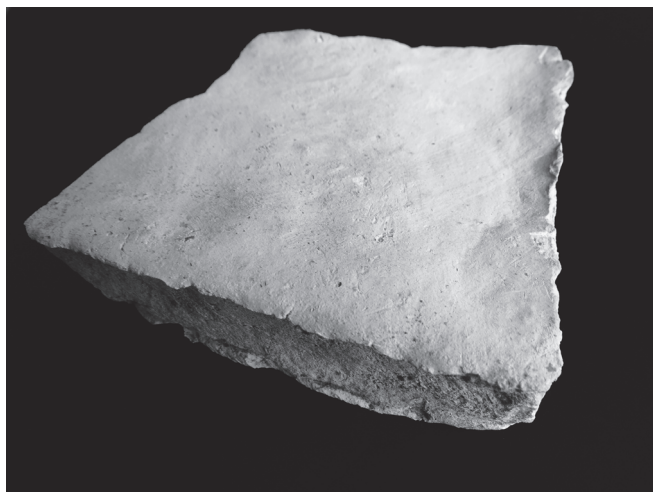
os seus escravos, e isso farão em 1871, no Capítulo de sua Ordem, em Salvador, no dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre. Chegaram a debater a possibilidade de entregar-lhes as terras de seu cativeiro.

Não era verdade que os escravos das duas fazendas estivessem inativos e fossem vadios. Em 1866, o abade reequipa a fábrica de produtos cerâmicos da fazenda com um novo amassadouro, o que indica que sua rotina produtiva não fora interrompida. Justamente, nesse momento, também, os de São Caetano começam a rejeitar o trabalho na fábrica de louça, telhas e tijolos (localizada no fundo do terreno, atrás da Capela) e a solicitar aos monges terras na fazenda para se dedicarem ao trabalho agrícola. Exploravam uma brecha no regime escravista, a do costume da agricultura própria em terra do senhor em dias santos e de guarda, de inatividade na fábrica ou na grande lavoura, que aqui não havia. A Fazenda de São Caetano era uma fazenda industrial, com uma atividade agrícola complementar e subsidiária e também pecuária. De certo modo, os escravos antecipavam o que os monges discutirão em seu Capítulo, na Bahia, a abolição de sua escravatura.

Abolido o cativeiro na Ordem de São Bento, houve dentre seus ex-escravos de São Caetano os que permaneceram na região, os que foram para a Bahia, onde estava a casa mãe da Ordem, e os que foram para a o bairro da Liberdade e arredores, em São Paulo. Neste caso, eram os da extensa parentela do escravo liberto Nicolau Tolentino Piratininga, nascido em São Caetano, em 1855, descendente da escrava, Felizarda, trazida para a Fazenda de São Caetano na virada do século XVIII para o século XIX. Nicolau foi para a Bahia, mas retornou a São Paulo, onde faleceu, em 1929. Mesmo depois de libertado, em 1871, manteve-se vinculado à Ordem de São Bento, como seu funcionário e procurador, e assim seria também com seus descendentes, até os anos 1970. Um seu descendente, Luiz Gonzaga Piratininga Jr., historiador, residente no Rio de Janeiro, escreveu um livro sobre a história da família: *Dietário dos Escravos de São Bento*, que foi sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo (Coedição Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo/São Caetano do Sul, 1991).

**12/06/1866 – Um lugar de distração:** O Reverendíssimo Padre Mestre Frei Joaquim da Purificação Araújo, começa o triênio de sua investidura como abade do Mosteiro de São Bento, de São Paulo. No relato do Estado de seu cenóbio,

que apresentará três anos depois aos Padres Capitulares da Ordem, na Bahia, descreverá a economia do Mosteiro nesse período, com várias referências a reformas na Fazenda de São Caetano e à sua produção. A Fazenda de São Bernardo, invadida por antigos foreiros e por posseiros tinha se tornado um bem inútil. Sua capela estava arruinada. Já a de São Caetano continuava produtiva tanto na agricultura quanto na fábrica de telhas, “graças a um feitor (...) que está encarregado de sua administração”. A capela e a casa-grande foram restauradas e novas senzalas foram construídas atrás da igreja, em alas, separadas por uma rua, tudo cercado de muros de taipa. Explica o abade que a Fazenda de São Caetano “hoje se pode considerar um lugar de distração”.



*Fragmento de lajota encontrado durante escavações arqueológicas no pátio ao lado da Matriz Velha. Trata-se de peça feita por um escravo ceramista da antiga fábrica de produtos cerâmicos (louça vidrada – alguidares, pratos e panelas –, lajotas, telhas e tijolos) dos monges de São Bento, que existiu na Fazenda de São Caetano aproximadamente de 1730 a 1871. Nesse fragmento é possível identificar a técnica utilizada. O Livro da Mordomia do Mosteiro contém registros sobre as fôrmas empregadas na fábrica de São Caetano para moldar cada peça, de 2,5 centímetros de espessura. A fôrma era inicialmente preenchida com um bloco de barro, sobre o qual o escravo ia depositando camadas sucessivas de argila mais mole até chegar ao topo, provavelmente utilizando água para amolecer ainda mais a camada superior e dar-lhe o acabamento. O que se nota nos sinais de escorrimento do barro mais mole por cima da fôrma, de que resultou minúscula aba da peça em relação à parte inferior perfeitamente moldada. Nessa lajota há marcas de que, com uma lâmina, fazia o escravo um único movimento circular e removia da fôrma o excesso de barro. (Foto: J. S. Martins, 2014).*

Já quando era abade frei João de São Bento Pereira, no triênio anterior ao de frei Joaquim, o poeta Fagundes Varela ainda estava morando em São Paulo. Casado muito jovem, em Sorocaba, com a filha do dono de um circo, foi morar na casinha de uma chácara, atrás da Igreja de São Bom Jesus de Matosinhos, no bairro do Brás. Em 1863, nasceu-lhe um filho, Emiliano, que morreria com três meses de idade, no dia 11 de dezembro. Seria sepultado no Cemitério da Consolação, na quadra dos anjos pequenos. Até mudar-se para o Recife, em 1865, não raro ia Varela à noite chorar sobre a campa da criança. Ou caminhava a esmo pelas ruas, tomava estrada, ia parar nas fazendas dos beneditinos.

Segundo depoimento de seu amigo e contemporâneo, Pessanha Póvoa, em *Os Annos Academicos, São Paulo, 1860-1864* (Typographia Perseverança, Rio de Janeiro, 1870, p. 225) o poeta perambulava, já no tempo da vida boêmia, “pelo Brás, Penha, São Bernardo, Santa Ifigênia, Pirapora, ou nas Fazendas dos Frades Bentos e Carmelitas.” Num tempo em que ainda não havia o trem, é muito provável que, nesse tormento, tenha mais de uma vez buscado abrigo na casa de vivenda da Fazenda beneditina mais próxima do Brás (e da Mooca, lugar da casa de um tio, em que morara), a de São Caetano. Casa que ficava ao lado direito da capela que existiu onde está hoje a Matriz Velha. Mais provável aí do que na de São Bernardo porque as construções desta última estavam arruinadas, até mesmo a igreja, como relatam os abades da época. Embora o poema “Alto da Serra de Paranapiacaba”, do *Diário de Lázaro*, sugira largas andanças do poeta por aquela região, numa época em que por ali ainda se fazia em lombo de mula a viagem de São Paulo a Santos. Portanto, passando por São Bernardo.

Ao filho, dedicou um dos mais belos poemas da nossa língua, expressão do turbilhão de sentimentos, como o da perda em que se perdia. Com base no testemunho de seu amigo Póvoa, no tormento de sua perambulação e de sua busca de paz, é quase certo que também vinha chorar em São Caetano, o *Cântico do Calvário*:

*Eras na vida a pomba predileta  
Que sobre um mar de angústias conduzia  
O ramo da esperança. — Eras a estrela  
Que entre as névoas do inverno cintilava  
Apontando o caminho ao pegureiro.  
Eras a messe de um dourado estio.*

*Eras o idílio de um amor sublime.  
 Eras a glória, — a inspiração, — a pátria,  
 O porvir de teu pai! — Ah! no entanto,  
 Pomba, — varou-te a flecha do destino!  
 Astro, — engoliu-te o temporal do norte!  
 Teto, caíste! — Criança, já não vives!*

**21/02/1868 – Um viajante inglês nos campos de São Caetano:** William Hadfield, editor do *The South American Journal and Brazil and River Plate Mail*, após vários dias de chuva e de interrupção do tráfego de trens, viaja de Santos para São Paulo, numa composição de seis carros: “Algumas milhas antes de chegar a São Paulo estão os campos ou planície, cobertos de pastos, um tanto pantanosos, mas não se vê gado...”. Na volta a Santos, no dia 25 de março, acrescenta: “a região é mais ou menos aberta, embora não cultivada, salvo em pequenas áreas.”

A janela do trem passava a ser a mediação de uma nova visão da realidade, mas também de uma modalidade peculiar de consciência social reduzida à apreciação superficial e sem demora. As elegantes janelas dos trens da São Paulo Railway introduziam a moldura do luxo na visão do rústico. Era o meio de produção de uma consciência da realidade, sobredeterminada pelo visual, polissêmica, um ver sem enxergar, um dos grandes indícios do advento da modernidade entre nós. Do jornalista Hadfield, em 1868, ao romancista e gramático Júlio Ribeiro, em 1888, ao poeta e escritor inglês, Rudyard Kipling, em 1927, a janela do trem filtrava o real, suprimia o singular diluindo-o no fugaz do átimo. A região do que veio a ser o ABC foi vista e descrita nesses tempos na perspectiva da janela de trem.

Isso já se tornara significativo no carro que foi utilizado por dom Pedro II na visita a São Caetano, em 1878, que se encontra hoje em Paranapiacaba. Ou particularmente decisivo nos carros postos em circulação a partir de 1907 e antes de 1930, palácios rodantes como a “Cristaleira”, em que Kipling viajou, ou o Carro nº 7, em que viajou o poeta belga-francês Blaise Cendrars, em 1924, ou o carro laqueado de branco que fora originalmente encomendado por uma marajá da Índia, utilizado por viajantes até mais ilustres. Num deles viajou Anatole France, em 1909, até a estação do Alto Serra para um almoço, forma compacta de mostrar-lhe a São Paulo suburbana, meio agrícola, meio industrial. O real era para ser visto ou para ser mostrado.

**31/03/1869 – A hostilidade política ao monaquismo e o destino das Fazendas de São Caetano e de São Bernardo:** Frei Joaquim da Purificação Araújo, abade do Mosteiro de São Bento, de São Paulo, diz, em relatório aos Padres Capitulares da Ordem, reunidos na Bahia, que no período de seu governo, desde 1866, mandara por, na Fazenda de São Caetano, “uma máquina de amassar barro, fazendo-se para a mesma um novo telheiro”. A telha produzida na olaria atende as necessidades de manutenção das 69 casas de aluguel do Mosteiro, de que provém 60% de suas rendas. Tem a Fazenda, também, uma grande plantação de mandioca para produção da farinha de que carecem Mosteiro e fazenda.

O abade se queixa da situação irremediável em que se encontra a Fazenda de São Bernardo, cujos problemas parecem antecipar a situação de hoje da área metropolitana de São Paulo: “Os terrenos desta Fazenda, ocupados quase todos de rendeiros, tem em si três povoações, das quais este Mosteiro longe de receber o menor rendimento, só lhe servem de flagelo e dispêndios. Os habitantes desses lugares sempre ameaçando o Mosteiro (de) fazer declarar esses terrenos (como) bens públicos, contra os legítimos títulos que temos, e que se acham em nosso arquivo, não se tem limitado só a ameaças, mas sim muitos se tem munido com títulos da Câmara Municipal desta Cidade; vede, pois, Reverendíssimos Padres as dificuldades em que se vai colocando este Mosteiro (...) quanto à posse desses terrenos, obrigando-o para reavê-los a muitos e renhidos pleitos judiciais; pleitos que tenho toda a probabilidade de sairmos vencidos, porque desgraçadamente nesta terra, não havendo cousa alguma em que seja indiferente a luta política dos partidos, cada um desses indivíduos, tendo o seu patronato, não só os protegerá em suas questões judiciais, como faria todo o esforço para não perder esse voto eleitoral. Entendo que o único meio de remediar esse mal é vendermos esses terrenos, ou por inteiro ou em lotes, ainda (que) reduzido a Apólices, como exige o Governo Imperial” (*sic*).

Uma lista de foreiros das terras beneditinas, nas duas fazendas, no século XIX, de mais de 160 aforamentos, inclui nomes que aparecerão nos litígios relativos às terras vizinhas aos núcleos coloniais nelas criados em 1877. Vários deles, valendo-se do possibilitado pela Lei de Terras, de 1850, quando se apresentou a oportunidade: em 1854 e 1856, fizeram o registro paroquial das terras que aforavam, investindo-se no direito à obtenção do respectivo título de propriedade. O prejuízo do Mosteiro era praticamente certo e imenso.

Outros fatores contribuíam para caracterizar como desfavorável o cenário da economia do Mosteiro de São Paulo. A crise financeira do País, mergulhado na Guerra do Paraguai, privava o Mosteiro “de arrecadar as suas rendas, tanto de alugueres de casas como de terras, perdendo uma subida soma de muitos inquilinos que deixaram de pagar...” Mas havia, também, os tributos que, em São Paulo, o oneravam, como “as décimas das casas que nesta terra só, e unicamente só, os religiosos pagam, já sendo de 19%, ainda foi elevada uma delas, pelo que hoje paga 22%, montando a não pequena quantia de mais de quatro contos de réis por ano com os mais impostos, que perfaz no triênio doze contos de réis.” Pedes o abade que os Reverendíssimos Padres considerem na avaliação da situação econômica do Mosteiro as despesas com as esmolas extraordinárias: “como a de Sua Santidade” (na época, o Papa Pio IX, assoberbado com a guerra da Unificação da Itália, que custou à Igreja a perda dos Estados pontifícios e seu confinamento no pequeno território do Vaticano) e a própria Congregação beneditina que impunha ao Mosteiro de São Paulo uma contribuição de doze contos de réis. A tudo acrescentava o religioso os Rs. 18\$000 (dezoito mil reis) de imposto sobre cada escravo possuído pelo Mosteiro e Rs. 0\$500 (quinhentos reis) de cada porta ou janela das 69 casas possuídas. Para uma renda de pouco menos de 70 contos, estava o Mosteiro exageradamente onerado com despesas improdutivas, praticamente reduzido à condição de foreiro do Estado e da própria Igreja.

O cenário levado à consideração do Capítulo da Ordem, que se reunia na Bahia, era o cenário apocalíptico do fim da economia monástica e das grandes tradições que haviam caracterizado a Ordem Beneditina como uma instituição mística e empreendedora, centrada na orientação do lema *Ora et labora*.

Expressão dessa identificação dos beneditinos com o trabalho é que não só a igreja de São Bento, de então, em São Paulo, tinha um altar dedicado a São Caetano, padroeiro do pão e do trabalho. Nas várias igrejas de São Bento que conheço, como a do Rio de Janeiro, a de Olinda e a de Salvador, um dos altares é dedicado, desde o período colonial, justamente, ao santo da Divina Providência. Os monges do Mosteiro de São Bento da Bahia, em 1720, deram o nome de São Caetano a um de seus engenhos. Mesma época em que foi construída na fazenda daqui a capela dedicada ao mesmo santo.

O próprio nome da fazenda beneditina, que no chamado Estado do Abade,



o relatório de seu triênio, de 1733, ainda aparece com o nome de Fazenda do Tijucuçu aparecerá no que se inicia nesse mesmo ano, relativo aos próximos dez anos, com o nome de Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. No de 1747 apenas Fazenda de São Caetano, nome que já se estendia a todo o antigo bairro do Tijucuçu. Lembretes da identificação que os monges viam entre São Bento, o fundador da Ordem, e o religioso de Thiène, inspirados pela mesma vocação, embora de distintas congregações religiosas.

Entre 1769 e 1772, o abade frei Joaquim de Santana e Araújo, completando a obra de seu antecessor, o abade frei Ângelo do Sacramento, mandou fazer ampla reforma nas instalações da Fazenda, dos três fornos da fábrica de telhas, telhões, tijolos e louça vidrada à casa grande e à Capela de São Caetano. Esta foi aumentada para 45m<sup>2</sup>, com dez metros de comprimento da porta ao retábulo, agora com torre, presbitério e sacristia, coro e púlpito. O pátio posterior da casa grande e o pátio anterior da fazenda, hoje Praça Ermelino Matarazzo, foram ajardinados com diversas qualidades de cravos. Na frente da Capela, a alguma distância, no rumo do que é hoje a Rua 28 de Julho, foi colocado um cruzeiro de cedro de quase quatro metros de altura, “à roda do qual se fez seu calvário todo de vasos de cravos levantados do chão como os do terreiro”, diz o abade, em 1772. Não foi casual que tivessem os monges mandado abrir dois nichos, de um lado e de outro do pórtico da capela, um para a imagem de São Bento e outro para a imagem de Santa Escolástica, sua mãe.

Essa imagem de São Bento será confundida com a de São Caetano pelos organizadores da festa do cinquentenário de fundação do Núcleo Colonial, em 1927. Uma foto de um São Bento barroco, provavelmente do século XVII, que ainda havia na igreja, aparece como sendo de São Caetano no opúsculo comemorativo, publicado pelo jornalista Renato Bellucci, *Pagine di Verità e di Vita*.

A crise relatada ao Capítulo pelo abade Frei Joaquim da Purificação Araújo, em 1869, se desdobrava no assédio às terras de São Caetano e de São Bernardo, não só por antigos foreiros da Ordem de São Bento, que arrendavam sítios nas duas fazendas, mas ainda por invasores e posseiros, o que vinha se dando desde o século XVIII. Também o governo, já antes da Independência, em especial pela ação da Câmara Municipal, favorecia os particulares no avanço sobre as terras beneditinas, como parte de uma incursão política e ideológica contra as instituições

monásticas e por meio delas contra o Antigo Regime e sua mentalidade, que elas supostamente representavam. As tensões do contraditório modo como se definia o destino das terras monásticas de São Caetano e de São Bernardo eram as dores do parto da modernidade no Brasil, aqui agudizadas porque nesse espaço convergiam os desencontros próprios das grandes transições políticas, econômicas e sociais.

Os políticos da incipiente modernidade da época não levavam em conta, ao menos no caso de São Paulo, o quanto de influência iluminista havia no pensamento dos monges filósofos do Largo de São Bento. No século XVIII, ali ministrara o historiador Frei Gaspar da Madre de Deus, segundo me contou Dom Martinho Johnson, o monge arquivista, historiador, um curso sobre a filosofia de Kant, de que o Mosteiro conserva o manuscrito. Nas reformas do início do século XIX, especialmente na arquitetura da enfermaria dos escravos, na encosta entre o pátio e o ribeirão do Anhangabaú, descrita na documentação beneditina, são evidentes as influências sanitárias da era das Luzes.

Mesmo na Fazenda de São Caetano, na primorosa reforma, reconstrução e reformulação dos edifícios, em 1772, o pensamento das Luzes é influente nas concepções adotadas, infiltrado na estética barroca, o próprio abade usando a palavra “moderno” para descrever detalhes das obras realizadas.

A reação antimonástica, que criou as condições para a transformação da Fazenda de São Caetano em Núcleo Colonial, em 1877, nem mesmo levou em conta a cultura de inovação e empreendedorismo que havia na economia e no modo de organizar as contas do Mosteiro e das fazendas. Coisa que era rara no incipiente capitalismo de base escravista que nascia entre nós. Inovação que se manifestava na própria classificação da escravaria, com base em distinções de natureza legal, em índios administrados e os propriamente escravos. Distinções que, de certo modo, protegiam o escravo contra a unificação categorial que nas fazendas dos particulares a todos reduzia ao estatuto do escravo negro de origem africana, o escravo mercadoria. Protegiam na medida em que pressupunham regras propriamente jurídicas que atenuavam o cativo absoluto dos cativos, tão disseminado durante todo o regime escravista.

Em 1750, a Fazenda de São Caetano tinha oito escravos negros, entre homens,

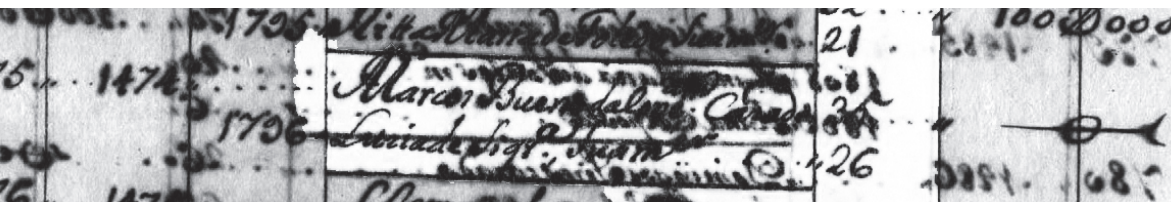
mulheres e crianças. E tinha quinze índios administrados, também entre homens mulheres e crianças. Os administrados eram praticamente o dobro do número de escravos negros. O crescimento da escravidão negra estava apenas começando, em função da expansão da cultura canavieira na Capitania de São Paulo, e a servidão indígena estava próxima do fim, extinta que seria em 1757.

A reação antimonástica do século XIX não levava em conta, portanto, esse cuidado jurídico com a diferença classificatória entre escravidões, que eram etapas nas mudanças lentas em direção ao mundo moderno. Cuidado que refletia, de certo modo, idéias e costumes que tinham sentido na perspectiva da era das Luzes. Uma era antecipada de vários modos nas fazendas beneditinas, de que a Fazenda de São Caetano foi um dos melhores exemplos, em relação ao seu tardio advento no Brasil.

Os monges não só mantiveram a distinção entre índios administrados e escravos negros, em que os primeiros, desde 1611, eram de fato agregados que não podiam ter preço nem ser vendidos, ainda que reduzidos à condição servil, e tinham direitos que os negros não tinham. O que se expressou materialmente num litígio, no século XVIII, entre o abade e um índio administrado da Fazenda de São Caetano, o mestre Marcos Bueno da Conceição. Muito provavelmente, um índio capturado ainda criança no que é hoje o Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII, e dado aos beneditinos, como era costume. Era ele feitor dos escravos (e por isso assalariado), e embora propriamente servo, era também arrendatário de uma ilha da Fazenda no rio Tamanduateí, provavelmente no delta que havia na foz do que é hoje o rio dos Meninos (antes que um dos canais fosse aterrado por uma indústria no século XX). Em determinado ano, produzira mandioca naquela terra e com ela fizera farinha, vendida para o abade. Este, porém, se recusou a pagar-lhe o que fora comprado, alegando ser o arrendatário seu escravo. Era de tradição que servos e mesmo os escravos pudessem ter suas próprias roças, cultivadas em domingos e dias santos de guarda, conseguindo mesmo formar pecúlio com a venda desses produtos, em princípio, a seus senhores, que tinham preferência na compra. É o que explica que nas contas do Mosteiro apareçam escravos sendo alforriados, como no caso da escrava Joana, octogenária, da Fazenda de São Caetano, cuja alforria foi paga por um seu filho, em 1810.

O mestre Marcos apresentou petição por escrito a um monge visitador, vindo do Rio de Janeiro, a quem pediu justiça. Deparou-se o monge, a quem

*Registro do recenseador do Bairro de São Caetano, em 1765, dos dados relativos ao mestre Marcos Bueno da Conceição e de sua mulher, Luzia de Siqueira, ele com 35 anos de idade e ela com 26. Não tinham filhos. Sua casa foi a 775ª recenseada na cidade de São Paulo e seu termo. Foram, respectivamente, o 1.474º homem e a 1.796ª mulher recenseados. Não tinham nenhum cabedal, o que se compreende, porque era ele um índio administrado da Fazenda de São Caetano e, portanto, um servo. Mestre Marcos Bueno da Conceição nascera em 1730, época das incursões de bandeirantes às minas de ouro de Goiás e de Cuiabá, quando índios foram preados, alguns dos quais descidos para os aldeamentos da Vila de São Paulo. A atenção que recebia dos monges de São Bento, o fato de que se tornara mestre de um ofício e feitor dos escravos de São Caetano sugerem que o Mosteiro o recebera em doação quando ainda criança. O sobrenome, raro em escravos – Bueno – pode ser um indício de que fora capturado por parente do Anhanguera, descobridor das minas de Goiás.*



cabia fazer correição e reparar as injustiças porventura existentes nos mosteiros visitados, como um juiz de fora, com a complexa situação de uma pessoa que personificava o servo, o colono e o assalariado. Na sentença que emitiu, condenou o abade a pagar de seu próprio bolso a farinha comprada do índio e não paga. Fez um trabalho jurídico perfeito. Mostrou que o mestre Marcos personificava três pessoas, que deviam ser analisadas separadamente. O índio administrado era, sem dúvida um servo (embora de fato declarado livre pelo *Diretório dos Índios do Maranhão e Grão Pará*, da época do Marquês de Pombal, que em 1755 libertara os escravos indígenas do cativoiro e até os equiparara aos brancos, livrando-os de restrições de direito, de natureza estamental; *Diretório* cujos efeitos foram estendidos ao Estado do Brasil, em 1757). Mas era, também, um assalariado, porque feitorava os escravos, que nesse tipo de vínculo, o salarial, subentendia pessoa livre e juridicamente igual. E era, ainda, colono, isto é, arrendatário da terra da ilha do Tamandateí.

Neste caso, arrendamento pressupunha contrato e, portanto, também, igualdade jurídica, ao menos tácita, entre proprietário e arrendatário: só os juridicamente iguais podem contratar. Entre desiguais há dominação, não há nem pode haver *contrato*, isto é, trato recíproco, pois uma das partes é destituída de vontade própria. Não fora, pois, o servo que produzira a farinha, nem o empregado assalariado (caso em que trabalharia para seu patrão e a seu patrão pertenceria o produto de seu trabalho) e sim o colono, que trabalhava para si mesmo. Tinha, portanto, direito a receber o pagamento da mercadoria que vendera. É de notável sofisticação, numa sociedade escravista, que em relação a um subalterno fossem observadas sutilezas jurídicas como essa que, justamente por isso, o beneficiavam, sendo ele o mais frágil.

A sentença do monge visitador era uma desconstrução teórica e antecipatória do historicamente possível, aprisionado no corpo daquele cativo e de muitos outros se aí incluirmos os chamados escravos de ganho, alugados a terceiros por seus senhores. Neste último caso, para seu senhor, o escravo continuava sendo renda capitalizada, como variante do capital constante. Mas para o comprador de seu trabalho era capital variável, porque aí o trabalho já estava separado do trabalhador. Não era imobilização improdutiva de capital na pessoa de quem trabalhava.

O processo histórico, um século antes da abolição da escravatura, já anunciava na particularidade de um caso como esse as contradições que lhe davam as virtualidades desconstrutivas da unidade dos opostos, que só começariam a se manifestar como personificações específicas após a liberdade juridicamente plena do 13 de maio de 1888. O desbaste jurídico dava antecipadamente substância a sujeitos que só podiam ganhar visibilidade interpretativa no plano teórico, como categorias abstratas. Reais apenas no fragmento de atividade (e de tempo), a agrícola do mandiocal, na exceção, que dava sentido a um sujeito possível. Mestre Marcos não sabia, mas intuía que era potencialmente o que ainda não podia ser. Foi a razão de seu apelo por escrito ao visitador já que não era sujeito de direito e não podia, portanto, apelar diretamente ao que então se chamava de justiças de Sua Majestade. As muitas evidências das contradições de sua vida, documentadas no Livro da Mordomia do Mosteiro, colocaram-no diante da realidade de um ser que não o era, um ser presumível. O monge visitador, de outro modo, pela via jurídica, decifrou esse mistério de sua vida, o mistério da História, o da historicidade que se oculta mesmo nas contradições dos simples.

Aliás, mestre Marcos, aos 35 anos de idade, foi recenseado com a mulher, Luzia de Siqueira, nove anos mais moça, no recenseamento do bairro de São Caetano, em 1765. Deve ter nascido, portanto, em 1730. O sobrenome de sua mulher coincide com o de outros moradores do bairro, gente livre, que consta de genealogia. Ou era mameluca ou era branca. A inclusão de Marcos e Luzia, no censo, sugere o reconhecimento oficial de sua família como de sítiantes livres, já que os administrados e os escravos eram recenseados no rol de seus senhores.

No caso de São Bernardo houve um episódio que mostra como mesmo a Igreja incomodava-se com os direitos da tradição monacal, e a autonomia corrente dessas comunidades religiosas, e contra eles conspirava. Levemos em conta que o abade de uma ordem monástica tem status e privilégios de bispo. Decidira o bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, erigir paróquia na Capela de São Bernardo, capela da Fazenda beneditina. Em carta ao capitão general e governador Antonio José de Franca e Horta, de 17 de setembro de 1806, dizia-lhe o bispo: “Agradeço muito a Vossa Excelência as providências que deu a respeito da Igreja de São Bernardo, pois aqueles fregueses necessitam muito quem ali lhes administre o pasto espiritual, e aquela capela de nada serve aos religiosos, e foi feita com esmolas daqueles povos.” A hostilidade é evidente nas opostas concepções da missão e da forma que deve assumir. Sobretudo tendo o abade hospedado o bispo na casa-grande da Fazenda de São Caetano, por três dias, pouco antes dessa época, certamente para um longa conversação sobre o caso da Capela de São Bernardo, um caso claramente político.

Recorreu o abade de então ao Príncipe Regente, Dom João, futuro Dom João VI, quando a família real já se encontrava no Brasil. Insurgia-se contra o absurdo da medida de erigir paróquia em terras particulares. Acabou o príncipe dando extenso parecer, mantendo a paróquia, que devia, no entanto, estabelecer-se em templo que não fosse o da fazenda beneditina. O que deu origem a que a paróquia fosse estabelecida na capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, até que fosse construído o templo definitivo no lugar em que se situa hoje a matriz de São Bernardo. Porém, o pároco seria um monge de São Bento, forma de evitar conflito de autoridade religiosa em terras que eram de fato da Ordem monástica. A paróquia acabou sendo criada em 1812.

**02/09/1869 – Carta para um jovem escravo de São Caetano: A Repartição**

dos Correios publica uma “Lista nominal das cartas atrasadas do mês de agosto, que deixaram de ser entregues por ignorar-se a residência dos destinatários”. Uma das cartas é endereçada a Nicolau Tolentino Piratininga, escravo ladino da Fazenda de São Caetano, que tinha, então, 14 anos de idade. Escravos raramente tinham sobrenome; quando o tinham era o sobrenome do seu senhor. É o que explica tantos descendentes de escravos com sobrenome de barões e de famílias tradicionais. Às escravas geralmente se dava um sobrenome de santo, o que também acontecia com mulheres livres, mas pobres. Essa carta é um curioso indício de que o escravo Nicolau, ainda adolescente, já havia adotado um sobrenome paulista, próprio da onda nativista e regionalista que ganhará sentido no abolicionismo, no Manifesto Republicano de 1873 e na proclamação da República. Portanto, um escravo informado, que se diferenciava politicamente até mesmo dos brancos.

**29/09/1871 – Libertação dos escravos de São Caetano e de São Bernardo:** Dia seguinte ao da assinatura da Lei do Ventre Livre ou Lei “Rio Branco”. O Capítulo da Ordem de São Bento, reunido no Mosteiro de Salvador, na Bahia, decide libertar, sem compensação, todos os seus escravos, mais de quatro mil em todo o País. Nesse dia tornam-se livres os escravos das fazendas beneditinas de São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba. Vários de São Caetano vão morar no bairro da Liberdade, onde a escrava Teresa Maria de Jesus tinha comprado uma propriedade. Outros vão para a Bahia. Outros permanecem na região, conforme testemunho de antigos colonos do Núcleo Colonial de São Caetano.

**28/06/1872 – O filho de Dona Deolinda:** Nasce José Mariano Garcia Júnior, filho de Dona Deolinda Maria da Conceição, solteira. Será batizado, no dia 23 de fevereiro de 1873, na Catedral da Sé. Deolinda Maria da Conceição tinha terras, onde vivia, no lugar chamado Ressaca, no que é hoje a Vila Barcelona, no antigo bairro de São Caetano, no limite da Fazenda de São Caetano, da qual vários membros da família Toledo eram foreiros. No Título de Eleitor nº 138, de José Mariano, tirado para a eleição de 1º de março de 1918, consta que é filho de Deolinda de Toledo. Ao que parece, foi aparentada com João Floriano de Toledo, que teve reconhecido seu direito à aquisição e legitimação de um sítio na Fazenda de São Caetano, de que era foreiro desde 1834. Aparentemente são as mesmas terras que Dona Deolinda venderá ao Banco União, de Antônio de Lacerda Franco, como farão vários colonos de São Caetano, no início dos anos 1890, época da crise financeira do Encilhamento.

Ouvi de uma idosa senhora da família Cavanna que foi Dona Deolinda quem ensinou aos colonos italianos aqui chegados em 1877 e 1878, como os de sua família, os costumes agrícolas locais e o tempo e o modo de lidar com os ciclos da natureza, aqui completamente diferentes do que conheciam na Itália.

É possível que José Mariano Garcia Júnior recebesse o nome por algum parentesco, de sangue ou simbólico, com José Mariano Garcia, homem de recursos da Freguesia do Brás, morador da Mooca, parente dos Galvão Bueno, família antiga, com ramificação em São Bernardo. Em 1880, tinha 38 anos de idade, era solteiro, proprietário, sabia ler, era elegível, tinha renda anual de Rs. 500\$000 (quinhentos mil reis), o que o habilitava para servir no júri. Tinha escravo, pelo que se vê de uma notícia de 27 de agosto de 1870, quando foi preso seu escravo Luís, por embriaguez e desordem. Em 1885, a Câmara Municipal de São Paulo aceita a doação que lhe faz José Mariano Garcia de uma rua na Mooca em terrenos de sua propriedade. Trata-se, ao que parece, da Rua da Mooca, pois em 1894 é intimado pela Câmara a fazer muros e passeio nos imóveis do número 53 ao 69 dessa rua.

O filho de Dona Deolinda, José Mariano Garcia Jr., terá vida destacada em São Caetano. Será o primeiro agente dos Correios, no início do século XX. Participará da fundação da União Operária, em 1907. Será juiz de paz. Em 1918, será vogal do conselho diretor do Tiro Brasileiro de Guerra nº 34, de São Bernardo. Falecerá em 9 de maio de 1947.

Os netos de dona Deolinda entrarão na política. Lauro Garcia será vereador em Santo André, quando São Caetano era distrito, e será vice-prefeito de São Caetano. Lauriston Garcia será vereador. A família residirá, por muitos anos, na Rua Perrella, perto da esquina da Av. Conde Matarazzo.

**17/06/1874 – Aliciamento, na Itália, de colonos para São Caetano:** Autorizado pelo Decreto nº 5.663, o Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em nome do Império, com a rubrica do Imperador, contrata com Joaquim Caetano Pinto Júnior a introdução de 100.000 imigrantes europeus no Brasil, nos próximos dez anos. Dentre eles, italianos do norte. Diz o contrato que “O empresário receberá por adulto, as seguintes subvenções: Rs. 125\$000 (cento



de vinte e cinco mil réis) pelos primeiros 50.000 imigrantes; Rs. 100\$000 (cem mil réis) pelos 25.000 seguintes; Rs. 60\$000 (sessenta mil réis) pelos últimos 25.000, e a metade destas subvenções pelos que forem menores de 12 anos e maiores de dois.” E esclarece que “Estas subvenções serão pagas na Corte (Rio de Janeiro), logo que for provado que os imigrantes foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da Província à que se destinarem.” Os emigrantes de Cappella Maggiore, na província de Treviso, no Vêneto (Itália), destinados ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877, seriam recrutados e transportados por Caetano Pinto Jr. com base e nos termos desse contrato.

**24/09/1874 – As terras do território perdido de São Caetano:** Nicolau d’Atoghino apresenta a João Teodoro Xavier, presidente da Província, um relatório detalhado sobre a Fazenda de São Caetano, para eventual compra e emprego na colonização. As terras são consideradas terras de mantimentos. Nela “há bonitos pés de café e fruteiras. As casas e capela (...) são construídas de taipa e conservam-se boas, salvo pequenos reparos...” Há também as senzalas, todo o conjunto fechado por muros de taipa. As terras não ocupadas por foreiros e as benfeitorias da Fazenda são avaliadas em Rs. 37:000\$000 (trinta e sete contos de réis). O governo acabará pagando aos beneditinos Rs. 16:000\$000 (dezesseis contos de réis) pelas três fazendas: São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba, menos da metade do valor só da Fazenda de São Caetano, um verdadeiro confisco.

São arrolados vizinhos e foreiros da Fazenda, moradores do bairro de São Caetano, cujas famílias aí viviam desde o século XVIII, pelo menos, famílias de tropeiros, como se vê especialmente nos recenseamentos de 1765 e de 1780. E também de carreiros, além de tropeiros e lavradores, como se vê, ainda um século depois, pelo arrolamento eleitoral de São Bernardo, de 1880. Seu direito preferencial às terras ocupadas será reconhecido. São arrolados quatro foreiros da Ordem de São Bento, com benfeitorias: viúva de João Floriano de Toledo (Rs. 750\$000), Joaquim Antonio de Jesus (R\$ 800\$000), João Floriano de Toledo Filho (Rs. 750\$000) e Joaquim Manoel de Toledo (Rs. 110\$000); e mais dois foreiros sem benfeitorias: Germano Junca [Hermann Juncker] e Maria de Tal. Pelo menos mil hectares das terras da Fazenda de São Caetano estavam na posse de foreiros e de ocupantes. Metade da área total da extensa propriedade.

Na planta do Núcleo Colonial, de 1887, estão devidamente assinaladas as terras

da antiga Fazenda de São Caetano ocupadas por foreiros do Mosteiro de São Bento ou por posseiros e mesmo invasores, outros que não os indicados no relatório de Nicolau d’Athogino: J. Antônio Pedroso, José Mariano, Joaquim José de Oliveira, Emílio Floriano de Toledo, Antonio Maria, Francisco Antônio de Jesus, Rafael de Barros e Francisco Padre.

João Antonio Pedroso era foreiro desde 1843 e teve seu arrendamento renovado em 1862. Há vários Pedrosos arrendatários do Mosteiro em São Caetano e São Bernardo ao longo do tempo. José Mariano, que ocupava as terras entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, em Heliópolis de hoje, tudo indica que é descendente de Antonio Joaquim Mariano que arrendou terras em 1829. Com as terras desse sítio fica José Antonio Mariano, em 1840, segundo anotação do administrador do Mosteiro. Suponho que José Antônio fosse filho de Antônio Joaquim, porque pagou ao Mosteiro oito anos do arrendamento que este devia. E também porque “a viúva de Antonio Joaquim Mariano não quis largar o sítio: antes, mandou pagar dois anos...” Um José Antônio Mariano também arrendava terras do Mosteiro na Fazenda de Jurubatuba, desdobramento da Fazenda de São Bernardo. Os Florianos de Toledo aí estavam, como foreiros, desde 1834, pelo menos. Vários Toledos ocorrem tanto em São Caetano quanto em São Bernardo. Esses e outros sobrenomes presentes no recenseamento de 1765 repetem-se do século XVII ao século XIX, com indícios vários de serem mamelucos, o que se reforça com os nomes nheengatu da toponímia, nomes de lugares que já existiam antes da Conquista e foram confirmados depois dela por uma população que falou língua geral até o século XVIII: rio Moeriguera (atual córrego Ressaca ou do Moínho, entre o bairro Santa Paula e o Barcelona), rio Itinga (córrego Tinga, que nasce dos lados da Candelária, atravessa o que foi a Cerâmica São Caetano e deságua no rio dos Meninos), rio Tamanduateí (atual rio dos Meninos), rio Caaguaçu (atual rio Tamanduateí).

Mais detalhes sobre personagens das terras perdidas da Fazenda de São Caetano, as que ficam entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, dão indicações interessantes sobre aquela extensão do antigo bairro do Tijucuçu, que passara a se chamar bairro de São Caetano na primeira metade do século XVIII. Quando do assassinato de um filho de João Antonio Pedroso, na manhã de 27 de maio de 1910, por um operário italiano da cerâmica de Sacoman Frères, localizada à margem do ribeirão, no que é hoje o bairro do Sacoman, o noticiário agrega informações sobre

a população daquela área. Diz a notícia do *Correio Paulistano* do dia 28: “O terreno que serviu de teatro ao crime, pertence ao sítio de propriedade do lavrador João Antonio Pedroso, conhecido na redondeza pelo nome de João Lino.” E acrescenta: “João, homem de idade já avançada...” O crime ocorreu “à direita da estrada de rodagem para Santos, um pouco além da ‘Árvore das Lágrimas’, secular figueira brava...” Ou seja, a estrada das Lágrimas passava por dentro do sítio de Pedroso e estendia o sítio do Moínho Velho mais para o sul, sítio, de “pequenas dimensões”, que abrangia o que é hoje a favela de Heliópolis. Miguel Pedroso, a vítima, de 27 anos, morava ao lado da casa do pai. Ambos viviam da agricultura. O crime decorreu de um bate-boca entre o assassino e a vítima, em virtude de ter Pedroso proibido caçadas no local. O terreno tinha capões de mata, procurados pelos caçadores para matar passarinhos. A proibição do sitiante se devia ao temor de que os tiros pudessem atingir alguém que estivesse no campo. Portanto, o cenário ainda era, de certo modo, o do século XVII, quando foram concedidas ao sesmeiro Manoel Temudo as matas e não o campo, que era de servidão pública.

E conclui Nicolau d’Athogino o relato de sua inspeção: “De todas as localidades examinadas, é sem contestação a Fazenda de São Caetano, pertencente aos Frades de São Bento, a mais apropriada para receber uma Colônia, já pela sua posição, já pela qualidade de suas terras e dimensões, já pela facilidade de poder-se empregar em uma grande parte dela os instrumentos aratórios.”

**13/04/1875 – Sobre as consequências da libertação dos escravos:** O abade frei João de São Bento Pereira, escreve o relato de seu Estado ao Capítulo reunido na Bahia, casa mãe dos beneditinos: “...declaro a este Congresso Capitular que a libertação dos escravos foi uma verdadeira calamidade para o Mosteiro de São Paulo, e é conveniente e mesmo necessário que seja ele aliviado da excessiva custa com que deve concorrer para a Arca da Congregação.”

**14/08/1876 – Inspeção na Fazenda de São Caetano (1):** O Conselheiro Bernardo Nascentes de Azambuja, inspetor geral de terras e colonização, incumbido pelo Dr. José Cupertino Coelho Cintra de dirigir-se a São Paulo e examinar as fazendas da capital da província nas quais se projeta a criação de núcleos coloniais. Da visita, resultará a proposta de fundação dos núcleos de Santana e Glória, em próprios nacionais, e de São Caetano e São Bernardo, em fazendas compradas à Ordem de São Bento.

**26/08/1876 – Ex-escrava de São Caetano morre na Bahia:** Nicolau Tolentino Piratininga anota na contracapa de um *Flos Sanctorum*, adquirido na Bahia em 12 de fevereiro, que em Salvador “...faleceu a minha tia Teresa Maria de Jesus e no dia 27 foi sepultada no Cemitério da Quinta dos Lázaros.” Ela havia nascido escrava na Fazenda de São Caetano em 26 de junho de 1829 e nessa Fazenda se tornara adulta. Foi batizada na Catedral da Sé e foram seus padrinhos os escravos, do Mosteiro de São Bento, José e Rosa. Comprara um lote de terreno em 29 de março de 1871, no Morro do Telégrafo, no Bairro da Bela Vista [Piratininga Júnior, ob. cit., p. 241].

O que sugere que tinha pecúlio e que escravos de São Caetano já estavam livres antes da libertação geral que os Beneditinos concederam a seus cativos em 29 de setembro, seis meses depois dessa compra.

**02/09/1876 – Inspeção na Fazenda de São Caetano (2):** José Cupertino Coelho Cintra, engenheiro do Instituto de Terras e Colonização, visita a Fazenda de São Caetano. Diz que nela existem poucas matas e capoeiras, que o solo é coberto de pastos nativos, inçados de cupins. Coelho Cintra, pernambucano, se tornaria notável em sua profissão, como fundador da colônia de Campo dos Bugres, a que deu o nome de Caxias (RS), hoje Caxias do Sul, porque amigo do Duque de Caxias. Tido como “pai de Copacabana”, no Rio de Janeiro. Seria prefeito do Recife e deputado. Por incrível que pareça, é tido como fundador dos núcleos coloniais de São Paulo e do Espírito Santo, dentre eles o Núcleo Colonial de São Caetano. Seu nome seria dado a vários logradouros públicos em diferentes estados do Brasil. Em oposição ao parecer de Nicolau d’Athogino, deprecia a Fazenda para reduzir-lhe o valor e o preço. O governo acabaria pagando pela Fazenda de São Caetano muito menos do que valia.

**21/09/1876 – Consulta ao abade de São Bento:** Tomás Coelho envia, do Rio de Janeiro, telegrama ao presidente da província de São Paulo pedindo uma declaração escrita do abade de São Bento de que concorda com a desapropriação das Fazendas de São Caetano (do século XVII), São Bernardo (do século XVII) e Jurubatuba (do século XVIII).

**30/12/1876 – Medição das terras da Fazenda de São Caetano:** O Ministério da Agricultura ordena à Diretoria Geral das Terras e Colonização



*A ex-escrava de São Bento, Teresa Maria de Jesus, nascida em São Caetano em 1829 e falecida em Salvador, Bahia, em 1876, filha da escrava Felizarda (1793-1863), também de São Caetano. (Foto: c. 1875; Coleção de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior).*

que seja proposto o engenheiro que será incumbido da medição das terras compreendidas na Fazenda de São Caetano, e outros estabelecimentos, e sua divisão em lotes para colonos.

**.../02/1877 – Fundação das colônias:** O ministro da Agricultura nomeia uma comissão para tratar da fundação das colônias que seriam instaladas no mesmo ano: Santana, Glória, São Bernardo e São Caetano, todas na capital de São Paulo.

**.../02/1877 – Autorizada a compra de São Caetano e de São Bernardo:** Sebastião José Pereira, presidente da província de São Paulo, é autorizado a efetuar a compra das Fazendas de São Caetano e de São Bernardo, pertencentes ao Mosteiro de São Bento, para serem divididas em lotes e os lotes destinados a imigrantes.

**21/02/1877 – Chegam os engenheiros:** Chega a São Paulo, chefiada pelo engenheiro Leopoldo José da Silva, a comissão designada pelo Ministério da Agricultura para medir e demarcar as terras compradas recentemente nos arredores da cidade para estabelecer imigrantes. Além do engenheiro Silva, a comissão é composta de dois agrimensores e dois praticantes. Também demarcam os lotes, cujas divisas, no futuro, serão as linhas de abertura das ruas da cidade de São Caetano.

**29/06/1877 – Colonos que virão para São Caetano já estão em Gênova para embarcar:** Os emigrantes italianos que embarcariam para o Brasil no dia seguinte e seriam destinados ao núcleo colonial de São Caetano, assinam, em Gênova, um documento de ciência das condições em que seriam recebidos na província de São Paulo. Num dos documentos, assinado por Giovanni Peruch, é mencionado, como agenciador dos colonos, Caetano Pinto Jr., que se tornaria um dos mais importantes traficantes de mão-de-obra para as fazendas de café de São Paulo.

**01/07/1877 – A partida e a viagem do vapor “Europa”:** Neste domingo, parte de Gênova (Itália) o vapor “Europa”, de propriedade de G. B. Lavarello & Cia., sob comando do Capitão Vianello, trazendo 98 famílias de imigrantes vênets para São Paulo, recrutados por Caetano Pinto Jr., que para isso fora contratado pelo governo brasileiro. Parte deles, oriunda de Cappella Maggiore,

na província de Treviso, viria para São Caetano. No dia 6, o jornal *Diário de São Paulo* publica a notícia, comentando que “a questão é os homens acomodarem-se entre nós. Convém, portanto, que se deem providências no sentido de captar-lhes as boas graças, fixando-os aqui.” Conforme documentos do arquivo do National Maritime Museum, de Londres, o navio fez escalas em Cádiz (Espanha), no dia 5, e na Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, no dia 11, para abastecimento de carvão. Chegaria a Buenos Aires no dia 27. Deve ter aportado em Santos no dia 24 de julho. Esse vapor fora lançado ao mar, em Newcastle (Inglaterra), em 27 de fevereiro de 1872 e seria desmontado em 1893.

**03/07/1877 – Tudo pronto:** Com um perímetro de 14 quilômetros, já está medida a Fazenda de São Caetano e já estão demarcados os seus lotes para recebimento dos imigrantes vindos da Itália.

**05/07/1877 – Escritura das Fazendas de São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba:** É passada, no Cartório do 1º Ofício da Capital (Livro de Notas 86, fl. 172), a escritura pela qual a Ordem de São Bento vende ao governo imperial as fazendas de São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba. O governo paga por elas a ínfima quantia de Rs. 16:000\$000 (dezesesseis contos de réis).

**28/07/1877 – Fundação do Núcleo Colonial de São Caetano:** Na tarde deste dia, com a presença do juiz de direito Sebastião José Pereira, presidente da província de São Paulo, são recebidas e instaladas na casa grande, ou casa de vivenda, e nas senzalas da antiga Fazenda de São Caetano as vinte e oito famílias de imigrantes italianos, originários de Capella Maggiore, na província de Treviso, no Vêneto, totalizando 150 pessoas, que fundam o núcleo colonial, no município de São Paulo. São cabeças dessas famílias: Antonio Daffré, Antonio Gallo, Antonio Garbelotto, Antonio Martorelli, Celeste De Nardi, Celeste Pantallo, Domenico Bottan, Domenico Perin, Eliseo Leone, Francesco Bortolini, Francesco De Martini, Francesco Fiorot, Gaetano Garbelotto, Gaetano Garbelotto Filho, Giacomo Dal’Cin, Giacomo Garbelotto, Giovanni De Nardi, Giovanni Moret, Giovanni Peruch, Giovanni Tomé, Giuseppe Braidó, Giuseppe De Savi, Luigi D’Agostini, Modesto Castelotti, Natale Furlan, Paolo Martorelli, Pietro Pessot, Tommaso Tomé.

Conta o *Correio Paulistano*: “Sua Excelência, o Sr. Presidente da Província, em companhia do engenheiro chefe do estabelecimento colonial, Leopoldo





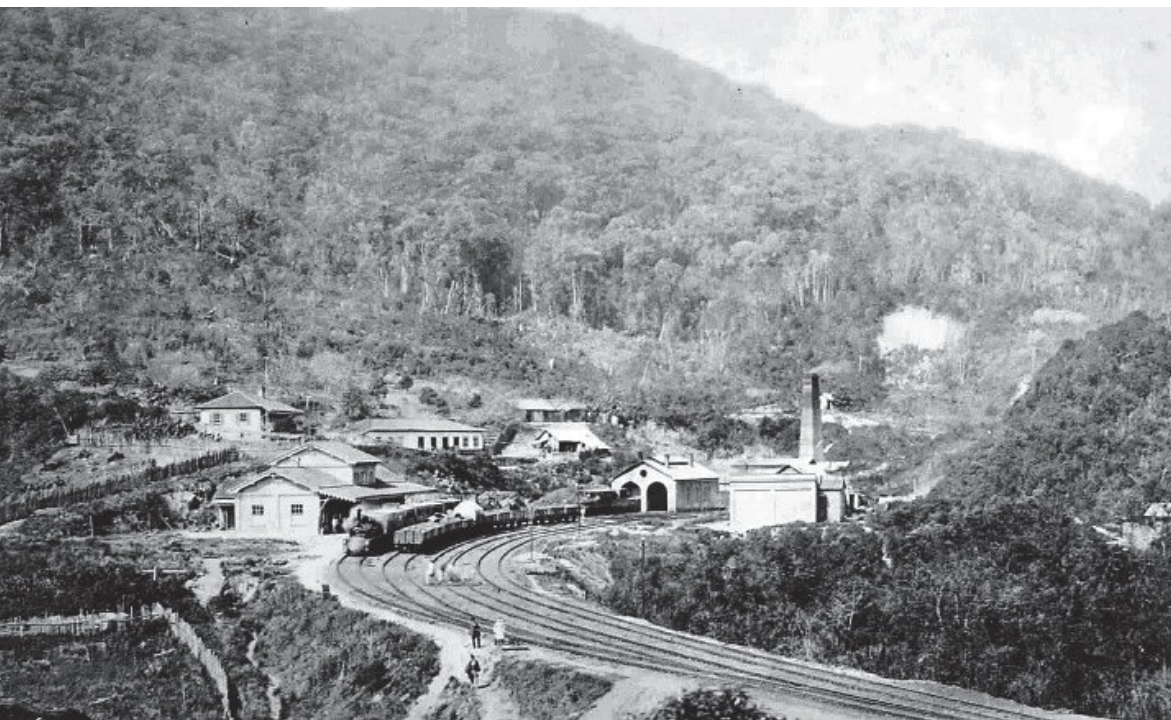
José da Silva, e de seu ajudante, o Sr. José Antonio Vieira de Castro Júnior, assistiu a chegada dos colonos e retirou-se às 4 horas da tarde. Todos os colonos mostraram-se satisfeitos, e Sua Excia., ainda mais uma vez, presenciou a boa ordem e a disposição dos empregados da comissão a cargo do engenheiro, Sr. Leopoldo José da Silva.”

**02/08/1877 – Estranhando a comida brasileira:** O jornal *A Província de S. Paulo*, do dia 5 de agosto diz que “ouvimos dizer o seguinte: Dos 150 colonos italianos que nos últimos dias do mês passado foram instalados na colônia de São Caetano, nas proximidades desta capital, 120 mostraram-se pouco satisfeitos, a 2 do corrente fizeram questão a respeito da alimentação que se lhes dá, e pretendem retirar-se.” Em 29 de março de 1878, o mesmo jornal noticiava que os colonos estavam sendo alimentados com milho cozido e carne, péssima apresentação da culinária brasileira a quem se pretendia ficasse encantado com o Brasil e aqui quisesse permanecer para sempre. Com razão, os colonos reclamavam.

No dia 8 o jornal desmentirá a notícia, dizendo que apenas três chefes de família reclamavam por terem sido enviados a São Caetano, pois queriam ir para Santa Catarina, onde já tinham parentes. Mais tarde, acontecerá que imigrantes italianos aparentados com colonos de São Caetano, chamados por suas famílias daqui, ao chegar, fossem, no entanto, enviados para o Núcleo Colonial Barão de Jundiá, no município desse nome.

Não era incomum, aliás, que emigrantes chegassem aos portos italianos imaginando estar embarcando para os Estados Unidos e descobrissem ao fim da viagem que estavam desembarcando em Santos ou Buenos Aires. Foi o que aconteceu com o avô do historiador americano Ralph Della Cava, notável “brazilianist”, que foi assessor do senador Edward Kennedy na oposição à ditadura militar brasileira (1964-1986) em seu empenho na defesa dos direitos humanos na América Latina. Contou-me Della Cava, numa noite de amena conversa na casa de Octavio Ianni, professor da USP cassado pela ditadura, que seu avô fora para Gênova com a intenção de embarcar para a América, imaginando que viajava para os Estados Unidos. Foi parar em Buenos Aires. Só mais tarde conseguiria emigrar para o país que escolhera. Aqui em São Caetano, Giuseppe De Martini, em carta ao pai, que fora para a Itália, onde ainda tinha família, e queria retornar, fala em América e não em Brasil. América era a terra indefinida e mítica, a “terra della cucagna”, do

*Estação do Alto da Serra (atual Paranapiacaba), na São Paulo Railway. Na plataforma, um dos mesmos trens da época da fundação do Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877. (Foto: 1870; Marc Ferrez).*



“fare l’América”, do “fazer a América” para voltar rico à mítica Itália.

Havia uma divisão do “mercado” de emigração entre as companhias de navegação. Diferente dos propriamente viajantes, o potencial emigrante que embarcasse em Gênova, vinha fatalmente para a América do Sul. O que embarcasse em Nápoles ia fatalmente para os Estados Unidos. Muitas famílias foram divididas em consequência desse “arranjo” mercantil que dos emigrantes fazia mera mercadoria. Não sabiam, mas eram vendidos e comprados, algo não muito diferente do que acontecera no regime escravista.

Muitos dos conflitos entre imigrantes e fazendeiros ou imigrantes e o governo decorreram da descoberta dessa amarga realidade em que a liberdade civil do trabalhador estrangeiro era aqui tolhida. O professor e colono suíço Thomas Davatz, enviado com seu grupo para a Colônia de Ibicaba, do senador Vergueiro, em Limeira, narra em seu livro, de 1850, *Memórias de um Colono no Brasil*, a revolta que empreenderam contra a situação em que viviam. Revolta que motivou a primeira acusação policial de insurgência comunista no Brasil, coisa que de modo algum era, numa época em que Karl Marx e Friedrich Engels mal haviam lançado o *Manifesto Comunista*, que é de 1848. A maioria não tinha a mínima ideia do que era “isso”. Temor que também alcançará as autoridades em relação aos colonos de São Caetano, em janeiro de 1878: uma simples e justa reclamação dos imigrantes motivou o embarque de tropa com destino à colônia, para reprimilos, cujo desembarque do trem não ocorreu, à vista de situação bem diversa da de uma insurreição. Graças à intervenção rápida, oportuna e sensata de Antônio da Silva Prado, grande fazendeiro, vereador em São Paulo e notável artífice do fim da escravidão e um dos patronos da imigração estrangeira. Ele veio rapidamente a São Caetano para evitar a insensatez de um ataque descabido.

**04/08/1877 – Primeira morte:** O engenheiro Leopoldo José da Silva, diretor do Núcleo Colonial de São Caetano, escreve ao presidente da Província, Sebastião José Pereira, o Ofício nº 38, comunicando-lhe que faleceu ontem uma menor, filha de colono de São Caetano. Espera ordens para encomendação do corpo e enterro da menina.

**04/08/1877 – Colonos de São Caetano preferem ir para Santa Catarina (1):** Leopoldo José da Silva, encarregado do serviço de colonos, informa ao

presidente da província que, das famílias que imigraram no vapor “Europa”, parte veio para São Caetano e parte foi para o núcleo colonial de Santana. Alguns de São Caetano quiseram ir para Sta. Catarina, onde já tem parentes, sendo-lhes mostrado que isso é impossível porque se comprometeram por escrito com o governo a ir para onde este determinasse.

Embora não haja maiores indicações sobre os descontentes, nem os nomes nem o lugar de destino, é muito provável que tenham sido enviados para a Colônia de Azambuja, a primeira colônia de italianos na província de Santa Catarina, fundada no mesmo ano de 1877. Os colonos para lá enviados também foram aliciados e transportados com base no mesmo contrato assinado pelo governo do Império com Caetano Pinto Jr. para introduzir imigrantes no Brasil. Os dados disponíveis dizem que para Azambuja foram imigrantes de Mantova (na Lombardia) e de Padova (no Vêneto). É possível, portanto, que os descontentes, que foram enviados a São Caetano tenham sido separados na viagem ou precedidos em viagem anterior. Talvez porque a maioria dos que foram para São Caetano, e ficaram, tivessem vindo da localidade de Cappella Maggiore, na província de Treviso, no Vêneto, e muitos fossem aparentados entre si. É provável que não só o rompimento dos grupos familiares tivesse motivado a decisão, mas também o estranhamento decorrente da diferença de origem em relação aos que acabariam ficando em São Caetano. O que se compreende numa Itália em que há diferenças dialetais e de costumes até mesmo de uma aldeia para outra, vizinha. Só em janeiro de 1878 chegariam a São Caetano imigrantes originários de Mantova, mas também eles identificados pela proximidade de origem, de povoações próximas.

**05/08/1877 – Colonos de São Caetano preferem ir para Santa Catarina (2):** O jornal *A Província de S. Paulo* noticia que, dos 150 colonos instalados na colônia de São Caetano nos últimos dias do mês de julho, 120 mostraram-se pouco satisfeitos e querem ser transferidos para a província de Sta. Catarina.

**06/08/1877 – Cemitério para São Caetano:** O presidente da província, Sebastião José Pereira, pede à Câmara Municipal da Capital a construção de um cemitério, à custa do governo, no núcleo de São Caetano, onde já existe decente capela. Nas primeiras semanas após a chegada dos colonos, foi alta a mortalidade em São Caetano: um falecimento a cada 3 dias.

**07/08/1877 – Reclamações de colonos:** O jornal *Diário de S. Paulo* contesta notícia publicada no jornal *A Província de S. Paulo* sobre descontentamento de colonos instalados em São Caetano. Diz que apenas três chefes de família foram a São Paulo fazer reclamações que não tem fundamento.

**15/08/1877 – Colonos de São Caetano são enviados para Santa Catarina:** O bacharel Leopoldo José da Silva, encarregado do serviço de colonos em São Caetano, comunica à imprensa que foram enviados para a Corte, a cidade do Rio de Janeiro, 21 imigrantes dos que se achavam em São Caetano, visto não quererem terras nesse lugar e sim em Sta. Catarina. Isso ocorreu apenas 19 dias após a chegada dos imigrantes a São Caetano. Uma semana após a instalação do núcleo colonial, já surgira o descontentamento entre colonos, que não queriam ficar na localidade. Inicialmente, Leopoldo José da Silva tentara convencê-los de que a transferência era impossível, devido ao contrato que fizeram com o governo brasileiro. Os jornais chegaram a polemizar a respeito do número de colonos insatisfeitos, que desejavam transferência. Finalmente, o encarregado do núcleo enviou-os para o Rio de Janeiro, a fim de que fossem transferidos para Sta. Catarina. E diz: “Foi uma medida bem acertada, pois o contrário só prejudicaria a ordem estabelecida para o bem estar dos que ficam, que se acham satisfeitos.”

**18/08/1877 – Casamento de dois antigos escravos de São Caetano:** O liberto Sabino de Jesus, que nascera na Fazenda de São Caetano e nela fora escravo, casa com Maria Guilhermina, também nascida em São Caetano, irmã de Nicolau Tolentino. O casamento foi na Igreja da Sé. [Piratininga, ob. cit., p. 244]. O pai de Sabino, Cipriano, nascido em 1820, também fora escravo na Fazenda de São Caetano.

**29/08/1877 – Parecer favorável ao cemitério:** A Comissão Permanente da Câmara Municipal de São Paulo dá parecer favorável à construção de um cemitério em São Caetano, atendendo pedido de Sebastião José Pereira, presidente da província.

**10/10/1877 – Colono da segunda leva recebe passaporte na Itália:** Giuseppe Ferrari, nascido em 1844, recebe em Magnacavallo, província de Mântua, Itália, passaporte para viajar com a família para o Brasil. Viria para São Caetano. Faleceria em 1897. Era casado com D<sup>a</sup>. Prima Resaghi Ferrari.

**15/10/1877 – Mortos de São Caetano recusados em São Bernardo:** O Padre Tomás Inocêncio Lustosa, vigário de São Bernardo, onde é proprietário de terras, escreve a Antonio Vieira de Castro Jr., encarregado do serviço de colonos do núcleo colonial, informando que não mais poderá aceitar cadáveres provenientes de São Caetano no cemitério de sua Freguesia. Até 20 de outubro desse ano, faleceram 18 pessoas no núcleo colonial, mais de 10% da população. Só em 1889, com a elevação de São Bernardo a município, mortos de São Caetano voltarão a ser sepultados no cemitério daquela localidade.

**20/10/1877 – Descrição da capela, da casa-grande e das senzalas da Fazenda de São Caetano:** O bacharel Leopoldo José da Silva, diretor do Núcleo Colonial de São Caetano, em relatório ao Presidente da Província, descreve a sede da Fazenda onde já estão instalados os colonos: “uma casa regular com bastantes compartimentos, situada dentro de um pátio cercado por muros de construção de taipa, tendo de um lado 12 pequenos quartos separados da casa principal por uma capela. Todas estas acomodações tem sido conservadas e se acham alojados (nelas) imigrantes que se destinam para este núcleo...” É o sítio ao redor da atual Matriz Velha. A casa-grande, a capela e a senzala eram construções originais do início do século XVIII. A planta feita pela Inspeção de Colonização mostra que eram treze e não doze os quartos, isto é, as senzalas da antiga Fazenda.

O engenheiro diz, também, que a Fazenda “contém algumas matas. Existem alguns intrusos que se aplicam na tiragem de madeira.” Diz ainda que, em São Caetano, há alguns carpinteiros que são aproveitados na construção de casas provisórias de madeira.

São celebradas missas nas capelas de São Caetano e de São Bernardo, alternadamente.

**20/10/1877 – Estatística demográfica do Núcleo Colonial:** Desde o dia 28 de julho, entraram no Núcleo Colonial de São Caetano 156 pessoas, saíram 21, nasceram 4 e morreram 18. População dos colonos nesta data: 121 pessoas.

**24/10/1877 – Historiador tenta vender documento:** O historiador Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, autor dos *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, que seria publicado em 1879, dirige uma carta ao presidente da província de São

Paulo, Sebastião José Pereira, oferecendo ao governo, mediante o pagamento de Rs. 1:000\$000 (um conto de réis), informações e cópias de documentos sobre as terras da antiga Fazenda de São Caetano, “obtidas à força de longas e aturadas pesquisas e escavações”. Na verdade, os documentos oferecidos eram mais sobre São Bernardo do que sobre São Caetano. O que mostra que o grande historiador paulista não só fazia pesquisa histórica, mas também furtava documentos supostamente úteis para decidir questões de propriedade da terra.

**07/11/1877 – Colonas de São Caetano, artesãos da palha:** Diz o *Correio Paulistano*, em extenso artigo de primeira página sobre os núcleos coloniais recentemente fundados na cidade de São Paulo: “Em São Caetano, trata-se com afincos das plantações e já existe muita madeira tirada para a construção das habitações. Neste Núcleo, as mulheres, além dos trabalhos domésticos, ocupam-se também na fabricação de objetos de palha que aos domingos são vendidos na capital.”

No mesmo texto, o articulista pondera: “...se faz mister que a entrega dos fundos para as despesas do seu custeio não sofram delongas, visto como estas descoroçam os colonos, e colocam o diretor em posição embaraçosa; que haja polícia para que o gado não invada o terreno dos colonos e não estrague as suas plantações como está acontecendo; que se faça uma estação na estrada de ferro de Santos a Jundiá em frente à colônia de São Caetano parando os trens durante algum tempo para facilitar a comunicação e o transporte entre a capital e aquele núcleo, porquanto o trânsito há de aumentar em pouco tempo.”

A referência ao gado que pudesse invadir a lavoura dos colonos, indica que ainda havia entre foreiros e ocupantes os criadores de gado. Como em 1852, quando Carlos Abrão Bresser, que tinha um sítio no Moínho Velho, em terras de litígio com a fazenda de São Caetano, que menciona ter ali gado, pertencente a sua mulher. Essas terras aforadas ou ocupadas da Fazenda eram demarcadas por valos, raramente por cercas, o que nem sempre assegurava a retenção dos animais.

O local sugerido para a estação é a proximidade da capela, no lote de Luigi D’Agostini. A estação só será construída seis anos mais tarde, em 1883, num lote vizinho, o de Luigi Baraldi, na reta e não na curva, diversamente do que sugerira o jornalista. Se tivesse prevalecido a sugestão inicial, o centro da cidade seria hoje completamente diferente. Com a estação dando diretamente para a praça da igreja, teria tido o

aspecto de muitas cidades do interior, o centro ao redor da igreja. Em São Caetano o centro se desenvolveu ao redor da estação ferroviária, expressão de um certo secularismo de motivação econômica contra a tendência histórica e tradicional da motivação religiosa na fundação e desenvolvimento das cidades brasileiras. Esse é um dos indícios da modernidade que demarca o tipo de sociedade que se esperava decorresse da fundação do Núcleo Colonial de São Caetano.

**09/11/1877 – De novo, o cemitério:** Sebastião José Pereira, presidente da província, volta a insistir com a Câmara Municipal de São Paulo para que determine a construção de um cemitério em São Caetano. Já havia feito um pedido no dia 6 de agosto, aprovado pela Câmara a 29 do mesmo mês. O cemitério dessa proposta nunca foi construído.

**12/11/1877 – Legitimação das terras dos posseiros e foreiros de São Caetano:** João Floriano de Toledo Filho, de família de moradores muito antigos do Bairro de São Caetano (atuais regiões da Vila Barcelona e do Bairro Sta. Maria) faz um pedido a Leopoldo José da Silva, encarregado do núcleo colonial, que dá parecer favorável a seu atendimento, encaminhando-o ao presidente da província. O documento mostra que os antigos posseiros e moradores do lugar, anteriores à chegada dos colonos, também ficaram sob jurisdição dos funcionários da colonização, com a vinda dos imigrantes italianos. Portanto, agregados ao núcleo colonial. Em dezembro de 1878, seriam determinadas pelo governo a medição e legitimação das terras ocupadas por antigos posseiros e foreiros da Ordem de São Bento na Fazenda de São Caetano.

**04/12/1877 – Colono sepultado no Cemitério da Consolação:** No Cemitério Municipal de São Paulo, depois Cemitério da Consolação, “foi sepultado (...) o cadáver do colono Perin Domenico, de 56 anos de idade, italiano, casado, falecido na Colônia de São Caetano de lesão orgânica do coração.” O Reverendo Vigário Gaudêncio Antônio de Campos dá o “sepulte-se como pobre”. É o primeiro sepultamento de colono de São Caetano no Cemitério da Consolação. Antes disso, os colonos falecidos eram sepultados no cemitério da Freguesia de São Bernardo, cujo vigário, o Padre Tomás Inocência Lustosa, passou a recusar-lhes sepultura a partir de 15 de outubro de 1877, alegando falta de lugar.

Domenico Perin foi titular do Lote nº 43, depois de sua morte confirmado em



nome de sua família, em 1878, e adquirido por Giovanni Gallo, em 1887. O lote compreendia a área hoje limitada pela Rua São Paulo, Rua Carlo Del Prete, prolongamento imaginário da Rua Casemiro de Abreu e rio dos Meninos. Portanto, boa parte do que foi mais tarde o terreno da Cerâmica São Caetano, no lado em que existiu a Divisão de Refratários, inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas numa manhã de chuva, em 26 de novembro de 1941.

Em 1913, foi criada a Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo, antecessora da Cerâmica São Caetano, para ser ali instalada. A empresa teve como um de seus sócios o engenheiro Cajado de Lemos. Mas enfrentou as dificuldades da Primeira Guerra Mundial para integralizar o capital. Em dezembro de 1918, Cajado de Lemos cometeu suicídio e o fez, segundo comentavam antigos operários da Cerâmica, nas proximidades da fábrica. Aí por 1923, Roberto Simonsen, que era o principal dono da Companhia Construtora de Santos, adquiriu dos sócios remanescentes da Privilegiada boa parte da empresa, que acabaria mudando o nome para Cerâmica São Caetano S/A, em 1924. Em 1973, a concorrente Magnesita, de Minas Gerais, a compraria de seus netos.

Desativada e demolida a fábrica, foi ali construído, nos anos recentes, na parte que fora da família de Domenico Perin, um conjunto de edifícios residenciais e comerciais. Da fábrica de refratários resta um dos forms, ao lado do local em que existiu uma pequena praça. Nela houve uma escultura de bronze, de São Caetano di Thiène, em oratório de materiais de terracota da própria Cerâmica, inaugurado em 20 de novembro de 1942 pelo arcebispo Dom José Gaspar.

**07/12/1877 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (1):** “foi sepultado no quadro dos Anjos nº. 6, sepultura 161, o cadáver da inocente Ana Maria, de um ano de idade, filha de Pantalo Celeste e sua mulher Pantalo Maria, sendo ditos italianos da imigração [,] Núcleo de São Caetano, falecida de catarro sufocante. (...) ...o sepulte-se não está como pobre, porém o atestado alega pobreza e por [isso] vai como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.”

**08/12/1877 – A viagem do vapor Sully:** Parte de Gênova, Itália, o vapor francês *Sully*, de que é capitão Adolph Second, com destino ao Rio de Janeiro. Traz imigrantes italianos recrutados por Caetano Pinto Júnior, que fora contratado

pelo governo imperial para recrutar e transportar trabalhadores europeus para o Brasil. O vapor atraca no porto do Rio no dia 2 de janeiro de 1878. Aparentemente, nesta leva são imigrantes oriundos da província de Mântua, na Lombardia. Os colonos da primeira leva, chegados a São Caetano em 28 de julho de 1877, vinham da província de Treviso, no Vêneto.

**29/12/1877 – Morte em alto mar:** A bordo do vapor *Sully*, de Quesnel Frères et Compagnie, à uma hora da tarde deste sábado, falece a menina Cesira Cavanna, filha de Angelo Cavanna e de Theresa Curci. Nascida a 16 de maio, tinha sete meses de idade. O pai e a mãe aparecem na lista de passageiros como solteiros. Era neta paterna de Pasquale Cavanna e de Luigia Cantadori, que imigravam no mesmo navio. Com base no artigo 86 do Código Napoleônico, como oficial do estado civil, firma a ata de falecimento, redigida em francês, o capitão do navio, Adolph Segond. O documento é assinado, também, pelo médico de bordo, Arsène Debaux, de 37 anos, e pelo segundo capitão, François Petiteville, de 32 anos. Aparentemente, o falecimento se deu já em águas territoriais brasileiras, a 4 dias da chegada ao Rio de Janeiro, destino do navio.

A família Cavanna obteve os documentos de viagem na comuna de Magnacavallo, na Província de Mantova, Itália. Mas procedia de Schivenoglia, na mesma província, conforme a ata de falecimento da menina Cesira.

**02/01/1878 – Chegam ao Rio de Janeiro os colonos da segunda leva:** Atraca no porto do Rio de Janeiro o vapor *Sully*, trazendo a bordo 627 imigrantes italianos, sendo que 54 deles eram italianos de Trento que vinham com nacionalidade austríaca. Haviam sido recrutados por Caetano Pinto Júnior, que o governo imperial contratara para introduzir no País trabalhadores rurais estrangeiros. Os 627 eram agricultores e católicos. Deles, 356 eram solteiros, 251 casados e 22 viúvos; 340 eram do sexo masculino e 287 do sexo feminino. Apenas 394 eram maiores de 12 anos de idade.

Alguém anotou a lápis, na lista dos passageiros, o destino final de cada família. Algumas ficaram no Rio, outras foram enviadas ao Paraná e ao Rio Grande do Sul. Nove das famílias, diante de cujos nomes foi anotado “SP”, foram enviadas a São Paulo e encaminhadas ao Núcleo Colonial de São Caetano. Constituem a maior parte da segunda leva de imigrantes. Todas procedentes de diferentes localidades da

província de Mantova, menos a de Dionisio Madella, originária de Padova. São elas: Francesco Coppini (43 anos, casado), sua mulher, Luigia Coppini (41 anos) e Erminia (um ano de idade – Erminia morrerá, em São Caetano, pouco mais de um mês depois da chegada); Luigi Baraldi (42 anos de idade, casado), sua mulher, Luigia, 35 anos de idade, e os filhos Primo (12 anos) e Ernesto (8 anos – que falecerá em São Caetano, em quatro meses: será sepultado no Cemitério da Consolação, no dia 1º de maio de 1878); Pasquale Cavanna (65 anos de idade) e sua mulher, Luigia (63 anos), e Evangelista (64 anos, viúva), Theresa (24 anos, solteira), Angelo (27 anos, solteiro), o nome de Cesira, de 7 meses, falecida na viagem, está riscado; Giuseppe Carnevali (41 anos, casado) e sua mulher, Rosa (31 anos), Filomena (10 anos), Onesta (7 anos), Giovanni (3 anos) e Pietro (um ano, que morrerá em São Caetano antes do fim do mês); Giuseppe Ferrari (33 anos, casado) e sua mulher Prima Resaghi (29 anos), Raimondo (9 anos), Remigio (7 anos), Virginia (3 anos), Adalgisa (2 anos) e Ermelinda (4 meses, que falecerá no início do mês de fevereiro, em São Caetano; nos documentos, aparece com o nome de Emilia); Luciano Gennari (35 anos, casado) e sua mulher Marcellina (35 anos), Erminia (10 anos), Luigia (8 anos), Zelinda (5 anos) e Olinda (2 anos); Filippo Roveri (43 anos, casado) e sua mulher Maria (36 anos), Violante (45 anos, viúva, provavelmente irmã de Filippo), Francesco (11 anos), Erminia (9 anos), Anna (7 anos), Clotilde (5 anos) e Antonio (2 anos); Antonio Zapparoli (44 anos, casado) e sua mulher Adelaide (37 anos), Maria 13 anos, Malvina (10 anos), Apollonia (5 anos) e Francesco (3 anos, cujo nome foi acrescentado à mão na lista de embarque). A única família não procedente de Mantova, e sim de Padova, no Vêneto, é a de Dionisio Madella (34 anos, viúvo), Rosa (71 anos, viúva, provavelmente sua mãe), Maria (16 anos), Virginia (4 anos, que morrerá em São Caetano, pouco mais de um mês depois da chegada) e Aristodemo (2 anos).

Na lista de colonos enviados a São Caetano, na mesma ocasião, constam Primo Secondo Baraldi, Luigia Coppini e Isacco Coppini, que não estão na lista de embarque. Em conversa que comigo teve, em 15 de abril de 1991, D<sup>a</sup> Alice Martinho Coppini esclareceu-me que esta Luigia Coppini imigrou viúva e era mãe de Francesco Coppini e Isacco Coppini. Embora, por alguma razão, não constem da lista de passageiros, mas constem da lista de colonos encaminhados ao Núcleo Colonial, no dia 4 de janeiro, o que me faz supor que viajaram no mesmo navio. Também não constam os filhos de Pasquale Cavanna, Luigi e Angelo. No entanto, ao menos Angelo estava a bordo, como se vê pela ata de falecimento de sua filha Cesira, lavrada pelo comandante do navio.

**04/01/1878 – Segunda leva de imigrantes:** Chegam as famílias da segunda leva de imigrantes italianos destinados ao Núcleo Colonial de São Caetano.

Novos grupos chegariam em 1879, 1882, 1884, 1887, 1888, 1889 e 1890, quando entra no Núcleo Colonial o último colono. Na leva de 1879, chegarão as famílias de Domenico Visentini, Eugenio Modesto, Francesco Antonio Modesto e Pietro Visentini; na de 1882, as de Antonio Grecco e Marino Dall’Antonia; em 1884, a de Martino Giuseppe Pin; na leva de 1887, as de Angelo Fiorot, Angelo Santi, Antonio Bottan, Antonio De Cal, Antonio Perin, Augusto Scottà, Giovanni Lorenzon, Giovanni Tonucci, Luigi Fiorot, Paolo Poletto, Pietro Meneghel, Santo Basso, Santo Gava, Sebastiano Lasso e Vincenzo Santoro; em 1888, a de Giovanni Maria Lorenzon; em 1889, a de Giovanni Giacomini; na leva de 1890, as de Alessandro Domenico, Antonio Da Ros, Domenico Da Ros, Francesco Pizzolli, Giovanni Minaré, Girolamo Pizzolli.

**10/01/1878 – Revolta dos colonos de São Caetano:** Nesta manhã de quinta-feira, os colonos de São Caetano se revoltam por falta de fornecimento de víveres e por falta de pagamento das diárias prometidos pelo governo. Viram-se privados de certos alimentos por alguns dias, passando a carne fresca, pão e milho cozido. Em decorrência da revolta, vem a São Caetano o chefe de Polícia. Tropas são embarcadas em São Paulo, pela ferrovia, para reprimi-los, mas seu desembarque não será necessário. É chamado com urgência o vereador Antônio da Silva Prado, que exercia gratuitamente o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização da Província de São Paulo. Houve revolta também nos núcleos de Santana e de São Bernardo. Na emergência, o presidente da província, que estava nos últimos dias de seu governo, pediu a Antonio Proost Rodovalho, grande comerciante da cidade de São Paulo, que fornecesse gêneros aos imigrantes. A Tesouraria da Província começara a opor obstáculos burocráticos ao pagamento de contas e de subsídios aos núcleos coloniais da Capital. Alegava que o diretor das colônias, o engenheiro Leopoldo José da Silva, não havia prestado contas de retiradas anteriores, não havendo possibilidade de liberar novos recursos. A situação ficou mais grave porque o fornecimento de alimentos aos colonos havia sido posta em concorrência, sendo vencedor o comerciante Enrico Scuvero, cujo contrato entrara em vigor no dia 1º de dezembro de 1877. Desde então, alguns gêneros dobraram de preço, como o feijão e o arroz, causando grande prejuízo ao fornecedor, que, além do mais, não recebia do governo, em dia, os seus pagamentos. Por essa razão, rescindiu o

contrato. Convém lembrar que os alimentos não eram fornecidos gratuitamente aos colonos. O respectivo valor era descontado das diárias a que estava obrigado o governo e dos salários que recebiam por trabalhos que realizavam na abertura de estradas e construção de alojamentos.

O problema permanecerá sem solução nos meses seguintes, provocando nova manifestação dos colonos de São Caetano e a demissão de Antonio Prado, em maio de 1878. Era um momento de transição política. Sebastião José Pereira, que promovera a criação do Núcleo Colonial e o apoiara, deixou o governo no dia 18 de janeiro. No dia 5 de fevereiro, assume o governo da província João Batista Pereira, de orientação oposta, inimigo declarado da política de fundação de núcleos coloniais: preconizava o envio dos imigrantes diretamente para as fazendas de café.

O vereador Antônio da Silva Prado justifica, neste dia, sua ausência da sessão da Câmara Municipal de São Paulo, realizada às 10 h da manhã, por ter sido chamado a serviço urgente da colonização na Colônia de São Caetano. Grande fazendeiro e, mais tarde, banqueiro e industrial, será depois senador e ministro do Império. Membro ativo do Partido Conservador, será o grande ministro da Abolição da escravatura, que encaminhará, no Parlamento e no governo, o fim da escravidão negra no Brasil. Quando veio a São Caetano, o fez na condição de inspetor voluntário e gratuito da imigração, função que exercia há algum tempo. Será o responsável, também, pela reativação do núcleo colonial, em 1886, abandonado pelo governo desde 1879, quando foi emancipado.

**27/01/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (2):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº 1, sepultura nº 37, o cadáver do menor Carnevali Pietro, de 1<sup>1/2</sup> ano de idade, filho de Carnevali Giuseppe e Frigeri Carnevali Rosa, imigrante [s] do núcleo de São Caetano, naturais de Itália, com autorização do Exmo. governo da Província vem ser sepultado no Cemitério municipal, falecido de enterocolite, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite”.

**05/02/1878 – Novo governador condena São Caetano:** João Batista

Pereira, novo presidente da Província de São Paulo, sucessor de Sebastião José Pereira, condena os métodos adotados na colonização de São Caetano, iniciada no ano anterior. Considerou infeliz a escolha desse lugar, e de outros, como São Bernardo, Glória e Santana, no governo de Sebastião José Pereira. O novo presidente da província entendia que os lugares escolhidos não eram adequados e que as terras não eram boas. Chegaria a visitar colônias particulares, de fazendeiros do interior, para onde pretendia transferir os imigrantes.

**08/02/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (3):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº 1, sepultura nº 46, o cadáver da menor Emília [Ermelinda] Ferrari, de 7 meses de idade, filha de Ferrari Giuseppe, natural de Itália, imigrante do Núcleo de São Caetano, pelo atestado do Dr. Jayme Serva, faleceu de marasmo, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.” Emília nascera a 28 de maio de 1877, na Itália, alguns meses antes da emigração de sua família para o Brasil.

**16/02/1878 – Renuncia médico do Núcleo Colonial:** O Dr. Jayme Soares Serva comunica ao presidente da província, João Batista Pereira, que rescindiu contrato para servir como médico dos núcleos coloniais da Glória, São Bernardo, Jurubatuba e São Caetano. Sugere um médico só para Glória e São Caetano.

**21/02/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (4):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos dos médios, nº 4, sepultura nº 99, o cadáver da menor Virgínia Madella de 4 anos e meio, de idade, filha dos [...] italianos Madella Dionisio e Madella Maria [que morrera antes de imigração da família para o Brasil], falecida na Colônia de São Caetano, de anasarca [,] segundo o atestado do profissional doutor Jayme Serva, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.” Anasarca é inchaço que constitui sintoma de falência renal e insuficiência hepática.

**22/02/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (5):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº. 1, sepultura nº. 62, o cadáver da menor Erminia Coppini, de

18 meses de idade, filha de Coppini Francisco e de Coppini Luiza, imigrantes do Núcleo de São Caetano, naturais de Itália, falecida de diarreia, segundo o atestado do doutor Jayme Serva, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.” Fazia um mês e meio que haviam desembarcado no Brasil e chegado a São Caetano.

**23/02/1878 – Doenças de que padecem os colonos:** Epidemia em São Caetano. O diretor do núcleo colonial informa ao presidente da província que há em São Caetano 23 doentes, sendo 11 com oftalmia purulenta, 4 com febre tifoide, 4 com diarreia e os demais com reumatismo, gastralgia, marasmo e lesão cardíaca. Devido aos quatro casos de tifo, julga necessária a visita de médico. Como o médico dos núcleos coloniais, Dr. Jayme Serva, rescindira o contrato de assistência aos colonos na semana anterior, o presidente da província comissiona o Dr. Flávio Augusto Falcão para visitar os doentes e dirigir o tratamento. O tifo não progrediu.

**13/03/1878 – Colono de São Caetano sepultado no Cemitério da Consolação (1):** “foi sepultado no quadro geral nº 2, sepultura nº 81, o cadáver de Angelo Felice, de 57 anos de idade, casado, colono do Núcleo de São Caetano, Italiano, faleceu de lesão orgânica do coração, segundo atestado do doutor Augusto Falcão, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.”

**27/03/1878 – Falece escrava de santo:** É sepultada no Cemitério da Consolação a liberta Tomásia Maria do Espírito Santo, ou Tomásia Maria de Jesus, nascida escrava na Fazenda de São Caetano, em 1824. Faleceu de “lesão orgânica do coração”, aos 54 anos de idade. Era tia do liberto Nicolau Tolentino Piratininga. No *Livro de Batismos de Escravos na Sé de São Paulo*, diz o assento [Livro 03.02.02, f. 53v]; “Aos vinte e oito de dezembro de mil e oitocentos e vinte e quatro anos, nesta Sé, de licença o Reverendo Higino Francisco Teixeira batizou, e pôs os Santos Óleos, a Tomásia, filha de pai incógnito, e de Felizarda, solteira, escrava de São Bento em São Caetano; foi padrinho José, escravo do mesmo Santo, todos desta Sé, do que faço este assento, que assino. O Segundo Coadjutor Joaquim José de Oliveira.” [Piratininga, ob. cit., p. 242].

**29/03/1878 – Falta de alimentos e de pagamentos:** Os colonos de São

Caetano e de São Bernardo estão sem receber seus subsídios e há quatro dias sem gêneros alimentícios, passando a milho cozido e carne fresca. De 60 a 80 colonos foram ao Palácio do Governo, no Pátio do Colégio, pedir providências “prontas e imediatas”. O fornecedor de alimentos rescindira o contrato por falta de pagamento do governo. Recebidos por um ajudante de ordens do presidente da província, foi-lhes prometido pagamento em cinco dias e a continuação no fornecimento de alimentos.

**30/03/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (6):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº 1, sepultura nº 87, o cadáver da menor Maria, de 19 meses de idade, filha dos imigrantes italianos do Núcleo de São Caetano, sendo seus pais Martorelli Antonio e Martorelli Angela, faleceu de enterocolite, segundo atestado do doutor Jayme Serva, e veio ao Cemitério municipal por deliberação do Presidente da Província, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.”

O Padre Eugênio Dias Leite se despedirá da paróquia do Brás em 1º de julho de 1879, transferido para a Sé Catedral.

**.../04/1878 – Recenseamento:** São recenseados 161 colonos em São Caetano.

**04/04/1878 – Descontentamento dos colonos de São Caetano:** Nesta 5ª. feira, cerca de vinte colonos de São Caetano foram reiterar suas reclamações perante o vice-cônsul italiano. Este os enviou ao presidente da província. O motivo da manifestação é o mesmo que motivara a revolta dos imigrantes do núcleo colonial no mês de janeiro: falta de pagamento dos subsídios devidos aos colonos e falta de alimentos. A ida dos colonos ao presidente da província, João Batista Pereira, será desmentida depois.

**09/04/1878 – Médico para São Caetano:** O Dr. Jayme Soares Serva pede a nomeação de um médico exclusivamente para os núcleos coloniais de São Caetano e da Glória.

**13/04/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério**



**da Consolação (7):** “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº 1, sepultura nº 99, o cadáver da menor Maria, de 9 meses, apesar de estar na certidão 9 anos, de idade, filha do colono italiano Peruch Giovanni e Peruch Teresa, pertencente [a] o Núcleo de São Caetano, faleceu de disenteria, anteontem, às 11 horas da noite, conforme atestado do Doutor Epiphanio Loureiro. Como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se grátis do Rev. Pároco Pe. Cincimut.” É provável que a pequena Maria tenha nascido durante a viagem para o Brasil, alguns dias antes do desembarque em Santos.

**14/04/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (8):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos grandes nº 1, sepultura nº 77, o cadáver da menor Luísa Gennari [Luigia Gennari], de 8 anos de idade, falecida anteontem às 7 horas da manhã, em o Núcleo de São Caetano, é filha de Gennari Luciano e Gennari Marcella, colonos italianos, falecido de disenteria (*sic*) conforme atestado do Doutor Epiphanio Lourenço, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.” A família Gennari chegara a São Caetano há três meses e meio.

Essa família, em 1885, transferirá seu lote de terra para Luigi Baraldi, também mantovano, que veio na Itália na mesma viagem e no mesmo navio, o *Sully*, tendo desembarcado no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1878.

**29/04/1878 – Varíola (1):** São denunciados 9 casos de varíola em São Caetano, descobertos por José Luiz Fláquer, entre brasileiros que vivem no bairro Ressaca, onde é hoje a Vila Barcelona. Uma epidemia de varíola já ocorrera na Fazenda de São Caetano, em 1761-1762.

**01/05/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (9):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos grandes nº 1, sepultura nº 81, o cadáver do menor Ernesto Baraldi, de 6 anos de idade, falecido anteontem, às 9 horas da noite, proveniente de angina, no Núcleo de São Caetano, conforme atestado do Dr. Epiphanio Loureiro e o falecido é filho dos imigrantes Baraldi Luiz e Baraldi Luiza, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás e o sepulte-se como pobre do rdo. vigário Eugênio Dias Leite.” A família de Luigi Baraldi chegara a

São Caetano no início de 1878. Viera no vapor *Sully* e desembarcara no Rio de Janeiro no dia 2 de janeiro de 1878. Na lista oficial dos passageiros, consta que o pequeno Ernesto tinha 8 anos de idade.

**06/05/1878 – Variola (2):** O médico Epiphanio Silva Loureiro visita umas casas situadas entre São Caetano e São Bernardo, onde há 9 pessoas com varíola. A doença se limita à casa de Inácio José Rodrigues, no lugar chamado Ressaca a 4-5 km do núcleo de São Caetano.

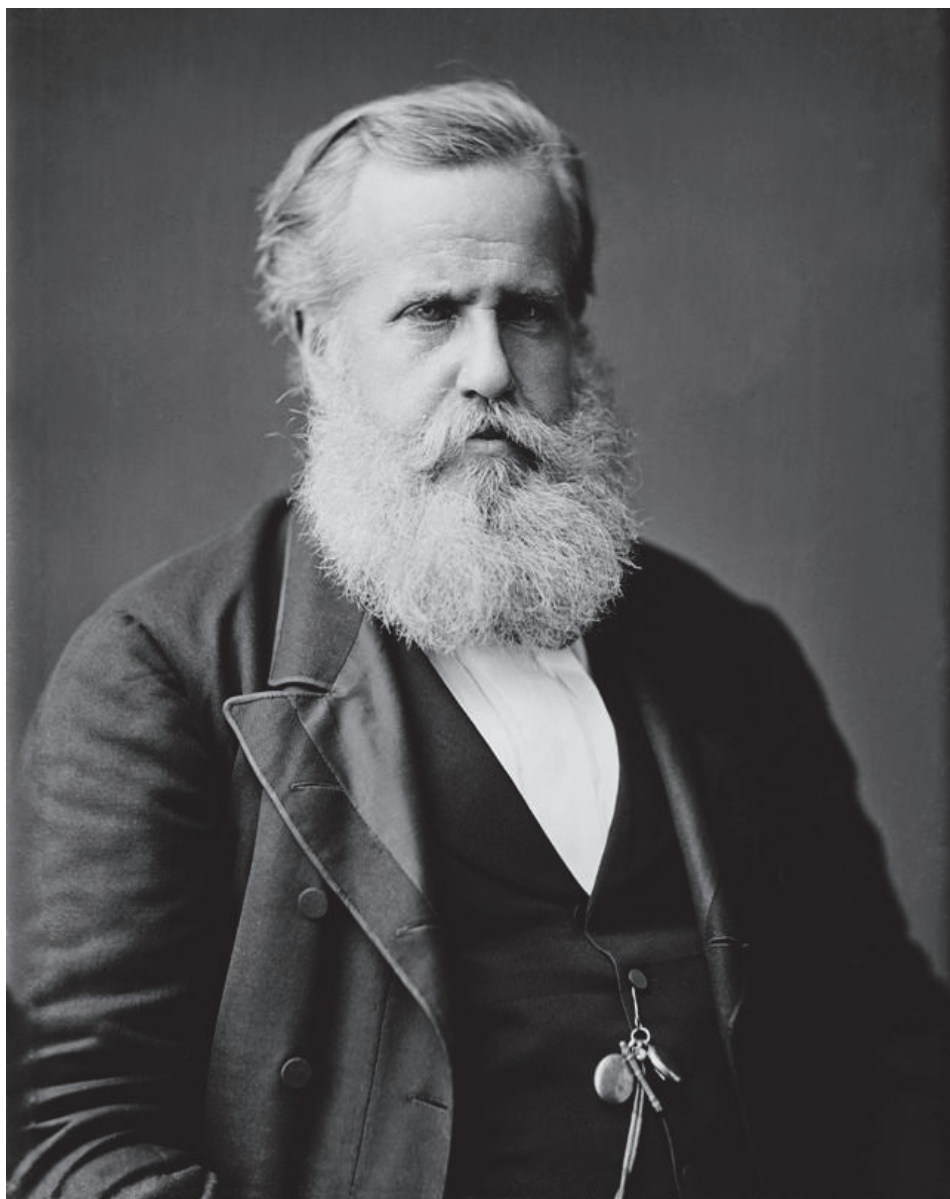
**07/07/1878 – Falece antiga escrava de São Caetano:** É sepultada no Cemitério da Consolação a liberta Guilhermina Maria Joaquina do Espírito Santo, nascida na Fazenda de São Caetano, em 1832, onde foi escrava, alforriada pela Ordem de São Bento em 1871. Faleceu aos 45 anos de idade, de “lesão do coração”. Era mãe do também liberto Nicolau Tolentino Piratininga, nascido escravo em São Caetano. Ele se encontrava na Bahia. Anotou num de seus manuscritos, com sua caligrafia perfeita: “No dia 7 de julho de 1878 faleceu em São Paulo a minha extremosa Mãe.” E escreveu em latim: “*Nic ano domine*”. Anotara, também: “No dia 14 de março de 1877 nasceu a minha irmã Vitorina, depois disto ficou minha mãe doente.” [Piratininga, ob. cit., p. 241]. Do *Livro de Batismo de Escravos na Sé de São Paulo*, Livro 03.02.13, f. 18, copiou seu descendente Luiz Gonzaga Piratininga Júnior o assento relativo a sua ancestral Guilhermina: “Aos onze dias do mês de fevereiro de mil e oitocentos e trinta e dois, nesta Sé, batizei e pus os Santos Óleos a Guilhermina, filha de Joaquina, solteira, escravos do Mosteiro de São Bento. Foram padrinhos Manoel Congo, forro, e sua mulher, Isabel, escrava do mesmo Mosteiro; todos desta Paróquia. O coadjutor José Maria de Soiza.” [Piratininga, ob. cit., p. 243].

**16/07/1878 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (10):** No Cemitério da Consolação, “foi sepultado no quadro dos Anjos pequenos nº 2, sepultura nº 29, o cadáver do inocente Carnevali Gaetano de 6 dias de idade, filho do imigrante italiano Carnevali Giuseppe e Carnevali Rosa, falecido ontem às 2 horas da tarde, em o Núcleo de São Caetano, por determinação do Exmo. Presidente para ser sepultado neste Cemitério [;] o falecimento não consta a moléstia, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Paróquia do Brás, e não veio com o sepulte-se do Pároco, e vai como pobre.”

**28/09/1878 – Funcionário agride governador em São Caetano:** O *Correio Paulistano* publica a seguinte notícia: “O Sr. Jojoca tem andado estes últimos tempos em maré de caiporismo. / Indo há dias visitar o núcleo colonial de São Caetano, houve-se com tal grosseria e impertinência com um dos empregados que este viu-se obrigado a deitar-lhe as mãos dando-lhe um bom safanão. /Felizmente, estava em companhia do Sr. Batista Pereira o seu valente ajudante de ordens, que não deixou a cousa ir a mais./Não fora isso o Sr. Jojoca teria mostrado que... ainda tem boas pernas para correr...”

Jojoca era o apelido depreciativo do presidente da província João Batista Pereira, que governou São Paulo de fevereiro a dezembro de 1878. Era contra a criação dos núcleos coloniais de São Caetano e de São Bernardo e, no governo, até mesmo chegou a tomar iniciativa para transferir os colonos para fazendas particulares do interior, o que não conseguiu. Sua visita a São Caetano, alguns dias antes da visita de Dom Pedro II a São Paulo, aparentemente, foi para assegurar-se que o imperador visitasse um núcleo colonial que estava tendo problemas desde o início, em julho de 1877. Uma clara ação contra a imigração para os núcleos coloniais oficiais e contra a política do Império de associar a imigração para as grandes fazendas, especialmente as de café, à imigração para formação de uma camada de pequenos agricultores devotados à agricultura familiar. Essa proposta visava criar um efeito demonstração que, nos países de emigração, confirmasse que o imigrante que viesse para o Brasil não ia ser escravo das fazendas de café, mas encontraria um país em que o trabalhador braçal tinha real oportunidade de se tornar proprietário de terra. O núcleo colonial de São Caetano foi comprovadamente usado tanto para justificar essa tese, como se vê num discurso de Antônio da Silva Prado, do Partido Conservador, no Senado do Império, quanto para justificar a tese contrária, como se vê na ação de João Batista Pereira.

**28/09/1878 – Visita do Imperador Dom Pedro II:** Visita imperial a São Caetano. Após o almoço, o Imperador D. Pedro II visita por uma hora o Núcleo Colonial de São Caetano, inaugurado há pouco mais de um ano, em 28 de julho de 1877. Faz uma viagem de 15 minutos, em trem especial, tendo saído de São Paulo às 15h30. Pouco antes, havia recebido cartas da Europa e um bilhete da Condessa (trata-se, provavelmente, da Condessa de Barral, com quem o Imperador mantinha uma amizade muito próxima). Retorna a São Paulo às 5 h da tarde. Em seu Diário, D. Pedro II anotou às pressas: “3 1/2 Estrada-de-ferro



*Dom Pedro II, imperador do Brasil, em foto de 1876, dois anos antes de sua visita a São Caetano. (Coleção da Biblioteca do Congresso, Washington).*

de Santos a São Caetano – colônia, do governo, de italianos – 1/4 d’hora – 162 estabelecidos [,] os mais antigos há pouco mais de ano. Parece que prosperaram plantando cereais. Convém que tenham melhores casas. Estão contentes. 5 h [,] de volta.” É sábado.

**05/12/1878 – Subsídios para os colonos:** O governo suspende o fornecimento de víveres aos colonos de São Caetano. Tendo, porém, em vista o estado das plantações, concede-lhes uma diária durante 6 meses a contar de hoje: sendo de 400 réis para os maiores de 10 anos, e de 240 réis para os menores de 10 e maiores de 2 anos.

**05/12/1878 – Lista oficial dos colonos de São Caetano:** Leopoldo José da Silva apresenta ao presidente da província a lista oficial dos chefes de família instalados no Núcleo Colonial de São Caetano: Eliseo Leone, Giovanni Peruch, Natale Furlan, Modesto Castelotti, Giacomo Dal’Cin, Celeste Pantalo, Antonio Daffrè, Francesco Bortolini, Giuseppe De Martini, Giovanni Moret, Giuseppe De Savi, Francesco Fiorot , Domenico Bottan, Gaetano Garbelotto, Gaetano Garbelotto Filho, Giuseppe Perin, Antonio Gallo, Giuseppe Braido, Antonio Garbelotto, Luigi D’Agostini, Giovanni De Nardi, Antonio Martorelli, Tommaso Tome, Giovanni Tome, Pietro Pessotti, Francesco De Martini, Luigi Baraldi, Catarina Anneguelli, Dionisio Madela, Filippo Roveri, Pasquale Cavanna, Francesco Coppini, Luciano Gennari, Giuseppe Ferrari, Giuseppe Carnevali.

**20/12/1878 – Casa-grande e senzalas:** O engenheiro-chefe Leopoldo José da Silva escreve ofício ao Inspetor Geral das Terras e Colonização, no Rio de Janeiro, sobre os edificios existentes nos quatro núcleos coloniais criados em São Paulo no ano anterior. No Núcleo de São Caetano “existe uma casa térrea, dividida em vários compartimentos, dentro d’um pátio, tendo d’um lado treze pequenas casinhas separadas da casa principal por uma capela e do outro lado seis repartimentos com porta e janelas.” Silva está descrevendo a casa-grande e as senzalas da antiga Fazenda de São Caetano. Nessa casa e nas senzalas foram abrigados os colonos que ali chegaram à tarde de 28 de julho de 1877 e nelas dormiram seu primeiro sono de São Caetano na noite da fundação do Núcleo Colonial.

**29/12/1878 – Medição dos terrenos dos antigos moradores do bairro de São Caetano:** São expedidas instruções ao engenheiro Leopoldo José da

Silva para que verifique, em São Caetano, a superfície dos terrenos ocupados por indivíduos que não são colonos e o título de posse ou ocupação, calculando o preço do 4,84 m<sup>2</sup>, conforme a situação e qualidade deles. É-lhe determinado, ainda, que mande abrir estradas e melhorar a estrada que vai para São Bernardo, além de prolongar os caminhos, zelar pela capela, pelos edifícios adjacentes a ela e estradas e caminhos existentes.

**08/03/1879 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (11):** “foi sepultado no quadro dos Anjos dos médios nº 1, sepultura nº 23, o cadáver do inocente Jozão (*sic*) Fiorot , de um ano e meio de idade, falecido ontem a uma hora da manhã, de diarréia, filho do [s] súdito [s] italiano [s], imigrantes do Núcleo de São Caetano, Francisco Fiorot e Maria Fiorot , segundo atestado do Dr. João Eboly, como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Freguesia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.”

**09/03/1879 – Criança de colono de São Caetano sepultada no Cemitério da Consolação (12):** “foi sepultado no quadro dos Anjos dos médios nº 1, sepultura nº 24, o cadáver do inocente Bernardo, de 19 meses de idade, filho do colono Agustini Luigi [Luigi D’Agostini] [e de Giovanna Sasso], falecido ontem às 3 horas da tarde no Núcleo de São Caetano, não declarando de que moléstia, no atestado apresentado (...), sofre. Como tudo consta da certidão passada pelo escrivão do Juízo de Paz da Freguesia do Brás e o sepulte-se como pobre do Rdo. Vigário Eugênio Dias Leite.” Criança nascida poucos dias depois da chegada de sua família a São Caetano.

Luigi D’Agostini adquiriu o lote nº 28 do Núcleo Colonial, cuja frente dava para o pátio da Capela de São Caetano, hoje Praça Ermelino Matarazzo. O lote seria dele adquirido pelo dentista Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, posteriormente vendido a José Coelho Pamplona, para nele instalar sua fábrica de sabão e graxa, em 1916 vendida a Francesco Matarazzo.

**29/04/1879 – Comedorias e sementes:** Informa o *Jornal da Tarde*, do dia 10 de maio, que foi o governo da Província autorizado a pagar ao engenheiro Leopoldo José da Silva a importância relativa a despesas que fez “com comedorias, auxílio gratuito e sementes que forneceu a três famílias de imigrantes, que foram

estabelecidas no Núcleo Colonial de São Caetano.”

**08/05/1879 – Criação da Irmandade de São Caetano:** Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, assina Provisão aprovando os artigos do Compromisso que cria a Irmandade de São Caetano, na Capela do mesmo nome. São fundadores da Irmandade os colonos Celeste Pantalo, Gaetano Garbelotto, Francesco Coppini, Giuseppe Ferrari e Giovanni Peruch. Organizada nos moldes das velhas irmandades religiosas do catolicismo colonial, a Irmandade de São Caetano era composta de “pessoas de ambos os sexos que professem a Religião Católica Apostólica Romana que sejam de bons costumes... O fim da Irmandade é a adoração do Santíssimo Sacramento e o culto do Senhor São Caetano. O Compromisso declara que as jóias e as anuidades serão destinadas ao fim da Irmandade e ao socorro às viúvas e órfãos dos Irmãos falecidos ou aos que caírem na indigência devidamente reconhecida a necessidade pela mesa. Além disso, a Irmandade terá um caixão decente para conduzir os Irmãos falecidos ao jazigo. Cabe ao provedor e à provedora mandar celebrar missa e mais atos de adoração e festividade no dia do Senhor São Caetano (7 de agosto). Depois dessa missa, anualmente, deve tomar posse a mesa da Irmandade, eleita na véspera.”

Era comum o caixão funerário de irmandade, como o mencionado pelo bispo, para conduzir ao cemitério o cadáver de pessoa pobre, depois do que, retornava o ataúde ou a maca ao recinto da igreja para novo uso.

**03/06/1879 – Emancipação do Núcleo Colonial:** Nesta data é emancipado o Núcleo Colonial de São Caetano, cessando a diária concedida em dinheiro, aos colonos, correspondente à tutela oficial.

**19/06/1879 – Irmandade de São Caetano:** Leopoldo José da Silva, diretor da Colônia, informa ao presidente da província que os colonos de São Caetano querem constituir uma irmandade religiosa e para isso já fizeram as contribuições. Em 1888, a Irmandade de São Caetano cobra de seus membros a anuidade de Rs. 1\$000 (um mil réis).

**.../06/1879 – Raffard ainda viu a fábrica dos beneditinos em São Caetano:** Henrique Raffard, nascido no Rio de Janeiro, filho do embaixador suíço, ativista da imigração europeia, principal diretor das Sucreries Bresiliennes,



*Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo de 1873 a 1894, quando faleceu. Aprovou a criação da Irmandade de São Caetano, em 1879. Cearense, fora em sua província deputado pelo Partido Conservador.*



em Piracicaba, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, visita São Caetano. A *Revista do Instituto* publicará depois um relato com referências a essa visita, sob o título de *Alguns Dias na Paulicéia*.

Diz ele: “A colônia de São Caetano, que também visitei em 1879, então já era bem interessante – a capelinha rodeada de umas 17 casas com boas hortas, três fornos para tijolos, telhas e louça, tudo tinha risonho aspecto neste núcleo a 10 quilômetros da capital, com uma população quase toda italiana, sendo a décima parte brasileira; no lapso de um ano os colonos conseguiram dar 10:000\$ (dez contos de reis) para amortizar um débito de 21:000\$000 (vinte e um contos de réis).” [Cf. Henrique Raffard, *Alguns Dias na Paulicéia*, Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1977, p. 64].

Os três fornos a que se refere Raffard eram os da fábrica que os monges de São Bento montaram na Fazenda de São Caetano, em 1730, fábrica que funcionaria por 141 anos. Nela, produziram os escravos tijolos, telhas, telhões (para canalização de água) e louça vidrada a chumbo, a chamada louça de barro, uma arte portuguesa, cozida num dos fornos, especialmente construído para isso: potes, panelas, pratos, alguidares. No século XVIII, o Mosteiro tinha um mestre de cerâmica que trabalhava na fábrica, a quem contratou, também, para adicionalmente ensinar a arte a dois jovens escravos. Dessa louça ainda se falava num dos almanaques paulistas dos anos 1880. Depreciativamente, aliás, expressão da crítica possibilitada pela nova mentalidade da sociedade que se movia, agora, nos luxos propiciados pelo dinheiro da cultura do café, um dos quais era o da requintada porcelana francesa.

Os produtos cerâmicos da fábrica de São Caetano eram embarcados no porto que havia no rio dos Meninos, perto da foz, e transportados pelo rio Tamanduaté para o Porto Geral de São Bento, perto da atual ladeira desse nome, quando o rio corria por onde é hoje a Rua 25 de Março. Ali, os monges mandaram construir, entre 1790 e 1792, “um armazém pegado ao rio”, de 100 m<sup>2</sup>, “para se recolher telha, tijolo, madeira e o mais, que vem de nossas Fazendas” de São Caetano e de São Bernardo, diz o abade Dom João da Trindade Soares em seu Estado, o relatório trienal. Mas em 1760 já havia um armazém para os produtos da olaria de São Caetano: telhas, tijolos e sobretudo louça vidrada, cuja produção tivera início por essa época e se estenderá por cerca de um século.

*Rio Tamanduateí, na Várzea do Carmo, em São Paulo, quando ainda era navegável e a frota de canoas da Fazenda de São Caetano por ele descia regularmente, carregada de produtos cerâmicos e de produtos agrícolas, até o Porto Geral de São Bento, nas proximidades do Mosteiro. (The South American Missionary Magazine, Vol. V, London, 1871).*



Para o transporte dos produtos da lavoura, especialmente da horta, e da fábrica de São Caetano, a Fazenda dispunha de um barco grande, de cerca de dez metros de comprimento, feito na fazenda beneditina de Parateí, em Mogi das Cruzes, com madeira de lei retirada de suas matas, fazenda que os beneditinos ainda hoje possuem. No tempo da seca, em que as águas do Tamanduateí baixavam, usava-se nesse transporte dois barcos menores. Aliás, as canoas duravam muito: em certa ocasião, um dos abades, ao relatar que mandara fazer uma nova canoa, revela que a que estava sendo substituída estivera em serviço durante dezoito anos.

A profundidade do rio fora inspecionada, de canoa, desde a Fazenda de São Caetano até sua foz, no rio Tietê, no dia 12 de outubro de 1825, pelo Tenente Coronel Engenheiro José Antonio Teixeira Cabral, numa extensão de 19 km. O rio tinha uma correnteza regular, apesar de haver muita tranqueira em vários pontos, o que dificultava a passagem do barco. Seu fundo regular oscilava entre 1m40 e 1m80. Mas havia extremos: 1m20, em alguns pontos, e fundões de quase 4 metros, em outros. A inspeção não foi feita no período da seca. Pode-se compreender que a Fazenda tivesse um barco grande, para o período da cheia, e dois barcos menores para o período de redução do volume das águas. Havia, portanto, dificuldades na navegação do Tamanduateí, o que trazia riscos, como o do naufrágio da canoa grande, de dez metros de comprimento, em março de 1763, carregada com cerâmica da Fazenda (notícia que se tem porque o padre gastador do Mosteiro de São Bento deu “meia medida de aguardente para a gente que tirou a canoa do fundo d’água e a telha”). Cada canoa, das menores, da pequena frota da Fazenda, transportava 600 telhas, o que dá bem a medida do prejuízo num caso de naufrágio.

Os barcos eram também usados no transporte de pessoas, como nesse mesmo ano de 1763. No dia 7 de julho, foi o feitor de São Caetano à Igreja de Nossa Senhora do Ó, “conduzir umas Rosas” [*sic*], parando no Porto Geral, ao pé do Mosteiro, onde é hoje a Rua 25 de Março. Mas não foi sozinho porque parou novamente no Mosteiro, na volta, quando o padre-gastador anotou no livro da Mordomia que gastara um vintém na compra de “bananas para a gente que veio de Nossa Senhora do Ó”. Aparentemente, um grupo de escravos fora em romaria à igreja famosa: saiu de São Caetano de barco, desceu o Tamanduateí até a foz e subiu o Tietê até o pé do outeiro da Santa. Período de seca, foram num dos barcos pequenos ou em mais de um.

É pena que não haja uma anotação sobre o motivo da peregrinação. Mas não é improvável que possa ter sido motivada pelo naufrágio de março, de que não consta perda de vida. Ou, talvez, o fim da epidemia de varíola, do ano anterior, de que foram vítimas vários escravos de São Caetano e o próprio mestre Marcos Bueno da Conceição, feitor da Fazenda e condutor desta romaria.

No fim do século XVIII um abade de São Bento já mencionava o efeito devastador do desmatamento sobre o volume das águas, nas margens do Tamanduateí e nas

margens do rio dos Meninos. Em 1846, a Câmara Municipal de São Paulo tratou do gozo das águas do Tamanduateí pelos “moradores da Estrada da Mooca, que no tempo da seca se veem privados dela na extensão de légua e meia (9,9 km), isto é, desde a Ponte do Fonseca (ao pé da Rua da Tabatinguera) até a Fazenda de São Caetano”. Os moradores da Mooca haviam pedido à Câmara que não concedesse datas de terra nessa estrada, pois vedariam seu acesso ao rio, “por causa da falta de água de que são vítimas devido à seca.”

**11/07/1879 – Núcleo Colonial invade terras do Rocio:** O *Correio Paulistano* alerta as autoridades para o fato de que o engenheiro encarregado da medição das terras da Fazenda de São Caetano, para assentamento de colonos, mediu e demarcou, também, as terras do lugar conhecido como Mato Grosso, das quais a Câmara Municipal tem a posse. Há alguns anos, a Câmara concedera datas de terra nesse lugar. “Estamos certos, diz o jornal, de que a Câmara Municipal não deixará de providenciar de modo a defender seus direitos.”

Pelo regime fundiário da época, a concessão de datas de terra dentro do chamado Rocio da Câmara era cessão do direito de uso, preservando a autoridade municipal o domínio eminente sobre a terra concedida, sujeita, no entanto, ao pagamento da enfiteuse. Desde os primeiros dias do núcleo colonial, os foreiros de terras da antiga Fazenda dos monges de São Bento e os posseiros do antigo bairro de São Caetano tiveram seus direitos reconhecidos e suas terras demarcadas. A Fazenda, propriamente dita, ia do ribeirão do Moínho Velho, hoje canalizado e ladeado pela Avenida Tancredo Neves, no Sacoman, até o córrego hoje oficialmente chamado do Moínho, também conhecido como córrego Ressaca, ladeado pela Avenida Kennedy, em São Caetano. Na verdade, o nome desse córrego era originalmente outro: Rio Moeriguera, de quando tinha maior volume de água, como aparece num documento beneditino do século XVIII. O bairro compreendia as terras do entorno, o que abrangia o lado direito do rio Tamanduateí, até o ribeirão da Mooca, e as terras dos hoje bairros Barcelona e Santa Maria. A Fazenda e o bairro compreendiam ainda as terras do que era então o Moínho Velho, as atuais Vila Carioca, onde foram distribuídos lotes a colonos italianos de São Caetano, Heliópolis e Sacoman.

**27/07/1879 – Ama de leite:** Francisca De Sardi publica, no jornal *A Província de S. Paulo* este anúncio: “Ama de Leite: Uma estrangeira recebe para amamentar

alguma criança em sua casa. Pode ser procurada na Colônia de São Caetano, ou deixar carta nesta tipografia.” Nessa época, era comum as jovens mães de famílias ricas recorrerem à amamentadora de aluguel, geralmente escrava, abrigada na casa da família da criança durante meses e tratada com o bom e o melhor, justamente para assegurar à criança o leite de mulher bem nutrida e sadia.

Os senhores de escravos podiam ter, e muitos tinham, sobretudo os urbanos, uma renda extraordinária no aluguel de suas escravas paridas para amamentar os filhos de sinhazinhas que temiam o enfeimento dos seios no caso de que dessem de mamar do próprio peito às suas crias. Por essa época, nas famílias ricas, não era incomum que as jovens se casassem mal entradas na puberdade, com senhores bem mais velhos, não raro tios ou primos, um costume bem paulista, para gerar os muitos filhos do patriarcado de então.

Este anúncio de Francisca De Sardi é um dos primeiros de imigrante italiana entrando no mercado da amamentação, que era florescente. O que geralmente ocorria não só por pobreza, mas principalmente porque era alta a mortalidade infantil. Mães órfãs de filhos que amamentavam filhos das outras até por uma questão de saúde e para aliviar as mamas intumescidas e doloridas, carregadas de leite.

O anúncio volta a ser publicado um mês depois, o que sugere dificuldade para que a nutriz de aluguel encontrasse colocação. Ainda eram preferidas as nutrizes escravas, criadas na casa da família com criança para amamentar, geralmente escrava e sinhá com gravidezes emparelhadas, de propósito ou coincidentemente. Tão logo nascia o sinhozinho ou a sinhazinha, já havia parido a escrava o filho que mamaria as sobras do leite que amamentasse primeiro o filho da dona de sua mãe. Certa resistência a amas de leite alugadas, escravas ou brancas, revelou-se já na crise da escravidão, iniciando-se a prudência de submeter a amamentadora a exame médico prévio.

No dia 28 de outubro de 1876, publicara o jornal *A Província de S. Paulo*, em sua página 3, um anúncio fazendo a chamada de “Ama de leite”, como fazia quem se oferecia para amamentar e quem procurava quem amamentasse. No entanto, o anúncio tratava de outra coisa: “A escassez de amas sadias e boas, o seu preço elevado, tem tornado a introdução da farinha láctea Nestlé um verdadeiro benefício para o Brasil”. Tratava-se de um reclame, como era chamada a publicidade de então, disfarçado e ardiloso.

Tão arraigado era o recurso à ama de leite, que o musicista H. Luiz Levy, dono de loja de partituras e instrumentos musicais, na Rua da Imperatriz, hoje Rua Quinze de Novembro, importador da Farinha Láctea, não teve outro recurso senão infiltrar-se no imaginário da amamentação tradicional. Oferecia ao público uma espécie de mãe enlatada, que concorria com seios de verdade na base da relação custo-benefício. Era o primeiro sinal de que a forma pré-moderna de substituição da amamentação materna pela chamada mãe de leite estava com os dias contados. A Farinha Láctea tinha um apelo indiscutível numa época em que crescia a consciência dos riscos das doenças transmissíveis, especialmente para os recém nascidos, como a hanseníase e a tuberculose endêmicas. Mas a “mãe de lata” também gerava desconfiança: ainda em 1910 os jornais de São Paulo publicavam anúncios de gente que preferia amas de carne e osso e grandes peitos para amamentar seus filhos.

**03/09/1879 – Devocões de monges e de escravos: os santos da Capela de São Caetano:** O engenheiro Leopoldo José da Silva envia ao presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito, a relação dos edifícios e dos objetos pertencentes ao governo no Núcleo Colonial de São Caetano: “Existe uma casa térrea dividida em vários compartimentos dentro de um pátio, tendo de um lado treze pequenas casinhas, separadas da casa principal por uma Capela e de outro lado, seis repartimentos com portas e janelas. Reside a turma encarregada das medições neste Núcleo. / Na Capela existe[m] várias imagens e os artigos necessários para celebração da Missa. / Na casa existe uma carroça velha, uma prancheta para desenho, uma mesa, cinco caçarolas velhas, duas chaleiras, dois baldes, quatro caldeirões, uma pá, três enxadas velhas, vinte quilos de peso, um moinho de café, duas cadeiras velhas de madeira, dois fornos, sendo um quebrado, várias tábuas de assoalho.”

Não foi feito um inventário das imagens existentes na Capela nem dos outros objetos do culto. Mas na grande reforma que a igreja sofreu entre 1769 e 1772, quando era abade o fluminense Frei Joaquim de Santana e Araújo, várias imagens lhe foram acrescentadas, como a de São Bento e a de Santa Escolástica. Com o complemento da reforma que será feita no frontispício da Capela, em 1773, serão elas colocadas nos nichos laterais à porta, o que será possibilitado pela remoção do alpendre fronteiro, de estilo barroco brasileiro do século XVII, substituído pelo pórtico projetado pelo arquiteto Brigadeiro José Custódio de Sá

e Faria, do Real Corpo de Engenheiros. Na Capela foram acrescentadas imagens de Santana, de São João Batista e um Santo Cristo de latão. O extremo cuidado na reforma da Capela, de paredes brancas e portas e janelas vermelhas, revestiu-a de todo esplendor do estilo barroco, convertida numa verdadeira igreja rural, onde a missa era realizada regularmente, como se vê pelos paramentos de que a Capela era dotada e pelo envio regular de hóstias do Mosteiro para a Capela de São Caetano. Entre 1781 e 1784, o abade Frei Inácio de São Bento Camacho, português, reformou a Capela novamente, fazendo-se nova imagem de São Caetano, de 77 cm de altura, e também outra de São Bento, e assearam-se as imagens de Nossa Senhora de Monserrate, de Santana, de São Caetano velho e de São João. Uma das raras igrejas que tinha duas imagens do santo padroeiro.

**05/09/1879 – Pagamento de subsídios e vencimentos:** O ministro da Fazenda autoriza a Presidência da Província de São Paulo a pagar os subsídios aos colonos dos núcleos coloniais de São Caetano e de São Bernardo e a pagar os vencimentos do pessoal empregado nesses núcleos.

**30/10/1879 – Autorizado título de terra para falso colono:** Leopoldo José da Silva, diretor do núcleo colonial, comunica ao presidente da província que o colono brasileiro Antônio Manoel da Silveira Sampaio, dono do lote nº 64, em São Caetano, já pagou o respectivo preço e pede que seja expedido o respectivo título. Esse lote ficava na margem esquerda do rio dos Meninos, fronteiro ao lote reservado, da margem direita, que era o lote da Capela de São Caetano. Enquanto Sampaio liquidava em curto prazo seu débito pela aquisição do lote, os colonos italianos, que viviam do suor do próprio rosto, penavam para pagar o preço de seus terrenos. Esse documento mostra que, no Núcleo Colonial de São Caetano, houve, desde muito cedo, proprietários não italianos. Além desse brasileiro, havia um alemão, Hermann Juncker. No núcleo colonial de São Bernardo foram assentados, em 1877, além de italianos, colonos cearenses e até uma família de índios guarani.

Antônio Manoel da Silveira Sampaio, porém, não era um verdadeiro colono. Era “testa de ferro” do cirurgião dentista francês Samuel Eduardo da Costa Mesquita que por seu intermédio tentava adquirir a baixos preços lotes de terra em São Caetano.

Em texto publicitário, publicara Samuel Mesquita no *Diário de S. Paulo*, de

8 de maio de 1878, este anúncio, que nos diz quem era: “O Dr. Mesquita, médico e cirurgião-dentista da Casa Imperial, formado pela Faculdade de Medicina de Paris e Rio de Janeiro, participa a seus amigos e clientes que com o emprego de engenhosos e modernos aparelhos, privilegiados na Europa e nos Estados Unidos, coloca dentaduras parciais e inteiras, garantindo beleza na substituição dos dentes naturais, com perfeita mastigação. Trata de todas as moléstias da boca. Reconstrói dentes cariados com perfeitas aurificações e obturações, ainda mesmo as mais difíceis, e sem dor. Extrai dentes sem dor. Operações cirúrgicas dentárias de primeira classe. Dentifricio de sua especial preparação para cura, beleza e conservação dos dentes. Opera grátis os pobres. 27 – Rua Direita – 27, São Paulo”.

**06/12/1879 – Tijolo “Paulista”:** O Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, francês, cirurgião dentista, tem uma sociedade com Antônio Manoel da Silveira Sampaio para “fundação e custeio de uma olaria na Colônia de São Caetano”. Neste dia, Sampaio recebe de Mesquita uma primeira parcela de Rs. 120\$020 “para compra do terreno, que na realidade lhe foi vendido pelo governo da província, como consta do ato e título de propriedade de 17 de janeiro do ano corrente...” Mesquita entregou a Sampaio mais Rs. 2:546\$000 (dois contos e quinhentos e quarenta e seis mil réis) “para pagar o material necessário para o estabelecimento da dita olaria e para salário dos trabalhadores e empregados dela...” A sociedade é desfeita no dia 3 de abril de 1880. Mesquita implanta a olaria em que serão produzidos os tijolos da marca “Paulista”. Sampaio era empreiteiro de calçamentos de ruas e nesse ano de 1879 abriu uma empresa de carroças para transporte de mercadorias na cidade e no subúrbio.

Mesquita não se limitou a adquirir lotes no Núcleo Colonial de São Caetano. Entre 1884 e 1894, ele e a mulher, Mary da Costa Mesquita compraram nove lotes no Núcleo Colonial da Glória, praticamente no centro de São Paulo [Walter Pires, “Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 61-78 (2002-2003)].

**05/02/1880 – Não há mais lotes disponíveis no Núcleo de São Caetano:** Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de São Paulo, informa à Assembléia Legislativa Provincial que o Núcleo Colonial de São Caetano está dividido em 54 lotes rurais e 26 urbanos. (Estes últimos estavam distribuídos pelas



atuais ruas 28 de Julho e Rio Branco). Tem sido estabelecidos no núcleo imigrantes que foram atraídos por parentes e amigos. Não há mais lotes disponíveis. Os colonos plantam cereais, de que esperam boa colheita no presente ano.

**06/09/1880 – Colono tira lenha e madeira em terra alheia:** O diretor do Núcleo Colonial de São Caetano, Leopoldo José da Silva, informa ao presidente da província que o colono Francesco Bortolini recebera o seu lote em 20 de maio de 1878, mas não o cultiva, preferindo tirar lenha e madeira em terrenos alheios. O lote de Bortolini, o nº 30, era dos mais centrais de São Caetano, um quadrilátero que abrangia as atuais ruas Ceará, 28 de Julho, Herculano de Freitas, Graça Aranha, Conde Francisco Matarazzo e o prolongamento imaginário da Rua Santo Antônio. Seu lote urbano era colado ao lote rural, entre as ruas Ceará e 28 de Julho.

**21/11/1880 – Colono dorme na linha do trem:** Conta *A Província de São Paulo* que na tarde deste dia, entre a estação do Brás e São Caetano, que ainda não tinha estação, o trem quase matou o alemão Germano Iunks [Hermann Juncker] “que dormia sobre os trilhos. Deve-se à perícia do maquinista e à presteza do chefe do trem, Salvador Costa [,] e seu ajudante José Porfírio [,] em apertar os freios, o não haver uma desgraça a lamentar.” Hermann Juncker, no ano anterior, adquirira vários lotes no Núcleo Colonial de São Caetano, quando já havia comprado o sítio de Carlos Bresser no Moínho Velho. Esse quase desastre, e outros relacionados com a ferrovia, é indicativo da relação de estranhamento entre a população que lhe era próxima e o advento do trem. Habituada, no cotidiano, a lidar com instrumentos simples, ainda sob controle de quem os manejava, levou longo tempo para se ajustar ao domínio e à força dos novos equipamentos criados pela Revolução Industrial. Tanto na estrada de ferro quanto nas fábricas, graves acidentes ocorreram, vitimando trabalhadores e moradores que ainda agiam norteados por parâmetros pré-industriais.

**05/02/1881 – Colono paga sua dívida:** Pasquale Cavanna quita uma dívida de Rs. 20\$000 junto à Tesouraria de Fazenda da Província de São Paulo, provavelmente relativa a uma parte do pagamento de seu lote no núcleo colonial.

**11/03/1881 – Morre o ex-governador Sebastião José Pereira:** Falece, às 9h da noite, Sebastião José Pereira, ex-presidente da Província de São Paulo. Ele

inaugurara, na tarde de 28 de julho de 1877, o Núcleo Colonial de São Caetano. Foi sepultado no Cemitério da Consolação em jazigo que existiu até há poucos anos, depois demolido para construção de um estacionamento. Filho de portugueses, foi estudante pobre, tendo se diplomado em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1854. Foi professor de português, filosofia e latim, juiz em Guaratinguetá (SP), Alegrete (Rio Grande do Sul) e na Capital.

**02/07/1881 – Invasão do terreno da Capela:** A Tesouraria de Fazenda de São Paulo questiona, junto ao ministro da Fazenda, a legalidade da aquisição do lote nº 64 do Núcleo Colonial pelo Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, cirurgião dentista da Casa Imperial. Esse lote ficava à margem esquerda do rio dos Meninos, bem atrás do chamado lote reservado, dentro do qual se situava a histórica Capela de São Caetano. O lote havia sido obtido por Antônio Manoel da Silveira Sampaio, em 1879. Em 1880, Mesquita pleiteava junto às autoridades que o título de propriedade do lote fosse emitido em seu nome. Sampaio era apenas um testa-de-ferro. As terras do núcleo colonial se destinavam a pequenos agricultores e não à especulação. Daí o questionamento. Às autoridades, Mesquita declarou que fora sócio de Sampaio, mas a sociedade se desfizera. Em 1889, ele adquiriria, também, o lote nº 28, de Luigi d’Agostini, ao lado da capela, com frente para o que é hoje a Praça Ermelino Matarazzo. Em 1880, Mesquita pusera a funcionar sua fábrica de tijolos “Paulista”. As tensões entre os colonos e Mesquita se arrastaram.

Em 1885, a Irmandade de São Caetano também protestaria junto ao ministro da Fazenda contra o primeiro lote entregue a Mesquita. Ele estava invadindo e grilando parte do lote reservado, invadindo e se apropriando de terra da comunidade e da Igreja. Em 1887, empregados de sua olaria atacariam os colonos na própria igreja numa noite de reza. Samuel Eduardo da Costa Mesquita era francês. Faleceu em 13 de janeiro de 1894. As terras seriam vendidas por seus herdeiros, em 1895, para José Coelho Pamplona, futuro Visconde de Porto Martim e dirigente da Beneficência Portuguesa. Ali instalaria ele sua fábrica de óleo, sabão e graxa, transferida do bairro da Luz.

Samuel Mesquita era homem culto, de grande envolvimento em atividades culturais e filantrópicas na cidade de São Paulo. Proprietário de imóveis na cidade e em Santos.

**24/07/1881 – Batizado na igreja do Brás (1):** Nesta data, o vigário do Brás, Nicolau Polito da Rosa, põe “os óleos ao inocente Antonio, nascido aos vinte e nove do mês passado, filho legítimo de Thomé João [Giovanni Tomé] e Joana Dinadai [Giovanna Di Nadai], sendo padrinhos Antonio Martorelli e Anja Dalcini [Angela Dal’Cin], todos italianos.” Este padre, aparentemente italiano, estropiou os nomes de quase todos os batizados, respectivos pais e padrinhos, numa óbvia tentativa de abrasileirá-los. O resultado, como se vê nesta e em outras notas desses batizados, para dizer o mínimo, é bem esquisito. Não é italiano e não é português.

**20/08/1881 – Batizado na igreja do Brás (2):** O mesmo padre Nicolau Polito da Rosa põe “os Santos Óleos ao inocente José, de um mês d’idade, filho legítimo de Martinho Martim [Martim De Martini] e Thereza Casagrande, sendo padrinhos Francisco De Martinho [Francesco De Martini] e Maria Canal, todos italianos.” O pai e o padrinho eram irmãos e vizinhos no que é hoje o bairro da Candelária.

**28/08/1881 – Batizado na igreja do Brás (3):** Outra vez, o padre Nicolau Polito da Rosa registra: “nesta matriz do Brás, batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Antonio, de um mês e meio, filho legítimo de Caetano Garbilotti [Gaetano Garbelotti] e Catterina Bortolini, sendo padrinhos Antonio Martorelli e Anja Dalcini [Angela Dal’Cin], todos italianos.”

**18/09/1881 – Batizado na igreja do Brás (4):** O padre Nicolau Polito da Rosa registra no Livro de Batismos da Paróquia do Brás: “nesta matriz, batizei e pus os Santos Óleos à inocente Maria Angela, nascida a vinte e três do mês passado, filha legítima de Antonio Daffré e Catterina Douro [Catterina D’Oro], italianos, sendo padrinhos Benedito Pires e Maria Joaquina, brasileiros.”

Antonio e Catterina tinham seu lote na área entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, vizinhos do extenso terreno de João Antonio Pedroso. Coubelhes terra em área em que ficaram mais expostos a contato com os nacionais, o que parece ter influenciado este, aparentemente, primeiro caso de compadrio entre italianos e brasileiros no Núcleo Colonial de São Caetano. Se levarmos em conta as ocorrências de hostilidade dos habitantes do Núcleo contra os estrangeiros e os de fora contra eles, essa quebra da orientação para dentro e do fechamento autoprotetivo tão

cedo, apenas quatro anos depois da fundação da Colônia, sugere que havia também mecanismos compensatórios de ajustamento de um lado e de outro.

**18/09/1881 – Batizado na igreja do Brás (5):** Também Dario foi batizado pelo padre Nicolau Polito da Rosa, do Brás, neste domingo: “nesta matriz do Brás batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Dario, nascido aos vinte e oito do mês passado, filho legítimo de Angelo Cavanna e Theresa Curci, italianos, sendo padrinhos Eliseo Leão [Eliseo Leone], italiano, e Gertrudes Maria, brasileira.” Mais um caso de compadrio, agora com brasileira.

**23/09/1881 – Primeiro comerciante paga taxas:** Giovanni Peruch paga ao aferidor da Câmara Municipal de São Paulo a taxa de Rs. 6\$000 correspondente à aferição de uma carroça de tabuleiro baixo para hortaliças, aferição essa relativa aos anos de 1881-1882.

**02/10/1881 – Batizado na igreja do Brás (6):** O padre Nicolau Polito da Rosa, da Paróquia do Brás, batiza e põe os Santos Óleos a Pedro, “nascido a 26 de agosto último, filho de João Denardo [Giovanni De Nardi] e sua mulher, Arcanja Fabbri [Arcangela Fabbri], sendo padrinhos Domingos Gava [Domenico Gava] e Luiza Furla [Furlan], todos italianos.

**30/10/1881 – Batizado na igreja do Brás (6):** João é batizado e recebe os Santos Óleos do padre Nicolau Polito da Rosa, vigário da Paróquia do Brás. Tem um mês de idade e é “filho legítimo de Luiz D’Agostino [Luigi D’Agostini] e Joanna Sasso [Giovanna Sasso], sendo padrinhos Modesto Eugenio e Vicentina Monica, todos italianos.”

**12/02/1882 – Batizado na igreja do Brás (7):** Diz o padre Nicolau Polito da Rosa: “Aos doze de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta matriz do Brás, batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Luiz Batista, com um mês d’idade, filho legítimo de Marino Dall’Antonia e Rosa Bartolini, sendo padrinhos Celeste De Nardi e Anna Mazuti.”

**20/03/1882 – Batizado na igreja do Brás (8):** Neste dia, é Maria Delmina, com 26 dias de idade, quem recebe os Santos Óleos e é batizada pelo vigário da matriz do Brás. Ela é filha de Francisco Coppini [Francesco Coppini] e de Luiza

Frigeiri. São padrinhos, Demetrio Coppini e Maria Tomé, italianos.

**10/04/1882 – Batizado na Capela de São Caetano (1):** Nesta segunda-feira, “...na Igreja de São Caetano, o padre Sylvio Greco, com licença minha, batizou e pôs os Santos Óleos à inocente Liza Januária, nascida a quinze de dezembro do ano passado, filha legítima de Luciano e Madela Marcellini, sendo padrinhos Luiz Cavanna e Thereza Franciosa. O Vigário Nicolau Polito da Rosa.”

**10/04/1882 – Batizado na Capela de São Caetano (2):** O mesmo padre Sylvio Greco, na Capela de São Caetano, com licença do vigário do Brás, batizou e pôs os Santos Óleos a Luiza Modesto, nascida no dia 4 de março, filha legítima de Eugenio Modesto e de Monica Vicentini. São padrinhos Antonio Martorelli e Angela Dal’Cin, todos italianos e fregueses da Paróquia do Brás.

**23/04/1882 – Batizado na igreja do Brás (9):** Diz o padre Nicolau Polito da Rosa, vigário do Brás, “batizei e pus os Santos Óleos à inocente Judith Arcaña, com quarenta dias d’idade, filha legítima de Celeste De Nardi e de Laurenta Gava, sendo padrinhos Anjo Cavanna [Angelo Cavanna] e Thereza Curci, todos italianos.”

**02/05/1882 – O açúcar que adoçava a vida dos colonos e a luz que os alumiaava:** Giovanni Peruch, comerciante em São Caetano, compra de Antonio Proost Rodovalho, grande capitalista de São Paulo, as seguintes mercadorias: uma saca de 60 kg de açúcar redondo (Rs. 20\$000), uma saca de 60 kg de açúcar mascavo (Rs. 16\$800), que eram os açúcares inferiores ao refinado, e uma caixa de querosene (Rs. 9\$500).

**30/05/1882 – Batizado na igreja do Brás (10):** Com 22 dias de idade, Maria Philomena é batizada na matriz do Brás pelo padre Pascoal Gazineo. É filha legítima de Noé Zaparolli e de Teresa Fiorotti, sendo padrinho Jacob Barberis [Giacomo Barberis] e Luiza Zaparolli, italianos.

**02/07/1882 – Batizado na igreja do Brás (11):** A inocente Maria, de dois meses de idade, é batizada e recebe os Santos Óleos do padre Nicolau Polito da Rosa, na matriz do Brás. É filha legítima de Antonio Arecco e de Giovanna Santi. São padrinhos, Antonio Daffré e Catterina D’Oro.

**30/07/1882 – Batizado na igreja do Brás (12):** Antonio Bernardo recebe os Santos Óleos e é batizado pelo vigário na igreja matriz do Brás. Nascera a 13 de junho. É filho legítimo de Antonio Garbelotto e de Angela Gobbo. Padrinhos: Tommaso Tomé e Angela Tomé, todos italianos.

**17/09/1882 – Batizado na igreja do Brás (13):** Augusta, nascida no dia 23 de julho em São Caetano, na Paróquia do Brás, é batizada na matriz pelo padre Nicolau Polito da Rosa. É “filha legítima de Jacob Dassina [Giacomo Dal’Cin] e Dominga Dassina [Domenica Dal’Cin], sendo padrinho [s] Antonio Garo [provavelmente Gallo] e Nympha Garo [Gallo?], todos italiano [s]”.

O padre Polito era italiano. Não só empenhou-se em abraçar os nomes dos colonos, nesse caso e em outros, como o fez de um modo muito pouco brasileiro, introduzindo denominações como essas. Além do que, escrevia mal, mutilando os plurais. Muito provavelmente, queria escrever em português, mas pensava em italiano. Quase todos os registros de batismo que fez tem evidências disso. O próprio diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana, B. Nobre Oliveira, introduziu correções nesse registro e em outros, tais os absurdos dos nomes “traduzidos” pelo padre.

**21/09/1882 – Batizado na Capela de São Caetano (3):** É uma quinta-feira. Nascido a 18 de agosto, o menino Arquinto Ananias [Archinto Ananias] é batizado e recebe os Santos Óleos, na Capela de São Caetano, da Paróquia do Brás, pelo Padre Nicolau Polito da Rosa. É “filho legítimo de José Ferrari [Giuseppe Ferrari] e Prima Itizara [Prima Resaghi], sendo padrinhos Francisco Roveri [Francesco Roveri] e Erminia Gennari.” Adulto, Archinto se tornará um pequeno empresário.

Os padrinhos eram muito jovens, o que surpreende. Erminia Gennari e Francesco Roveri tinham, respectivamente, 10 e 11 anos de idade quando suas famílias chegaram a São Caetano, em janeiro de 1878. Imigraram na mesma leva, constituída majoritariamente de italianos de Mântua, na Lombardia, e viajaram no mesmo navio, o *Sully*, de bandeira francesa, que partiu de Gênova no dia 8 de dezembro de 1877 e chegou ao Rio de Janeiro no dia 2 de janeiro de 1878.

**21/09/1882 – Batizado na Capela de São Caetano (4)** “Na Capela de São

Caetano, d'esta paróquia [do Brás], foi batizado e recebeu os Santos Óleos, o inocente Caetano Luiz, nascido aos oito do corrente, filho legítimo de José Carnevali [Giuseppe Carnevali] e Rosa Frigeri, sendo padrinhos José Perini [Giuseppe Perin] e Margherita Garbelotti.” É o que anota o padre Nicolau Polito da Rosa.

**01/10/1882 – Batizado na igreja do Brás (14):** O vigário do Brás anota no Livro de Batismos: “batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Benedito, a três do mês passado, filho legítimo de Antonio Daffré e Catterina D’Oro, sendo padrinhos Benedito José Pires e Maria Joaquina.” Um ano antes os mesmos padrinhos haviam batizado uma filha de Antonio e Catterina.

Esse é um fato interessante. Padrinhos são escolhidos para ampliar a rede de parentesco simbólico dos pais da criança, sucedâneo ou complemento da família extensa. Neste caso, a repetição dos padrinhos brasileiros indica um círculo restrito de relacionamentos dessa família no âmbito do Núcleo Colonial. Nesse mesmo ano de 1882, Antonio Daffré desiste de permanecer em São Caetano. Repassa seu lote urbano, o de nº 3, para Giovanni De Nardi, e o lote rural, nº 68, para Antonio Arecco e sua mulher, seus compadres, cuja filha ele e a mulher haviam batizado meses antes. De qualquer modo, chama a atenção que tenha dado ao filho o nome do padrinho brasileiro. Tanto esse fato quanto a repetição dos padrinhos em dois batizados do mesmo casal indicam um forte vínculo entre os pais e os padrinhos.

**27/10/1882 – Um colono mantovano:** Falece, aos 72 anos de idade, o colono Pasquale Cavanna, “em consequência de enfermidade antiga”. Deixa viúva Dona Luigia Cantadori Cavanna. Tem dois filhos: Angelo, nascido em 1842, e Luigi, nascido em 1846. Essa família chegou a São Caetano em 4 de janeiro de 1878, tendo recebido seu lote de terra, o nº 39, a 26 de junho do mesmo ano. É originária de Schivenoglia, no mandamento de Sermide, província de Mântua, na Lombardia. Começou a providenciar os documentos para emigração em setembro de 1877, em Magnacavallo. Seu lote era limitado pelo rio dos Meninos e pelas atuais ruas Alagoas, Goiás (no trecho que foi a Rua Margarido Pires) e Santo Antônio. A família pagaria por ele, em 1885, Rs. 62\$600 (sessenta e dois mil e seiscentos réis).

Em consequência do falecimento de Pasquale Cavanna, metade de seu lote deveria ter sido herdada por sua viúva e a outra metade, em partes iguais, pelos dois filhos.

A partir de 1885, a viúva, em seu nome e no dos filhos, pleitearia a emissão do título definitivo de propriedade da terra adquirida no Núcleo Colonial. Interpretando equivocadamente um requerimento feito pelo filho Angelo Cavanna, a autoridade competente emitiu o documento em favor dele e não dos três herdeiros. “A bem de seus direitos”, isso motivaria um recurso de Luigi, filho mais jovem de Pasquale e Luigia, ao Presidente do Estado, Américo Brasiliense, em 29 de outubro de 1891, para que o título de propriedade emitido em favor de seu irmão fosse cassado e outro título fosse emitido em favor da viúva e dos dois filhos.

O processo arrastava-se desde 1885. Foi preciso provar que Luigia Cantadori estava viva e que Luigi também era filho de Pasquale Cavanna. Documentos trazidos da Itália foram anexados ao processo, único caso de São Caetano em que o equívoco permitiu que o complexo processo da imigração ficasse bem documentado. O funcionário encarregado de apreciar todo o caso concluiu: “O título definitivo foi passado à requisição de Cavanna Angelo em nome deste, mas não encontrei, junto ao respectivo requerimento, documento algum que provasse a desistência da herança por parte da mãe ou do irmão de Cavanna Angelo, cousa esta que me parece ter passado despercebida pelo Empregado que informou o requerimento e passou o título definitivo.” No dia 4 de novembro de 1891 o funcionário autor desse parecer ao governador conclui: “São estas as informações que posso dar-vos e resolvereis como mais de justiça achardes.”

No entanto, num processo de Antonio Queiroz dos Santos, em 1903, contra Angelo Cavanna, todo o terreno, com tudo que havia nele, foi pela Justiça posto em leilão para pagamento de dívida.

**19/11/1882 – Batizado na igreja do Brás (15):** O vigário do Brás registra batismo na matriz da paróquia: “batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Benedito, nascido a três de agosto deste ano, filho de João Moretti [Giovanni Moret] e Joanna Moretti [Giovanna Moret] sendo padrinhos Jacob Dalcini [Giacomo Dal’Cin] e Dominga Dalcini [Domenica Dal’Cin].”

**26/11/1882 – Batizado na igreja do Brás (16):** O padre Nicolau Polito da Rosa anota: “nesta matriz [do Brás] batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Anjo [Angelo], com um mês de idade, filho legítimo de Modesto Castelotto e Carolina Rugolotto, sendo padrinhos Salvador Perazzo e Joana Paulon [Giovanna Paulon].”





*Trabalhadores da olaria de Benedito Moretti, de uma família de colonos originária do Vêneto e assentada em São Caetano, em 1877. O proprietário é o de bigode, de chapéu e paletó escuro, com as mãos nos quadris, ao lado de um dos animais. A participação das quatro mulas ou burros na foto se explica porque era comum entre camponeses italianos, como ouvi em Verona, considerar os animais de trabalho “compagni di lavoro”. [Foto: 1912; Arquivo da Imigração, São Paulo].*

**06/01/1883 – Batizado na igreja do Brás (17):** Neste dia dos Santos Reis, diz o padre Nicolau Polito da Rosa, vigário do Brás: “nesta matriz, batizei e pus os Santos Óleos ao inocente João, com um mês d’idade, filho legítimo de Francisco Modesto [Francesco Modesto] e Maria Garbelotto, sendo padrinhos João Vicentini [Giovanni Vicentini] e Jacoma Bertolini [Giacoma Bertolini], todos italianos.”

**04/03/1883 – Batizado na igreja do Brás (18):** O padre Nicolau Polito da Rosa registra no Livro de Batismos da matriz do Brás: “batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Antonio, nascido a vinte e cinco de janeiro último, filho legítimo de João De Nardi [Giovanni De Nardi] e Arcanja Fabri [Arcangela Fabbri], sendo padrinhos Jacob Garbelotto [Giacomo Garbelotto] e Joana de Nardi [Giovanna De Nardi]. “

**30/03/1883 – As primeiras letras:** Pela Lei nº 32, o conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da província de São Paulo, cria duas cadeiras de primeiras letras na Colônia de São Caetano, uma feminina e outra masculina, onde já estavam assentados 251 colonos.

**01/04/1883 – Revolta popular contra o cercamento das terras de São Caetano (1):** Um grupo de pessoas invade o sítio de Paulo Hamelin, quebra uma porteira, entope valos e demole uma casa. O sítio ficava em São Caetano, na parte do núcleo colonial que foi depois desmembrada e anexada a São Paulo, lugar conhecido como Moínho Velho, onde será mais tarde Vila Carioca, Heliópolis e Sacomã.

Nascido em São Paulo, era o engenheiro Paulo Hamelin, desde 1877, auxiliar do engenheiro fiscal da São Paulo Railway, nomeado pelo governo, já que se tratava de concessão governamental. Em 1883, São Caetano é mencionado como lugar de sua residência. Era sobrinho do Barão de Batovi, o catarinense marechal Manoel de Almeida da Gama Lobo Coelho d’Eça, herói da Guerra do Paraguai, que também participou da Guerra da Tríplice Aliança e foi presidente da província do Mato Grosso. Participou da Revolução Federalista, durante a qual foi preso e fuzilado sumariamente por ordem do marechal Floriano Peixoto, que quem fora amigo. Paulo Hamelin era filho de Paulina Mallet Hamelin, que faleceria em Paris, em 25 de janeiro de 1904. Ela, por sua vez, era sobrinha do marechal Emilio Mallet, Barão de Itapevi, francês de nascimento, patrono da Artilharia do Exército brasileiro. Paulina Hamelin era



prima-irmã do general João Nepomuceno Mallet. Paulo Hamelin estudou na Escola Central de Paris e foi militar na Guerra Franco-prussiana, em 1871. Era cartógrafo, segundo informação de Sacramento Blake. Foi casado com Amélia Hamelin. É compreensível que a alta extração social de Hamelin influenciasse, como se verá, os desdobramentos do caso relativo ao que foi chamado de *campos de São Caetano*, a luta contra o cercamento, por ele promovido, das terras secularmente comunais entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho.

Ele havia comprado de Antonio Maria as terras do sítio do Moínho, à margem do ribeirão do Moínho Velho, hoje ladeado pela Avenida Tancredo Neves, no Ipiranga. Essas terras foram, originalmente, da fazenda do capitão Manoel Temudo, na sesmaria por ele obtida em 1668, tapera e campos que ele ocupava há cinco anos, abandonadas há 80 anos, desde 1588, pelo ocupante anterior. Com sua morte, foram postas em leilão por sua viúva e arrematadas por Fernão Dias Paes, em 1671, para doá-las ao Mosteiro de São Bento, cuja igreja construía a suas expensas. As terras do Tijucuçu destinavam-se a produzir renda para manutenção da igreja, onde seria sepultado com sua mulher, Maria Garcia Betim. Derrubada a igreja no começo do século XX para construção da nova, a atual, foram transladados os restos mortais de ambos para nova sepultura, na Igreja erguida em 1922, diante do presbitério, e lá se encontram até hoje.

Essas terras foram agregadas à fazenda do capitão Duarte Machado, nela criador de gado, bandeirante que participara, em 1602, da bandeira de Nicolau Barreto, para captura e sujeição do índio temiminó, em terras do que veio a ser depois Minas Gerais. Fora a fazenda, por ele e sua mulher, doada ao Mosteiro de São Bento, em 1631, quando moravam na vila de Santana de Moji das Cruzes. Duarte Machado aparece pela primeira vez nas listas de população da vila de São Paulo, em 1591, e aí permanece até 1630. Foi almotacel da Câmara paulistana e chegou a ser preso por levar gado para o mar pelo Caminho Novo, o que era proibido. De tudo o que vi na documentação antiga, Caminho Velho do Mar era o que saindo da vila de São Paulo pela Rua da Tabatinguera, que já tinha esse nome na época, atravessava o rio Tamanduateí em direção à Mooca e pela encosta do morro passava pela atual Vila Prudente, tendo deixado remanescente na atual Rua Ibitirama e, em São Caetano, na Rua Maximiliano Lorenzini. O Caminho Novo era o que veio a ser conhecido, no século XIX, como Estrada das Lágrimas. A fazenda de Duarte Machado ficava à margem dos dois. Ausenta-se ele de 1631 a 1635,

período da doação dessas terras do Tijucuçu aos beneditinos. Retorna, porém, em 1636 e permanece em São Paulo até 1645, possível ano de seu falecimento.

A doação de Fernão Dias dizia respeito às terras dos capões de mato nas duas margens, tanto a do ribeirão do Moínho Velho quanto a do atual rio dos Meninos, que na época ainda era conhecido como rio Tamanduateí, de que era afluente o rio Caaguaçu, hoje Tamanduateí. Na segunda metade do século XIX, os nomes foram trocados e mudados, mas, na designação original e histórica, aparecem em sucessivos documentos até os primeiros anos do século XX. Os dois rios estão separados pela distância de 500 braças (1.100 m), no cálculo de 1671. A terra solicitada e obtida por Manoel Temudo, em 1668, abrangia meia légua (3.300 m) em quadra e compreendia os capões de mato das margens dos dois cursos d'água “e todos os mais capões e restingas de mato dentro na meia légua em quadra que se acharem devolutos”. No lado do que é hoje o rio dos Meninos havia o capão e tapera da ocupação que cessara aí por 1588. No lado do ribeirão do Moínho Velho não havia sinal de ocupação antiga.

A Ordem de São Bento fez o Registro Paroquial das terras da Fazenda de São Caetano, em 31 de maio de 1856, para legitimar posse e domínio, como determinara a Lei nº 601, de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras. Fez dois registros. Um do que correspondia ao que fora a doação de 1631, do capitão Duarte Machado, que é boa parte do atual município de São Caetano do Sul, e outro, que correspondia à doação de 1671, de Fernão Dias Paes, pela lei que criou o município de São Bernardo, em 1889, relativo ao território anexado, na maior parte, ao município de São Paulo. Embora formando uma única unidade contínua, a Fazenda de São Caetano, comprada pelo governo Imperial, em 1877, para nela fundar o Núcleo Colonial, as duas doações mantinham-se juridicamente separadas em função, ao que parece, das restrições de uso da terra na área que fora originalmente de Manoel Temudo. Os campos pertenciam ao comum uso público, eram de certo modo terras comunais, insuscetíveis de apropriação privada.

Já no século XVIII, o abade de São Bento havia levantado dúvidas quanto à real extensão das terras de Temudo, compradas por Fernão Dias: era maior do que a que fora demarcada. Invadidas em vários pontos, relata o abade frei Ângelo do Sacramento, em 1769, que o Conselho decidira “que por ora se não bulisse em terras”. Em consequência, fora sobrestada a posse judicial da Fazenda de São

Caetano. Aparentemente, a expulsão dos jesuítas, em 1759, e o confisco de todas suas propriedades, induziram-no a uma postura de cautela, dada a pressão que se fazia, por meio de invasão, sobre as chamadas terras de mão morta, as terras de conventos e mosteiros. Provavelmente, temiam os monges que a mesma radical medida que o marquês de Pombal impusera aos continuadores da obra de Santo Inácio de Loiola se estendesse às outras ordens religiosas.

Frei Ângelo deixou a função no dia 27 de março de 1769. Seu sucessor como abade, frei Joaquim de Santana e Araújo continuou insistindo junto à Justiça para obter a posse judicial das terras da Fazenda de São Caetano “e das mais adjacentes”, como forma segura de confirmação das doações obtidas um século antes. No dia 20 de novembro do mesmo ano, seria emitida sentença, determinando aos “oficiais de Justiça, tabelião e meirinho (...) deem posse ao Mui Reverendo Dom Abade das terras que nesta declara e mais terras ao Mosteiro pertencentes...” No dia 27, a demarcação foi feita, o que não obstou a retomada das invasões no século seguinte.

Quando do Registro Paroquial de 1856, apresentaram-se vários supostos possuidores de terras justamente no legado de Fernão Dias, terras que o posseiro Antonio Maria herdara de sua mulher. Alegava o engenheiro Paulo Hamelin que havia adquirido de Antonio Maria as terras disputadas com os trinta e quatro entupidores de valos, visados pela repressão policial e militar. O nome de Antonio Maria aparece no mapa do Núcleo Colonial de São Caetano como ocupante de extenso terreno em lugar diverso do lugar do litígio que se abre com a aquisição feita pelo engenheiro Paulo Hamelin. Antonio Maria não consta, porém, da lista de foreiros das terras da Fazenda de São Caetano e das da Fazenda de São Bernardo, no respectivo livro de registros de aforamentos da Ordem beneditina.

Iniciado o conflito, os presos e acusados de entupir os valos e invadir as terras foram inicialmente defendidos apenas pelo Dr. Carlos Garcia, que será o provedor da Irmandade de São Caetano, em 1886. Ele fez uma investigação sobre o inventário da primeira esposa de Antonio Maria, D<sup>a</sup> Maria da Anunciação, falecida em 1876, e a procedência suposta das terras por ele vendidas a Hamelin. Na lista dos eleitores de 1876, Antonio Maria, de 51 anos de idade, nascido, portanto, em 1825, está arrolado como negociante, localizado na estrada Vergueiro, casado, sabendo ler. Seus vizinhos, também mencionados na lista, são carreiros, vários deles vizinhos

da Fazenda de São Caetano e mesmo foreiros dos monges de São Bento.

O viúvo menciona carta de sesmaria emitida pelo capitão-general da Capitania de São Paulo, em 20 de fevereiro de 1782, das terras do sítio do Moínho Velho, “outrora Tijucuçu”, relativa às terras que estava vendendo. Essa sesmaria fora concedida ao Dr. José Inácio Ribeiro Ferreira, secretário do governo, basicamente nas mesmas terras concedidas dois séculos antes a Manoel Temudo e que, por via da doação de Fernão Dias Paes, tornaram-se patrimônio dos monges de São Bento.

Nessa carta de sesmaria, em que, no fundo, um oficial do governo concede as terras a si mesmo, há o detalhe de que os campos, que pertenciam ao comum uso público, terras de servidão pública, a regra que vigia por ocasião da concessão original, no século XVII, é alterada. Todas as terras entre o ribeirão do Moínho Velho e o rio dos Meninos, que se achassem realengas, do domínio do rei, isto é, devolutas, foram concedidas ao peticionário. A carta define essas terras como “sítio chamado do Tijucuçu, defronte de São Caetano”, tendo como limite ou o próprio rio dos Meninos “ou por onde legitimamente confinarem as terras dos religiosos de São Bento”. Ora, as terras dos beneditinos não tinham como limite o rio dos Meninos e sim o ribeirão do Moínho Velho. Entende-se que o abade, ciente do esbulho, por essa época tivesse recomendado prudência no questionamento da invasão das terras monásticas, tanto em São Caetano quanto em São Bernardo.

É curioso que a sesmaria tivesse sido concedida apenas um mês antes do término do longo mandato do truculento e autoritário capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania. O mesmo que mandara enforcar o corneteiro do Corpo de Voluntários Reais, o mulato Caetano José da Costa, que nos minutos que antecederam uma apresentação teatral dos soldados, num palco improvisado no pátio da fazenda beneditina de São Bernardo, esfaqueara levemente o filho do próprio governador, de cuja comitiva fazia parte. O caso do Caetaninho repercutiu por quase um século. Martim Lobo costumava, oferecidamente, comparecer ao Mosteiro de São Bento para jantar. Numa dessas incômodas visitas, deu voz de prisão ao escravo que o servia, na frente do abade e dos monges, em grosseira demonstração de desrespeito pelos anfitriões e de falta de civilidade. Pois, nada mais nada menos do que seu secretário tramou usurpar dos monges parte das terras da Fazenda de São Caetano, aquela que viria a ser objeto dos litígios aqui mencionados. Entende-se as razões do abade para não litigar sobre questões de terras.

A referência à carta de sesmaria é estranha na venda das terras de Antonio Maria a Paulo Hamelin, um século depois de concedida, parecendo mais documento providencial, incluído no litígio entre Hamelin e os entupidores de valos para legitimar as pretensões do próprio Antonio Maria sem que se estabelecesse como viera ela parar em suas mãos. Sendo o beneficiário da sesmaria, José Inácio, secretário do governador e sendo este um comensal dos beneditinos, não seria estranho que tivesse especulado sobre a situação das terras de São Bento, para conhecer as brechas que porventura houvesse na doação do Caçador de Esmeraldas. Brechas eram as terras de campo, de servidão pública, que não entraram na doação de Fernão Dias. Curiosamente, a carta se refere a limites onde legitimamente confinassem as terras dos religiosos: o que os monges não reclamassem, era dele.

Tentava valer-se de uma alteração nos critérios de concessão de terras entre o século XVII e o século XVIII. Antes as terras concedidas eram aquelas de mata, de um lado e outro de rios (como neste caso, as terras à margem do ribeirão do Moínho Velho) não incluindo os campos, que ficavam para o uso comum dos moradores. No século XVIII já se concedia tanto matas quanto campos, pois mantinha o rei, isto é, o Estado, o domínio eminente sobre as terras concedidas e até mesmo a tutela sobre as árvores e os animais de lei. O aparecimento dos capitães do mato, enquanto fiscais florestais, confirma a mudança havida no direito de posse e uso da terra. Mas algumas concessões, como as desta porção da Fazenda de São Caetano, ficavam sujeitas à letra original da concessão territorial, justamente porque bem de mão morta.

Na verdade, Tijucuçu era um vasto território constituído pelos campos e várzeas da confluência do que são hoje os rios Tamanduateí e dos Meninos. Na mesma época do Registro Paroquial, em 1856, à margem direita do rio Tamanduateí, margem oposta à do litígio envolvendo Hamelin, no registro das terras de João Floriano de Toledo, é mencionado o bairro do Tijucuçu, à beira da estrada para São Caetano, que atravessava o ribeirão da Mooca. Tijucuçu também é mencionado em relação a terras do litígio.

Descobriu o advogado que as terras valadas por Hamelin não se limitavam aos valados originais. Na escritura de venda assinada por Antonio Maria foram incluídas as terras do comum, as terras comunais já ressalvadas na carta de



sesmaria de Manoel Temudo, no século XVII. Duas testemunhas nomeadas como avaliadoras no inventário da mulher de Antônio Maria, em 1876, afirmaram que “não avaliaram esses campos, porque (...) conheciam que era esse lugar uma servidão pública, pois que, moradores da vizinhança, sempre viram o povo utilizar-se desse terreno.” [*Correio Paulistano*, 22 de julho de 1883, p. 2]. O juiz marca para setembro de 1883 o julgamento da causa de Paulo Hamelin contra Carlos (*sic*) Juncker [Herman Juncker] e outros.

J. F. de Oliveira Gama, em documento assinado em 14 de julho de 1883, declara: “Fui o oficial da diligência que em execução dos mandados do exmo. Sr. Dr. Juiz de direito da 1ª Vara efetuou a prisão destes réus, na noite de 12 para 13 do corrente, e afirmo, sob fé de meu cargo, e de minha palavra de homem pobre e honrado, que não se deu da parte de pessoa alguma, que compunha a diligência, a menor violência, atentado ou desrespeito aos réus, seus bens, casas ou pessoas de suas famílias.”

Em fevereiro de 1884, o caso continuava pendente. Pedia, publicamente, seu advogado, Carlos Garcia, que o juiz convocasse o júri pois os 34 acusados, “pobres lavradores e jornaleiros” queriam o julgamento porque queriam justiça. Mas Paulo Hamelin, protelava, ora ocultando testemunha ora indicando como testemunha o engenheiro Leopoldo José da Silva, que já não morava em São Paulo. Era seu advogado ninguém menos do que o dr. Albuquerque Lins, que mais adiante será governador de São Paulo, alagoano, casado em São Paulo com uma filha do Barão de Souza Queirós. Em abril de 1884, o julgamento já havia sido adiado três vezes, os réus comparecendo ao tribunal, perdendo dias de trabalho. Ainda estariam presos não fosse alguém ter pago por eles a fiança de treze contos e seiscentos mil reis, uma enormidade; as fazendas de São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba foram compradas pelo governo, em 1877, pelo preço de dezesseis contos de reis. No meio tempo, Paulo Hamelin fora nomeado inspetor de quartirão pelo subdelegado do Brás. Andava, por isso, escoltado por dois soldados, atemorizado com ameaças que supostamente teria recebido dos acusados da invasão da terra adquirida. Embora não tenha nenhuma ligação direta com a questão dos campos de São Caetano, não se deve ignorar que Hamelin era de grada família de altos militares monarquistas e os 34 réus do entupimento dos valos, destruição das cercas, da casa e da porteira de seu sítio eram defendidos por um republicano. O pagamento da fiança de lavradores pobres indica alguém interessado no caso e na causa, o que não exclui fatores de ordem política.

Não localizei documento sobre o desfecho do caso. Hamelin faleceria no Rio de Janeiro, quando trabalhava para a Companhia de Gás, em 21 de julho de 1888, atropelado por um trem da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ao atravessar uma cancela perto da estação da Corte.

As terras que motivaram o confronto com o engenheiro Paulo Hamelin, no bairro de São Caetano, eram vizinhas às que haviam sido compradas por Hermann Juncker, também conhecido como Germano Junca, de Carlos Abrão Bresser, que tivera sítio no Moínho Velho e tinha chácara no Brás. A origem duvidosa do direito a essas terras, que fizeram parte da Fazenda de São Caetano e pertenceram à Ordem de São Bento, adquiridas pelo Governo Imperial em 1877, levaram Juncker a solicitar, nas mesmas terras, em 1879, quatro lotes do Núcleo Colonial. Desse modo, legitimava, acima de qualquer dúvida, seu direito a elas. Mas, ao mesmo tempo, demonstrava que as terras do litígio, que estavam sendo tituladas, entre o rio dos Meninos, o rio Tamanduateí, o ribeirão do Moínho Velho e o Caminho do Mar ou Caminho Novo do Mar (o que veio a ser conhecido como Estrada das Lágrimas, no século XIX), eram terras invadidas da antiga fazenda beneditina. Eram as terras que haviam sido de Manoel Temudo, no século XVII.

Carlos Abrão Bresser, que vendera as terras a Hermann Juncker, imigrara da Alemanha, em 1838, como agrimensor, para trabalhar na reforma do Caminho do Mar, no que veio a ser a Estrada da Maioridade, inaugurada em 1844 com esse nome para celebrar a maioridade antecipada de Dom Pedro II. Teve Bresser, portanto, condições de conhecer e avaliar as terras próximas e ao longo do já movimentado caminho, sobretudo com o transporte de açúcar para o Porto de Santos. Justamente, pouco depois da reforma da estrada, em 1846, comprou ele, de Leonhard Langenekhard, por Rs. 100\$000 (cem mil réis), “um sítio no Moínho Velho, caminho de Santos”. Embora não conste como o vendedor obtivera o terreno, tendo a presumir que se tratasse de procedimento que começara a se tornar comum, o de alguém adquirir de um posseiro a terra possuída e da compra passar escritura em cartório para em seguida revendê-la ao verdadeiro interessado. O patricio Langenekhard pode ter sido “testa de ferro” de Bresser, como Antônio Manoel da Silveira Sampaio seria declaradamente “testa de ferro” de Samuel Mesquita na compra das terras de um dos lotes situados atrás da Capela de São Caetano.

Sete anos depois, Bresser vendia o mesmo terreno ao também patricio Hermann Juncker pelo dobro do preço, Rs. 200\$000 (duzentos mil réis). Embora pareça tratar-se de mera especulação imobiliária, e o era, em 1852 formaliza em cartório documento em que declara que o gado *vacum* existente no sítio pertencia a sua mulher, Ana Clara Muller, irmã do marechal Daniel Pedro Muller, que fora autor de várias obras públicas na cidade de São Paulo. O documento se tornara necessário porque, sendo casado na Alemanha, onde deixara a mulher, Bresser passara a viver com Ana Clara, com quem teve cinco filhos. Tinha com ela um contrato de prestação de serviços que a ela assegurava retribuições financeiras, como se fosse sua empregada doméstica. Em testamento, legitimou os filhos e reconheceu-a como herdeira de seus bens.

Bresser ainda tinha raízes na região, em 1867, pois é nesse ano sorteado como membro do júri de São Paulo pela freguesia de São Bernardo. Por essa época, moradores que viviam ao longo da estrada de Santos, desde o Cambuci, passando pelo Moínho Velho, tinham São Bernardo como seu lugar de referência, especialmente a paróquia e as festas religiosas.

Quando da criação da vila de São Bernardo, em 1889, isto é, sua elevação a município, o ribeirão do Moínho Velho, que era o limite natural da antiga freguesia, não foi o escolhido como limite do novo município, e sim o rio dos Meninos, provavelmente por razões políticas. Há indícios de que essas terras, que constituíram o que chamo de “território perdido de São Caetano”, além de disputadas por foreiros, posseiros e grileiros, foram também disputadas politicamente, maior razão de sua não incorporação ao município de São Bernardo e, no desdobramento, ao distrito de São Caetano, em 1916, e ao município de São Caetano do Sul, em 1948.

O abade de São Bento já denunciara, em 1869, o patronato político-partidário de ações de usurpação das terras da Fazenda de São Caetano. Em 1876, no inventário, quando do falecimento de Maria da Anunciação, esposa de Antonio Maria, posseiro citado na planta do Núcleo Colonial de São Caetano e vendedor das terras ao dr. Paulo Hamelin, como mencionei, dois políticos de São Bernardo testemunharam que as terras eram de servidão pública. Eram o influente capitão Joaquim Antonio Mariano e o tenente Francisco A. de Oliveira Salles, ambos da Guarda Nacional e ambos do Partido Conservador. Mariano era homem

poderoso, senhor de escravo, e aparentado com vários foreiros de São Bento. Em 1878, São Bernardo tinha apenas seis eleitores, todos do Partido Conservador, dentre eles o igualmente poderoso padre Tomás Inocência Lustosa, nenhum do Partido Liberal. São Bernardo era feudo político dos conservadores.

Provavelmente, era a eles que o abade de São Bento se referira. É difícil negar que os litígios com os ocupantes das terras de São Bento, que se arrastavam desde o século XVIII, não fossem parte do conflito entre os monges e o bispo de São Paulo, no começo do século XIX, quando da criação da Freguesia de São Bernardo e a indevida erecção da capela beneditina de São Bernardo como paróquia. Assim como os conservadores do lugar falariam em 1876, também o bispo falou, em 1812, em carta de agradecimento ao capitão-general e governador pelo apoio à criação da paróquia, em nome dos povos da localidade, que teriam contribuído para a construção da capela. O que não é verdade: a capela fora erguida e sempre mantida com recursos da própria Ordem de São Bento.

Assim como, em 1876, os dois influentes membros do Partido Conservador de São Bernardo testemunharam em defesa do direito comunal às terras de pasto do entre rios dos Meninos e do Moínho Velho, encravadas na Fazenda de São Caetano, em 1883, um político do “outro lado do rio Tamanduaté”, a margem direita, Carlos Garcia, veio em defesa dos 34 entupidores dos valos com que Paulo Hamelin cercara as terras de servidão pública. Garcia, porém, era republicano e fazia política no Brás e não em São Bernardo e nessa condição presidirá a Irmandade de São Caetano, com notório apoio do advogado e padre Avelino Jorge Montenegro. As terras de São Caetano no Moínho Velho foram, portanto, não só objeto de disputa entre foreiros, posseiros e grileiros, de um lado, e os monges de São Bento e seus sucessores de outro, mas também os votantes foram disputados por políticos de São Bernardo e políticos do Brás, já que o Ipiranga terminava no ribeirão do mesmo nome.

A geografia anômala da criação do município de São Bernardo, em 1889, às vésperas da proclamação da República, muito provavelmente resultou dessa disputa política. Em São Bernardo, os conservadores vão ter um único opositor, o ituano José Luís Fláquer, professor primário e depois médico, fundador do Partido Republicano na Convenção de Itu de 1873. Com a República, ele herdará o eleitorado dos conservadores e estenderá o domínio de fato de São

Bernardo a São Caetano, em vários sentidos ligado ao Brás. Ele se tornará o chefe político da região, o oligarca. Sua família manterá o domínio político em São Caetano, através de diferentes siglas partidárias, até a autonomia municipal de 1948. Na verdade, os autonomistas de São Caetano, sem o saberem, ocuparão o espaço que os liberais não conseguiram ocupar no Império e nem mesmo na República, pois os republicanos da oligarquia Fláquer ao ocuparem o lugar dos antigos conservadores tornaram-se na prática antirrepublicanos e monarquistas de barrete frígio. Fenômeno comum ao longo de toda a história republicana brasileira, até nossos dias. A República chegará a São Caetano, de fato, com o movimento autonomista de 1948.

Os dois conservadores de São Bernardo, que haviam testemunhado quanto ao caráter comunal das terras que haviam sido de Manoel Temudo, estavam ligados a carreiros e tropeiros, para os quais os campos de servidão pública serviam de pasto, os chamados “campos de São Caetano”. Não por acaso, o alto do morro em que está hoje o Hospital Heliópolis, em pouco tempo passaria a ser conhecido como “pasto do Penteado” ou “morro do Penteado”.

O conde Antônio Álvares Penteado adquirira terras por ali e, aparentemente, conseguira incluir no perímetro de sua propriedade as terras de servidão pública. O que talvez se explique por uma nota de 1891, no jornal *A Província de S. Paulo*, a propósito de um requerimento da Companhia Industrial Cerâmica Paulista. A empresa, formada em Campinas, pretendia montar sua fábrica no Moínho Velho, nas proximidades do rio Tamanduateí. O Ministério da Agricultura despachou o requerimento, informando à interessada “dever ela concorrer à hasta pública a que oportunamente serão levados os terrenos devolutos desta capital, inclusive os do lugar denominado Moínho Velho.” Terras que dos herdeiros de Penteado seriam adquiridas, em 1942, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, atual INSS.

O capitão Joaquim Antonio Mariano era aparentado com largo número de pessoas dos bairros de São Caetano e de São Bernardo. Sua parentela, como a dos nomes de foreiros e vizinhos da Fazenda de São Caetano, segundo o rol de qualificação dos eleitores de São Bernardo, de 1880, era majoritariamente, ainda nessa época, mas desde o século XVIII, como revelam as listas de população, carreiros e tropeiros de ascendência indígena. Em 1873, foi ele um dos três

fiadores do tropeiro Francisco Antonio Pedroso, de São Bernardo, que contratara com o governo de São Paulo o transporte de onze toneladas de carga, contendo fardamento e outros artigos que o Ministério da Guerra remetia para o governo da província de Goiás, em Vila Boa. Tudo em lombo de mula. O transporte da carga foi contratado por mais de sete contos de réis: Rs. 7:248\$014, uma fortuna, se considerarmos que quatro anos depois o governo imperial pagará por São Caetano, São Bernardo e Jurubatuba dezesseis contos de réis. Tropeiros eram negociantes. Distinguiam-se pela vivacidade e discernimento, destacados pelo botânico August de Saint-Hilaire, no início do século XIX, que com eles conviveu em suas viagens científicas pelo Brasil. Dois tropeiros paulistas se tornaram barões do Império, o barão de Iguape, avô de Antonio da Silva Prado, e o barão de Antonina, ambos sepultados no Cemitério da Consolação.

A compra da Fazenda de São Caetano pelo governo imperial e sua transformação em Núcleo Colonial foi, muito provavelmente, o que assegurou que no futuro existisse o município e a cidade de São Caetano, como unidade territorial e identidade municipal. Não fosse essa providência do governo, com o desaparecimento da comunidade beneditina de São Paulo, devido ao trancamento do noviciado e o falecimento do último monge, teria aumentado ainda mais a vulnerabilidade das terras de São Caetano e facilitado sua invasão. No que é hoje o município, teria ocorrido o mesmo que ocorreu naquela parte da Fazenda, no chamado Moínho Velho, na hoje Vila Carioca, Favela de Heliópolis, Sacoman, uma ocupação dispersa, desigual e, em grande parte, improdutiva.

Mesmo que o ex-escravo Nicolau Tolentino Piratininga tivesse se encarregado de administrar a Fazenda, como administrou os outros bens imóveis dos beneditinos, conservando-os e arrecadando alugueis e rendas, teria sido essa uma tarefa impossível sem danos. Quando chegaram os primeiros monges alemães para tomar posse do Mosteiro e de seus bens, em 1910, Nicolau Tolentino prestou contas ao novo abade, Dom Miguel Kruse e entregou-lhe o patrimônio ileso.

Não por acaso, os beneditinos fizeram-no seu procurador até o final da vida, como procuradores da Ordem foram também alguns de seus descendentes até o ano 1975. O mais longo vínculo de trabalho da história do Brasil, mais de 200 anos. Sua família, que fora escrava em São Caetano durante 171 anos dá-lhe a curiosa cidadania que nenhum outro habitante de São Caetano tem. Essa família

de escravos viveu em São Caetano mais tempo do que as famílias que vieram depois da extinção da Fazenda.

**15/04/1883 – Litígio sobre as terras do antigo Tijucuçu vizinhas à Mooca:** Acusado por um anônimo, no jornal *Correio Paulistano*, de ter cercado terras públicas em São Caetano, o vereador Rafael [Aguiar Paes] de Barros publica na primeira página de *A Província de São Paulo* extenso relato sobre as terras mencionadas. Explica que possui terras na Mooca, à margem da estrada do Caaguaçu, ao lado de um capão que fica na estrada de São Caetano e, portanto, não em São Caetano. A estrada do Caaguaçu era a estrada que seguia “em linha reta como prolongamento da Rua da Mooca”. Entrega à Câmara várias escrituras dessas terras, com o devido arrolamento dos sucessivos proprietários e as respectivas datas das sucessões. Suas terras se situavam das cabeceiras do ribeirão das Vacas até o rio Tamanduateí. Mandara, sim, cercá-las de valo. E explica: “Quando mandei fazer o valo, deixei de fora uma grande porção de terreno, porque destinando esse cercado para éguas de raça, não o queria devassado pela estrada do Oratório, a qual sobe abeirando o valo.”

Rafael de Barros era filho do Barão de Itu e neto do Barão de Iguape. Portanto, parente de Antônio da Silva Prado. Fizera uma viagem à Inglaterra e voltara encantado com o turfe. Foi membro ativo do Jockey Clube, cujas corridas eram no Hipódromo da Mooca. Seu interesse nas terras mencionadas na controvérsia, como lugar para criação de éguas de raça, está relacionado com seu envolvimento nas corridas de cavalo.

Nesse mesmo texto, Rafael de Barros menciona escrituras de terras não só na Mooca, mas também em São Caetano. Na planta de 1887, do Núcleo Colonial, seu nome está escrito sobre larga porção de terras no que é hoje a Vila Barcelona, mas aparentemente suas terras eram as da margem direita do atual rio Tamanduateí. As que iam da Mooca ao que é hoje a Vila Prudente e a Vila Alpina.

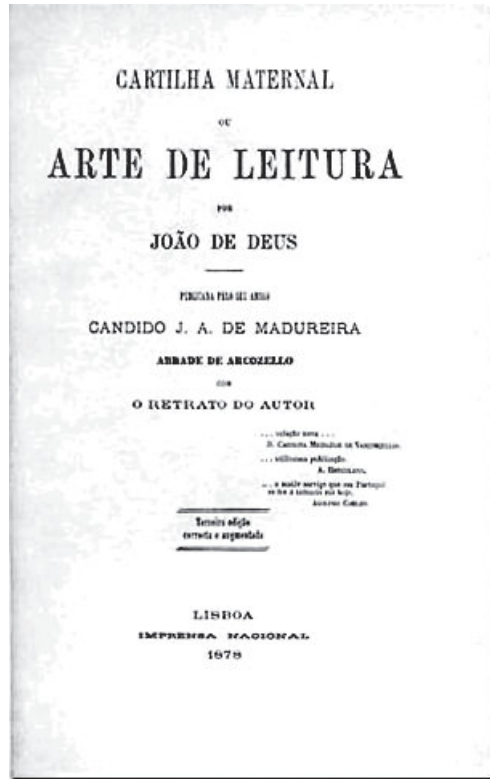
Uma das escrituras de procedência das terras de Rafael de Barros menciona Francisco Antonio Mariano, também envolvido nos litígios dessa mesma época, na margem esquerda do Rio Tamanduateí, incluindo vários posseiros e antigos foreiros da Fazenda de São Caetano no Moinho Velho. Para entender essa geografia, muito diferente da atual, é necessário ter em conta que, na origem,

esses eram terrenos e sítios anteriores à abertura da ferrovia. Apenas o rio Tamanduateí separava os campos da Mooca dos campos do Moinho Velho, isto é, basicamente o oeste dos antigos campos, depois bairro do Tijuçu e, a partir do século XVIII, bairro de São Caetano.

Rafael de Barros acusa a União Conservadora de estar por trás das denúncias contra si. E o argumento é basicamente o mesmo: ele era acusado de cercar terras de servidão pública, isto é, os pastos do comum uso público. Era ele republicano. Aparentemente, os conservadores defendiam os interesses dos moradores, carreiros e antigos tropeiros que se valiam dos pastos públicos dos dois lados do rio Tamanduateí, a margem esquerda e a margem direita, na altura de São Caetano. A proclamação da República, em 1889, selará a sorte dos envolvidos nesses vários conflitos, banindo os conservadores. Do mesmo modo que a ferrovia banira os tropeiros, que pelejavam pelos pastos, ao tirar-lhes a função econômica no transporte de mercadorias para Santos. Os próprios carroceiros, se tornaram meros auxiliares da ferrovia.

**24/04/1883 – Instalação da primeira escola elementar feminina:** Notícia *A Província de S. Paulo*, do dia 26, que, na terça-feira, “dia 24 do corrente instalou-se a escola do sexo feminino, criada ultimamente no bairro de São Caetano, e para a qual foi nomeada a professora normalista d. Felicidade Perpétua de Macedo. / À solenidade da abertura da escola estiveram presentes o inspetor do distrito e várias pessoas desta cidade e daquele bairro, nacionais e estrangeiros. / A matrícula fechou-se no dia com 50 alunas. / Por parte da colônia italiana proferiu eloquente discurso o sr. [Emílio] Rossi, que levantou vivas à Assembléia Provincial, ao presidente da província e à nação brasileira. O inspetor do distrito, Lucas Queirós de Assunção, agradeceu as entusiásticas saudações do sr. Rossi. / A colônia ofereceu, também, um copo d’água às pessoas presentes, dando-se diversos brindes e reinando muita animação entre os convivas.” A escola foi instalada na Capela de São Caetano, pois em 1º de julho do ano seguinte, o de 1884, a mesa da Irmandade de São Caetano reclama publicamente uma resposta ao ofício enviado ao inspetor da Instrução Pública, em que pedira “a remoção da escola que está funcionando na capela”. E acrescenta, impaciente: “Até quando se resolverão a dizer: Sim ou não?”. Convém ter em conta que a Capela era do governo do Império e não da Igreja, não tendo a Irmandade sobre ela senão mera autorização de uso.





*Capa do livro do educador português João de Deus, adotado pela professora Felicidade Perpétua de Macedo na primeira Escola Feminina de São Caetano, em 1883.*

Muito significativo que o início do funcionamento da escola tenha sido brindado com copos de água e não de vinho, que em São Caetano já se produzia, como seria de esperar. Provavelmente, concepção de escola interdita à associação com bebida alcoólica. Indicação do que era a educação nesses tempos recuados.

Foi curtíssima a felicidade de dona Perpétua. No dia 11 de maio, é aprovado o seu pedido de nomeação para a cadeira do 1º Distrito da Capital e aprovada sua substituição pela professora Maria Adelaide do Carmo Machado.

No entanto, diz *A Província*, em 20 de maio, que “os principais moradores da referida colônia dirigiram uma representação ao governo provincial pedindo que esta professora [Felicidade Perpétua de Macedo] ali seja conservada por mais um mês, a fim de que suas alunas concluem a aprendizagem do Método de João de Deus por ela ensinado. / No dizer da representação receiam que a nova professora adote outro método e seja por esse motivo inutilizado o adiantamento já adquirido.”

Tratava-se do método da *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, cuja primeira edição é de 1876, do poeta e pedagogo português João de Deus de Nogueira Gama (1830-1896), originalmente adotada na Escola Normal de São Paulo, no mesmo ano de instalação da escola de São Caetano, 1883, pelo professor Antonio da Silva Jardim. Era uma *Cartilha* importada de Portugal e distribuída pelo governo da província. Um estudo da autora portuguesa Isabel Ruivo, “João de Deus: Método de leitura com sentido”, de 2006, destaca as inovações pedagógicas dessa obra, como a de não separar sílabas nem palavras, mas indo antes a conjuntos e significados. Ao mesmo tempo, o autor inovou dando nomes às letras que ajudassem a fixar o sentido da parte e do todo. Basicamente, a ideia era alfabetizar de modo que o aluno fosse além da sala de aula e pudesse autoeducar-se.

João de Deus inicia sua cartilha explicando que: “Este sistema funda-se na língua viva. (...) Assim ficamos também livres do silabário, em cuja interminável série de combinações mecânicas não há penetrar uma idéia! / Esses longos exercícios de pura intuição visual constituem uma violência, uma amputação moral contrária à natureza.” Nesse momento, iniciava-se em Portugal um movimento cultural voltado para a concepção de povo, o novo sujeito político da sociedade portuguesa, que terá nos estudos do linguista e etnólogo português Adolfo Coelho um de seus

grandes nomes. Coelho, aliás, que foi influente no Brasil, elogiou a Cartilha de João de Deus. Sua adoção pela primeira professora de São Caetano é indicativa de uma atitude inovadora na educação brasileira, sociedade que estava longe desses valores, e sobretudo indicativa de uma preocupação em boa parte antropológica com as alunas de nossa primeira escola feminina. É que o método de João de Deus fazia da palavra e da fala a referência pedagógica, reconhecia o aluno como sujeito do processo educativo e construía uma ponte com a brasilidade para alunos que em casa falavam italiano e dialeto.

D<sup>a</sup> Felicidade Perpétua de Macedo tinha 19 anos de idade quando foi nomeada professora da escola feminina da Colônia de São Caetano, sua primeira escola. Não era comum que os professores das escolas elementares tivessem diploma de normalistas. Mas ela cursara a Escola Normal de São Paulo de 1880 a 1882. Era, portanto, professora no pleno sentido da palavra. Aprovada plenamente, recebera sua carta de professora em 29 de dezembro de 1882. No entanto, antes de cursar a Escola Normal, já em 1879, quando tinha apenas 15 anos de idade, fizera um primeiro exame, o de francês, para cursar a escola preparatória da Faculdade de Direito. Continuará fazendo os exames das diferentes disciplinas até 1885. Era a única mulher neles inscrita e provavelmente a primeira. Em dezembro de 1886, era diretora da primeira escola de meninas de São Paulo, ocasião em que Dom Pedro II a visitou e examinou suas alunas sobre temas de várias disciplinas, achando-as insuficientes em religião. Em 18 de agosto de 1888 foi classificada em primeiro lugar no concurso para a cadeira de Desenho e Caligrafia da Escola Normal de São Paulo, sendo ali a primeira mulher a se tornar lente de uma das cadeiras.

Era artista plástica e destacou-se como professora de pintura para suas alunas da Escola Normal. Quando da fundação do Grêmio do Comércio, nesse mesmo ano de 1888, ofereceu-se para dar aulas gratuitamente às filhas dos sócios da entidade. Em 1912, envolveu-se na fundação da União Patriótica. Em 1913 já estava associada à Cruz Vermelha, de cuja diretoria fazia parte por muito tempo, tendo se tornado sua segunda secretária. Tornou-se conselheira da Associação Feminina “Anália Franco”, em 1919. Envolveu-se, em 1928, na fundação do Pensionato de Moços Católicos, apoiada pelo arcebispo Dom Duarte, para rapazes do interior que viessem trabalhar no comércio em São Paulo ou estudar nas faculdades da capital. No mesmo ano, era ativa participante da Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra. Tornou-se uma celebrada

e respeitada professora e mulher pioneira no ativismo feminino em São Paulo entre a proclamação da República e a Revolução de Outubro de 1930.

**25/04/1883 – Sinos para a igreja de São Caetano:** Giovanni Peruch, em nome da comunidade, encomenda, na Oficina Mecânica de A. Sydow, no bairro da Luz, em São Paulo, dois sinos para a nova igreja que se pretende construir em São Caetano, no lugar da capela. Dá um sinal de Rs. 50\$000. Essa igreja seria depois a Matriz Velha. Entra como parte do pagamento o sino colocado na Capela de São Caetano no século XVIII pelos beneditinos. Um dos sinos está hoje no Museu Histórico Municipal de São Caetano. Sydow, o fundidor dos sinos, era protestante.

**01/05/1883 – Inauguração da estação ferroviária e a revolução nos transportes:** É inaugurada a estação ferroviária de São Caetano, na São Paulo Railway. A estação inaugurada foi a que constituiu até há poucos anos o edifício e a plataforma lateral à Rua Perrela, ou “lado de baixo” da ferrovia. Foi construída ao lado da passagem de um caminho antigo. Em 1896, a São Paulo Railway anuncia a construção de um novo edifício de passageiros, com plataforma de 120 metros de comprimento, decorrente da duplicação da linha, contratada em 1895 para conclusão em 4 anos. Era a plataforma do “lado de cima”. Além disso, será construído um armazém de cargas e quatro casas para os empregados. O armazém de cargas foi demolido há poucos anos para abertura da Praça Anacleto Campanella. As casas ainda existem, perto da estação, entre os trilhos e a Rua Perrela.

Em 1883, dois trens diários, de Santos para São Paulo, param na estação de São Caetano: o expresso, às 8h28, chegando à antiga estação da Luz, às 8h45, daí seguindo para Jundiaí; e o misto, às 17h29, chegando à Luz, às 17h45. Na direção oposta, outros dois trens: de São Paulo para Santos, o expresso às 15h18; e o misto, às 19h53.

Com a ferrovia, São Caetano ficava a pouco mais de 15 minutos de São Paulo. Antes, de carroça ou a cavalo, como era costume, levava-se uma hora e 45 minutos, segundo o cálculo do jornalista Rangel Pestana, que visitou a Colônia, com o presidente da Província e o ministro da Agricultura, no dia 22 de novembro de 1886. Viagem que se fazia por estradas ruins, diz ele. O mais das vezes pela Mooca, pelo antigo caminho, do século XVI, que é hoje a Rua Maximiliano Lorenzini, em São Caetano, e a Rua Ibitirama, em São Paulo. O trem tinha o



*Um dos dois sinos fundidos na oficina de A. Sydow, em 1883, para a igreja de São Caetano. Na fusão, foi derretido o sino de 17 kg que os monges de São Bento haviam colocado na torre da capela, de estilo barroco, de São Caetano, em 1772. (Acervo do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul).*



**São Paulo Railway Company**  
Para os devidos fins faço publico,  
que acha-se aberta ao trafego de mer-  
cadorias e de passageiros a Estação  
de S. CAETANO, a qual se acha situa-  
da entre as estações de S. Bernardo e  
Braz.

Superintendencia, S. Paulo, 12 de  
maio de 1883.

John Barker,  
Superintendente interino.

3—1

*A São Paulo Railway anuncia, em 1883, a abertura ao tráfego da estação de São Caetano. (A Província de São Paulo, 13 de maio de 1883, p. 2).*

inconveniente de que obrigava o viajante a permanecer na cidade cerca de 9 horas, se quisesse voltar no mesmo dia. O que explica que esse velho Caminho do Mar tivesse sido reformado e reconstruído, em 1889, para que pudesse ser trafegado pelas carroças dos colonos que, assim, ganhavam tempo e mobilidade.

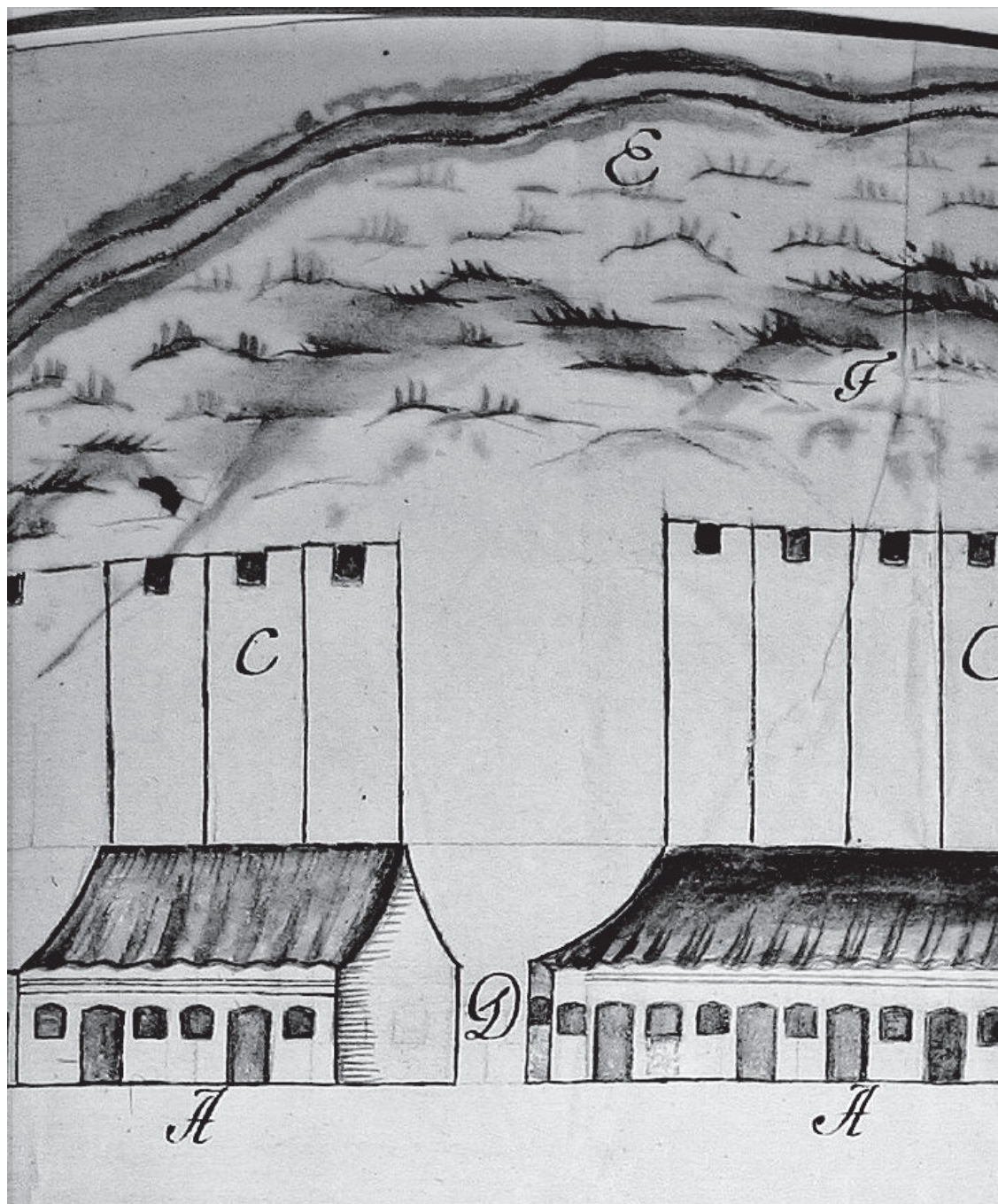
No século XVIII, os escravos da Fazenda levavam, do porto de São Caetano, na aguada da Fazenda, nos fundos da capela, no atual rio dos Meninos, ao Porto Geral de São Bento, umas duas horas para descer o rio Tamanduateí e, certamente, não menos do que três horas para subi-lo. Em geral, saíam bem cedo com o barco carregado, almoçavam no Mosteiro (numa época em que se almoçava às 9 horas da manhã) e, então, retornavam. É que o rio tinha muitos meandros e alguns trechos atravancados por galhos, como se vê no relato da inspeção feita em 1825. Tanto, que o abade, já no século XVIII, preferia fazer esse trajeto a cavalo, e não de barco, tendo sempre, na fazenda, um animal de sela à sua disposição, para as visitas às fazendas. Ou, então, antes disso, eventualmente índios da aldeia de Pinheiros eram chamados e, em troca de um agrado, geralmente aguardente da terra, o traziam e levavam deitado numa rede, presa a um pau carregado nos ombros.

Com a exceção da ida dos escravos, de barco, em romaria à Igreja de Nossa Senhora do Ó, em 1763, não há outra notícia do uso do rio no transporte de passageiros, embora haja várias indicações de que as viagens fossem feitas por terra. No século XVI, viajantes vindos do mar, depois de subir a serra, tomavam uma canoa na Borda do Campo e desciam pelos hoje rios dos Meninos e Tamanduateí até o povoado de São Paulo do Campo de Piratininga. Mas, nos séculos seguintes, o rio foi para transporte de carga, tanto da Fazenda de São Bernardo quanto da Fazenda de São Caetano. A frota de três barcos de São Caetano (um grande, de 10 metros de comprimento, e dois pequenos) descia o rio regularmente, levando mercadorias para o depósito dos beneditinos no Porto Geral.

**05/05/1883 – Chegada de mais colonos:** Dionisio Grossi, imigrante italiano de 38 anos de idade, procedente de Gênova, viajando sem família, desembarca em Santos e é encaminhado à Hospedaria dos Imigrantes, que ainda funcionava no Bom Retiro. De lá é enviado para o Núcleo Colonial de São Caetano.

**12/05/1883 – Escola feminina:** Felicidade Perpétua, professora no bairro de São Caetano, é transferida para a cadeira de primeiras letras do 1º. Distrito da

*Detalhe de uma aquarela do século XVIII, que retrata o Largo de São Bento, em São Paulo, a Igreja e o Mosteiro e as edificações anexas, como a enfermaria dos escravos e as senzalas. A letra E assinala o exato lugar do Porto Geral de São Bento, no rio Tamanduateí, em local bem diverso de onde se localiza hoje a Ladeira Porto Geral, que dá acesso à Rua Boa Vista. Pela ribanceira (letra F) subia-se para a Rua Nova de São Bento, chamada de*





*Rua da Alegria, hoje Rua Florêncio de Abreu, passando pela travessa assinalada com a letra D. Dava-se nos fundos do Mosteiro e não na frente, como sugere a Ladeira atual. A letra B indica outra passagem, distanciada do porto, o “Portão que serve de passagem para o Rio, ou serventia do Mosteiro para o Rio”. Era um portão monumental de estilo barroco. (Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia).*



Capital. A professora Maria Adelaide do Carmo Machado é transferida da cadeira de primeiras letras da cidade de Atibaia para a de São Caetano.

**13/05/1883 – Os sinos da matriz velha:** Giovanni Peruch e Filippo Roveri vão buscar, na Oficina Mechanica de A. Sydow, no Campo Mauá, junto ao armazém de mercadorias da Cia. Sorocabana (bairro da Luz, em São Paulo), os dois sinos novos, pesando 86,5 kg, que a população de São Caetano mandara fazer. Os sinos se destinam à igreja que se pretende construir no mesmo local em que existe a histórica capela edificada pelos monges beneditinos, em 1772, sobre outra de 1717-1720, dedicada ao patriarca São Caetano. Dão em dinheiro Rs. 50\$000 e cobrem parte do preço total de Rs. 223\$600 com um sino velho, que pesa 17 kg. Ficam devendo Rs. 160\$000 (cento e sessenta mil réis). O sino velho era do século XVIII e pertencera à Capela de São Caetano, amplamente reformada entre 1770 e 1772. Tinha torre, coro e púlpito. Os sinos novos foram encomendados no dia 25 de abril.

No templo, reformado neste mesmo ano de 1883, há celebração e grandes festejos presididos pelo Pe. José Marcondes Homem de Melo, vigário do Brás, mais tarde arcebispo de Belém do Pará e bispo de S. Carlos.

**02/07/1883 – A trajetória de um professor da primeira escola masculina do Núcleo Colonial:** O professor Joaquim Ferreira Alambert é transferido do bairro de Guapira, no atual município de Guarulhos, para a o Núcleo Colonial de São Caetano. Teve uma carreira docente movimentada. Em 1872, fez as provas para ser habilitado como professor de primeiras letras. Seu desempenho foi fraco e foi aprovado simplesmente, sendo nomeado professor público em São Sebastião da Boa Vista (atual Mococa), onde também foi aferidor de pesos e medidas. Ingressa na Escola Normal, em São Paulo, em 1876. Aparentemente, no entanto, interrompe o curso e continua a trabalhar como professor leigo, como eram chamados os docentes que não haviam sido normalistas. Em julho de 1877 é removido de Mococa para Silveiras, no Alto Paraíba. Em 1880, é professor em Itu e, em 1882, assume a gerência e a redação do jornal *Imprensa Ytuana*. No início de 1883, pede ao governo da província para ser nomeado professor público no bairro de Guapira, em Guarulhos.

Em julho de 1883, três professores requerem ao presidente da Província sua remoção de diferentes escolas para a escola masculina de primeiras letras de

São Caetano: Joaquim Ferreira Alambert, José Augusto da Costa Leal e Manoel Gonçalves Pereira Bittencourt. Foi nomeado Alambert, aparentemente por ser o primeiro na ordem cronológica dos pedidos. Ele ficará vinculado à escola da Colônia de São Caetano durante dez anos, até maio de 1893, quando permuta sua cadeira pela de Manoel dos Reis, em Sorocaba. Nesse período, entre 1893 e 1895, será removido de Sorocaba para Guarulhos e de Guarulhos para a Mooca, como professor de escola noturna. Morou na Rua do Brás, tendo sido mesário, em várias eleições, em secções eleitorais daquele bairro. Não há notícia de que tenha residido em São Caetano. Nessa época São Caetano estava vinculado à Freguesia de São Bom Jesus de Matosinhos do Brás, que, num ato de governador da época, chegou a ser denominado Colônia de São Caetano do Brás.

Em janeiro de 1885, pede e obtém licença da escola de São Caetano para voltar à Escola Normal e cursar o 2º ano. Em março, pede dispensa das matérias que já havia cursado antes, em cujos exames havia sido aprovado. Em novembro de 1886, faz os exames finais do 3º ano e está entre os sete aprovados (seis são reprovados e um desiste). Em dezembro de 1886, pede ao governo “que seja seu título apostilado, a fim de gozar as vantagens que a lei concede aos normalistas.” Nessa ocasião, obtém autorização para voltar à sua cadeira na Colônia de São Caetano.

Durante seu afastamento para cursar a Escola Normal, em meados de 1885, Alambert participa de uma reunião de professores em recinto da Rua de São Bento e é um dos seis membros escolhidos pela assembléia para formar a comissão que atuará junto aos docentes da província de São Paulo no sentido do reconhecimento da legitimidade e da representatividade de dois candidatos eleitos para compor o colegiado que decidirá as questões relativas à instrução pública. Os professores tentavam evitar a dispersão e assegurar a coesão da categoria no que era, naquele momento, a primeira iniciativa para definir uma política provincial de educação. Aparentemente, queriam garantir a influência dos professores normalistas, isto é profissionais, e evitar que essa política fosse definida pelos professores leigos ou pelos políticos.

Além da atividade jornalística, que desenvolveu quando foi professor em Itu, em 1882, José Ferreira Alambert também tentou a poesia. A *Tribuna Paulista*, de Lorena, na edição de 10 de janeiro de 1878, acolheu este seu poema:

À...

Quando vejo-te, Lulu,  
Vaporoso como um sonho,  
A luz doce que te cinge  
Me deslumbra, anjo risonho.

E a seguir-te como a sombra  
Desse seu vulto divino,  
Já sem forças, sem vontade,  
Eu blasfemo, eu desatino.

– És a chama que atraí,  
Eu a borboleta incauta;  
És o riso da tormenta  
Mas eu sou tão fraco nauta!

Porém tu, qual divindade  
A sorrir-se de um mortal,  
Tens um coração marmóreo  
Tens um'alma de cristal!

Cauteloso, generoso e sutil, o redator do jornal, em página separada, publicou uma nota de crítica literária sobre a incursão de Alambert: “À... – A poesia que com a epígrafe acima publicamos, foi-nos obsequiosamente remetida de S. Paulo pelo seu esperançoso autor, o Sr. Joaquim Ferreira Alambert. O Sr. Alambert revela bastante talento no gênero lírico, e pode, se não desanimar, tornar-se verdadeiro poeta. Cumprimentando ao esperançoso mancebo, agradecemos-lhe o mimo com que nos distinguiu.” [*Tribuna Paulista*, Lorena, 10 de janeiro de 1878, pp. 3-4].

**08/07/1883 – Batizado na igreja do Brás (19):** O padre Nicolau Polito da Rosa, vigário do Brás, anota no Livro de Registro de Batizados da Paróquia: “batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Beraldo, nascido no dia primeiro do mês passado, filho legítimo de Caetano Garbelotto [Gaetano Garbelotto] e Catterina Garbelotto, sendo padrinhos Beraldo Rodrigues e Benedita Maria da

Cruz.” Mais um batizado em que os padrinhos são brasileiros e mais um caso em que o afilhado recebe o nome brasileiro do padrinho. Indício de que o contato entre italianos e brasileiros no Núcleo Colonial de São Caetano começava a ultrapassar a mera convivência.

**12/07/1883 – Revolta popular contra o cercamento (2):** *A Província de S. Paulo* noticia que são presos “dezesseis entupidores de valos, dos tais que andam a fazer *comunismo* para as bandas de São Caetano. Foram agarrados por uma força de cerca de 20 praças de cavalaria. Os desordeiros daquelas bandas são trinta e tantos, de modo que a caçada deve continuar. Foram presos em virtude de mandado do Dr. Juiz de direito e, com fiança ou sem ela, vão ver-se processar. Consta-nos que a polícia tomou em sério esta praga que há muito envergonha os nossos foros de capital civilizada, e que os entupidores de valos e arrasadores de plantações alheias de outros bairros do município, como Cambuci, Santana e outros, já se acham debaixo de vigilância, e como os de São Caetano serão em tempo presos e processados.” Todos os lugares atacados estão nas vizinhanças de núcleos coloniais criados em 1877. Na região de São Caetano, como em outras, os valos foram, desde o século XVI, um dos meios de definir os confins das datas de terra e das sesmarias.

*A Província de S. Paulo*, de 21 de abril de 1883, dá detalhes do ataque ao sítio do dr. Paulo Hamelin: “Uma horda de desordeiros e malfeitores, açulada por alguém que se esconde, e com o estúpido pretexto de reivindicar a tiro os logradouros públicos que dizem usurpados por terceiros, atacou a propriedade daquele cavalheiro – devastando cercas e porteiras e destruindo completamente uma casa à qual deitaram fogo. Deram ao feitor, por causa da família, o prazo de oito dias para se mudar, devendo, disseram eles, avisar, logo que a mudança se efetuasse, a um dos malfeitores, cujo nome deram, para voltarem e completar a sua obra de destruição. / Este fato deu-se aqui em São Caetano, quase dentro da cidade.”

**15/07/1883 – Revolta popular contra o cercamento (3):** Os colonos italianos de São Caetano publicam, em *A Província de S. Paulo*, uma nota em que “declaram ao público que a notícia dada ontem por este jornal, sob a epígrafe – *Entupidores de valos* – não se refere a eles, mas sim aos naturais da vizinhança da colônia de São Caetano; e para que alguém não faça má fé dos mesmos, fazem a declaração acima.”

**27/07/1883 – Batizado na igreja do Brás (20):** Na igreja do Brás, o vigário registra: “nesta matriz batizei e pus os Santos Óleos à inocente Ema, nascida a vinte e três do mês passado, filha legítima de Anjo Cavanna [Angelo Cavanna] e Thereza Curci, sendo padrinhos João Baptista Negrel [Giovanni Battista Negrel ou Negrelli] e Thereza Negrel.

**05/08/1883 – Batizado na igreja do Brás (21):** O vigário do Brás anota: “...nesta matriz, batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Luiz, nascido a dezessete de junho último, filho legítimo de Orese Nardi [Oreste De Nardi] e Lourença Gava [Lorenza Gava], sendo padrinhos José Pin [Giuseppe Pin] e Lucia Fiorotti [Lucia Fiorot].

**11/08/1883 – Festa de São Caetano:** A S. Paulo Railway Company publica, neste sábado, no jornal *A Província de S. Paulo*, anúncio sobre os horários dos trens especiais e ordinários que correrão amanhã, domingo, entre as estações de São Paulo (Luz) e Brás e a estação de São Caetano em função da primeira Festa de São Caetano. “Devendo ter lugar esta festa no próximo domingo, 12 do corrente mês, na colônia de São Caetano, as pessoas que a ela quiserem assistir poderão seguir pelos seguintes trens...” Um trem especial partiria às 8h30 da manhã da estação da Luz, parando às 8h35 na estação do Brás e chegando a São Caetano às 8h47. Esse mesmo trem partiria de volta de São Caetano às 9h00, passaria pelo Brás às 9h11 e chegaria à Luz às 9h13. Às 10h00, sairia da Luz o trem ordinário de passageiros, chegando a São Caetano às 10h17. Passaria de volta por São Caetano às 13h13 e chegaria a São Paulo às 13h30, com parada no Brás às 13h26. Um novo trem especial partiria de São Paulo às 16h00 e chegaria a São Caetano às 16h17, partindo de retorno às 17h00 e chegando a São Paulo às 17h15. A passagem de ida e volta, de primeira classe, custaria Rs. 1\$620. Só ida, de primeira, 940 rs. e de segunda, 440 rs. A festa constaria de missa cantada e de procissão. A Banda Vinte e Quatro de Maio tocaria gratuitamente. Em nota publicada no jornal do dia 15 de agosto, há um agradecimento aos organizadores e ao público da capital, que concorreu à festa, e à ferrovia que facilitando maior participação do público deu, assim, “mais impulso àqueles colonos desprotegidos”. Esse documento é assinado por dois membros da Irmandade de São Caetano: Lamberto Cesare Andreini, farmacêutico em São Paulo, e o colono Emílio Rossi, de São Caetano.

**29/10/1883 – Licenciamento de uma taverna:** Giovanni Peruch paga Rs. 15\$000 pela licença de funcionamento de sua taverna, em São Caetano, para

1883 a 1884. Fica na esquina das Rua Joaquim Cândido (hoje Rua 28 de julho) e Rua Speers (hoje Rua Rio Branco). Testemunhos dizem que era o ponto de encontro dos homens do Núcleo Colonial.

**01/11/1883 – Uma escola, seu livro e seus alunos:** Joaquim Ferreira Alambert, que seria professor primário em São Caetano até 1893, informa que tem 30 alunos matriculados, dos quais 25 são italianos. Dedicam-se à lavoura. Tomou posse no dia 1º de agosto.

Diz que “a aula acha-se funcionando, por falta [de] casa, num pequeno quarto quase sem ar, sem luz [,] isso que não tem as propriedades recomendadas pela higiene, tão necessárias à saúde do mestre e dos discípulos. Sem uma casa com boas acomodações, sem os moveis e utensílios escolares...”

Na leitura, adota o livro de leitura *Lições no Lar*, de Hilário Ribeiro (1847-1886), destacado pedagogo e autor gaúcho, nascido em Porto Alegre e falecido no Rio de Janeiro. O livro foi adotado na província de São Paulo por decisão do governo, como fora adotado na província do Rio Grande do Sul e em outras províncias. Segundo Sacramento Blake [Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Terceiro volume, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1895, p.243], a obra era constituída de quatro volumes: o primeiro dedicado ao silabário, o segundo a contos, o terceiro a conhecimentos úteis e o quarto ao estudo dos homens e das coisas. Recomendava-se “pela ordem progressiva e bom método”. A primeira edição foi feita em Pelotas (RS), em 1880, por Carlos Pinto & Cia. Em São Caetano, deve ter sido adotada a 8ª edição, de 1882, publicada pelo mesmo editor. Quase 50 anos depois da morte do autor, o livro ainda era adotado em escolas de vários estados brasileiros. Foi com base nesse livro que os meninos do Núcleo Colonial de São Caetano, alunos de Joaquim Ferreira Alambert, que falavam dialeto em casa, aprenderam português e se tornaram brasileiros.

A indicação desse livro sugere um conflito pedagógico entre o primeiro professor da escola elementar masculina e a primeira professora da escola elementar feminina, Felicidade Perpétua de Macedo, que estava assumindo sua cadeira no Núcleo Colonial. Ele opta por um livro didático cujo primeiro volume é dedicado ao silabário. Ela, por sua vez, prefere o livro de João de Deus, crítico do silabário na alfabetização das crianças, que privilegia sons e significados. Tinha ela melhor

formação pedagógica do que ele, como se verá no desdobramento de sua carreira docente. Em pouco tempo ela se tornaria professora da Escola Normal, onde seria colega de alguns dos que viriam a ser os primeiros professores da Universidade de São Paulo, fundada em 1934.

O professor Joaquim Ferreira Alambert veio transferido de Itu, onde estava inscrito como eleitor em 1881. Em 21 de outubro de 1883, é alistado como eleitor do bairro do Brás, transferido daquela Comarca. Ou seja, já estava em São Caetano. Se residente ou não, não há como dizer. Mas era secretário da Irmandade de São Caetano, em 1885, reeleito para o ano de 1886, o que não quer dizer muita coisa, pois vários membros da Mesa eram de fora de São Caetano. Em 10 de setembro de 1897, é exonerado, a pedido, da escola noturna do bairro da Mooca. Em 1911, era professor no bairro de Santa Cecília.

### **01/11/1883 – O vento de São Caetano e a escola feminina na Capela:**

Em seu relatório ao Diretor Geral da Instrução Pública, a professora Maria Adelaide do Carmo Machado, da escola feminina de São Caetano, diz que falta casa apropriada para dar suas aulas. E acrescenta: “A igreja é o lugar onde dou aula e não acho muito próprio, além disso venta muito no lugar em que está colocada a mesma, de maneira que fechando a porta ficamos quase às escuras.”

No século XVIII, ao se referir a uma reforma no alpendre da casa-grande da Fazenda de São Caetano, um abade diz que foi feito de maneira a protegê-lo contra o vento do lugar. Sendo o antigo Tijucuçu larga planície entre os morros à direita e à esquerda do atual rio Tamanduateí, é compreensível que o local da Capela, da casa-grande e instalações anexas e da fábrica de telhas, tijolos, lajotas e louça, fosse regularmente alcançado pelo vento. A casa grande tinha o alpendre voltado para o sul, para o lado por onde passou a ferrovia, enquanto a capela tinha a porta voltada para o leste. O que confirma que o vale do Tamanduateí canalizava o vento de leste para oeste.

**18/11/1883 – Batizado na igreja do Brás (22):** O vigário do Brás, de cuja Paróquia eram fregueses os moradores do Núcleo Colonial de São Caetano, anota em seu Livro de Batismos: “nesta matriz batizei solenemente a inocente Luiza, nascida [a] primeiro deste, filha legítima de Domingos Vicentini [Domenico Vicentini] e Philomena Vicentini, sendo padrinhos Eugênio Paulón e Carollina Castelotti.”



**21/11/1883 – Casamento na Igreja de São Bernardo:** A Secretaria do Bispado de São Paulo expede “provisão de casamento para a paróquia de São Bernardo, a favor de Baraldi Primo Secondo e Joanna Boff, italianos.” A noiva era de família de imigrantes assentados no Núcleo Colonial de São Bernardo, o que explica que o casamento fosse realizado lá e não em São Caetano, que estava subordinado à paróquia do Brás.

Primo Secondo Baraldi imigrou para São Caetano em 1878. Se o dado relativo à sua idade, na lista de passageiros do vapor *Sully* estiver certo, o que é duvidoso, tinha 18 anos de idade por ocasião do casamento. O que contraria o padrão da idade de casamento dos colonos assentados no Núcleo Colonial, geralmente bem mais velhos quando contraíram núpcias. Para essa dúvida louvo-me no fato de que teria recebido dois lotes em São Caetano, o nº 51 e o nº 82, quando ainda criança, o que era improvável. O nº 51 compreendia um quadrilátero delimitado pelas hoje Rua Osvaldo Cruz, Avenida Vital Brazil Filho, Rua Ingá e uma linha imaginária entre as ruas Peri e Bertolino Cunha.

Já o nº 82 era um lote retangular, parcialmente vizinho do lote nº 51, entre a hoje Avenida Vital Brazil Filho e o córrego Ressaca, antigo Moeriguera, às vezes equivocadamente denominado do Moínho nos mapas de São Caetano. Baraldi viria a ter uma olaria nesse terreno, que ofereceria para venda ou aluguel, em 1893.

Primo Secondo Baraldi foi ativo patrono da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, em 1892, contribuindo com tijolos para construção de sua sede na Rua Perrella. Foi ativo, também, no grupo que propôs a demolição da antiga Capela de São Caetano e na construção da nova igreja, que é hoje a Matriz Velha, em 1900.

**02/12/1883 – Batizado na igreja do Brás (23):** Francesco Fiorotto e Maria, padrinhos, levam o afilhado, o inocente Leopoldo, da igreja matriz de São Bom Jesus de Matozinhos, da paróquia do Brás, para que o padre Nicolau Polito da Rosa o batize solenemente. Leopoldo nasceu no dia 3 de dezembro e é filho de Eugenio Modesto e Monica Vicentini.

**02/12/1883 – Batizado na igreja do Brás (24):** Por sua vez, Antonio Garbelotto e Angela Gobbo, padrinhos, levam à mesma pia batismal a inocente Maria, nascida no dia 20 de outubro, para que seja solenemente batizada pelo Padre Nicolau Polito

da Rosa. Ela é filha legítima de Antonio Martorelli e Angela Dal’Cin.

**16/01/1884 – Invasão de terras:** A Câmara Municipal de São Paulo debate a reclamação feita pelos moradores do bairro de São Caetano contra a ocupação de parte de suas terras por Rafael Paes de Barros, vereador. Este alega que as adquirira em 1879 e as fechara em 1880. Exibe cinco escrituras. Na verdade eram terras localizadas no bairro da Mooca, na antiga estrada de São Caetano, remanescente do Caminho do Mar, do século XVI. Um mapa que acompanha um relatório sobre a São Paulo Railway, de março de 1870, de Daniel M. Fox, mostra que a designação São Caetano abrangia uma região muito mais extensa do que aquela à qual o nome foi confinado com a criação do município, em 1948.

**20/01/1884 – Irmandade de São Caetano:** Neste domingo, realiza-se a reunião dos irmãos da Irmandade de São Caetano, com a presença do vigário da Freguesia do Brás, que era seu presidente, para a instalação da mesa administrativa da Irmandade. Houve a celebração de uma missa pelo vigário do Brás e outra pelo padre Adelino J. Montenegro. Eleitos com 47 votos e um contra, foram escolhidos: provedor o farmacêutico Lamberto César Andreini; secretário o major Pedro Gonçalves Dente; tesoureiro, Emílio Rossi; procurador, Casimiro Corrêa Pinto. Irmãos mesários: Dr. Aquilino do Amaral, tenente-coronel L. F. de P. Albuquerque Maranhão, Padre Dr. Adelino Montenegro, Francisco Guimarães. Provedora: senhorinha L. da Gama. Irmãs mesárias: Brízida V. Andreini, Catharina L. do Amaral, Inácia de Vasconcelos, Elisa Augusta de Araújo. Não era pequena a sociedade. Tinha dois irmãos beneméritos, 45 irmãos fundadores, 31 irmãs fundadoras, 29 irmãs contribuintes, totalizando 107 membros. Após as missas e a instalação das mesas, foi oferecido aos irmãos e irmãs da Irmandade um grande lanche, com brindes à nação brasileira, à italiana, à portuguesa, à francesa e à inglesa. Ainda brindaram “à Estrada de Ferro Inglesa, pelas comodidades que tem proporcionado à Irmandade.” Excetuado o nome de Emílio Rossi, que tinha lote em São Caetano, onde produzia vinho, e era genro de Giuseppe Braido, nenhum outro colono de São Caetano, nesse ano, fazia parte da direção da Irmandade.

O viva à nação francesa muito provavelmente foi tributo a Samuel Eduardo da Costa Mesquita, que era francês, cuja olaria nas proximidades da Capela produzia os tijolos da marca “Paulista”. Certamente dera alguma contribuição para os festejos. A nação inglesa era tributo a William Speers, superintendente

da ferrovia, que, no ano anterior, colocara trens especiais para São Caetano na época da festa do padroeiro.

**10/02/1884 – Batizado na igreja do Brás (25):** Diz o padre Nicolau Polito da Rosa, no Livro de Batismos da matriz do Brás: “batizei solenemente o inocente Pedro, nascido a dez do mês passado, filho legítimo de João Vicentini [Giovanni Vicentini] e Jacoma Bortolini [Giacoma Bortolini], ambos livres, colonos, italianos, sendo padrinhos Primo Baraldi Segundo e Joana Boff [Giovanna Boff]. A observação de que os pais do bebê eram “ambos livres”, é boa indicação de como a escravidão, que ainda existia, havia contaminado extensamente a mentalidade da época, mesmo de um padre italiano. É que, em sua paróquia, ele batizava também filhos de escravos. Quase por imposição da fórmula oficial do registro de batizado tinha que indicar se os envolvidos eram livres ou escravos. A madrinha, Giovanna Boff, esposa de Baraldi, era originária de família do Núcleo Colonial de São Bernardo.

**10/02/1884 – Batizado na igreja do Brás (26):** Novamente, o padre Nicolau Polito da Rosa escreve no Livro de Batismos, que “batizei solenemente o inocente Eliseo, nascido em 31 de dezembro do ano passado, filho legítimo de José Carnevale [Giuseppe Carnevali] e Rosa Fregeiro [Rosa Frigeri], ambos livres, italianos, colonos, sendo padrinho Eliseo Leone e Stema Parini [provavelmente, Perin].

Esse foi o último dos registros de batismos, relativos à Colônia de São Caetano, que consegui encontrar nos arquivos. Os 26 casos dão várias indicações sociológicas, relativas às regras do compadrio e do parentesco simbólico, como a escolha e a doação do nome do padrinho ao afilhado, um modo denso de aproximação parental e de integração da criança na estrutura de parentesco dos padrinhos. Tendo em conta que essa relação a inclui no rol dos vetos do tabu de incesto, tem como contrapartida não só uma relação de paternidade putativa entre padrinhos e afilhado, mas também a irmandade putativa que acarreta entre os padrinhos e os pais da criança, no compadrio. Esse pequeno elenco de casos de batismo pode ser visto como um meio de observação do caráter comunitário, e não só parental, da estrutura de parentesco no Núcleo Colonial, um dos meios de cimentar relações sociais. Os colonos de São Caetano já eram, no geral, aparentados, especialmente entre os de mesma leva nas duas primeiras, a de 1877 e a de 1878. O compadrio apenas consolidava parentescos.

**05/03/1884 – Uma casa para as escolas primárias:** É lida no expediente

da Assembléia Provincial de São Paulo, a proposta do colono Emilio Rossi de “alugar à Província um prédio que possui na Colônia de São Caetano, freguesia do Brás, para nele funcionarem as escolas públicas daquela Colônia.” Emilio Rossi tinha em São Caetano o lote urbano nº 16, na Rua Speers, hoje Rio Branco, mais ou menos em frente à atual Rua Herculano de Freitas, onde aparentemente tinha casa. Mas tinha um armazém de secos e molhados na Rua do Tesouro, em São Paulo, sendo provável que estivesse mudando a residência para São Paulo. No dia 4 de dezembro de 1886, o governo de São Paulo envia à Inspetoria Geral de Terras e Colonização a proposta que Rossi lhe enviara de venda da casa “onde funcionam as escolas primárias de ambos os sexos”.

**06/03/1884 – Escolas – troca de professores:** O professor Manoel Gonçalves Pereira Bittencourt, substituto do professor José Ferreira Alambert na Colônia de São Caetano, que se licenciara para voltar à Escola Normal, pede remoção para a cadeira de primeiras letras da estação de Rio Grande, hoje Rio Grande da Serra.

**11/03/1884 – Os primos Alambert, professores na Colônia de São Caetano:** É removida do bairro de Guatinga, no município de Lorena, para São Caetano, a professora Elisa Angélica de Brito Alambert. Ao contrário do que já li, ela não era esposa de Joaquim Ferreira Alambert, professor na Colônia de São Caetano desde agosto de 1883. Na verdade, era prima. Ele era viúvo de Maria Firmina da Cunha Alambert, falecida em 1874. Em 1898, estava casado com Teresa de Jesus Ourique de Alambert (que, aparentemente, também era viúva), tendo-lhes nascido nesse ano a filha Olga, que pelo casamento em 1921, será Olga Aparecida Alambert Cordeiro. Seria ela professora de longa carreira no magistério. Falecerá em 1990, com 92 anos de idade. Em junho de 1921, no anúncio do casamento de Olga, consta que era “filha do saudoso professor Joaquim Ferreira Alambert”. Não encontrei informações que me permitissem precisar datas e lugares de seu nascimento e de seu falecimento.

Elisa Angélica falecerá, viúva, em 1924.

Joaquim e Elisa ingressaram na Escola Normal de São Paulo, em 1876. Ela permutará sua cadeira de primeiras letras, na Colônia de São Caetano do Brás (denominação que consta do ato oficial do presidente da Província de São Paulo), com Josefina Invernizzi, professora em Itaqueri (Itirapina), em julho de 1887,

depois de três anos na escola feminina da localidade. Invernizzi era italiana. Ela se naturalizou brasileira nesse mesmo ano de 1887. Sua presença em São Caetano foi marcada por frequentes pedidos de licença, por motivo de doença, um dos quais lhe foi negado.

Elisa Angélica e Joaquim eram netos de Rita Angélica de Brito Alambert, em cuja família houve vários professores e professoras. Dois de seus filhos foram militares. Tinham o mesmo nome, invertido. Um deles, Maximino José, Voluntário da Pátria, morreu no forte de Miranda, Mato Grosso, na Guerra do Paraguai, em 1866. Pela morte desse filho falecido na guerra receberá uma pensão do governo, aprovada pelo Senado do Império. Outro, alferes da Polícia, José Maximino de Brito Alambert, algum tempo depois, em 1872, quando, em patrulha, tentava capturar um escravo, Sebastião, na Serra de Cubatão, foi por ele assassinado. Sebastião será capturado, processado e condenado a uma pena, considerada leve, de 100 chibatadas e ferros no pescoço por seis meses, a conhecida gargalheira. Foi seu advogado o conhecido abolicionista negro, poeta, maçom e rábula Luís Gama, que alegou legítima defesa.

Rita Alambert teve escravos, dos quais se tem notícia pelas prisões que sofreram em consequência de pequenos delitos. Ela faleceu em 1879, aos 80 anos de idade, aparentemente no Hospício de Alienados, de “amolecimento cerebral”, consequência de acidente vascular, antigamente e ainda hoje definido pelo vulgo como “miolo mole”. Foi sepultada no Cemitério Municipal, atual Cemitério da Consolação.

**11/05/1884 – Missa do padre Adelino:** Missa da Irmandade de São Caetano, às 10h30 deste domingo, celebrada na Capela pelo padre Adelino Jorge Montenegro.

**01/07/1884 – Remoção da escola:** *A Província de S. Paulo* noticia que a mesa administrativa da Irmandade de São Caetano havia requerido ao presidente da Província e ao inspetor de Instrução Pública a remoção da escola de primeira letras do recinto da Capela de São Caetano, onde funcionava.

**10/07/1884 – Impostos de taverna:** Giovanni Peruch paga, com multa, Rs. 27\$800 (27 mil e oitocentos réis) de impostos provinciais da sua taverna ou armazém, em São Caetano, relativos aos anos de 1881 e 1882.

**20/07/1884 – Irmandade de São Caetano:** O irmão provedor da Irmandade de São Caetano convida para a missa na Capela, que será celebrada pelo vigário do Brás. Finda a missa, haverá reunião para tratar da festa de São Caetano. Os irmãos em débito são convidados a procurar o tesoureiro, Emílio Rossi, para fazer o pagamento.

**07/08/1884 – Festa de São Caetano (1):** O secretário da Irmandade de São Caetano, P. G. Dente, anuncia pelos jornais que a Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí “facilitou generosamente à Irmandade e devotos trens especiais, com redução de preço nas passagens” durante o setenário, os sete dias de celebração, e no dia da festa de São Caetano, que será no 17. Neste ano, o trem partirá da Luz, com parada no Brás, às 9h, às 15h15, às 16h30 e às 18 h. Retorno: às 9h30, às 17h e às 23h. Neste caso, quinze minutos depois da queima dos fogos de artifício.

**09/08/1884 – Leilão de prendas:** A Irmandade de São Caetano publica no jornal *A Província de S. Paulo*, o seguinte apelo: “A mesa administrativa desta Irmandade, efetuando no dia 17 de agosto próximo a festa de seu padroeiro São Caetano, e não dispondo de recursos para acudir a certas despesas necessárias para o culto religioso, vem implorar de todos os irmãos e mais devotos desta capital, qualquer prenda para o leilão que se pretende realizar naquela capela, na véspera e dia da festa. A mesa administrativa está convencida que os devotos não se negarão a este ato de religião e caridade. As prendas podem ser entregues ao tesoureiro, Emílio Rossi, à Rua do Palácio nº 10 (antiga das Casinhas, depois Rua do Tesouro), bem como ao irmão Laurentino Mendes de Moraes, na Rua do Brás nº 38B, até o dia 15 de agosto.”

William Speers, superintendente da São Paulo Railway, anuncia que correrão trens especiais entre Luz, Brás e São Caetano, e retorno, nos dias da festa de São Caetano, isto é, no dia 15, Dia da Glória ou de Assunção de Nossa Senhora, e no dia 16, Dia de São Caetano. Das 11h até às 14h e das 15h até às 21h serão feitas as viagens que forem necessárias. O último trem de volta para São Paulo sairá quinze minutos após a queima dos fogos de artifício.

Ao subordinar a festa do Santo da Divina Providência, São Caetano, patrono do pão e do trabalho (7 de agosto), à festa da Assunção de Nossa Senhora (15 de agosto), hierarquicamente muito mais importante para a Igreja do movimento da

Romanização e para a devoção mariana, a longo prazo a Igreja esvaziou a festa do padroeiro da antiga Capela.

**11/08/1884 – Festa de São Caetano (2):** Começa a segunda Festa de São Caetano com as novenas na Capela “muito concorridas, devido sem dúvida ao ter facilitado a estrada de ferro trens especiais a preços reduzidos. / Consta-nos que a festa que deve realizar-se no próximo domingo promete estar muito animada, havendo solenidade religiosa, fogos, leilão de prendas, etc.”, diz *A Província de S. Paulo*, que publica o programa.

**15/08/1884 – Trens especiais para a festa:** O secretário da Irmandade de São Caetano, por ordem do irmão provedor, publica um comunicado sobre os horários dos trens especiais, durante toda a semana e informa que as passagens terão preços reduzidos a 700 réis.

**16/08/1884 – O esplendor da Festa de São Caetano de 1884:** No dia 19, o jornal *A Província de S. Paulo* publica um relato do que fora a Festa de São Caetano, neste domingo, dia 16: “Terminaram no domingo as festas de São Caetano, naquele núcleo colonial. /Constaram de missa cantada, sermão, procissão, fogos, leilão de prendas, etc., etc./ A estrada de ferro emitiu naquele dia, nas estações da Luz e Brás, cerca de 3 mil bilhetes para outros tantos romeiros. / O aspecto da colônia era agradável; toda a área achava-se coberta de arcos, havendo espalhadas diversas barracas onde se vendiam iguarias, jogavam-se o búzio e outros jogos. / À porta da capela estava levantado o coreto, onde a Sociedade Vinte e Quatro de Maio executou peças de seu repertório e de onde foram apregoadas as prendas do leilão. / Os habitantes da colônia mostravam-se satisfeitíssimos e era agradável ver-se o grupo das guapas moçoilas ali residentes passeando alegres e contentes de si. / A Colônia de São Caetano parece que será em breve uma nova povoação paulista de certa importância, pois para tal se encaminham os esforços do Sr. Lamberto Andreini e Emilio Rossi, este residente na freguesia. / Entre outros sacerdotes lá estiveram os reverendos Srs. Padre [Adelino] Montenegro, vigário [do Brás] P. de Rosa [padre Nicolau Polito de Rosa] e padre Valois [Padre José Valois de Castro, Exmo. Arcebispo Dr. Vigário Geral; professor de História, Matemática, Liturgia e canto-chão no Seminário Episcopal]. / Uma amadora, Sra. D. Maria Teresa, filha do cidadão Arcanjo Dias Batista, cantou nas cerimônias religiosas. / A irmandade festeira teve mesa lauta

para convidados e amigos, coberta quatro ou cinco vezes, e sempre muito bem servida. Notável era a circunstância de que no múltiplo banquete bebia-se vinho profusamente, mas unicamente vinho feito naquela localidade, saboroso e fino, representando uma das belas indústrias nascentes da próspera e prometedora colônia. / Um dia pleno para São Caetano, o esquecido núcleo que há anos vegeta a duas léguas desta capital e que atualmente levanta-se graças à linha férrea, aos guapos colonos ali estabelecidos e à boa vontade de alguns espíritos esforçados que nada poupam para dar impulso à nascente povoação.”

Três anos depois da festa, em 1887, o Núcleo Colonial de São Caetano tinha 251 habitantes. Pode-se imaginar o impacto da presença de três mil romeiros, num único dia, no que era então um povoado minúsculo, o núcleo urbano constituído de apenas 25 casas.

**25/08/1884 – Festa de São Caetano, banda e cantoras:** A Mesa Administrativa da Irmandade de São Caetano agradece a diversas pessoas e entidades pela colaboração na realização da festa de São Caetano. Um primeiro agradecimento é para o Clube Musical 24 de Maio, “que de boa vontade se prestou a abrilhantar a festa, com as escolhidas peças de seu repertório, executadas magistralmente” e para o seu presidente, Sr. Aguiar. A mesa agradece, também, “às exmas. sras. que cantaram nas cerimônias do setenário”. Agradecimentos vão para o vigário do Brás, seu coadjutor (padre Augusto) e o padre Dr. Avelino Jorge Montenegro, mesário da irmandade. São ainda destinatários da gratidão da mesa William Speers, superintendente da São Paulo Railway, e o chefe de polícia por ter enviado ao lugar dos festejos praças de comportamento exemplar. A confecção dos fogos de artifício foi feita por um artista residente no Núcleo Colonial. Gratidão da mesa, também, para as classes pobres e ricas “que acudiram aos festejos em número avultadíssimo”.

**.../.../1885 – Capela de Santo Antônio:** Luigi Cavanna constrói a capela de Sto. Antonio onde é hoje a Rua Luís Cavanna (entre a Rua Paraíba e a Av. Senador. Roberto Simonsen), no lote colonial nº 39, concedido a seu pai Pasquale Cavanna, em 1878. Luigi, porém, obtivera seu próprio lote em 1879, o de nº 80, no extremo sul do Núcleo Colonial, formando um triângulo demarcado pelas atuais Rua Boa Vista, Rua Teobaldo De Nigris e o córrego do Moínho ou córrego Ressaca, na atual divisa de Santo André.

**.../.../1885 – Um lago para as enchentes – o primeiro piscinão:** O governo



da província encarrega o engenheiro Jules Revy de elaborar um plano de prevenção das inundações nas planícies próximas à cidade de São Paulo e resolver, assim, as enchentes do rio Tamanduaté, especialmente na Várzea do Carmo, atual Parque Dom Pedro II. É proposta a construção de dois reservatórios no vale superior do rio – um no rio dos Meninos e outro no próprio Tamanduaté, para represar a água da chuva. O rio correria por um canal inferior ao das planícies. Com isso, um trecho do rio dos Meninos seria transformado em lago, no atual limite de São Paulo e São Caetano. Seria um precursor dos piscinões do ano 2000. O projeto foi recusado pelo Visconde de Parnaíba, presidente da província, devido ao seu custo.

**28/01/1885 – Tensão com colono:** Emílio Rossi, negociante em São Paulo, com família no Núcleo Colonial, embarca de trem para São Caetano, com a família, na estação do Brás. Ao chegar a São Caetano, “talvez por estar caindo grossa chuva e o empregado não querer molhar-se, foi impossível desembarcar por mais que gritasse para que se abrisse a porta da carruagem.” O tipo de carro ferroviário, da época, tinha a maçaneta da porta do lado de fora. Foi forçado a ir até a estação de São Bernardo (atual Santo André) e de lá voltar para São Paulo no trem das 18 horas, perdendo a viagem. Na parada de volta, em São Caetano, fez queixa ao chefe da estação, que “respondeu com pouco caso, atribuindo culpa ao próprio Emílio Rossi.”

**08/07/1885 – Imigrantes de passagem:** Procedente de Genova, desembarca do vapor *Sírio* a família de Sebastiano Sano, de 30 anos de idade, sua mulher Maria, de 31 anos, e a filha Rosa, de um ano de idade. São enviados para São Caetano. Essa família não requereu lote de terra em São Caetano e não há sobre ela nenhuma outra informação.

**20/07/1885 – Milagre em São Caetano:** O padre Giovanni Giordano escreve uma carta ao superior da Congregação Salesiana, Dom Bosco. Narra as primeiras providências para instalação da Missão Salesiana em São Paulo, que deverá cuidar do hospital da cidade e das colônias italianas. Alojados provisoriamente no Convento da Luz, constroem a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e desenvolvem um trabalho de educação profissional de crianças no Liceu de Artes e Ofícios.

O Padre Giordano faz uma primeira visita à Colônia de São Caetano, nesta segunda-feira, para dar início a uma segunda Missão, depois de iniciada uma primeira na Colônia de Santana. E diz a Dom Bosco:

*Em minha primeira visita, a 20 de julho, assisti a uma bela graça de Maria Auxiliadora. Escute e julgue: Uma pobre doente não comia, não bebia nem falava há quatro dias; e estava sujeita a contrações nervosas, de modo que quatro homens eram necessários para segurá-la. O médico não sabia o que dizer ou fazer. Um seu parente tinha vindo dois dias consecutivos a pedir-me que fosse visitá-la, sobretudo porque a doente, antes de entrar naquele estado, havia manifestado desejo de confessar-se. Sendo-me impossível ir até lá, aconselhei-o que desse início a uma novena a Maria Santíssima Auxiliadora, como fez. Chegando à Colônia, e tendo entrado no quarto da enferma, rodeada por umas trinta pessoas, fiz-lhe perguntas. Mas não me respondia, a não ser rangendo os dentes e debatendo-se. Fiz ajoelharem-se todos os que lá se encontravam, rezamos três Ave-Marias com a invocação Maria Auxilium Christianorum ora pro nobis, lhe dei a bênção, e convidei todos a saírem para deixar-me só e, portanto, encontrar um meio de confessá-la e absolvê-la. Eis que, enquanto recitava as orações, e me recomendava novamente a Maria Santíssima, ouvi a doente exclamar: “Oh, sinto-me melhor”. Logo, se confessou. Retornaram os parentes e amigos e qual não foi sua surpresa ao vê-la tranquila e ouvi-la falar. Quase todos tinham os olhos cheios de lágrimas e romperam em exclamações.*

*Aproveitei aquele momento para dizer duas palavras sobre a intercessão de Maria. Notei que alguns daqueles colonos começavam a ter dúvidas sobre a verdade da Religião, sobre os Sacramentos: naquele dia desapareceram as dúvidas, todos reconheceram um poder sobrenatural naquela cura e prometeram confessar-se; a graça material foi a fonte de graças espirituais. A doente prometeu então que viria ao Sagrado Coração para a Comunhão de agradecimento, e de fato veio acompanhada de uma dezena de parentes no dia marcado, o último da novena iniciada a meu conselho – Não lhe parece que seja essa uma das muitas comoventes surpresas que a Madonna sabe fazer? Viva, pois, Maria Santíssima! Viva o 15 de agosto, dia de sua entrada triunfal no Céu, de onde tanto ajuda seus filhos! Viva também Dom Bosco*

*que nos incute a devoção! Viva o 15 de agosto, seu dia natalício! Gostaria ainda de dizer-lhe que me levaram de casa em casa, como em procissão, para benzê-las. Mas, em breve lhe darei outras notícias. É tempo que encerre esta minha já longa [carta].*

Padre Giordano informa que em São Caetano há umas cinquenta famílias.

Uma cópia dessa carta me foi enviada da Itália por minha amiga, a historiadora Chiara Vangelista, da Universidade de Gênova, que a descobriu no arquivo dos Salesianos.

**24/07/1885 – O retorno de um colono:** Embarcado em Gênova, viajando pelo vapor *Napoli*, chega da Itália a Santos, o colono Francesco De Martini, de 51 anos de idade, que tinha no Núcleo Colonial de São Caetano o lote nº 37, recebido em 1878.

Do mesmo vapor e na mesma data, desembarca Giovanni Dall'Agata, de 27 anos de idade, enviado para o Núcleo Colonial de São Caetano. No dia 29 de dezembro de 1886, ele requer um lote de terra em São Caetano, requerimento indeferido. Desembarcou sozinho, mas no requerimento identifica-se como casado.

Mesmo tendo sido indeferido seu pedido de um lote de terra, Giovanni Dall'Agata ainda estará em São Caetano quando da fundação da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, em 11 de dezembro de 1892. Ele oferecerá três dias de trabalho como carpinteiro na construção da sede da entidade na Rua Perrela e três dias no transporte do material de construção. Foi bedel da Società. Sua presença em São Caetano sete anos depois do desembarque parece confirmar que já tinha parentes na Colônia.

Na mesma viagem do vapor *Napoli*, procedente de Genova, vem outros colonos encaminhados para o Núcleo Colonial de São Caetano: Antonio Gallo, de 49 anos de idade e Giovanni Gallo, de 28 anos.

**15/08/1885 – Festa de São Caetano – trens especiais:** O inglês William Speers, superintendente da São Paulo Railway, publica anúncio no jornal *A Província de São Paulo* sobre os trens especiais de São Paulo e Brás para São

Caetano nos dias 15 e 16, dias da festa do padroeiro da Capela local. Em 1891, Speers é o nome dado ao antiquíssimo Caminho Velho do Mar, primeira rua de São Caetano, hoje Rua Rio Branco/Maximiliano Lorenzini.

**15/09/1885 – Usurpação de terras da Capela:** Tendo em conta dúvida que a Tesouraria da Fazenda de São Paulo apresentara ao Ministro da Fazenda, em 2 de julho de 1881, e reclamações recentes dirigidas pela Irmandade de São Caetano ao mesmo ministro, o funcionário da Contadoria da Fazenda, José Maria da Silva Padilha, decide sustar a confirmação dos direitos do Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita ao lote nº 64 do Núcleo Colonial.

**01/11/1885 – Evasão escolar:** Em relatório ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, a professora Angélica de Brito Alambert, da escola feminina do núcleo colonial de São Caetano, explica a razão do baixo aproveitamento escolar das alunas, todas italianas ou filhas de italianos: “As classes operárias, pouco zelosas da educação dos filhos, sem avaliar devidamente o mal que dessa incúria lhes advém, obrigam geralmente os filhos aos trabalhos domésticos em prejuízo da sua frequência nas escolas públicas.”

Angélica de Brito Alambert (e Joaquim Ferreira Alambert, também professor no núcleo colonial de São Caetano, que eram primos), foram admitidos à matrícula no 2º ano do curso da Escola Normal, por lei do presidente da província, o juiz de direito Sebastião José Pereira, de 12 de maio de 1877.

**09/01/1886 – Refundação do Núcleo Colonial de São Caetano (1):** O senador Antonio Prado, ministro da Agricultura, informa ao Parlamento do Império que foi criada uma Comissão Especial de Colonização para estabelecer novos núcleos coloniais e reativar os velhos, entre os quais o de São Caetano, praticamente abandonado pelo governo desde 1879. Trata-se de um atrativo para dar início à chamada Grande Imigração (1886/1888), que viabilizaria a abolição da escravatura a 13 de maio de 1888 e que abasteceria com mão-de-obra imigrante as grandes fazendas de café, sobretudo em São Paulo.

**21/03/1886 – Irmandade de São Caetano:** É eleita a mesa da Irmandade de São Caetano: Dr. Carlos Garcia, provedor (61 votos); Maria Luíza Álvares, provedora

(50 votos); secretário, J. Ferreira Alambert (reeleito); tesoureiro, Agelo Cavani (sic), provavelmente Angelo Cavanna (59 votos); procurador, Luís de Vasconcelos (60 votos). Mesários, todos eleitos com 61 votos: Dr. Padre Adelino Jorge Montenegro, Dr. Aquilino Leite do Amaral, Emílio Rossi, Lamberto César Andreini. Mesárias (todas eleitas com 50 votos): Joaquina Viegas, Teresa Braidó, Ninfa Gallo, Maria Fioroto. Zelador, Caetano Garbelotto Filho; capitão do mastro, Moisés Faraoni. Datado do “Consistório da Capela de São Caetano, 21 de março de 1886”.

Formado pela Faculdade de Direito, em 1882, o advogado Carlos Augusto Garcia Ferreira, provedor da Irmandade, morava em São Paulo e por essa época está ingressando na política. Foi vereador de 1892 a 1895, deputado federal em três legislaturas. Escritor. Foi advogado de João Antonio Pedroso, antigo foreiro da Ordem de São Bento, na Fazenda de São Caetano, quando comprou no Núcleo Colonial os lotes de Hermann Juncker, na área da hoje Vila Carioca. É nome de rua no bairro do Brás.

#### **14/01/1886 – Refundação do Núcleo Colonial de São Caetano (2):**

O ministro da Agricultura nomeia o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes Júnior para, com um engenheiro ajudante, verificar a situação dos núcleos coloniais criados em 1877, entre os quais o de São Caetano. “Para o fim de atrair imigração européia na escala correspondente às nossas necessidades, o que constitui empenho do governo Imperial, muito devem contribuir providências que assegurem ao imigrante pronta e adequada colocação em terras aptas por sua composição, aguada, proximidade de mercados e outras condições indispensáveis à fundação de núcleos coloniais.”

No elenco de ordens recebidas por Antunes Júnior, consta: “Visitará os núcleos coloniais de Santana, Glória, São Caetano e São Bernardo, situados na proximidade da capital, coligindo dados positivos para a organização da estatística dos mesmos núcleos de maneira que se habilite o ministério a meu cargo a deliberar acerca da possibilidade e da conveniência de os desenvolver, devendo vossa mercê indicar as providências apropriadas a este fim; e examinando com particular cuidado qual o número de lotes vendidos, ocupados, abandonados e por distribuir, a natureza dos títulos de propriedade, provisórios ou definitivos da população existente, o gênero de cultura e os resultados obtidos, ocupações acessórias dos imigrantes e condições da instrução e da viação interna e externa.”

**04/04/1886 – Missa cantada na Capela:** Na Capela de São Caetano, missa cantada e bênção pelo reverendo Dr. Adelino Jorge Montenegro, padre e eminente advogado que milita no Fórum de São Paulo, seguindo-se a posse do provedor da Irmandade de São Caetano, Dr. Carlos Garcia, e da respectiva mesa administrativa. Carlos Garcia é político, será vereador e deputado. Advogado de antigos posseiros e foreiros da Fazenda de São Caetano em questões de terras. É uma confirmação do que já denunciara o abade de São Bento, antes da fundação do Núcleo Colonial, de que havia políticos envolvidos em clientelismo nessas questões.

**07/05/1886 – Refundação do Núcleo Colonial de São Caetano (3):** O Ministério da Agricultura solicita ao da Fazenda “que passem novamente à sua administração os núcleos coloniais existentes nas cercanias da capital de São Paulo, a fim de serem convenientemente utilizados na colocação de imigrantes. (...) ...emancipados do regime colonial, acham-se entregues ao regime comum às demais povoações do Império.”

**22/06/1886 – Refundação do Núcleo Colonial de São Caetano (4):** O ministro da Fazenda, Francisco Belisário Soares de Sousa, determina a restauração dos núcleos coloniais criados na cidade de São Paulo, em 1877, que haviam sido emancipados e abandonados em 1879, entre eles o de São Caetano.

**24/06/1886 – Sustada venda em hasta pública do terreno da antiga sede da Fazenda de São Caetano:** O ministério da Fazenda ordena ao presidente da província de São Paulo a sustação da venda de terrenos em hasta pública nos núcleos coloniais da capital, entre eles o de São Caetano. Na planta do Núcleo Colonial de 1887 consta que deveria ir à hasta pública o lote que abrangia os próprios nacionais (casa grande, senzalas e fábrica de telhas, tijolos e louça) situado entre a parte de trás da Capela de São Caetano e o rio dos Meninos. Numa foto panorâmica de 1900, do centro urbano do Núcleo Colonial, pode-se ver que, atrás da igreja, ainda existiam as senzalas dos escravos da antiga Fazenda de São Caetano.

**24/07/1886 – Refundação do Núcleo Colonial de São Caetano (5):** Notícia *A Província de S. Paulo* que o “ministro da Fazenda declarou ao ministro da Agricultura [Antonio da Silva Prado] ter expedido as necessárias ordens à Tesouraria de São Paulo para por à disposição do mesmo ministério os extintos núcleos coloniais de São Caetano, São Bernardo, Santana e os restos dos lotes da

chácara da Glória, a fim de serem, conforme o seu aviso de 22 do mês próximo passado, aproveitados no serviço da colonização.”

**08/08/1886 – As voltas do mundo nas voltas da papelada:** Federico Vecchi, italiano, de 24 anos, desembarca em Santos e é enviado pela Hospedaria para o Núcleo Colonial de São Caetano. O vapor em que veio de Genova, atracou no Rio de Janeiro, no dia 5 de agosto, o *Umberto I*, da Navegazione Generale Italiana Florio e Rubattino. Partira de Genova no dia 16 de julho, com uma tripulação de 90 pessoas e 492 passageiros. Era seu capitão Paolo Cortese. Na lista da Hospedaria de Imigrantes, Federico consta como Frederico Vichi, claramente má leitura do digitador. Consta apenas o seu nome e não há menção ao nome do navio. No entanto, na lista do vapor *Umberto Primo*, feita na Itália, consta como Federico Vecchi e é *contadino*. Vem acompanhado da mulher, Adele, de 23 anos.

Não solicitou um lote de terras em São Caetano, como outros fizeram. Aliás, todas as solicitações feitas entre 1886 e 1888 foram negadas. Descobri, porém, no alistamento eleitoral de São Caetano, de 1934, uma nota esclarecedora relativa à entrega dos títulos de eleitores do distrito, nesse ano, que dá indicações sobre sua trajetória: “Humberto Vecchi, filho de Frederico Vecchi e de dona Adele Fransozi, natural de Jaú, Estado de São Paulo, nascido a 18 de março de 1906, casado, motorista, residente à Rua Santo Antônio nº 32, distrito de São Caetano, município de São Bernardo, domicílio eleitoral de São Caetano.” [*Diario Oficial do Estado de S. Paulo*, Num. 194, Anno 44º, 4 de setembro de 1934, p. 15]. O que indica que Federico e a esposa foram para o interior, mas provavelmente mantiveram vínculo de família em São Caetano, creio que com parentes de sua mulher, Adele.

**10/09/1886 – Secos e molhados:** O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Dr. Manoel Antônio Dutra Rodrigues, concede licença a Giovanni Peruch para o funcionamento de um armazém de secos e molhados em São Caetano.

**12/09/1886 – Chapéu esquecido:** A São Paulo Railway anuncia no jornal *O Estado de S. Paulo* uma lista de objetos esquecidos em seus trens e estações. Alguém esqueceu um chapéu na estação de São Caetano, no domingo, dia 15 de agosto, dia de festa na Colônia.

**25/09/1886 – Pesos e medidas:** Carmine Barile paga, ao aferidor da Câmara

Municipal de São Paulo, a importância de Rs. 3\$240 (três mil e duzentos e quarenta reis) pela aferição dos pesos e medidas do seu estabelecimento comercial em São Caetano, correspondente ao ano financeiro de 1886-1887.

**28/09/1886 – Medição de lotes:** Antônio da Silva Prado, ministro da Agricultura, determina a medição definitiva dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano. Quando vereador em São Paulo, Antônio Prado fora inspetor gratuito da colonização e nessa qualidade estivera em São Caetano por ocasião da revolta dos colonos, em janeiro de 1878.

**07/10/1886 – O colono e o padeiro:** Nasce, em São Caetano, André Leone, filho de fundadores do núcleo colonial. Empregado da São Paulo Railway por 30 anos, foi, também, proprietário da Padaria Internacional, cujo edifício existiu até há alguns anos, na Rua Perrela, perto da estação. Seu pai, o colono Eliseo Leone, adquirira o lote colonial nº 48, em 1878. Esse lote constituía um comprido retângulo formado pelas hoje Rua Piauí, aproximadamente o prolongamento imaginário da Rua Sergipe, Rua Augusto de Toledo e o rio Tamanduateí.

**03/11/1886 – Chegando aos poucos:** Desembarcam do vapor *Washington*, em Santos, os italianos Ferdinando Perrela, de 41 anos de idade, diarista, e seu filho Emidio, de 11 anos. Ambos são encaminhados para São Caetano. Assim como Carmine Perrela, solteiro, Ferdinando requer um lote no Núcleo Colonial de São Caetano no dia 28 de dezembro, requerimento que é indeferido. São dois dos 34 pedidos de terra negados pelas autoridades entre 1886 e 1888, geralmente parentes e membros mais jovens das famílias já estabelecidas na localidade. O indeferimento decorria da falta de lotes disponíveis para distribuição. Mas há, também, a possibilidade de que várias dessas negativas decorriam de um difuso propósito que era o de evitar a concentração da propriedade em poucas famílias, o que afinal acabou ocorrendo em pequena escala. Nem todos os imigrantes que vieram para São Caetano tinham o mesmo grau de pobreza. Alguns prosperaram mais do que outros, em curto tempo, o que vai se evidenciar na compra de lotes de alguns colonos por outros colonos já assentados no Núcleo Colonial.

Como nesse caso, vários outros casos de imigrantes italianos vindos para a Colônia de São Caetano, mostram um repetido traço da imigração, pouco estudado, do imigrante que deixa a família ou parte da família no país de origem e vem na



frente, como se dizia, para abrir caminho à vinda dos que ficaram.

**22/11/1886 – Visita de ministro e do governador:** O ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, e o presidente da Província de São Paulo, Antônio de Queirós Teles (Conde de Parnaíba), ambos do Partido Conservador, visitam os núcleos coloniais de São Bernardo e de São Caetano. Saíram de São Paulo, às 6 h da manhã, em trem expresso, acompanhados de jornalistas e do sr. Antunes [Joaquim Rodrigues Antunes Jr.], engenheiro chefe da comissão de divisão e de demarcação dos lotes na província; de seu ajudante, engenheiro P. Carvalho; do dr. Abranches, inspetor da imigração; e dos engenheiros Luiz e Adolfo Pinto Pacca, diretor do Núcleo Colonial de São Bernardo.

Os visitantes foram recebidos na casa de administração na velha freguesia de São Bernardo por uma banda de música composta de italianos. Numa sala da casa, a marcenaria da colônia apresentava uma mesa de jogo cuidadosamente acabada, um aparador de sala e obras de mosaico de madeiras nacionais. A mesa de jogo havia sido encomendada por dona Veridiana Valéria da Silva Prado, filha do Barão de Iguape e mãe do ministro Antônio Prado. Ela já morava no palacete do bairro de Higienópolis, hoje tombado e preservado, que foi cenário de memoráveis saraus literários e de visitas como a da Princesa Isabel. “Achavam-se expostos vinhos de diversas qualidades, tendo sido muito gabado o de laranja. Os de uva, principalmente um de 5 anos, não desagradaram aos que os provaram. A cutelaria não ficou esquecida: machados, enxadas, fources e uns facões de mato, são produtos bem aceitáveis. A lavoura ofereceu os seus produtos: batatas, cebolas, alhos, canas de açúcar, arroz, feijões, milho, farinhas e fubás. A cerâmica também esteve representada e dignamente; vimos aí telhas comuns e francesas e vasos diversos. Vimos, também, um objeto que chamou a atenção de todos – um barrilote de madeira branca, leve e muito bem acabado.”

Depois do almoço, o ministro e o presidente percorreram a cavalo todos os lotes coloniais, ouvindo os colonos e recolhendo queixas sobre a demora na entrega dos títulos de propriedade e questões de divisas.

De volta, pararam os visitantes em São Caetano para examinar os lotes e ouvir os colonos sobre as necessidades locais. “Com o dr. Rangel Pestana, estiveram suas excelências na escola de meninas, onde a inteligente professora mostrou-lhes o livro

de matrícula e prestou-lhes informações sobre o adiantamento das alunas. A essa hora os trabalhos escolares estavam terminados. Às 4h30 voltamos todos, trazendo dos dous núcleos as mais lisonjeiras recordações e convencidos de que eles ainda podem prosperar.” [A *Província de S. Paulo*, 24 de novembro de 1886, p. 2].

Pouco menos de seis meses antes, os primeiros imigrantes, de passagem para as fazendas e os núcleos coloniais, começaram a ser alojados na nova e imensa Hospedaria de Imigrantes do bairro do Brás, na divisa com a Mooca. Tinha início a chamada Grande Imigração. A visita de um dia inteiro aos dois núcleos coloniais, especialmente a São Bernardo, constituiu uma verdadeira alegoria da imigração imaginada por Antonio Prado. Ele se referirá a esses dois núcleos coloniais, dois anos mais tarde, em célebre discurso no Senado do Império. A pequena propriedade e a agricultura familiar propostas como mediações de nossa primeira versão da ideologia da ascensão social pelo trabalho, que será formalizada no mencionado discurso de Prado: se o trabalhador fosse morigerado, sóbrio e laborioso poderia formar pecúlio e se tornar dono de sua própria terra.

**25/11/1886 – O abandono de São Caetano pelo governo imperial:** Tem continuidade no jornal *A Província de S. Paulo* a publicação de uma série de três artigos sob o título de “Núcleos Coloniaes”, escritos pelo jornalista Rangel Pestana, em que o autor relata a situação das colônias criadas em 1877, a de São Caetano e a de São Bernardo. Baseia-se nas observações feitas durante a visita do dia 22.

“Esta colônia [de São Caetano], que estava abandonada ou melhor que foi emancipada por julgar o governo inconveniente prosseguir no trabalho de povoamento, tem entretanto, como ontem dissemos, condições de prosperar.” (...) Estão ali conhecidos 82 lotes, 40 ocupados e 42 desocupados, com uma população de 242 habitantes, assim discriminados: homens, 127; mulheres, 115. Destes são: solteiros, 156; casados, 84; viúvos, 2. Quanto à nacionalidade, a estatística nos ministra os seguintes dados: italianos, 154; brasileiros, 88. Presumimos que são todos católicos. Infelizmente, dos 242 habitantes, 114 são analfabetos e apenas 60 sabem ler e escrever. A frequência escolar é de 68 indivíduos.”

Pestana assinala que nos dois núcleos coloniais há colonos que deixam seus lotes a cargo da família ou de outras pessoas e vão trabalhar nas ferrovias ou em fazendas. E comenta: “Não é acertado o esforço exclusivo para obter imigrantes

com destino às fazendas de café onde eles vão trabalhar a contrato e sem esperança de se tornarem proprietários. (...) De fato não é de mau aviso econômico deixar à família a exploração direta do lote e ir o chefe, homem válido, ganhar uma diária de Rs. 2\$000 ou mais nas linhas férreas ou explorar por conta alheia a indústria agrícola nas grandes fazendas de café.” Ele está se referindo ao trabalho temporário na colheita do café, época em que multidões de sítiantes pobres, de Minas e do Nordeste, sobem o Rio São Francisco e a pé vão para a região da Alta Mojiana colher café como trabalhadores avulsos e sazonais, contratados e pagos pelos próprios colonos como mão-de-obra complementar da família. Esse comentário indica que o expediente estava sendo usado pelos colonos de São Bernardo e de São Caetano, como atividade econômica complementar.

**18/01/1887 – Com o filho no colo:** O imigrante italiano Giovanni Braido, de 31 anos, *contadino*, desembarca em Santos trazendo no colo o filho Pietro, de seis meses de idade. Embarcara em Genova no vapor *Adria*, destinado ao Rio de Janeiro. Na lista de passageiros, a autoridade portuária anotou: “Estes imigrantes chegaram a 13 [de janeiro] ao Lazareto [da Ilha Grande] e daí foram transportados a este porto a 16 no vapor *Rio Apa*.” Na lista dos embarcados em Genova, o menino é registrado como Carlo, mas o nome era mesmo Pietro.

A passagem dos imigrantes pelo Lazareto da Ilha Grande, onde permaneceram três dias, é indício de suspeita de enfermidade contagiosa a bordo.

Segundo Geraldo Braido, seu avô Giovanni fora casado com Ágata Coan, que faleceu no nascimento de Pietro, seu pai, em 26 de julho de 1886, na Itália. [Cf. Alexandre Toler Russo, “Giovanni, Pietro e Geraldo”, in *Raízes*, Ano XVII, nº 32, São Caetano do Sul, dezembro de 2005, pp. 82-84]. Ao desembarcar no Brasil, teria sido enviado para Jundiáí, mas no registro da Hospedaria dos Imigrantes a anotação é clara: fora enviado para São Caetano, onde foi acolhido por Giacomo Garbelotto e sua mulher. Em São Caetano, casou-se com Teresa Garbelotto, da família de Giacomo. No entanto, a proclama de casamento de seu neto Angelo Batista Braido, operário, filho de ambos, com Dina Mantovani, em 1918, em São Caetano, sugere que Giovanni e Teresa, depois de casarem, foram para Jundiáí. No bairro da Ponte de São João, naquela localidade, nasceu Angelo Batista, em 1895. Ele era meio-irmão de Pietro. Teriam, portanto, voltado para São Caetano, antes de 1918.



*A nova Hospedaria dos Imigrantes de onde foram enviados para o Núcleo Colonial de São Caetano os colonos chegados a partir de 1886. (Foto c. 1910; Coleção do Museu da Imigração, São Paulo).*

**04/02/1887 – Agrimensor para a divisão de lotes:** Notícia de *A Província de S. Paulo*: “Para a colônia de São Caetano seguiu o agrimensor Dario da Silveira Viana, a fim de proceder à divisão de lotes.”

**17/03/1887 – Três garrafas de Vinho São Caetano:** São enviadas à redação do jornal *A Província de S. Paulo* “três garrafas do *vinho nacional São Caetano*, de que é fabricante o sr. Emilio Rossi”.

Na carta que acompanha as garrafas do *Vinho São Caetano*, Emilio Rossi defende a técnica tradicional e artesanal de fabricação do vinho contra a tese de que melhor vinho se produz com máquinas. Nessa mesma época, o jornal vem publicando uma série de artigos do Dr. Luís Pereira Barreto sobre a cultura da uva e a produção de vinho, em que é defendido o uso de máquinas.

**23/03/1887 – Debate sobre as uvas e o vinho de São Caetano (1):** F. Albuquerque publica no jornal *A Província de S. Paulo* extensa carta dirigida ao médico e botânico Dr. Luís Pereira Barreto para expor argumentos sobre a uva Isabela. Faz referências às uvas e ao vinho de São Caetano, em que se utiliza a uva americana. Manda ao Dr. Pereira Barreto um frasco com vinho branco que ele mesmo produziu com uvas compradas de um colono de São Caetano e lhe manda, também, uma garrafa de vinho de São Caetano, feito pelo mesmo colono. Critica o fato de que a uva não estava completamente madura, o que afetou a qualidade da bebida. Escolheu de propósito uvas de São Caetano “persuadido da impossibilidade de achar um terreno em piores condições para a produção de bom vinho”. “O vinho de São Caetano leva o rótulo – *abominação das abominações* – classificação que dais indevidamente à Isabela [uva *européia*], quando ela só compete aos vinhos até agora feitos com essa variedade” [sic].

**24/03/1887 – Imigrante em trânsito:** O trabalhador Egidio Pasqualato, de 49 anos de idade, desembarca com a família no Porto de Santos, vindo da Itália no vapor *Savoie*. Vem acompanhado da mulher Giovanna Toresan, de 47 anos de idade, e dos filhos: Federico, de 13 anos; Antonio, de 11 anos; e Emilio, de 6 anos. Trazem de bagagem 4 volumes. Não requereu terra em São Caetano. Provavelmente, um dos casos de uso das instalações do Núcleo Colonial como hospedaria.

**29/03/1887 – Debate sobre as uvas e o vinho de São Caetano (2):** Emilio

Rossi, colono em São Caetano, produtor e comerciante de vinhos da marca *São Caetano*, escreve uma longa carta, que será publicada no jornal *A Província de S. Paulo*, fazendo a defesa da uva *Americana*, contra as uvas europeias, para cultivo em São Paulo, dada sua melhor adaptação. Em 1888, porém, os parreirais de São Caetano serão atacados por uma praga, a filoxera, procedente de parreiras da Mooca, e serão destruídos. Em São Caetano são cultivadores de uva e produtores de vinho, além de Emilio Rossi, seu sogro Giuseppe Braidó, Carmine Barile, Luigi D'Agostini, Giacomo Garbelotto, Antonio Gallo, Francesco Coppini e Francesco Fiorot.

Aparentemente, quase todos eles cultivavam suas uvas nos lotes urbanos distribuídos no eixo formado pelo cruzamento das atuais ruas 28 de julho e Rio Branco. Isso talvez explique porque o escritor Júlio Ribeiro teve uma visão idílica dos vinhedos de São Caetano, que via do trem quando ia para Santos e de lá voltava. O trem passava ao lado dos lotes urbanos da Colônia.

No século XVIII, entre 1769 e 1772, os monges de São Bento introduziram o cultivo da uva em São Caetano, na área próxima à capela. Como em 1766 já haviam introduzido o cultivo das bananeiras, dos marmeleiros e das macieiras. Por essa época, cultivaram extenso laranjal entre a casa grande e o rio dos Meninos, onde ficava a aguada da Fazenda. Mesma época em que mandaram seus escravos fazer os canais de drenagem dos charcaís do Tijucuçu, de que há remanescentes no centro da cidade, atualmente meros e fétidos esgotos. Foi o que assegurou, a partir de então, o enxugamento dos terrenos alagadiços entre o que é hoje a Avenida Goiás e o rio Tamanduateí, o que permitirá, mais tarde, loteamentos residenciais e industriais nessa área, como o da Companhia Melhoramentos de São Caetano, de Pamplona Sobrinho & Cia., nos anos 1920.

**24/04/1887 – São Caetano, hospedaria de imigrantes?** Diversas famílias de trabalhadores rurais italianos desembarcam do vapor *Bourgogne* e são encaminhadas ao Núcleo Colonial de São Caetano. O registro vem com a anotação de que são destinadas à fazenda do “Exmo. Visconde do Pinhal” [Antonio Carlos de Arruda Botelho], localizada em São Carlos. Nenhuma delas solicitou lote de terra em São Caetano. Estamos num momento de pico da chamada “Grande Imigração”, destinada a suprir as fazendas de café com mão de obra substitutiva do trabalho escravo. Havia consciência de que a abolição da escravatura se avizinhava e que era necessário abastecer as fazendas de trabalhadores livres

que assegurassem a colheita de café daquele ano e do ano seguinte. Assim como houve uma Hospedaria de Imigrantes na estação de São Bernardo, a informação sobre os passageiros do *Bourgogne* enviados a São Caetano permite supor que a casa grande (ou casa de vivenda) e as senzalas da antiga Fazenda de São Caetano foram, nesse caso e nesse ano e em anos seguintes, usadas como improvisada hospedaria de imigrantes.

**06/05/1887 – Chegam mais colonos (1):** Santo Gava, de 43 anos de idade, sua mulher Giovanna, de 40 anos, trabalhadores rurais, e sua filha Angela, de 5 anos, desembarcam do navio *La France*, em Santos, procedentes da Itália, carregando três malas. São encaminhados ao Núcleo Colonial de São Caetano, onde recebem o lote nº 84. Esse lote corresponde hoje ao retângulo formado pela Rua Moura Batista, parte do Cemitério das Lágrimas, Rua João Relá e Rua Anchieta.

**06/05/1887 – Chegam mais colonos (2):** Giovanni Lorenzoni, de 31 anos de idade, e sua mulher Maria Gallo, de 29 anos, trabalhadores rurais, desembarcam do mesmo navio *La France*, no porto de Santos, imigrando da Itália e carregando cinco malas. Também são encaminhados ao Núcleo Colonial de São Caetano, onde recebem o lote nº 85, vizinho ao de Santo Gava. Esse lote compreende hoje a parte restante do Cemitério das Lágrimas e as ruas Nelly Pelegrino, Santos Parra e Estrada das Lágrimas. Provavelmente, Maria Gallo tinha parentesco com outros colonos de São Caetano.

**11/05/1887 – Saco de roupas perdido:** No quilômetro 66 da estrada de ferro, no trecho tributário da estação de São Caetano, é encontrado um saco de roupa usada. A SPR anuncia que os donos do objeto tem dez dias para retirá-lo na estação da Luz.

**23/05/1887 – Os passageiros do Provence:** A família do imigrante italiano Antonio Buopo, agricultor, de 31 anos de idade, que viajou da Itália para o Brasil no vapor *Provence*, trazendo quatro volumes, desembarca em Santos e, da Hospedaria, é enviada para o Núcleo Colonial de São Caetano. Acompanham-na a mulher, Stella Bragatto, de 26 anos, e os filhos: Maria (de 5 anos) e Fioravante (de 2 anos). Buopo não solicita lote em São Caetano.

**30/05/1887 – Refundação do Núcleo Colonial (6):** Porque estava abandonado, desde que fora emancipado, em 1879, é refundado pelo ministro



*Conselheiro Antonio da Silva Prado, ministro da Agricultura, patrono da Grande Imigração (1886-1888) e da Abolição da Escravatura, membro do Partido Conservador, no Império, e do Partido Democrático, na República, restaurador e defensor do Núcleo Colonial de São Caetano como exemplo de um projeto de Nação baseado no trabalho livre e na ascensão social dos trabalhadores.*



da agricultura, o conselheiro Antonio da Silva Prado, o Núcleo Colonial de São Caetano para receber novos imigrantes. Havia lotes abandonados por alguns imigrantes anteriores e novas terras foram medidas e acrescentadas ao núcleo já existente. Seriam redistribuídos e distribuídos, respectivamente, a novos colonos.

**03/06/1887 – Reforma da Capela de São Caetano:** O governo de São Paulo autoriza a Diretoria de Obras Públicas a dispendar Rs. 500\$000 (quinhentos mil réis) para realizar “as obras de que carece a igreja de São Caetano”.

Trata-se da capela que os monges de São Bento haviam erguido na sua Fazenda do Tijucuçu, entre 1717 e 1720, dedicada a São Caetano, patrono do pão e do trabalho. Periodicamente, há nos relatos dos abades referências aos cuidados com a imagem do santo. Como faz o abade frei Bento da Graça Varejão, que governou o mosteiro no triênio terminado em fevereiro de 1760:

*Encarnou-se, e pintou-se a Imagem do Santo, e se lhe fez uma sobrepeliz de bertanha de França bordada, e com sua renda, que antes não tinha.*

A Capela sofreu ampla reforma e ampliação em 1772: teve acréscimo de torre, coro e sacristia. O abade Frei Joaquim de Santana e Araújo, natural do Rio de Janeiro, que governou o Mosteiro de São Bento de 28 de março de 1769 a 21 de março de 1772, descreve com abundância de detalhes, na narrativa do seu Estado, a reforma e ampliação da Capela de São Caetano e seu aspecto final, que aqui transcrevo integralmente:

*Por ser a capela desta Fazenda pequena, e baixa [,] pois só tinha de comprimento trinta palmos [6,6 m] e de altura doze [2,64 m], e estar com o madeiramento arruinado [,] se levantou mais seis palmos [(1,32 m), em pilares de tijolo, e os vãos tomados de adobes [,] ficando agora de dezoito palmos [3,96 m] de alto as paredes, e no meio com a volta que faz o forro em vinte e um palmos [4,62 m], ficando em sua proporção. Também se acrescentou no comprimento treze palmos [2,86 m] ficando agora do Arco, que se fez de novo, até a porta da Igreja com trinta e três palmos [7,26 m], e do arco até o Retábulo com dez palmos (2,2 m); os quais juntos com os trinta e três do corpo da Igreja vem a ficar desde a porta principal até o*

*Retábulo com quarenta e três palmos [9,46] de comprido. Fez-se um Frontispício de Risco moderno à Romana o qual tem de alto trinta palmos [6,6 m], e vinte de largo [4,4]. É formado em Alicerce de pedra, e tem todo o Frontispício quatro palmos e meio [0,99 m] de grossura. Tem no meio uma janela Rasgada, a qual fica no meio do Coro, para lhe dar claridade e também à Capela. De cada lado desta [...] janela se fez um Nicho feitos no mesmo Frontispício os quais tem seus filetes à roda estufados e mui perfeitos. Nestes nichos se puseram duas imagens [,] uma de N. P. [Nosso Patriarca] São Bento, e outra de N. M. [Nossa Matriarca] Santa Escolástica; as quais se fizeram de barro cozido, bem feitas. Já ficam oleadas de branco com a primeira mão. Por cima da janela fica uma cimalha Real sobre a qual se fingiu um óculo boleado com seus filetes, e molduras estufadas, e tudo feito de alvenaria, no meio do qual se pôs um vidro para maior perspectiva. Segue-se a parede da empena sobre a qual corre uma cimalha de balanço de palmo e meio [0,33 m] a qual acompanha todas as voltas do Romano descendo para os lados com seus fustões, ficando obra perfeita e vistosa. Por esta obra ser de alvenaria se cobriu com telha formando sua beira sobre o balanço da mesma cimalha; a qual se cobriu com argamassa de cal com azeite para melhor Resistir ao tempo. Sobre esta obra se pôs um cruzeiro de madeira de Lei feito à Romana com cinco palmos [1,1 m] de alto e todo Refendido pela parte dianteira, o qual se oleou de branco. Em cada canto do Frontispício se pôs uma Pirâmide de barro queimado, e bem torneada, e oleada de branco; as quais tem cinco palmos [1,1 m] de altura, por baixo de cada uma se pôs uma bica de barro queimado, bem feitas as quais se pintaram de vermelho com sua flor na boca tudo do mesmo barro cozido, o que tudo posto faz sair muito a obra. Fez-se a portada da porta principal, a qual tem palmos [1,98 m] de alto e seis [1,32 m] de largo por cima da qual se fez uma perfeita cimalha, que faz mais sair toda a obra do Frontispício. Ao lado direito da Capela se fez uma Torre quadrada que tem de alto do chão até a cimalha, que fica por cima das sineiras [,] trinta e oito palmos [8,36 m] e nove [1,98 m] em cada face. Pelo meio corre a cimalha Real, que vem do Frontispício, e pelos cantos seus cunhais fingidos, os quais*

*também se fingiram no Frontispício, e todas chegam ao chão com suas varas Refendidas. É coberta a torre de pião de boa madeira o qual tem de alto doze palmos [2,64 m] , os quais juntos com os trinta e oito [8,36] que tem a torre , fica toda ela de cinquenta palmos [11 m]. É coberta de telha, por cima da qual se cobriu toda de cal à imitação de abóbada, e para mais Resistir ao tempo, por cima da qual se fingiu com tintas de óleo perspectiva a imitação de telha. Está assentado o pião da torre sobre uma cimalha de tijolo bem obrada, e fica perfeita, a qual corre a torre em Roda. No cume da torre se assentou uma pirâmide de cinco palmos de alto [1,1 m] , a qual é de barro cozido, e em cada canto, levou outra com diferente feitio da que se pôs no cume, as quais fazem sair muito a obra. Em três lados desta torre se fez uma sineira em cada um de vergar de volta, e pintadas. Fica esta torre toda acabada, e só falta aperfeiçoá-la da cimalha Real para baixo.*

*Para a Capela desta Fazenda se fez, e fica assentado um Retábulo novo feito liso de Risco moderno com quatro pilares refendidos por três partes entre os quais estão os Nichos, e estes guarnecidos de molduras, e suas peanhas, e no meio um trono com dous degraus, e em roda da boca do trono corre uma bem feita Renda. No meio [,] em cima da banquetta [,] se fez um sacrário. Toda a banquetta, e Retábulo é guarnecida de molduras e cordões como pede a obra para ficar perfeito este Retábulo só lhe falta por no meio uma tarja, e por cima de cada pilar um Romano. Ao entrar da Capela Mor para a Sacristia se fez um portal todo Refendido com sua cimalha por cima, a qual é de volta, e também a verga da porta. Dividiu-se o corpo da Igreja fazendo-se um arco todo refendido por três faces e guarnecido com a mesma cimalha Real do Retábulo [,] com seu varamento. Fica este arco assentado em cima de um degrau, que divide a Capela Mor do corpo da Igreja. Toda a Capela Mor é assoalhada de tabuado para maior limpeza e perfeição. Forrou-se toda a Capela Mor, e corpo da Igreja de tabuado, fazendo meia volta, o qual todo em Roda está guarnecido com cimalha Real por baixo da qual corre uma aba, e está toda guarnecida de cordão. Fez-se também um coro, e este*

*todo assoalhado, com suas grades torneadas. Também se fez um púlpito de canto quebrado [,] todo Refendido pelos lados, em cada canto um pilar os quais também são refendidos. Para a entrada do púlpito se fez um portal [,] todo refendido [,] com verga de volta da mesma sorte, e guarneçada com a cimalha Real, que garante o forro da Igreja, e no lugar da porta volta a cimalha para guarneçamento da mesma portada. Fez-se uma porta para a Igreja [,] Liza e bem feita [,] com boa ferragem, e também se fez outra para a janela do coro também Liza, e com boa ferragem. Para ficar o púlpito perfeito de todo só lhe falta forrá-lo pela parte exterior da parte de baixo. Fica o tijolo queimado para se ladrilhar esta Capela, e o que fica para fazer as divisões das sepulturas se fez pintar de vermelho para ficar o ladrilho mais engraçado. Ficam as tintas necessárias, e também pão de ouro para se pintar esta Capela, e dourar em algumas partes como pedir a obra. Estas tintas já ficam pagas e também o Pintor fica pronto para fazer a obra, que por esmola, a Rogos de M. R. P. D. Abade a quer pintar. Fica por branquear esta Capela por ser obra boa se ia fazer só depois da pintura. Defronte da porta principal da Capela se pôs um Cruzeiro novo feito de madeira de cedro o qual tem dezasseis palmos [3,52 m] de alto, à roda do qual de fez seu Calvário todo de vasos de cravos levantados do chão como os do terreiro. Fica uma coluna de barro queimado bem feita, e também pintada para nela se assentar a pia do Batismo. Foi a obra desta Capela [,] tanto de Pedreiro, como de carpinteiro [,] avaliada pelos Mestres Carpinteiros Francisco Martins, Francisco Xavier da Cunha, e pelo Mestre Pedreiro Francisco Alves das Chagas, em duzentos, e cinquenta mil Réis: porém só se gastou nela, quarenta e sete mil, oitocentos, e quarenta.*

O sucessor de Frei Joaquim de Santana e Araújo foi o Dom Abade e Presidente Frei Gaspar da Soledade e Matos, de 21 de março de 1772 a 31 de março de 1778. No seu governo teve continuidade a obra da Capela de São Caetano, como descreve em seu Estado:

*Ladrilhhou-se toda a Capela com prescintas de Tijolos vermelhos*

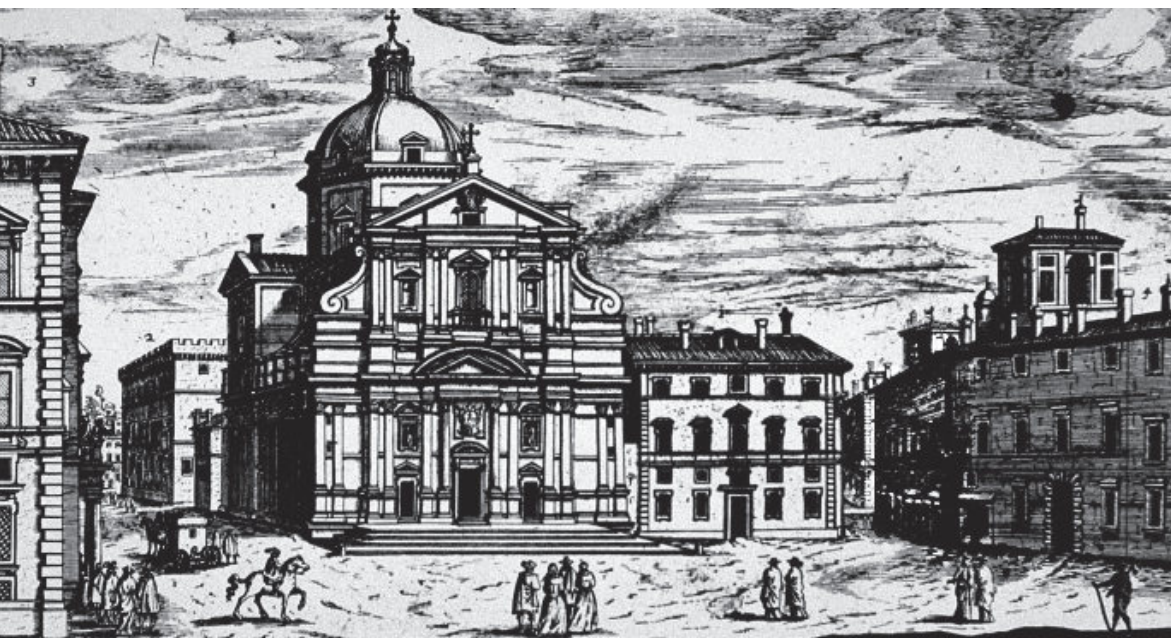
*e compridos corados a fogo, e as sepulturas de Tijolos brancos e largos. Consertou-se a Escada da Torre uma e mais vezes que necessário foi. Fez-se um paredão dos dois lados debaixo da Torre com tijolos grandes queimados por se achar fundamentada sobre duas vigotas [,] ficando nesta forma segura, e livre do perigo que ameaçava em vir de repente ao chão todo o edificio. Fez-se uma toalha nova de pano de Linho para Esquicho e nada mais nesta Capela, e Sacristia por ficar bem aseada, e com todo o necessário do Triênio passado. Renovaram-se anualmente todos os Craveiros e vasos do Pátio da Capela, e casas. (...)*

Foi somente durante o governo do abade Frei Inácio de São Bento Camacho, de 21 de março de 1781 a 22 de março de 1784, que se completou a obra, dez anos depois de iniciada, conforme narra ele em seu Estado, redigido pelos monges Frei Miguel de Santa Rita e Frei Fernando da Madre de Deus:

*Pintou-se o forro do corpo da Igreja, e capela-mor, e o arco fingido de pedra, e no meio uma tarja pintada com várias figuras. Pintou-se o Retábulo, colunas e quartilhos de pedra fingida com seus filetes de ouro [;] no remate do retábulo uma tarja pintada, e por frontal uma urna fingida. Fez-se uma imagem de São Caetano de novo [,] de três palmos, e meio [0,77 m], encarnada e pintada na sua última perfeição. Fez-se e pôs-se de novo outra imagem de São Bento de três palmos [0,66 m], pintada, e encarnada [,] com seu báculo prateado na sua última perfeição. Alimpam-se, e asearam-se as Imagens da Nossa Senhora do Monserrate, Santa Ana, São Caetano velho e São João. Pôs-se de novo uma imagem do Santo Cristo com sua Cruz, e calvário de Jacarandá, e seu Diadema de prata, e mais uma Cruz de Jerusalém para por. Puseram-se de novo três portas, a que vai da Sacristia para a Capela mor, a do Púlpito, e a do Coro pintadas. Puseram-se de novo dois castiçais de pau pintados. Olearam-se a porta da Igreja e a janela do Coro.*

*Sacristia – Pôs-se fechadura, e argolas de ferro nos gavetões da Sacristia. Ladrilhou-se de tijolo a Sacristia, pôs-se-lhe Taberno [sic], e forrou-se por cima de estuque Rebocado, e pintado de*

*Chiesa del Gesù, Roma, do século XVI, cuja fachada é um projeto de Giacomo Della Porta. O pórtico e a fachada inspiraram o arquiteto português Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria no projeto da Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, de construção iniciada em 1780. Sete anos antes, em 1773, hóspede dos beneditinos em São Caetano, Sá e Faria antecipou e acrescentou esse pórtico à fachada da Capela de São Caetano, segundo Dom Clemente Maria da Silva-Nigra.*





*Igreja de Santa Cruz dos Militares, projetada por Sá e Faria. O pórtico, com os nichos laterais, foi antecipado por ele na fachada da Capela de São Caetano, no subúrbio de São Paulo. Nos nichos de São Caetano havia uma imagem de São Bento e outra de Santa Escolástica. (Aquarela de Richard Bates, 1820).*

*branco com suas guarnições ao Redor [,] de tábuas. Consertaram-se os ornamentos e Alvas, fez-se de novo um Cordão. Fez-se uma guarda para o Altar [,] de Bretanha [,] com suas bandas de cambraia Recortada; Fizeram-se dous Sanguinhos. Consertou-se a Cruz do Frontispício, que tinha um braço caído. Fica uma cruz de pedra feita à Romana, que se mandou fazer para o Frontispício.*

Essas obras tiveram seu coroamento nas intervenções do grande arquiteto português Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), que na Fazenda de São Caetano se hospedou, em breve período, em 1773. Foi quando aproveitou para corrigir defeitos de construção da Capela e à sua fachada agregar o pórtico que projetara para a Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, que lá seria construída muitos anos depois. Trabalhou, também, na Capela de São Bernardo, além de extensa correção que fez na arquitetura da própria igreja do Mosteiro.

Teve atribulada vida o eminente arquiteto, que projetara os jardins do Palácio Real das Necessidades, em Lisboa, e, em 1750, projetara o catafalco para as pompas fúnebres do Rei Dom João V. Participou, no Brasil, da comissão de demarcação das fronteiras com a América Espanhola. Após a obra em São Caetano, em São Bernardo e na igreja do Mosteiro, partiu em 1774 para a fronteira com o Paraguai para construir o forte de Iguatemi. Foi governador e Capitão General da Capitania de São Pedro do Rio Grande [Rio Grande do Sul]. Em 1777, Sá e Faria comandou a defesa da Ilha de Santa Catarina contra os espanhóis, que a ocuparam. Foi derrotado pelas tropas de Pedro de Ceballos e preso. Levado para Buenos Aires, dedicou-se à arquitetura na Argentina e no Uruguai. Morreu em Luján, em 1792, e foi sepultado no Convento de Santo Domingo, em Buenos Aires.

O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, ao substituir o alpendre da Capela de São Caetano pelo pórtico que antecipava o frontispício da sua projetada Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, arrematou a obra que definiu o século XVIII como o século de ouro da Fazenda e do bairro de São Caetano. Apesar das poucas referências na literatura histórica da vila e cidade de São Paulo, São Caetano foi um de seus bairros mais avançados no tempo histórico, dos raros, senão o único, em que se propôs o contraponto da indústria e do esplendor barroco, não só na arquitetura da capela e da casa, mas também na dos jardins. Como o mostram os livros da Mordomia, do Mosteiro, na Capela dotada



dos paramentos e objetos do culto celebrava-se missa todos os domingos com os monges residentes e visitantes, para os escravos e moradores do bairro, como também se fazia batizados e casamentos. As anotações dos livros da Mordomia dos padres gastadores do Mosteiro, como eram chamados os tesoureiros, indicam que a economia da Fazenda de São Caetano era uma economia moderna, tanto na organização do trabalho como na organização do processo de produção.

**07/06/1887 – Epidemia de varíola:** O presidente da Província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, autoriza o engenheiro-chefe da Comissão de Terras e Colonização a fazer dispêndio de recursos para contratar o Dr. Aristides Franco Meireles para servir de médico das colônias de São Bernardo e de São Caetano “durante a epidemia da varíola”. O contrato termina no dia 10 de novembro.

**23/06/1887 – Os passageiros do vapor *Bearn*:** Em Santos, desembarcam do navio *Bearn* os imigrantes italianos Giacomo Paludel, agricultor, de 46 anos de idade; sua mulher Regina, de 32 anos; e sua filha Giuseppa, de 3 anos. A família foi enviada para o Núcleo Colonial de São Caetano, mas não há requerimento de lote de terra em seu nome.

Do mesmo navio, desembarca e é enviada pela Hospedaria para o Núcleo Colonial esta outra família de agricultores: Domenica Nardini, 54 anos de idade, solteira (*sic*); Antonio Pasin, 41 anos, casado, irmão; Amalia, 31 anos, casada, filha; Teresa, 19 anos, solteira, filha. Também eles não solicitam terra em São Caetano.

Uma terceira família de imigrantes dessa viagem do vapor *Bearn*, enviada para São Caetano, é a de Antonio Bitto (de 40 anos de idade, agricultor), sua mulher, Rosa Demetrio, de 36 anos; e os filhos: Domenico (15 anos), Pietro (13 anos), Angela (10 anos); Caterina (8 anos) e Maria (5 anos).

**18/09/1887 – Conflito na Capela – feridos:** Neste domingo, à noite, grande conflito em São Caetano, com cacetadas, facadas e tiros até dentro da capela. Os colonos desentenderam-se com os empregados da olaria do Dr. Samuel Mesquita e foram por eles agredidos: “...fugiram para a rua, onde foram novamente agredidos a pedras, facas e cacetes”, relata o Chefe de Polícia interino e juiz de direito Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão. Ficaram feridos, com ferimentos leves: Antonio Martorelli, Marieta Rossi, Luigi Pasquale e Luigi

Frololi. Alguns colonos vão à estação passar um telegrama ao chefe de Polícia, mas o chefe da estação recusa-se a transmiti-lo, mesmo sendo pago. Um subdelegado de polícia e um médico só comparecerão à localidade no dia seguinte, procedentes do Brás. Em São Caetano não há policiamento. Esse conflito vem se repetindo quase todos os domingos. O chefe de polícia, relatando o caso a Rodrigues Alves, presidente da província, diz que “...achando-se os moradores da Colônia orando na igreja, foram inopinadamente agredidos pelos empregados da olaria, os quais dispararam tiros contra aqueles que, aterrorizados, fugiram para a rua, onde foram novamente agredidos a pedras, facas e cacetes.”

O Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita era francês, cirurgião-dentista. Entre 1873 e 1878, tinha consultório na rua Direita nº 27, em São Paulo. Faleceu a 13 de janeiro de 1894. Fora um dos signatários dos estatutos da Sociedade Francesa “14 de Julho”, fundada pelo musicista Henrique Luis Levy em 1881. Utilizara um testa-de-ferro para adquirir um dos lotes coloniais de São Caetano, onde é hoje a Vila Carioca, já com a intenção de instalar uma olaria. Posteriormente, em 1889, comprou o lote nº 28, que Luigi D’Agostini recebera em 1878, ao lado do Pátio de São Caetano, atual Praça Ermelino Matarazzo. Aparentemente, adquiriu os terrenos onde existiram, ao menos até 1879, os três fornos da grande cerâmica dos monges beneditinos, em São Caetano. Essas terras seriam vendidas a Pamplona Sobrinho & Cia., que para aí transferem, em 1896, a fábrica de sabão e graxa que tinham no bairro da Luz. Em 1916, toda a área seria adquirida por Francesco Matarazzo, que nela montaria algumas de suas fábricas.

**08/10/1887 – Comidas e bebidas:** Carmine Barile compra do armazém de secos e molhados por atacado e a varejo de João Franzoi & Irmão, que ficava na rua João Alfredo nº. 33 (atual Ladeira General Carneiro), as seguintes mercadorias: uma caixa de conhaque (Rs. 23\$500), uma caixa de genebra (Rs. 14\$500), um barril de sardinhas (Rs. 6\$000) e uma vassoura (Rs. 0\$900). Barile casara-se com a viúva de Giovanni Peruch, Teresa. Giovanni Peruch fora o primeiro comerciante do Núcleo Colonial de São Caetano.

**01/11/1887 – Escola, dificuldades com a língua:** Joaquim Ferreira Alambert, professor da escola masculina, envia ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província este relato da dificuldade do ensino para alunos de insuficiente conhecimento da língua portuguesa: “Como já disse, sendo quase

todos italianos, encontram, como é natural, muita dificuldade na aquisição de conhecimentos das matérias constitutivas do programa de ensino nas escolas públicas. Creio, porém, que esta dificuldade em breve desaparecerá com a frequência e conhecimento da língua portuguesa, que forem adquirindo.”

**19/11/1887 – Lotes vagos:** O Visconde de Parnaíba, ao passar a administração da Província de São Paulo a seu sucessor, diz que em seu governo foi constatado que no Núcleo Colonial de São Caetano havia 28 lotes desocupados, 14 dos quais foram distribuídos imediatamente.

**30/11/1887 – Novos imigrantes (1):** Até o dia 30, desde 1º de janeiro, foram encaminhadas a São Caetano, procedentes da Hospedaria de Imigrantes, 67 pessoas.

**02/12/1887 – Os passageiros do vapor Canton:** Viajando pelo vapor *Canton*, em Santos desembarcam Antonio Bottan, de 44 anos de idade, e sua família: a esposa, Antonia, de 35 anos de idade, e os filhos: Giuseppe, de 11 anos; Agostino, de 9 anos; e Maria, de 6 anos. Encaminhados para o Núcleo Colonial de São Caetano, adquirirão o lote nº 88, na divisa com São Bernardo. O lote correspondia ao retângulo hoje limitado pelo Rio dos Meninos e pelas ruas Tocantins, Manoel Augusto Ferreirinha e dos Meninos.

**31/12/1887 – Novos imigrantes (2):** Desde 30 de maio, entraram no Núcleo Colonial de São Caetano 80 pessoas, das quais 19 são crianças. São membros de novas famílias de colonos trazidas em consequência da reativação do núcleo nesse ano.

**.../.../1888 – Cobrança:** A Irmandade de São Caetano cobra a anuidade de um mil réis de seus associados.

**09/01/1888 – Estrada para carroças:** O engº. Joaquim R. Antunes Jr. informa ao presidente da província, Francisco de Paula Rodrigues Alves, que “a mais palpitante necessidade deste núcleo (São Caetano) é a sua ligação com a Capital por uma estrada que ofereça fácil trânsito às carroças”. Manda fazer um projeto de estrada que aproveite trechos do caminho já existente entre São Caetano e Mooca. Será no futuro a Rua Ibitirama. O caminho anterior, parcialmente aproveitado, já era usado no século XVI para acesso dos

habitantes da Vila de São Paulo do Campo ao litoral. Era o Caminho do Mar, depois conhecido como Caminho Velho. Já era considerado caminho antigo em 1589 e em 1620. Vários remanescentes de seu traçado subsistem como ruas no desenho urbano de São Caetano. É o caso das ruas Maximiliano Lorenzini, Boa Vista e Av. Senador Roberto Simonsen.

No *Relatório da Inspeção Especial de Terras e Colonização do Estado de S. Paulo*, de 1889, já consta: “Durante o ano findo” foi “construída a estrada de rodagem que, partindo da Estação de São Caetano, da Estrada de Ferro S. Paulo Railway Company, vai à Rua da Mooca depois de ter atravessado a sede do núcleo do mesmo nome.” E mais: “A estrada do Núcleo de São Caetano à Mooca foi feita por empilhada, tem três pontes de madeira e alguns bueiros de alvenaria.”

**11/01/1888 – Formosos vinhedos:** O romancista republicano Júlio Ribeiro, em seu romance *A Carne*, publicado neste ano, descreve São Caetano a partir de um olhar da janela do trem: “Em São Caetano, em terras outrora baldias, de que ninguém fazia caso, há vinhedos formosíssimos plantados por italianos. A vista alegra-se com a simetria das parreiras, o coração rejubila com a idéia de uma prosperidade imensa, geral, em futuro não remoto, por todos os cantos do nosso... de nossa província, eu ia escrevendo *estado*.”

**08/03/1888 – Debate sobre o vinho de São Caetano (3):** O presidente da província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, escreve ao colono Emilio Rossi, genro de Giuseppe Braido, em São Caetano, solicitando informações sobre a produção de vinho. Rossi, além de vinicultor, tinha uma casa de comércio no Largo do Tesouro, em São Paulo, onde vendia o vinho de marca *São Caetano*. Como os vinhos da localidade tornaram-se muito conhecidos, com esse nome, mudou a marca do seu para *Vinho Rossi*.

**26/03/1888 – Explicação técnica sobre a produção de vinho em São Caetano:** O vitivinicultor Emílio Rossi escreve a Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da Província de São Paulo, carta em que responde aos onze quesitos de uma consulta que o governador lhe enviara e enviara a outros agricultores sobre a viticultura. Esse texto será reproduzido como anexo do Relatório de 1888, de Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:



*Emilio Rossi, colono e promotor da  
vinicultura de São Caetano (Foto  
da Coleção da Fundação Pró-Me-  
mória de São Caetano do Sul).*

*Ilmo. e Exmo. Sr. – Tenho a honra de responder o ofício, com os quesitos que V. Excia. mandou expedir-me em 8 do corrente mês.*

*Respondo ao 1º quesito – que as espécies cultivadas em sua grande maioria são americanas.*

*Em discussões de vinicultura na Província de S. Paulo, de 10 de maio de 1887, nº 3.633, combati contra a cultivação unicamente da vide européia, tomando por ponto de partida o seguinte, que publiquei na referida folha, quando nela colaborei sobre este assunto: – Como o colono pode mandar vir da Europa vides, como comprá-las aqui, se o seu preço é tão elevado e a bolsa tão mísera? Isso seria um erro, porquanto, na própria Europa, se cultivam em abundância as uvas americanas; porque a sua produção é mais abundante, mais satisfatória, e a única qualidade que a filoxera não ataca. Nós não podemos aconselhar a cultivação só da vide européia, mas sim da mais favorável para o comércio. Uma vide americana pode dar perfeitamente 50 cachos; uma vide européia apenas dará 10, quinta parte; 50 plantas americanas podem dar 5 barris de vinho; e 50 da européia só darão apenas 1, quinta parte. Uma garrafa de vinho de uva americana pode custar 400 réis, pura uva, quando uma da vide européia custa nunca menos de 2\$000 (valor de 5 garrafas [do de uva americana]); portanto, indústria nacional desta qualidade, dispensa-se, porque mais barato nos vem o vinho do estrangeiro; e essa indústria só serviria para os abastados e opulentos.*

*A verdadeira indústria nacional há de oferecer cada vez mais, aos consumidores de vinho, a diminuição de preço, a fim de tornar-se ao alcance de todos e, assim, se cultivarem as uvas americanas, a renda será certa, porque recupera o trabalho; as europeias atualmente só podem servir para preparar o futuro. Esta é a opinião que ainda sustento.*

*2º – A procedência nestes últimos três anos.*

*Quase todos os cultivadores tem procurado cultivar bacelos de uva americana, porque os obtém gratuitamente de amigos, sem ser preciso comprá-los, e o aproveitamento é muito favorável.*

Ao 3º – O estado da vide é bom, assim como a robustez, pois com dois anos de idade já dá uvas, no 3º multiplica-se, no 4º aumenta, no 5º e daí por diante conserva-se por muitos anos com a mesma força.

Ao 4º – O maior número de vide é cultivado no município desta capital, No núcleo colonial de São Caetano, onde eu cultivo a vinha, assim como os primeiros cultivadores neste núcleo, Braido Giuseppe, Carmine Barile, D'Agostini Luigi, Garbelotto Giacomo, Gallo Antonio, Coppini Francesco e Fiorotto Francesco.

Cada propriedade destes pode-se calcular em 1.000 a 5.000 pés, cada 1.000 pés de vide, sendo bem cultivada, pode dar 4 pipas de vinho, tanto neste núcleo quanto no de S. Bernardo, Glória e Santana, a força da lavoura é a vinicultura, havendo também nas chácaras da freguesia do Brás, Vila Mariana e em toda a redondeza da capital grandes plantações de vinha, que se estendem maravilhosamente.

Ao 5º – Felizmente não tem sido preciso empregar-se até agora meio algum para combater a moléstia da vinha porque não tem havido.

Ao 6º – Os terrenos apropriados à cultura da vide.  
Os grandes proprietários de terrenos procuram sempre as colinas, os pequenos, porém, não devem deixar de cultivá-la em terrenos planos, não pantanosos, uma vez que não possuam colinas.

Ao 7º – A força do vinho de meu fabrico é de 11 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> graus.

Ao 8º – O processo empregado por mim, é o seguinte que passo a transcrever do que foi publicado na Província de S. Paulo, de 17 de março de, 1887, nº 3.592.

Ilmo. Sr. Dr. Rangel Pestana, digníssimo redator da Província de S. Paulo – 17-3-87.

Com o decorrer dos tempos, a província de S. Paulo não precisará importar mais vinhos estrangeiros, porquanto os fabricos dos vinhos

nacionais, de ano em ano, vão-se aumentando e as qualidades tornam-se cada vez mais preciosas. Para obter-se um bom vinho podem ser perfeitamente dispensados todos os estudos teóricos de manufaturas e composições; é bastante esmagarem-se as uvas com a própria força do homem, e para isso, não é preciso usar de maquinismos para se obter um bom vinho. Compreenderá V. S. que o homem não tem força suficiente para esmagar uvas verdes e sim maduras, quando o mesmo não se dá com os maquinismos, porque o esmagamento das uvas torna-se geral, e, por esse fato, as uvas verdes prejudiciais ao verdadeiro vinho. Os verdadeiros contadinos (agricultores italianos) nunca ouviram falar em maquinismos e nem tampouco em novos processos de fabrico de vinhos, no entretanto sempre serviram-se da força de seus braços, que é, na minha fraca opinião, o verdadeiro fabrico genuíno. Não há quem ignore que a primeira marca de farinha de trigo por si só, não pode dar um ótimo pão, por isso torna-se preciso o aumento de mais duas marcas de outra qualidade (boa) para dar um pão superior; assim, também, para obter-se bom vinho é necessário introduzir neste vasto Império diversas qualidades de vinhas que o resultado será certo. Apesar de encontrar-se pessoas que duvidem da prosperidade da viticultura, garantimos o mais próspero desenvolvimento do progresso da futura fonte de renda desta indústria na fértil província de São Paulo, com a plantação das vinhas que tem havido nestes últimos anos, principalmente nos núcleos coloniais da província, e por aí poderão mais uma vez avaliar a dedicação dos imigrantes italianos.

*La cultura della vitte s'estenderá  
L'agricoltore risorsa incontrerá.*

Sr. Redator. – Eu como pequeno cultivador e fabricante de vinho nacional tomo a liberdade de remeter-lhe algumas garrafas de vinho nacional fabricado por mim e apenas coadjuvado pelo meu velho sogro [,] homem de muita prática e que cultivava uvas no núcleo colonial de São Caetano, pelo que dei ao meu vinho o nome de São Caetano. Peço a V. S. se digne examiná-lo que, apesar de novo, diz o velho provérbio: pane di um giorno e vino di um anno, encontrará o



*verdadeiro gosto do bom vinho e da pura uva, sem artifício algum.*

*Para tornar-se mais conhecida esta indústria nacional, tenho um depósito deste vinho, à Rua do Tesouro, nº 9, podendo assim franquear às pessoas que se interessarem pela viticultura. Se esta minha carta não tirar espaço às suas colunas, peço-lhe a publicação da mesma para animar os cultivadores de vinha, antecipando-lhe desde já os meus agradecimentos. De V. S. etc.*

*Ao 8º – O consumo da província ignoro; a exportação não me consta, por ser ainda uma indústria nova; porém com o bom acolhimento que vai ter, e o apoio do Governo, confio muito na prosperidade da viticultura brasileira, que dará os efeitos benéficos para os sadios como para os que sofrem, como na história antiga vemos que o vinho se apresenta como bebida de luxo ou como remédio – vinum beatificat cor hominis. Os vinhos não servem só para amadores, é também uma alavanca dos médicos e farmacêuticos.*

*Ao 9º – O preço é de 30\$ a 40\$000 o quinto, conforme a qualidade para o consumo do lugar e para exportação é o mesmo preço, correndo a despesa por conta do comprador.*

*Ao 10º – Nos anos anteriores denominei o vinho do meu fabrico de São Caetano – e d’ora em diante, para destacá-lo do muito que se fabrica no referido núcleo resolvi denominá-lo Vinho Rossi.*

*Ao 11º – Relativamente a este quesito, tenho a dizer que, em geral, os colonos do núcleo mencionados, pertencentes a este município, cultivam a vinha e cereais – milho, feijão, etc. – produzindo tudo de um modo satisfatório aos esforços dos lavradores.*

*É, pois, o que tenho a honra de informar a V. Excia.*

*Deus guarde a V. Excia. – S. Paulo, 26 de março de 1888.  
Ilmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, muito digno presidente da província de S. Paulo. – Emilio Rossi.*



*Rua do Tesouro, atual Largo do Tesouro, em cujo nº 9 Emilio Rossi tinha o armazém em que vendia o Vinho São Caetano, perto do Palácio do Governo, em São Paulo (Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862, Acervo do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo).*

**04/04/1888 – São Caetano às vésperas da Abolição:** É concluído o recenseamento do Núcleo Colonial de São Caetano, iniciado a 22 de março. Há na localidade 314 habitantes, sendo 101 brasileiros até 10 anos de idade. Os restantes são italianos, dos quais apenas 26 até 10 anos, isto é, chegados depois da fundação do núcleo. Há 111 homens e 102 mulheres. Estado civil: 110 casados, 26 solteiros e 7 viúvos. Toda a população é católica. Profissões: 157 agricultores, 11 carvoeiros, 4 tijoleiros, 2 negociantes, um carpinteiro e um pedreiro. O núcleo tem 40 casas provisórias (de madeira), 20 casas definitivas, 13 ranchos, 2 escolas, uma igreja, um próprio nacional (a casa-grande da antiga Fazenda de São Caetano, construída no século XVIII e usada como escritório da administração do núcleo colonial), 4 engenhos de cana, uma padaria, uma oficina de ferreiro, uma oficina de tanoeiro (que fabricava as pipas para vinho), uma oficina de carpinteiro, 3 negócios de víveres, 2 carros de bois e 33 carroças. Os animais de criação eram: 14 cavalos, 38 muares, 68 bois, 69 vacas, 22 porcos e 8 cabras, no valor de Rs. 1.206\$000. A agricultura era constituída por plantações de 65.748 videiras, já atacadas por uma doença chamada filoxera, que se espalhara a partir da Mooca, razão pela qual a produção de vinho fora de apenas 24 pipas. Além disso, foram plantados 601 litros de milho (colheita: 25.050 litros), 1.151 litros de batatas (colheita: 7.550 litros), 312 litros de feijão (colheita: 1.585 litros), 2.420 pés de mandioca (produto: 12.100 litros de farinha), além de 15.700 repolhos e 2.695 árvores frutíferas. O vinho era vendido a Rs. 135\$000 a pipa, o milho a 80 réis o litro, o feijão a 106 réis, a batata a 120 réis, a farinha a 60 réis.

**12/04/1888 – Ninguém queria aquele terreno; se fosse hoje... :** Vincenzo Santoro, colono de São Caetano, pede ao governo 42 telhas de zinco para cobrir a casa, construída no seu lote, o nº 34. Alega que idêntico favor já foi feito a outros. O diretor do Núcleo Colonial informa ao governo que Santoro, em seu lote, construía uma casinha de 40 m<sup>2</sup>, tendo 5 metros de frente e 8 metros de fundo. Tinha outra em construção, nas mesmas medidas. Esclarece: “não posso afirmar se ela pode ou não ocupar as 42 telhas.” E alerta “que Santoro não se acha matriculado como colono no livro de matrícula”. Seu lote lhe fora concedido em 1887 e pertencera antes ao colono Isacco Coppini, que o recebera em 1879. Em 1890, o mesmo lote é passado para Giovanni Minaré.

Esse lote era um retângulo demarcado pelas ruas Amazonas, Espírito Santo, prolongamento imaginário da Rua Conceição e Rua São Paulo, contendo aproximadamente nove quarteirões de hoje.

**14/04/1888 – Horário de trens:** A São Paulo Railway implanta novo horário de trens entre Santos e Jundiaí. Nos dias úteis, paravam por dois minutos, na estação de São Caetano, os trens de Santos a São Paulo, às 11h17 e às 17h58; de São Paulo para Santos, às 8h09 e às 15h41. Nos domingos e feriados, às 14h10 para São Paulo e às 11h09 para Santos.

**24/04/1888 – Sepultamento:** Sepultado no Cemitério da Consolação, Gaetano Garbelotto, italiano, de 75 anos de idade, falecido de marasmo senil no núcleo de São Caetano. Atestado do Dr. Aristides Franco Meireles.

**27/04/1888 – Sepultamento:** Sepultada no Cemitério da Consolação, Eugênia Zandona, natural da Itália, falecida na Colônia de São Caetano, de disenteria, aos 64 anos de idade. Atestado do Dr. Aristides Franco Meireles.

**07/05/1888 – Do Antigo Regime ao mundo moderno:** Sepultada no Cemitério Municipal (Consolação), Giovanna Fiorot, de nacionalidade italiana, de 83 anos de idade, falecida na Colônia de São Caetano, encaminhada com atestado de Maurício de Lourenço, encarregado do núcleo, que não era médico. Nascida em 1805, Joana Fiorotto atravessara quase todo o século XIX e vivera na pele a grande transformação da Europa e do mundo, com o fim do Antigo Regime e o tumultuado advento da sociedade moderna. Mudança que teve reflexo até na metamorfose do nome das pessoas, como o seu: de Giovanna Fiorot, do dialeto de uma aldeia do Vêneto, que vivera as guerras de fronteira, a dominação austríaca e, depois, a Unificação italiana levada adiante pela Casa de Savóia, da Lombardia, tornara-se Joana Fiorotto pela travessia do Atlântico, para viver as vicissitudes e os dilemas brasileiros da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Sua família, como todos os colonos de São Caetano, seria italianizada aqui, passando de Fiorotto a Fiorotti, do singular para o plural, do indivíduo para a família. Reflexo *lontano* da Itália da Unificação. Tão longe e tão perto. Um sutil documento do advento político de uma mentalidade conservadora e de seus valores relativos ao mundo comunitário pré-moderno. Uma imposição: nomes e sobrenomes eram escritos, modificados, reescritos arbitrariamente por funcionários administrativos, consulares ou governamentais, que “rebatizavam” pessoas segundo as leis do momento e dos vitoriosos. No sobrenome imposto às pessoas, um fragmento indicial da reação conservadora e comunitária ao



*Plataforma da Estação de São Caetano, na São Paulo Railway, construída e aberta ao uso em 1883 (Foto: 1956; Coleção do Arquivo Histórico da RFFSA; pesquisa de Marco Zambello).*

mundo societário e moderno, contratual, o mundo do indivíduo, das relações de interesse e dos negócios, o mundo que não era o de camponeses mergulhados ainda na telúrica relação com chuva e sol, plantas, flores e frutos cultivados com as próprias mãos. Do tempo em que as pessoas eram ainda seres da natureza e dos vínculos de sangue.

**04/08/1888 – Festa de São Caetano – trens especiais:** William Speers, superintendente da São Paulo Railway, anuncia que haverá quatro trens especiais diários, de ida e volta, entre São Paulo e São Caetano, com parada no Brás, nos dias da novena de São Caetano, de 6 a 14 de agosto, ao preço único de 700 réis. Sendo a festa de São Caetano marcada para o dia 15 de agosto, quarta-feira, haverá outros trens especiais nesse dia.

**07/08/1888 – Festa de São Caetano:** Dia do Patriarca São Caetano. William Speers, superintendente da São Paulo Railway, publica nota no jornal *A Província de São Paulo* sobre os horários dos dois trens especiais entre São Paulo e São Caetano, na ida e na volta, dos dias 6 a 14 deste mês, durante os festejos em louvor do santo. a Festa de São Caetano será realizada no domingo, dia 15, e nesse dia haverá um novo horário para os trens especiais. As passagens de ida e volta teriam “preços reduzidos – 700 réis sem distinção de classe.”

**13/08/1888 – Jogatina e briga:** Durante as festas do padroeiro, ocorre grande desordem na Colônia de São Caetano, motivada pelo jogo. Ficou ferido o indivíduo de nome Antônio Bugre, agredido por Fulano Bexiga e por Honorato de Tal. O subdelegado da Freguesia do Brás compareceu ao local no dia seguinte. Em setembro, Carmine Barile será nomeado inspetor de quarteirão pelo delegado de polícia da Capital. Em 1889, já há notícia de um quartel de praças em São Caetano, instalado na parte dos fundos da antiga casa-grande da Fazenda, ao lado da igreja.

**15/08/1888 – Dia de festa:** Festa do Patriarca São Caetano, padroeiro do pão e do trabalho, dos pobres e dos desempregados. Desde 1883, São Caetano tornou-se lugar da romaria desse santo, os festejos eram celebrados ainda na Capela erguida pelos beneditinos entre 1717 e 1720 e ampliada em 1772.

Redigi este texto sobre a história dessa Capela da antiga Fazenda de São Caetano

do Tijucuçu para constasse de uma placa colocada no local pela Prefeitura de São Caetano do Sul:

*Ruínas da Capela de São Caetano da Fazenda do Tijucuçu, do Mosteiro de Nossa Senhora d'Assunção da Ordem de São Bento da Cidade de São Paulo*

*Edificada entre 1717 e 1720, a Capela foi amplamente reformada e ampliada para cerca de 42 metros quadrados em 1772, que é de quando data o piso aqui descoberto. Constava de capela-mor., nave, côro, púlpito, pia batismal fabricada aqui mesmo em São Caetano, e sino. Era pintada de branco, com portas e janelas vermelhas. Internamente, continha o forro pinturas de cenas religiosas e decoração a ouro. No piso havia túmulos revestidos de lajotas brancas, separados uns dos outros por lajotas vermelhas compridas, de fabricação local. Foram seus construtores, em 1772, o mestre pedreiro Francisco Álvares das Chagas e os mestres carpinteiros Francisco Martins e Francisco Xavier da Cunha.*

*O frontispício, com um metro de espessura sobre alicerce de pedra, de 6,60 m de altura e torre de onze metros de altura, teve pórtico de estilo neoclássico concebido e construído em 1773 pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, do Real Corpo de Engenheiros, e é o mesmo, do referido arquiteto, que foi projetado para a Igreja da Cruz dos Militares, da cidade do Rio de Janeiro, tal como lá existe até hoje.*

*Nessa Capela celebrou missa o Bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, na vez em que foi hóspede dos monges de São Bento na casa-grande da Fazenda de São Caetano, entre 1797 e 1803. Nela foram realizados batismos e casamentos de escravos indígenas e de origem africana e de moradores do antigo Bairro de São Caetano, nos séculos XVIII e XIX, período em que a missa era aí celebrada regularmente todos os domingos. Foi visitada por Dom Pedro II, Imperador do Brasil, em 1878, quando S.M.I. veio a São Caetano para conhecer os colonos italianos aqui instalados e examinar o progresso do núcleo colonial fundado em 28 de julho de 1877.*

*A Capela de São Caetano sofreu grande reforma em 1883 e foi finalmente demolida em 1900 para dar lugar ao templo atual.*

*As escavações que levaram à descoberta do piso de 1772 foram executadas pela equipe de arqueologia histórica do Museu Paulista, da Universidade de São Paulo, sob direção da Profa. Dra. Margarida Andreatta.*

Bairro de São Caetano				
766	1460	Caetano Dias Teixeira	1722	1600000
1770		Águeda Álvares de Siqueira	1755	1600000
1461		Manoel		
1462		Leandra		1601
1755		Maria		1601
1758		Escolástica		1601
1782		Barbara		1601
1783		Anna		1601
1463		Salvador		1601
767	1467	<del>Caetano Dias Teixeira</del>		200000
768	1465	<del>André</del>		1600000

Primeira página do rol da população do Bairro de São Caetano, no censo de 1765 da Capitania de São Paulo [Cf. *Listas da gente que Compreende a Cide de S. Paulo e todo o seu termo de que he Capm Mór Manoel d'Olivra. Cardozo (1765), Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo*]. A primeira família da lista é a de Caetano Dias Teixeira, nascido em 1722 e, em 1755, casado com Águeda Álvares de Siqueira. Tinham seis filhos, mais um menino de 3 anos, Salvador, exposto, isto é, abandonado pela mãe, que era por eles criado. Caetano era neto de Manoel Dultra Machado, natural da Ilha de São Miguel, nos Açores, cf. a *Genealogia Paulistana*, de Luiz Gonzaga da Silva Leme, volume 9. Vários membros dessa família viviam no bairro de São Caetano e no de São Bernardo, alguns no Vale do Paraíba e outros na região de Piracicaba. É desse tronco a linhagem dos Dultra, de artistas plásticos notáveis, um deles o famoso Manoelzinho Dultra.



**.../09/1888 – Um inspetor de quarteirão:** O delegado Eugênio M. de Toledo, por proposta do subdelegado de polícia da Freguesia do Brás, nomeia Carmine Barile inspetor do Quarteirão nº 13 (Colônia de São Caetano).

**16/09/1888 – Chapéu perdido:** Um chapéu mole, usado, é encontrado na linha do trem, em São Caetano.

**16/09/1888 – Guerra contra as formigas:** O colono Santo Gava, do lote nº 84, recebido do governo no ano anterior, “vindo há pouco da Itália”, escreve ao presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo, para expor seu drama: ‘tendo em seu lote seis grandes formigueiros e outros pequenos que lhe destroem toda a plantação e principalmente as videiras que estão agora brotando, vem submisso a requerer de V. Excia., novamente, a concessão de cinco latas de formicida para matá-los (*sic*) antes que os novos galhos das parreiras sejam devorados, evitando assim de perder o fruto de seu trabalho e o futuro de uma numerosa família.’ No dia 3 de outubro, o pedido de Gava ainda passava de mão em mão nas repartições públicas, empurrado de um para outro funcionário. Até hoje não se sabe o que aconteceu, se as formigas escaparam e as parreiras não produziram ou se as formigas foram exterminadas e finalmente Santo Gava teve suas uvas.

Em seu prontuário de colono, está o recibo de próprio punho do título definitivo de suas terras, de que faço transcrição literal: *“Recebi da delegazia di teras e Colonidzion do Stado di San Paulo No titolo definitivo Du loti N° 84 Du Nuchlo di San Caetano. San Paulo, li 27 de Giugno 1891. Gava Santo.”*

O lote ficava ao lado de onde está hoje o Cemitério das Lágrimas, entre as ruas Moura Batista, Calvo, a Estrada das Lágrimas e parte do Cemitério.

**06/10/1888 – Uma cadeira de São Caetano:** O juiz de direito da Segunda Vara Cível da Imperial Cidade de São Paulo manda a leilão os bens penhorados de um certo Carlos Rossini em processo que lhe moveu Filadelfo de Campos Aranha. Junto com um espelho redondo, nove copos de vidro, uma bacia de louça, um banco de madeira, “seis colchões já usados”, duas quartolas vazias, vinte e quatro garrafas italianas, dezesseis garrafas de cerveja nacional, cinco com bebidas, “oitenta e uma ditas vazias”, quatro garrafas de bebidas, três lampiões



*Dom Mateus de Abreu Pereira, português da Ilha da Madeira, que foi bispo de São Paulo, de 1795 a 1824. Foi hóspede dos monges de São Bento na casa-grande da Fazenda de São Caetano em época não determinada, entre 1797 e 1803, tendo celebrado missas em sua Capela. Foi opositor da Ordem de São Bento na trama que culminou na criação da Freguesia de São Bernardo, em 1812. A solução conciliatória veio por um ato do próprio Príncipe Regente, Dom João, que se tornaria Dom João VI por morte de sua mãe, a rainha Dona Maria I.*

para querosene, uma mesa grande (o bem mais valioso de todo o lote), havia também “uma cadeira de São Caetano”, no valor de 500 réis. Um exemplar do jornal *A Província de S. Paulo*, que deu a notícia, custava 200 réis. Se não era dono de botequim, o penhorado enxugava bem garrafas de cerveja e de vinho. Pelo número de copos, tinha um bom número de amigos.

Mas o principal desse edital de hasta pública, de bens de alguém que não era morador de São Caetano, é a referência à “cadeira de São Caetano”. Tanto no Núcleo Colonial de São Caetano quanto no de São Bernardo havia hábeis artesãos da madeira. O senador Antonio da Silva Prado, ministro da Agricultura, comprou para sua mãe, dona Veridiana Valéria da Silva Prado, uma bem acabada mesa de jogo no Núcleo de São Bernardo, em 1886.

A definição do lugar de fabricação é um indício de qualificação dos produtos. Ainda no tempo da Fazenda de São Caetano, era famosa a “louça de São Caetano”, fabricada pelos escravos e escravas do Mosteiro de São Bento. Depois da fundação do Núcleo Colonial, o vinho nele fabricado ficou conhecido como “vinho de São Caetano”. O edital deste leilão indica que também móveis eram conhecidos pela denominação local, como esta “cadeira de São Caetano”. Não muito tempo depois, em 1911, haverá uma “Cerâmica São Caetano”, organizada pelo engenheiro B. Morelli, cujo capital era de uma empresa alemã. Não é aquela que deu nome à Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo que, adquirida por Roberto Cochrane Simonsen, nos anos 1920, também se chamaria Cerâmica São Caetano, no atual bairro da Cerâmica, que foi produtora dos “ladrilhos São Caetano”. Cujos mote publicitário era: “Para riscar um ladrilho São Caetano, só outro ladrilho São Caetano”.

**26/10/1888 – Novos imigrantes:** O Núcleo Colonial de São Caetano, desde

sua refundação, em 1886, recebeu 99 pessoas. Dessas, 26 eram crianças. Desde 1º. de janeiro de 1888, chegaram 19 pessoas, sendo 7 crianças. Todas trazidas por conta do Ministério da Agricultura.

**30/10/1888 – Funcionário quer seus ordenados:** Maurício de Lourenço, encarregado do núcleo colonial de São Caetano, pede ao governo o pagamento de seus ordenados.

**10/11/1888 – Um foreiro do tempo da Independência:** Joaquim José d’Oliveira, diz ao Presidente da Província de São Paulo, Pedro Vicente de Azevedo, que “achando-se estabelecido na Colônia de São Caetano, n’um lote que lhe fora demarcado sob nº 93 e necessitando, para garantia de seus direitos, que se lhe conceda o respectivo título provisório, pede a V. Excia. se digne mandar passar pela repartição competente o requerido título”. Já havia pago pelo lote a importância de Rs. 59\$822 (cinquenta e nove mil e oitocentos e vinte e dois réis). O título é expedido um ano depois.

Joaquim José d’Oliveira era foreiro antigo do Mosteiro de São Bento, na Fazenda de São Caetano. Fez com os monges contrato de arrendamento em 1814, renovado em 1827, 1831 e 1857. Arrendava a terra há 74 anos. Devia, então, ser bem idoso, provavelmente centenário. Já era foreiro do lugar na tarde de 7 de setembro de 1822, quando o Príncipe Dom Pedro passou ali perto, pelo Caminho do Mar, montado numa mula, nos momentos que antecederam a proclamação da Independência, na colina do Ipiranga, um pouco adiante. O lote que lhe foi concedido ficava no extremo do agora Núcleo Colonial e da antiga Fazenda de São Caetano, vizinho à Freguesia de São Bernardo e à antiga Fazenda de São Bernardo, onde é hoje o bairro Nova Gérti.

**.../.../1889 – Escola:** Há uma escola em São Caetano, com 53 alunos matriculados.

**09/02/1889 – Estrada para a Mooca:** O *Correio Paulistano* publica edital de concorrência pública para reconstrução da estrada que liga o núcleo colonial de São Caetano ao bairro da Mooca. Trata-se da atual Rua Ibitirama. Essa estrada já era mencionada em documento de 1589, como “caminho do mar muito antigo”.

**13/02/1889 – Chegam os Molinari:** Desembarca em Santos, do vapor S.

*Gottardo*, procedente da Itália, a família de Giovanni Molinari, de 40 anos de idade, a esposa Mariana Neri Molinari, de 37 anos, e os filhos Luigi, de 10 anos, Delmina, de 4 anos e Ermenegildo, sem idade indicada. São enviados para São Caetano, onde nascerá ainda, Benedito Molinari. Mariana faleceria em 1932.

**14/02/1889 – Carta de um colono no fim do Império:** Giacomo Garbelotto escreve uma carta para um compadre que ficara em Cappela Maggiore (província de Treviso, Itália), lugar de procedência dos imigrantes aqui chegados a 28 de julho de 1877. Faz duras críticas aos traficantes de mão-de-obra que agenciam imigrantes para as fazendas do interior de São Paulo e denuncia as más condições de vida e de trabalho e a exploração dos trabalhadores. Diz, também (12 anos após a chegada dos imigrantes a São Caetano), que ainda não recebeu o título de propriedade de seu lote de terra. Dá notícias de outros colonos de São Caetano: Augusto Da Rè e Giacomo Dal’Cin. Diz que “Ghustino Titola (apelido de Augusto Da Rè) está aqui com Giacomo Dal’Cin e teve as filhas doentes e uma morreu e a sua esposa está bem e te saúda com toda a tua família. Ele me disse para você saudar o irmão dele e a cunhada.” E mais adiante diz que “este maio penso ir à pátria. Esclarecendo que será provável que vá com a minha esposa apenas, porque não podemos imediatamente, porque ainda não se tem o [título] definitivo da terra do governo...” Despede-se, saudando o compadre e mandando “um beijo de amor a ti, minha comadre e meu afilhado”. Pede que saúde por ele “todos os meus parentes, amigos e todos aqueles que perguntam por mim...” Augusto Da Rè faleceu em São Caetano, a 3 de abril de 1931. Giacomo Dal’Cin também faleceu em São Caetano, a 19 de março de 1915.

O nome de Giacomo Garbelotto não consta da placa afixada na Matriz Velha, em 1927, com os nomes dos chefes de família que fundaram o Núcleo Colonial de São Caetano. Era pai de Antonio Garbelotto (que consta da placa), nascido em 1832 e falecido em 1890, que foi casado com Angela Gobbo (1842-1912). Segundo Oscar Garbelotto, neto de Antonio Bernardo Garbelotto, o filho mais velho de Antonio e Angela Garbelotto também chamou-se Giacomo (nasceu na Itália, a 30/08/1872, e faleceu em São Caetano, a 24/07/1931). Foram igualmente pais de Antonio Bernardo Garbelotto (nasceu a 13/06/1882 e faleceu a 12/01/1938). Antonio Bernardo, que teve olaria, estabeleceu-se com o comércio de bebidas nos anos vinte.

**23/02/1889 – Estrada para a Mooca:** Neste sábado, às 11h da manhã, são abertas as propostas da concorrência para reconstrução da estrada que liga o Núcleo Colonial de São Caetano ao bairro da Mooca. Começando na estação, a estrada teria três pontes de madeira e alguns bueiros de alvenaria.

**28/02/1889 – Lotes vagos:** No Núcleo Colonial de São Caetano há 113 lotes medidos e demarcados, dos quais 95 estão ocupados e 18 estão vagos. Durante o ano de 1888, chegaram mais 19 imigrantes. Todos foram assentados nos lotes existentes.

**08/03/1889 – Sepultamento de uma criança em São Bernardo:** Falece Antônia Garbelotto, de 11 meses de idade, com atestado de óbito assinado pelo Dr. José Luís Fláquer, que fora antes professor primário na região e se tornara médico da São Paulo Railway. A criança é filha de Antônio Garbelotto e de Ângela Garbelotto. Foi sepultada no Cemitério de São Bernardo, que ficava atrás da atual matriz daquele município. O falecimento se deu num dos lotes dos Garbelotto, na região do ribeirão Itinga, onde é hoje o Espaço Cerâmica, entre a Estrada Geral e o caminho do Cemitério Velho, duas vias de acesso a São Bernardo.

Como comenta Ademir Médici em sua coluna “Memória”, do *Diário do Grande ABC*, de 29 de julho de 2003, recusados pelo padre Tomás Inocêncio Lustosa, vigário local, os sepultamentos dos mortos de São Caetano no cemitério de sua paróquia, em 15 de outubro de 1877, este caso sugere que o veto caíra.

Entre 1889 e 1892, outros sepultamentos de São Caetano foram feitos em São Bernardo. Mas aí entende-se que foi porque São Bernardo tornara-se município e nele fora incluída a maior parte do território da Colônia de São Caetano. Sendo municipal o cemitério da localidade, não havia como insistir na recusa de ali receber cadáveres de São Caetano. As mortes “tornaram-se civis”, não mais comportando a interferência religiosa, a não ser nos ritos privados. O sepultamento da menina Antônia se deu apenas quatro dias antes da assinatura da lei que criou a vila, isto é, o município de São Bernardo, quando já não cabia insistir na obsoleta recusa do velho padre. A manifestação do padre Lustosa se deveu ao fato de que fora alarmante a frequência de falecimentos em São Caetano nos dias e nas semanas seguintes à fundação do Núcleo Colonial. O Cemitério da Consolação fora, então, a alternativa para os sepultamentos.

**10/03/1889 – Porcentagem da renda da olaria de Samuel Mesquita para ajudar os pobres na epidemia de febre amarela:** Notícia A *Província de S. Paulo* que o “dr. Samuel Mesquita ofereceu à Câmara Municipal [de São Paulo] a quantia de [Rs.] 50\$000 (cinquenta mil reis) para ser aplicada ao tratamento aos pobres atacados da febre amarela. / Aquele cidadão ofereceu mais o valor de 5% sobre a importância dos tijolos da sua olaria em São Caetano.”

**12/03/1889 – O Núcleo Colonial de São Caetano é dividido pelo meio:** Com a criação do município de São Bernardo e o estabelecimento do rio dos Meninos como divisa com São Paulo, a parte do núcleo colonial de São Caetano que ficava entre esse rio e o ribeirão do Moinho Velho é separada de São Caetano.

**16/04/1889 – Ajuda aos órfãos das vítimas da peste:** Albano Pinto de Souza Amorim promove, na Colônia de São Caetano, uma subscrição popular para socorro dos órfãos das vítimas flageladas pela epidemia de febre amarela reinante na cidade de Santos. Arrecada Rs. 104\$000. Ele encabeça a lista e subscreve Rs. 20\$000 (vinte mil réis). Sessenta e oito moradores do núcleo aderem à lista, 14 dos quais não italianos e vários antigos moradores do bairro de São Caetano, como José Manoel de Toledo, José Mariano Garcia Jr. e sua mãe, Deolinda Maria da Conceição, bem como moradores não colonos, como o professor e a professora das escolas elementares, negociantes e vários empregados das olarias.

A lista é um documento sobre a diversificação social da população local, doze anos depois da fundação do Núcleo Colonial que, então, era constituído só de agricultores. Na época da subscrição, o ganho diário de um trabalhador de ferrovia era de dois mil réis (Rs. 2\$000). Excetuadas as duas maiores contribuições, tudo indica que de negociantes, oito contribuições equivalem a um dia de trabalho, vinte e uma equivalem a meio dia de trabalho, vinte e oito a um quarto de dia de trabalho. Mas nem mesmo faltaram contribuições de 200 réis.

O documento mostra, também, ao lado de outros indícios apontados neste livro, alguma integração entre a antiga população brasileira do bairro de São Caetano, que vivia ao redor da Fazenda beneditina e vive agora ao redor do Núcleo Colonial, e os imigrantes italianos chegados a partir de 1877. Provavelmente, uma das consequências da festa anual de São Caetano, e suas funções integrativas, realizada desde 1883.

<b>Nome</b>	<b>Mil réis</b>	<b>Condição</b>
Alambert, Joaquim Ferreira	5\$000	Professor
Amorim, Albano Pinto de Souza	20\$000	
Baraldi & Filho	5\$000	Colonos Lotes 31, 51, 83
Bassi, Fiorindo	\$400	
Barile, Carmine	5\$000	Colono Lote 59
Bardusque, Giovanni	\$500	
Bartolini, Francesco (1)	\$500	Colono Lotes 11, 30
Bartolini, Francesco (2)	\$500	Colono
Bartolini, Martim	\$500	
Belgodere, Cesare	1\$000	
Bellari, Fortunato	\$500	
Borguini, Pietro	\$400	
Bottan, Angelo	2\$000	Colono
Bottan, Antonio	\$500	Colono Lote 88
Bottan, Domenico	\$500	Colono Lotes 12 e 35
Braido, Giuseppe	1\$500	Colono Lotes 5 e 66
Camargo, Augusto de	\$500	
Camargo, José Rodrigues de	\$500	
Cardoso, Antonio	1\$000	
Chiovitto, Pasquale	\$500	
Conceição, Deolinda Maria da	\$500	Sitante
Coppini, Demetrio	\$500	Colono
Cruz, Dionísio da	1\$000	
Dal' Cin, Giacomo	\$800	Colono Lotes 1, 25, 67
D'Agostini, Luigi	1\$000	Colono Lotes 28, 79
Da'Ros, Giuseppe	\$500	
Fiorotto, Francesco	2\$000	Colono Lotes 7, 57
Fiorotto, Giacomo	\$500	Colono
Furlan, Domenico	1\$000	Colono
Gallo, Angelo	\$200	Colono Lote 50
Gallo, Antonio	1\$000	Colono Lotes ,19,20,21,47,49
Gallo, Nicola	\$500	Colono
Garbelotto, Angela	1\$000	Colona
Garbelotto, Antonio	1\$000	Colono Lote 27



Garbelotto, Gaetano	\$500	Colono
Garbelotto, Giacomo	2\$000	Colono Lotes 26, 65
Invernizzi, Josephina	5\$000	Professora
Leone, Eliseo	1\$500	Colono Lote 48
Lorenzin, André	1\$000	
Lorenzon, Giovanni Maria	\$500	Colono Lote 81
Maria, Antonio Miguel	2\$000	
Mariano, José	\$500	Sitiantes
Martoni, Catterina	\$200	
Mínaré, Giovanni	\$500	Colono Lote 34
Modesto, Eugenio	1\$000	Colono Lote 52
Paula, Inácio de	1\$000	
Perin, Antonio	1\$000	Colono Lote 83
Perrella, Carmine	1\$000	
Perrella, João (Giandomenico Perrella)	10\$000	
Perrella, Nicola (1)	\$500	
Perrella, Nicola (2)	\$500	
Perrella, Santina	\$500	
Perrella, Silverio (Saverio Perrella)	2\$000	
Piagentini, Adelfo	2\$000	
Piagentini, Romano	2\$000	
Piagentini, Thomazo	1\$000	
Pin, José (Martino Giuseppe Pin)	2\$000	Colono Lote 5
Pinelli, Antonio	\$500	
Pires, Benedito	1\$000	
Pires, Rosalina Maria	1\$000	
Quassoni, Erminio	\$500	
Rocha, Bernardo Francisco da	\$500	
Roveri, Filippo	1\$000	Colono Lote 38
Roveri, Francesco	1\$000	Colono
Selvucci, Giuseppe	\$500	
Toledo, José Manoel de	\$500	Sitiantes
Vesentin, Giovanni	1\$000	Colono Lote 55
Zaparolli, Noé	\$500	
<b>Soma</b>	<b>104\$000</b>	

**20/06/1889 – Despedida:** João Perrella [Giandomenico Perrella] publica em *A Província de S. Paulo* esta nota de agradecimento: “O abaixo assinado, retirando-se temporariamente para a Itália, vem publicamente agradecer ao sr. Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, as finezas, e delicados tratos que lhe dispensou durante o tempo que exerceu como empreiteiro na olaria de São Caetano. / Aproveito a oportunidade para despedir-me, dando prova evidente de simpatia em testemunho a minha gratidão, oferecendo-lhe os meus préstimos durante o tempo de minha residência em Boiano.”

Boiano é uma pequena localidade na província de Campobasso, no Molise, lugar de origem dos Perrella de São Caetano. João Domingos Perrella não era colono, era comerciante. Neste momento, empreiteiro.

**14/11/1889 – Vendendo terra:** Neste último dia do Império e véspera da proclamação da República, um dos colonos de São Caetano põe à venda seus dois lotes no núcleo colonial por intermédio de Emílio Rossi, colono de São Caetano que tinha sua casa de negócios na Rua do Tesouro nº 9, perto do Pátio do Colégio: “Vende-se um terreno com bom arvoredo e grande plantação de videira, que já produz 60 quintos de vinho anuais, com boa casa de morada construída toda de tijolos e madeira de lei; um dito maior com 32 braças quadradas, parte deste já trabalhado e com valo, a terra presta-se para qualquer cultura e está situado na florescente Colônia de São Caetano, dista desta capital uma légua (6,6 km) do bom caminho de rodagem, e 13 minutos de viagem de trem pela Estrada Inglesa e sendo à margem desta. O dono possui o título de propriedade, por fazer franca venda, livre e desembaraçada.”

**12/09/1889 – Colono decide fechar seu lote:** Filippo Roveri pede autorização para fechar seu lote na Colônia de São Caetano. Esse lote compreendia a área entre a atual Rua Santo Antônio e o rio dos Meninos e entre a Rua Alagoas e a Rua Antonio Prado, com uma reentrância até a Rua Perrella.

**18/10/1889 – Título definitivo para antigo foreiro:** João Antonio Pedroso pede o título definitivo das terras que possui no Núcleo Colonial de São Caetano. Ele obtivera ali vários lotes, onde é hoje a Vila Carioca. E comprara antes essas mesmas terras de Hermann Juncker.

**1º/03/1890 – Um destino para a segunda geração de colonos – Jundiá:** Filhos e parentes de colonos de São Caetano, não havendo mais lotes demarcados, disponíveis, no Núcleo Colonial, começam a solicitar e a receber lotes no Núcleo Colonial Barão de Jundiá.

**.../03/1890 – Segunda visita de escritor e empresário:** Henrique Raffard, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, faz uma visita ao Núcleo Colonial de São Caetano, na primeira quinzena. Já aí estivera em 1879. Sobre as duas visitas publica um relato com o título de *Alguns Dias na Paulicéia*. Segundo ele, em 1879, “a colônia de São Caetano tinha 17 casas, boas hortas, 3 fornos para tijolos, telhas e louça. Tudo tinha risonho aspecto neste núcleo a 10 km da capital, com uma população quase toda italiana, sendo a décima parte brasileira...” Raffard, nascido no Rio de Janeiro, filho do cônsul suíço, foi empresário e destacou-se na fundação das Sucreries, ou Engenho Central, de Capivari (SP). Esteve ligado a várias entidades e iniciativas relacionadas com a imigração.

**15/03/1890 – Percurso de um padre:** O Bispado de São Paulo dá provisão do uso de ordens a favor do padre José Bovi, da Diocese de Senigallia, na Itália, o qual prestou justificação de identidade de pessoa e prestou exame, sendo aprovado. É-lhe dada licença de três meses, para ouvir confissões e pregar aos italianos da capital. Tornou-se vigário de São José do Barreiro, no Alto Paraíba, em 1896. Em 1898, residiu em São Caetano, depois substituído pelo padre Remigio Pessotti. Tornou-se vigário de Jacareí em 1899.

O padre Pessotti nasceu em Sovere (Bergamo) a 28 de agosto de 1834. Foi missionário na Índia e pároco em Bergamo, antes de entrar para a Pia Sociedade Missionária de São Carlos (Scalabrinianos), em abril de 1888. Foi, depois, missionário dos imigrantes italianos no Espírito Santo e em São Paulo, época em que residiu em São Caetano. Faleceu a 9 de junho de 1913 e foi sepultado no jazigo da Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos, no Cemitério do Santíssimo Sacramento, em São Paulo.

**28/03/1890 – Mais colonos para São Caetano:** Desembarcam em Santos e são enviados à Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo: o imigrante italiano Michele Dal Lago, de 63 anos de idade, lavrador, solteiro, que viajou pelo vapor *San Martino*; e o imigrante Pietro Baranasi, também italiano, de 22 anos, casado,

lavrador, que viajou com passagem paga pelo governo federal pelo vapor *Fanfulla*. Veio acompanhado da esposa, Carolina, de 20 anos de idade, e pela filha, Zelinda, de 7 anos. Foram todos enviados para o Núcleo Colonial de São Caetano.

**26/05/1890 – Esperando num barracão:** No Núcleo Colonial de São Caetano há 322 pessoas, estabelecidas nos 92 lotes de que se compõe, “além de alguns colonos que, chamados pelos parentes, se acham residindo no barracão da sede há mais de 2 anos, por não existirem mais lotes vagos. Tem uma casa que servia para a administração antes da emancipação do núcleo, e que se acha hoje ocupada, a parte da frente por uma escola do sexo feminino e a dos fundos com quartel das praças de polícia aí destacadas.”

Num relatório da Inspetoria Especial de Terras e Colonização diz-se que as terras do Núcleo Colonial “são apropriadas para a cultura da videira, existindo atualmente plantados 82 mil pés, cultivando também os colonos legumes, milho e outros cereais, tendo como mercado a Capital, d’onde dista 11 quilômetros, por uma boa estrada de rodagem, que foi reconstruída neste ano, e que partindo da estação de São Caetano, na Estrada de Ferro de Santos a Jundiáí, vai até a Rua da Mooca, com uma extensão de 8 quilômetros. Tem mais uma estrada que o liga com o Núcleo de São Bernardo, e que partindo também da estação de São Caetano vai encontrar a estrada denominada Senador Vergueiro, que atravessa todo o núcleo de São Bernardo, passando na sede. (...) Não existem mais terras devolutas contíguas a este núcleo, o que é de sentir-se, pois os colonos aí estabelecidos acham-se em boas condições, e muitos há que tem conseguido acumular economias; em consequência do que seria conveniente obrigá-los a obter os seus títulos definitivos [de propriedade dos respectivos lotes de terra], para que não aconteça que esses colonos disponham, como já tem acontecido, dos lotes sem que tenham pago ao Estado as suas dívidas, visto que achando-se o núcleo emancipado, aí não existe um empregado ou pessoa que possa exercer uma fiscalização ativa.”

**26/06/1890 – Banco compra terras dos colonos de São Caetano:** O Banco União de São Paulo adquire de Dona Deolinda Maria da Conceição terras localizadas onde é hoje a Vila Barcelona. Com a falência do Banco, mais tarde, essas terras passam para a S.A. Fábrica Votorantim, de Antônio Pereira Inácio, em 1918. Em 1890/91, o Banco adquire, ainda, terras de Antônio Álvares Pentead

(Conde Penteadado, cunhado de Antônio de Lacerda Franco, principal dirigente do Banco), e dos colonos Antonio Gallo, Natale Furlan e Luiza Coppini. Em 1918, o conjunto desses lotes fazia divisa com a ferrovia, com Guinle & Cia (eletricidade), Vicente Rodrigues Vieira (curandeiro famoso), Caetano Garbelotti, João Januzzi e Júlio Salles. O Banco tinha, também, a propriedade de outro terreno grande no centro de São Caetano, onde fundaria, em 1893, uma fábrica de bebidas, nas proximidades da estação ferroviária. O sítio de Dona Deolinda ficava num lugar denominado Ressaca, no antigo Bairro de São Caetano. Continha casa de morada e outras benfeitorias. As divisas começavam no pontilhão da estrada de ferro, seguiam pelo córrego do Moinho, ou córrego Ressaca (na verdade Rio Moeriguera, nome que tem na documentação do século XVIII) até dar em um valo, pelo qual seguia até dar na cachoeira do Tiviavera e encontrar a linha férrea inglesa, abeirando esta até dar no ponto de partida. Dona Deolinda foi mãe de José Mariano Garcia Jr., primeiro juiz de paz, e avó de Lauriston Garcia que seria vereador em São Caetano, e de Lauro Garcia, que seria vereador por São Caetano em Sto. André e, por duas vezes, vice-prefeito de São Caetano.

**26/07/1890 – Ameaça de conflito entre italianos da Colônia de São Caetano e brasileiros do bairro de São Caetano:** João Antonio Pedroso, usando a linguagem inaugurada com a proclamação da República, menos de um ano antes, dirige-se ao ‘Cidadão Governador do Estado de São Paulo’, Prudente de Moraes, para apresentar uma queixa contra colono italiano de São Caetano e pedir sua intervenção para resolver o problema que narra: “possuindo há muitos anos um lote de terras já beneficiadas e com propriedades que houve por compra feita a Germano Juncker na Colônia de São Caetano, ocorre que um italiano, seu conhecido, sem razão alguma, fechou o caminho que dá ingresso para o terreno do Suplicante que vê-se, por isso, privado de mandar seus filhos à escola, pois que tem de tomar outro desvio de mais de três léguas (19,8 km, *sic!*), pelo que o Suplicante vem requerer-vos vos digneis mandar que seja, por quem de direito, para ser intimado dito italiano colono, para abrir [o] caminho que indebitamente fechou, que comunica com todo o povoado, mesmo como medida tendente a evitar qualquer conflito entre o Suplicante e mais moradores contra o referido italiano...”

No dia 3 de fevereiro de 1891, seis meses depois da queixa, o engenheiro adjunto, F. Santos, informa que: “Foi tomada a providência por ter eu procurado o colono que fechou o caminho e ter-lhe intimado para não o conservar fechado.”

**05/08/1890 – Mais colonos para São Caetano:** Três imigrantes italianos desembarcam do vapor *Rio Negro*, no porto de Santos, e dão entrada na Hospedaria dos Imigrantes. Dali são enviados para o Núcleo Colonial de São Caetano. São eles: Francesco Di Vincenzo, de 43 anos de idade, solteiro, lavrador; Giovanni De Michele, de 40 anos de idade, solteiro, lavrador; e Giuseppe Mario, 20 anos, lavrador, solteiro, espontâneo, isto é, pagou sua própria passagem.

**16/08/1890 – Outro colono para São Caetano:** Mais um imigrante italiano, espontâneo, que viajou por conta própria e não com passagem paga pelo governo, desembarca do vapor *Rio de Janeiro*, em Santos, e dá entrada na Hospedaria dos Imigrantes, no Brás. Dali é enviado para o Núcleo Colonial de São Caetano. É ele Giovanni Sonagiere, 26 anos de idade, solteiro, lavrador.

**22/08/1890 – Sítio de um antigo foreiro de São Bento:** O mesmo João Antonio Pedroso, citado antes, antigo foreiro da Fazenda de São Caetano, dirige-se ao Inspetor Geral de Terras e Colonização, através do advogado Carlos Garcia, para solicitar a expedição do título definitivo de propriedade dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano que havia comprado do finado Hermann Juncker (ou Germano Juncker). Eram oito lotes que abrangiam as terras que vão desde o rio Tamanduateí até as proximidades da Avenida Comandante Taylor de hoje, mais de um milhão de metros quadrados, precisamente 1.134.690 m<sup>2</sup>. Abrangia boa parte do que é atualmente a Vila Carioca, mais os terrenos entre a ferrovia e o rio. Embora alegasse já ter pago por eles, tendo desaparecido alguns documentos daquela repartição pública, dispunha-se a pagar novamente as terras pelo preço mínimo que se costumava pagar.

Fazendo a verificação, em campo, das terras reivindicadas, o engenheiro adjunto, F. Santos, constatou que “por intermédio dos colonos que se acham estabelecidos no Núcleo Colonial de São Caetano desde a sua fundação, soube que Germano Juncker já se achava morando nessa localidade quando ali chegaram e que, pelo exame feito não só nos documentos juntos, como também no terreno, verifiquei que realmente Germano Juncker estava de posse dos lotes nº 69, 73, 74, 75, 76, 77 e 78 do Núcleo de São Caetano na ocasião em que deles fez venda ao Suplicante, nada encontrando entretanto que prove ter o mesmo Germano Juncker pago a importância destes lotes; porém, tendo-se em vista que Suplicante não faz questão de pagá-los novamente, como se evidencia

por seu requerimento, julgo que, desde que seja feito esse pagamento, se deve mandar passar o título definitivo desses lotes.”

A solicitação de Pedroso suscitou controvérsia. Em 24 de fevereiro de 1891, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Joaquim Antonio Mattoso Ferraz, voluntário da pátria na Guerra do Paraguai, dignatário da Ordem da Rosa, estranhava que João Antonio Pedroso se declarasse colono de São Caetano e ao mesmo tempo proprietário antigo das terras cujos títulos definitivos requeria ao presidente do Estado. Na verdade, tinha a dupla condição. Comprara títulos de terra de Hermann Juncker e tinha posse dos terrenos aforados na mesma área. O querelante apontava a confusa situação fundiária: “É preciso que o cidadão governador saiba, é preciso que os paulistas, sempre zelosos de seus foros, saibam que não é só o sr. Pedroso que é colono [,] há colonos que calçam meias vermelhas, há colonos que são oficiais maiores de secretarias, há colonos capitalistas e de outras classes, só os pobres voluntários da pátria não tem essa honra, mesmo em vista do decreto de 7 de janeiro de 1865.” Na verdade, o governo destinara extensa área do Núcleo Colonial de São Bernardo aos voluntários da pátria.

Em 24 de setembro de 1967, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica extensa nota do superintendente do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – sobre a situação jurídica das terras da parte alta do terreno, na chamada Vila Heliópolis. É quando, então, se fica sabendo que essas terras haviam se tornado propriedade do Conde Antonio Álvares Penteado, por seus herdeiros vendidas ao INPS. Foi onde o Instituto construiu o Hospital Heliópolis, terreno em parte ocupado pela favela Heliópolis. Várias ações correram na Justiça e de todas tinha a instituição previdenciária a segurança de sentenças favoráveis à legitimidade de seus títulos de propriedade.

Agrega o engenheiro F. Santos: “Os lotes acima referidos são em campo, quase que totalmente um brejo, não se prestando para cultura alguma, senão em muito pequena parte e só tendo utilidade para o Suplicante por lhe dar caminho entre o seu sítio e o Núcleo de São Caetano.” Seu sítio ficava em terras que haviam sido arrendadas do Mosteiro de São Bento, na Fazenda de São Caetano, em 1843, arrendamento renovado em 1862. Era extenso e se localizava onde é hoje o bairro de Heliópolis. Pedroso pagou ao governo Rs. 117\$220 (cento e dezessete mil e duzentos e vinte réis). Os lotes nº 69 e nº 73 eram com certeza brejo e os outros com certeza campo.

João Antonio Pedroso recebeu o título definitivo dos lotes que adquirira no Núcleo Colonial no dia 17 de março de 1891, apesar de constar à margem de seus papéis uma anotação de 1887: “Intruso”. Aparentemente, Pedroso era analfabeto, pois assina o recibo por ele um José Mariano, de letra firme e bonita, foreiro antigo da Fazenda de São Caetano e, ao que parece, seu parente, pois numa ocasião Pedroso foi identificado como João Antonio Mariano.

A dispersão dos lotes e a existência de compradores intermediários caracterizam uma situação que, não raro, é indicativa de grilagem de terras. Embora não se possa afirmar com certeza que seja esse o caso. De qualquer modo, o governo reconheceu a Pedroso o direito preferencial à regularização da posse da terra.

**27/09/1890 – O último colono:** Giovanni Minaré compra, por duzentos mil réis, no Núcleo de São Caetano, o lote que pertencera ao colono Vincenzo Santoro e sua mulher, Raffaella Siccolo Santoro. O lote correspondia a 10 quarteirões atuais de São Caetano, formando um quadrilátero limitado, hoje, pelas ruas Amazonas, Espírito Santo e São Paulo e por uma linha imaginária entre as ruas Monte Alegre e Piauí.

Santoro foi colono da última leva de imigrantes chegada a São Caetano, em 1886/1888, no final da chamada Grande Imigração, às vésperas da abolição da escravatura.

É provável que não tenha sido enviado imediatamente a São Caetano, após o desembarque e a passagem pela Hospedaria, embora nessa época houvesse imigrantes esperando lotes, alojados nas senzalas da antiga Fazenda de São Caetano, atrás da Capela. Sua família desembarcou do vapor *Buenos Aires* no dia 15 de janeiro de 1886. Vincenzo Santoro tinha 37 anos de idade. Sua mulher, Raffaella Santoro, 32 anos. Tinham três filhos: Stella, de 11 anos; Nicola, de 9 anos; e Carmela, de 3 anos.

Requerer seu lote a 13 de setembro de 1887 e foi atendido em menos de duas semanas. Prontificou-se a construir casas e a pagar a importância do lote que lhe fosse concedido. De fato, pagou por ele Rs. 185\$280. Uma inspeção, realizada em junho de 1888, mostrou que tinha duas casinhas no terreno, cada uma com 40 m<sup>2</sup> – uma coberta de telhas de barro e a outra, ainda em construção, para a qual



pedira ao governo o fornecimento de telhas de zinco. Construções já existentes quando o terreno foi de Vincenzo Santoro e o pedido de telhas já feito por este. O referido lote já fora concedido, em outubro de 1879, a Isacco Coppini, que deveria pagar por ele, em 1885, apenas Rs. 62\$500. O fato de que tenha sido vendido, novamente, pelo governo, em outubro de 1887, significa que fora abandonado por Coppini. É hoje uma das áreas mais valorizadas de São Caetano.

**17/10/1890 – Colono põe à venda suas terras em São Caetano:** O colono Giacomo Dal’Cin anuncia no jornal *A Província de S. Paulo* a venda de seus três lotes no Núcleo Colonial: “Terra à venda – Em São Caetano, vende-se 3 lotes de terreno, a saber: o 1º é situado no fim da rua central da Colônia, fazendo esquina com o Largo da Capela, que mede 44 metros de frente sob 110 de fundo (*sic*). Todo este terreno é bem cultivado com muita parreira e árvores frutíferas. No mesmo está construída uma boa e grande casa, toda de tijolos, e parte dela rende bom aluguel. / O 2º fica o fundo (*sic*) do 1º tendo a frente 44 por 185 metros de fundo também todo cultivado. / O 3º é à margem da estrada de ferro, mede 31.00 braças quadradas, dividindo no fundo com o sr. Penteado. Parte deste terreno já está cultivado. / Para melhores informações, em São Caetano, com o proprietário.”

Os lotes colocados à venda por Giacomo Dal’Cin eram, respectivamente, os lotes urbanos nº 1, na esquina das atuais ruas 28 de Julho e Mariano Pamplona; nº 25, no fundo do primeiro, ao lado da atual Rua Mariano Pamplona, com fundo para a atual Rua Maximiliano Lorenzini; e o lote rural nº 67, entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moinho Velho, nas proximidades da atual Vila Carioca, na parte do Núcleo Colonial de São Caetano que, em 1889, fora anexada ao município de São Paulo e não ao de São Bernardo, como o restante da colônia.

O anúncio de Giacomo Dal’Cin mostra que as terras que, em anos anteriores, foram objeto do conflito decorrente do cercamento dos pastos situados entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, de algum modo fora resolvido contra os 34 rebelados nele envolvidos. Dal’Cin declara que seu lote confinava com o do “sr. Penteado”, o conde Álvares Penteado, cuja família venderá essas terras ao antigo IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, atual INSS. Era o que por muito tempo foi chamado de morro do Penteado.

**05/11/1890 – A primeira fábrica do núcleo colonial:** A Cia. Formicida

Paulista, que está construindo sua fábrica em São Caetano, onde será depois a Av. Goiás, publica anúncio de meia página, em *O Estado de São Paulo*, sobre suas atividades e subscrição de seu capital. O capital inicial é de 500 contos de réis, dividido em ações de cem mil réis cada uma. A fábrica destina-se “à produção e venda do sulfureto de carbono (conhecido geralmente com o nome de formicida), com aplicação à lavoura e às indústrias, aproveitando excelente matéria-prima existente neste Estado, podendo a companhia fornecer o produto mais puro e por menos preço que lhe fará não recear a concorrência de análogas empresas no exterior.” São incorporadores da Fábrica de Formicida Paulista o Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins (fazendeiro e advogado), futuro presidente do Estado de São Paulo, Major Domingos Sertório (capitalista), Dr. João de Cerqueira Mendes (advogado e fazendeiro), Coronel Boaventura de Figueiredo Pereira de Barros (fazendeiro), Dr. Ascendino Reis (médico e militar), Dr. Afonso de Albuquerque (industrial) e Dr. Artur de Camargo Carneiro (advogado). A Fábrica é construída no lote rural nº 48, que o colono Eliseo Leone adquirira do governo a 27 de junho de 1878, no terreno fronteiro à atual Escola Estadual Cel. Bonifácio de Carvalho. O lote de Leone ia da atual Rua Piauí até o Rio Tamandateí e da Rua Augusto de Toledo até a Rua Luís Gama. A criação da empresa é formalizada no dia 10 de novembro.

**.../.../1891 – As olarias de São Caetano:** Olarias de São Caetano arroladas neste ano: de Antonio Garbelotto, Augusto Colono, Paulo Martorelli e Dr. Samuel E. C. Mesquita. Este último foi o primeiro proprietário de olaria, após a fundação do núcleo colonial. Estabeleceu-a no lote nº 64, inicialmente obtido em nome de Antonio Manoel da Silveira Sampaio, seu sócio oculto. Comprou-o Samuel Mesquita em 3 de abril de 1880. Esse lote ficava à margem esquerda do rio dos Meninos, em área que é hoje do município de São Paulo, bem atrás do lote reservado, que pertencia à Capela de São Caetano. Mesquita produzia os tijolos da marca “Paulista”.

**13/01/1891 – As uvas e o dialeto ítalo-paulista de Natale Furlan:** O colono Natale Furlan requer ao governo a emissão do título definitivo de seus lotes coloniais: o lote urbano nº 4, de 4.840 m<sup>2</sup>, e o lote rural nº 62, de 172.425 m<sup>2</sup>.

O primeiro localizava-se na esquina da Rua Joaquim Cândido, atual Rua 28 de Julho, com a Rua Speers, atual Rio Branco, à esquerda de quem desce para a Rua

Ceará, na direção do Museu Histórico Municipal. Fora recebido por Furlan no dia 1º de janeiro de 1878. Há no lote “uma casa de taipa coberta de junco e uma cocheira de tijolos coberta de telhas”. Furlan tem o “lote cultivado com videiras e árvores frutíferas”.

Já o lote rural nº 62 ficava no que é hoje o bairro Santa Paula, que não era mulher nem era santa: era o sobrenome do homem que loteou as terras do bairro, a que deu seu próprio nome – Vila Paula – que por engano da Prefeitura de São Caetano virou mulher e virou santa. Esse lote, retangular, estava compreendido entre a atual Rua Piauí e o rio Tamanduateí, atravessado pela São Paulo Railway e hoje em boa parte ocupado pela General Motors. Tinha apenas um rancho e estava parcialmente cultivado com videiras e cereais. Fora recebido por Furlan no dia 1º de setembro de 1879.

No dia 16 de fevereiro, Natale Furlan retira seus títulos definitivos de propriedade e escreve o recibo de próprio punho, que transcrevo literalmente: *“Recebi da delegacia Di tera do Istado Di San Paolo o meo titolo Difinitivo Dues lotti 62 rurale Il numero 4 urbano. Nucleo Di Sao Caetano. Sao Paulo 16 Frebreiro 1891.”* E assina: “Furlan Nattale”. Essa redação documenta o surgimento do dialeto ítalo-paulista, de quem escrevia como falava, dividido entre a língua de origem e a língua brasileira.

**17/01/1891 – Colono vende suas terras (1):** O colono Natale Furlan vende suas terras [lote nº 62] no Núcleo Colonial de São Caetano ao Banco União de São Paulo. Em 1913, o Banco contrai um empréstimo por debêntures, garantindo-o com várias propriedades, entre elas os terrenos adquiridos em São Caetano.

**26/01/1891 – Colono vende suas terras (2):** O colono Antonio Gallo vende suas terras ao Banco União de São Paulo [lote nº 47 do Núcleo Colonial de São Caetano] e passa escritura no 3º. Tabelião da Capital.

**.../02/1891 – Títulos definitivos de propriedade 13 anos depois da chegada:** São assinados, pelo governador Jorge Tibiriçá, títulos definitivos de propriedade da terra em favor de colonos de São Caetano. Por esses documentos, ficamos sabendo que o núcleo colonial tem duas ruas. A Rua Nº. 1, construída sobre o velho caminho do Tijucuçu e do Mar, que já era mencionado pela Câmara de

São Paulo em 1589, tem o nome de Rua Speers, em homenagem a William Speers, superintendente da São Paulo Railway. Em sucessivos anos, na década de 1880, Speers favorecera a Colônia de São Caetano por ocasião dos festejos do padroeiro, colocando trens especiais em circulação que trouxessem e levassem os romeiros de São Paulo e do Brás. Terá mais tarde e tem até hoje o nome de Rua Rio Branco.

É cortada pela rua que sai da frente da Igreja de São Caetano em direção ao nascente. Esta é a Rua Nº. 2 e tem o nome de Rua Joaquim Cândido. Esse Joaquim Cândido era contador da Tesouraria da Fazenda em São Paulo, nos anos iniciais do Núcleo Colonial, lugar de peregrinação dos colonos para pagarem seus lotes e obterem os recibos que os habilitava ao título definitivo de propriedade. Terá, depois, os nomes de Rua da Matriz, Rua Cel. Saladino Cardoso Franco (prefeito de São Bernardo) e Rua 28 de Julho. São as duas ruas mais antigas do lugar.

**09/02/1891 – Os que chegam sozinhos:** O imigrante italiano Luigi Pinali, de 35 anos de idade, trabalhador, viajando sozinho, desembarca do vapor *Rio de Janeiro*, no porto de Santos, e é encaminhado ao Núcleo Colonial de São Caetano.

**24/02/1891 – Título urbano definitivo:** O governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, assina o título de propriedade do lote urbano nº 8, do Núcleo Colonial de São Caetano, em favor de Carmine Barile. O lote tinha 4.578 m<sup>2</sup> e foi pago à razão de 30 réis cada 4,84 m<sup>2</sup>. Ficava na esquina das atuais ruas Rio Branco e 28 de Julho, no mesmo quarteirão em que existiu até há alguns anos a Fábrica de Louças Claudia, do grupo Matarazzo. Esse lote pertencera antes a Giovanni Peruch, primeiro marido de Teresa Barile. Na Rua Rio Branco (então denominada rua Speers), era vizinho de Carmine Barile o colono Emilio Rossi, que ocupava o lote nº 16. Na Rua 28 de Julho (então denominada rua Joaquim Cândido), Barile era vizinho de Francesco Fiorot, que ocupava o lote nº 7.

**26/02/1891 – Título definitivo de propriedade:** O governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, assina o título de propriedade do lote rural nº 35, no núcleo colonial de São Caetano, em favor do colono Domenico Bontan. Esse lote constituía um retângulo, hoje delimitado pelas ruas Espírito Santo, Casemiro de Abreu, Amazonas e São Paulo. Tinha 149.459,55 m<sup>2</sup>, pagos a 3,88 de um real por 4,84 m<sup>2</sup>. Praticamente, 10% de um tostão por metro quadrado. É o mesmo lote em que será construída a fábrica de refratários da Cerâmica São Caetano. Era

vizinho de Giovanni Minaré (lote nº 34), de Martino De Martini (lote nº 36), de Francesco Piccioli e Geronimo Piccioli (lote nº 53), de Antonio Gallo (lote nº 49) e de Francesco Coppini (lote nº 42).

**27/02/1891 – Imigrantes avulsos:** Desembarcam, em Santos, do vapor *Rio de Janeiro*, os seguintes imigrantes italianos, que viajam sozinhos com passagem paga pelo governo federal, e são encaminhados ao Núcleo Colonial de São Caetano: Luigi Barichollo, de 32 anos de idade, lavrador; Bernardo Brocha, de 22 anos de idade, trabalhador; Pietro Delozzi, de 22 anos, trabalhador. Como não se tornaram colonos, indício de que o Núcleo Colonial continuava sendo usado, também, como hospedaria provisória de imigrantes.

**28/02/1891 – Título definitivo de propriedade:** O governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, assina o título de propriedade do lote urbano nº 12, no Núcleo Colonial de São Caetano, em favor do colono Domenico Botton. Esse lote ficava na esquina das ruas Rio Branco (então rua Speers, à esquerda de quem vai da Rua 28 de Julho para a rua Perrela) com a Rua 28 de Julho (então Rua Joaquim Cândido, à direita de quem vai da Igreja para a Rua Heloisa Pamplona). Na Rua 28 de Julho, era vizinho de Antonio Garbelotto. Na Rua Rio Branco era vizinho de Antonio Gallo. Este, por sua vez, morava em frente a Emilio Rossi. Do outro lado da Rua Rio Branco, na esquina, morava Carmine Barile, num lote que pertencera originalmente a Giovanni Perucchi, de quem fora viúva Teresa Barile, sua mulher.

**10/03/1891 – Ameaça de perda de lotes coloniais:** A Inspetoria Geral de Terras e Colonização convoca os seguintes colonos de São Caetano a comparecerem à sua delegacia de São Paulo, sob pena de perda do respectivo lote, que será levado a leilão: Giovanni Giacomini (lote 71), Giovanni Tonnussi (lote 72), Antônio Perin (lote 84), Santo Gava (lote 84), Giovanni Lorenzoni (lote 85), Pietro Meneghel (lote 86), Angelo Santi (lote 87), Antonio Botton (lote 88), Luigi e Angelo Fiorotto (lotes 89-90), Augusto Scottá (lote 91), Antonio De Cal (lote 92). São quase todos imigrantes do que denominei “quinta leva”, entre abril e outubro de 1887, embora não tenham chegado juntos.

Pietro Meneghel, que também chegou a São Caetano em 1887, recebeu o lote nº 86, que compreendia extenso retângulo delimitado, num extremo, pela atual Rua



*Casa e família do colono italiano Pietro Meneghel, chegado a São Caetano na leva de 1887. Ele recebeu o lote nº 86 do Núcleo Colonial, perto da Estrada das Lágrimas. Única foto conhecida de casa de colono de São Caetano, tirada entre 1900 e 1910. Ao fundo, o rio Tamanduateí, depois rio dos Meninos, ainda caudaloso e no curso original. Era o rio da Borda do Campo, por onde desciam os viajantes que, no século XVI, vinham de São Vicente para o povoado de São Paulo de Piratininga. (Acervo de José Vitório Borela; divulgação de Arquimedes Pessoni e Ademir Médici).*

Manoel Augusto Ferreirinha e, no outro, pelo rio dos Meninos. Nos lados, era delimitado pela Rua Dr. Moura Batista e seu prolongamento imaginário e pela Rua Raymundo Maffei e seu prolongamento imaginário. Esse lote ficava atrás de onde é hoje o Cemitério das Lágrimas.

Augusto Scottá, italiano, trabalhador, de 38 anos de idade, veio com a família no navio *La France*. Desembarcaram no dia 6 de maio de 1887. A bagagem tinha quatro volumes. A família era constituída por sua mulher Augusta, de 42 anos de idade, e pelos filhos Antônia, de 14 anos; Domenico, de 11 anos; e Catterina, de um ano.

Seu lote, o de nº 91, era um lote triangular, relativamente pequeno, delimitado, de um lado, pela hoje Rua Boa Vista (que no século XVIII tinha o nome de Estrada da Boa Vista, onde se situavam as matas da Fazenda Boa Vista, comprada pelos monges de São Bento no início do século XIX, para suprir de lenha a olaria da Fazenda de São Caetano). De outro lado, pela Rua José Henrique de Sá e seus prolongamentos imaginários; e de outro pela Rua Vieira de Carvalho e seus prolongamentos imaginários. Scottá estava mais perto de São Bernardo do que do centro do Núcleo Colonial de São Caetano.

**29/03/1891 – Conflito de rua:** Neste domingo, às 7h30 da noite, os espanhóis Bento Alves, Agostinho Fernandes e Tomás Ageres “que tranquilamente passavam por uma das ruas de São Caetano, foram agredidos por um grupo de italianos armados de cacetes, resultando dessa agressão ficar morto Vítor Domingos, levemente ferido Agostinho Fernandes e Bento Alves...” Os ferimentos foram na cabeça. Os três agredidos são empregados da Fábrica de Formicida. Diz o jornal *O Estado de S. Paulo*: “Parece que o móvel da agressão é devido a não quererem os italianos que estranhos à sua nacionalidade trabalhem ali.” Vítor Domingos “era conhecido em São Caetano como desordeiro incorrigível”. Recebeu um tiro na região ilíaca e morreu quase instantaneamente. Foi sepultado em São Bernardo. O suspeito do homicídio é Tomás Agere, que estava armado com uma espingarda e se evadiu.

**07/05/1891 – Venda de lote colonial:** A colona Luiza Coppini vende suas terras na Colônia de São Caetano ao Banco União de São Paulo. Em 1913, o Banco contrai empréstimo por debêntures, garantindo-o com diversas

propriedades, entre elas a das terras de São Caetano, compradas a vários colonos da localidade. O Banco tinha terras nas proximidades da estação ferroviária e na Vila Barcelona, totalizando 2.686.200 metros quadrados, em duas grandes glebas - cerca de 1/3 do Núcleo. Com sua falência, seriam adquiridas pelo grupo Votorantim, de Antônio Pereira Inácio, avô de Antônio Ermírio de Moraes.

**20/05/1891 – Quase concluída a construção da Fábrica de Formicida:**

A Companhia Formicida Paulista anuncia: “Achando-se quase terminadas as obras da fábrica e depósitos desta companhia, e tendo de funcionar brevemente os aparelhos que estão sendo assentados, a diretoria convida os srs. acionistas a fazer a segunda entrada de suas ações, na razão de 20\$000 rs., por ação, no Banco Operário e Territorial de São Paulo...” A Fábrica de Formicida está sendo construída no lote que foi do colono Eliseo Leone.

**23/05/1891 – O crime da mata:** Numa das matas de São Caetano foi encontrado o cadáver de um indivíduo que apresentava ferimentos de bala. O noticiário associa esse crime à ação de um grupo de criminosos que tem agido no Brás e na Mooca.

**04/06/1891 – Reconstrução da Capela de São Caetano:** A Câmara Eclesiástica deu, há dias, provisão nomeando uma comissão composta dos cidadãos Primo Baraldi, Saverio Perrela, João Domingos Perrela, José Pin, Caetano Garbelotto, Carmine Barile, Joaquim Ferreira Alambert (professor da escola masculina de primeiras letras), Luís de Vasconcelos e padre José Marcondes Homem de Melo, como presidente, para reconstruírem a capela de São Caetano sita no distrito da paróquia do Brás. [*O Estado de S. Paulo*, 4/4/1891, p. 2]. O padre Homem de Melo era vigário do Brás. Nasceu em Pindamonhangaba em 1860 e faleceu em São Paulo, em 1937. De tradicional família do Vale do Paraíba, era neto paterno do Visconde de Pindamonhangaba. Foi primeiro arcebispo de Belém do Pará e, depois, bispo, com o título de arcebispo, da diocese de São Carlos. Salvou-se do naufrágio do navio *Sírio*, em 1906, em que pereceu o bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros.

**12/06/1891 – Linha de bonde de São Caetano ao Ipiranga:** Em reunião de jornalistas e correspondentes de jornais estrangeiros, José Luís de Almeida



Nogueira expõe o andamento da idéia de realização de uma Exposição Continental em São Paulo. Além de algumas intervenções urbanísticas, tendo como centro de referência o Ipiranga, é mencionado que uma empresa requereu à Câmara Municipal “autorização para construir, usar e gozar uma linha de bondes a vapor ou por tração elétrica ou animada, que partindo da estação de São Caetano, na São Paulo Railway, conduza ao bairro do Ipiranga os volumes destinados à mesma exposição e às construções que se projetam no mencionado bairro.”

*Passagem de nível da São Paulo Railway, na estação de São Caetano. No que é hoje o cruzamento da Av. Conde Francisco Matarazzo com a Rua Perrella ainda havia mata. A foto foi tirada do “lado de cima” da ferrovia, o lado da Rua João Pessoa, com a objetiva voltada para o lado da Vila Alpina. (Foto: c. 1911; Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).*



**20/07/1891 – O ex-escravo Nicolau Tolentino:** A Sociedade Artística Beneficente, de São Paulo, em reunião no Real Clube Ginástico Português, concede a Nicolau Tolentino Piratininga, primeiro procurador, o título de sócio remido. Piratininga vinha de uma larga linhagem de escravos da Fazenda de São Caetano, descendente da escrava Felizarda, e se tornara livre na libertação geral dos escravos da Ordem de São Bento, em 29 de setembro 1871. Nessa mesma reunião, foi reeleito procurador da entidade.

**10/09/1891 – O maquinista:** Casemiro Alonso, maquinista do trem da São Paulo Railway que trouxe os imigrantes italianos para o núcleo colonial, a 28 de julho de 1877, compra em São Caetano, por Rs. 800\$000, um terreno de Marino Dall’Antonia, em frente à estação, no que é hoje a Rua Perrella.

**09/11/1891 – Desastre de trem:** Em São Caetano, foram “apanhados por um trem que vinha de Santos dois indivíduos cujos nomes são ignorados, os quais faleceram instantaneamente.”

**28/02/1892 – Sepultamento no Cemitério do Brás:** Falece Luigi Baraldi, tronco da família do mesmo nome em São Caetano, onde foi proprietário de vários terrenos. A estação ferroviária foi construída num de seus lotes coloniais. É sepultado no cemitério do Brás, onde na época são sepultados os colonos de São Caetano, depois de um período de sepultamentos no Cemitério da Consolação. Veio para o Brasil na leva recrutada na província de Mântua, Itália, pelos agenciadores de Caetano Pinto Júnior para o governo imperial, que pagou a passagem de todos. Essas famílias embarcaram no porto de Gênova, no dia 8 de dezembro de 1877, no vapor francês *Sully*, que atracou no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1878. Dos passageiros dessa viagem, quase todos sob responsabilidade de Caetano Pinto Júnior, alguns foram mandados para o Rio Grande do Sul, outros para o Paraná, outros para o Rio de Janeiro e outros para São Paulo. Diante do nome de Baraldi, na lista de desembarque, foi escrito a lápis *SP* para indicar o destino.

O Cemitério do Brás, também conhecido como Cemitério da Quarta Parada, seria inaugurado em janeiro de 1893, um ano depois da morte de Baraldi. Ou já estavam aceitando sepultamentos antes de inauguração ou de fato Baraldi foi sepultado no Cemitério do Brás que precedeu ao da Quarta Parada e existiu no Largo do Belém. Exumações foram feitas para ceder o espaço à construção da

Igreja de São José do Belém e os restos mortais dali retirados foram transferidos para a Quarta Parada. No novo local, a família Baraldi mantém um jazigo até hoje. Esse jazigo foi violado há alguns anos.

**07/04/1892 – Mais duas famílias de imigrantes para São Caetano:**

Desembarca em Santos, do navio *Poitou*, e é encaminhada à Hospedaria dos Imigrantes, no Brás, a família de Luigi Busselli, 30 anos de idade; a esposa Marietta Busselli, de 26 anos de idade; e os filhos Enes, de 4 anos, e Yole, de 2 meses e meio. A família é enviada para o Núcleo Colonial de São Caetano. Do vapor *Rio de Janeiro*, desembarca a família de Angelo Veruzza, de 46 anos. A esposa Modesta, tem 37 anos, e os filhos Luigi (12 anos), Giovanni (5 anos) e Maria (1 ano). Essa família também foi enviada a São Caetano.

**10/04/1892 – Febres de mau caráter:** Chega à Inspetoria de Higiene a notícia do surgimento de “casos de febres de mau caráter em São Caetano”. Foi enviado à colônia um médico e uma pequena ambulância com o indispensável para esses casos: um desinfetador e os desinfetantes necessários. Foram aconselhadas as providências à população da localidade e das circunvizinhanças, “inclusive o enterramento dos mortos”. No dia 13 de abril foram considerados extintos os casos de febre em São Caetano.

**14/04/1892 – Escolas são fechadas:** A Diretoria de Instrução Pública foi autorizada a mandar fechar as escolas públicas da Colônia de São Caetano enquanto ali perdurarem as febres de mau caráter. A decisão da Diretoria de Instrução foi tomada um dia depois dos casos de febre já terem sido considerados extintos.

**10/08/1892 – Morte do padre Lustosa:** Falece, em São Bernardo, o padre-mestre Tomás Inocêncio Lustosa, filho natural de Benta Maria do Espírito Santo, nascido em São Paulo, em 1803. Cantou sua primeira missa, no dia 16/07/1828, na Igreja do Carmo. Foi quem fez o registro paroquial da Fazenda de São Caetano, em 1856, em cumprimento da Lei de Terras. Era membro e militante do Partido Conservador. No dia 15 de outubro de 1877, o Padre Lustosa comunicara ao encarregado do Núcleo Colonial de São Caetano que não mais aceitaria cadáveres daí procedentes para sepultamento no cemitério da Freguesia de São Bernardo.

**25/10/1892 – A Fábrica de Formicida Paulista:** É publicado o relatório

da diretoria da Fábrica de Formicida Paulista, relativo ao ano de 1891, que será apresentado aos acionistas na assembléia do dia 3 de novembro. Foi demorada a montagem da fábrica, que só começou a funcionar em outubro de 1891. A empresa havia sido criada legalmente no dia 10 de novembro de 1890. Não podendo ser instalada no perímetro da cidade de São Paulo porque indústria incompatível com as posturas municipais, foi escolhido e comprado um terreno em São Caetano, junto à São Paulo Railway, por Rs. 8:500\$00 (oito contos e quinhentos mil reis). Um banco avaliou o terreno em trinta contos de reis e com base nessa avaliação fez um empréstimo à Fábrica de Formicida para construção das instalações. Trata-se de boa parte do lote colonial que havia sido concedido a Eliseo Leone, em 1878. Tem 152 metros de frente para a estrada de ferro e 600 metros de fundo, num total de 91.200 m<sup>2</sup>. A usina de produção de formicida foi construída onde é hoje a esquina da Avenida Goiás com a Rua Augusto de Toledo, na parte mais alta e firme do lote. Os maquinismos da fábrica foram comprados ao perito industrial Antonio da Rocha Passos, do Rio de Janeiro, que os instalou.

O terreno incluía toda a área em que hoje se situa a Fundação Pró-Memória e a Escola Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho. Os diretores ressaltam a qualidade da localização do terreno e o fato de que é “abundantemente provido de água”. O que do extenso terreno não foi utilizado para construção da fábrica, foi drenado para mais tarde ser repartido em lotes e vendê-los para construção de pequenas habitações de operários. De fato localiza-se nas proximidades do que foram as cabeceiras do canal de drenagem do brejo do Tijucuçu, no século XVIII. Desse canal existem remanescentes no próprio centro de São Caetano, que, depois de cruzar as ruas Santa Catarina e Manoel Coelho, atravessa a descoberto a faixa das torres da Eletropaulo, na Rua Alagoas, corre por baixo das construções existentes nesse quarteirão, atravessa a Rua Pernambuco, corria por baixo de onde era a Fábrica de Louças Adelina e, antes da construção da ferrovia, corria em direção ao que é hoje a Praça Ermelino Matarazzo. Para assinalar devidamente essa obra de engenharia da época da escravidão, preparei o texto seguinte, que se destinava a uma placa a ser colocada no ajardinamento do terreno da companhia de eletricidade.

### *Canais setecentistas de São Caetano*

*Remanescente da rede de canais de drenagem dos campos da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu, este canal foi mandado*

*abrir, entre 1754 e 1757, por Frei João de São Domingos, natural de Portugal, Abade do Mosteiro de Nossa Senhora d'Assunção da Ordem de São Bento da Cidade de São Paulo. Dessa rede fizeram parte dois novos canais tributários, que mandou abrir, entre 1766 e 1769, o Abade Frei Ângelo do Sacramento, natural da Bahia, para captar as águas de nascentes situadas nas elevações próximas à atual Av. Goiás, na extensão de mais de 1.650 metros, provavelmente até à altura da atual Rua Luís Gama. Os canais foram abertos para evitar danos à saúde dos escravos e a morte do gado que atolava nos charcais [tijucuçu, na língua nheengatu ou língua geral], bem como para assegurar a irrigação permanente da horta que ficava nos fundos da casa-grande e do jardim situado no pátio da Fazenda, atual Praça Ermelino Matarazzo. O canal principal desaguava no rio dos Meninos, passando por dentro de uma casa de banho, com bica, coberta de telhas, que podia ser usada com comodidade até mesmo pelos enfermos. Essa casa de banho, com as características indicadas, foi a primeira de que se teve notícia na antiga Capitania de São Paulo. Um canal derivado levava parte das águas para o rio Tamanduateí.*

A soma do valor dos terrenos, das construções e dos equipamentos, na época do relatório da diretoria, chegava a mais de 209 contos de reis. A empresa enfrentou as dificuldades econômicas e a inflação do Encilhamento o que gerou vários problemas durante sua implantação, fossem os da demora no fornecimento e instalação das máquinas, fosse os da integralização do capital. Recorreu ao Banco União, que na mesma época implantava a Destilaria São Caetano, perto da estação, e começava a comprar lotes de colonos do Núcleo Colonial. Finalmente instalada, a Fábrica de Formicida destinava-se a fornecer o produto a todo o Estado de São Paulo e mesmo a outros estados. Era um projeto ambicioso.

Eram diretores o Dr. Ascendino Reis (nascido em Sergipe, em 1852, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, veio para São Paulo como major médico do Exército, médico da Sociedade Beneficente dos Empregados da São Paulo Railway, higienista, futuramente professor na Faculdade de Medicina, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, morava no Largo do General Osório, perto da estação da Luz. Faleceu em São Paulo, em 1926.), o

Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins (alagoano que se tornaria governador de São Paulo) e o Dr. João de Cerqueira Mendes (morava na Rua da Liberdade). Os três aparecem juntos na formação de outra empresa, a Companhia Mercante São Paulo e Norte do Brasil, autorizada a funcionar por decreto do Marechal Deodoro, do mesmo ano de 1891. Destinava-se a “importar dos Estados do Norte do Brasil ou de onde mais convenha, e vender neste Estado ou onde a companhia tiver sucursais e agências, açúcar, sal, aguardente, fumo, algodão em rama, óleos e outros produtos; exportar para os lugares, com os quais entretiver relações comerciais, café e outros gêneros produzidos neste Estado; importar e exportar por conta alheia quaisquer mercadorias.” Da mesma empresa participava ainda o médico cearense Dr. Domingos Jaguaribe (com endereço na Rua de Santa Cecília, em São Paulo), que tinha chácara em São Bernardo, próximo a Ribeirão Pires ou Santo André. Era filho do Visconde de Jaguaribe e primo do escritor José de Alencar. Muito amigo do historiador Capistrano de Abreu, que hospedava em sua casa de São Bernardo, quando o grande historiador cearense vinha a São Paulo, onde tinha família e era amigo de Paulo Prado.

Antonio Francisco Bandeira Júnior, em 1901, assim descreverá a Fábrica de Formicida Paulista:

*No apazível bairro – São Caetano – na linha da Estrada de Ferro Inglesa, distante da Capital quinze minutos, em edifício expressamente construído, com arte, elegância e propriedade, funciona esta fábrica fundada em dezembro de 1890 pelo Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, sendo atualmente de propriedade de Virgínio de Resende. / Consistem seus produtos nos formicidas de marca Paulista e Lapadium Retificado. / 12 retortas do sistema Girard, com os respectivos compensadores, alambiques, serras e máquinas de funilaria, sendo assentes as retortas em 12 fornos caprichosamente construídas (sic), podem produzir 324 mil litros de formicida, que seria todo consumido no Estado, se o produto estrangeiro ou nacional importado não estivesse isento de direitos, ao passo que o fabricado no Estado, além dos impostos municipais, paga impostos sobre a matéria prima! / Por isso essa fábrica apenas produz quarenta mil litros anualmente, ocupando 35 operários, todos nacionais e do sexo masculino. [Antonio*

Francisco Bandeira Júnior, *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, Typ. Do “Diario Official”, São Paulo, 1901, p. 49].

**11/12/1892 – Fundação da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli:** Em reunião na Capela de São Caetano, é fundada a Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, entidade de mútuo socorro que existiu até 1988 na Rua Perrela. A primeira diretoria é a seguinte: Silvério Perrela (presidente), Celeste De Nardi (vice-presidente), Giacomo Fiorot (secretário). Conselheiros: Giuseppe Furlan, Francesco Coppini, Luigi Sigolo, Giovanni Lorenson. Até 10 de dezembro de 1895, o patrimônio da Sociedade é formado por várias doações: Primo Baraldi doa o terreno onde será construída a sede social na rua Perrela. Fazem doações de tijolos para essa construção: Silvério Perrela (500), Carmine Perrela (500), irmãos Lorenson (500), irmãos Roveri (500), Celeste De Nardi (500), Giuseppe Ferrari (400), Giacomo Garbelotto (500). Doam dias de serviço para o transporte do material: Luigi Cavanna e Giovanni Dall’Agata (3 dias cada um), Filippo Roveri, Giovanni Lorenson e Valentino Perin (2 dias cada), Girolamo Pizolo, Francesco Pizolo, Luigi Sigolo, G. Maria Lorenson, Andrea Lorenson, Demetrio Coppini, Silverio Perrela, Antonio Roveri, Giovanni Gallo, Antonio Perin, Marino Dall’Antonia e Cesare D’Agostini (um dia cada), Giovanni Carnevali (1/4 de dia). Doam dias de trabalho como pedreiros: Celeste De Nardi (4 dias), Delelmo Ferretti (2 dias, não é sócio), Antonio Ecchere (não é sócio), André Tomio e Francesco Chiaradia (um dia cada). Como ajudantes: Francesco Coppini (3 dias), Demetrio Coppini (2 dias), Antonio Coan, Silverio Perrela, Primo Baraldi, Giovanni Traini, Giovanni Tomè, Antonio Martorelli (um dia cada). Como carpinteiro: Giovanni Dall’Agata (3 dias). Além disso, a Sociedade recebeu as seguintes doações: Rs. 60\$000 do engenheiro Ricardo Severo, em nome do Banco União (que nessa época está comprando terras de colonos em São Caetano e construindo uma fábrica de bebidas perto da estação) e Rs. 6\$000 do Dr. Mello Barreto, médico da Sociedade. Alguns sócios doam o dinheiro do subsídio a que tem direito por tratamento médico e remédios: Silverio Perrela, Celeste De Nardi, Giovanni Giacomini, Giovanni Maria Lorenson, Francesco Coppini, Noé Zapparoli, Alberto Cavanna e Giuseppe Romaldini. Abele Ballarini doa os Rs. 7\$500 a que tem direito por serviço prestado como enfermeiro ao sócio Noé Zapparoli.

**20/02/1893 – Horário dos trens:** Horário de parada dos trens da São Paulo

Railway em São Caetano, em vigor no dia 20: para São Paulo, nos dias úteis, às 8h34, 9h17, 17h25, 18h52; nos domingos e feriados, às 8h34, 9h17 e 17h25. Para Santos, nos dias úteis, às 6h21, 7h38, 15h01, 15h58; nos domingos e feriados, às 6h21, 7h38 e 16h04. A passagem de 1<sup>a</sup>. classe para São Paulo custa Rs. o\$800 (oitocentos réis) e a de 2<sup>a</sup>. classe Rs. o\$400 (quatrocentos réis), cuja moeda se tornaria o famoso quatrocentão. O número de trens regulares com parada na estação de São Caetano havia dobrado em relação a 1888.

**12/03/1893 – Pedra fundamental da Società “Principe di Napoli”:** Para comemorar o nascimento do Reino da Itália, a 17 de março de 1861, proclamado pelo rei Vittorio Emmanuelle II, é lançada, neste domingo, solenemente, a pedra fundamental da sede da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, fundada no ano anterior. É inaugurada e benzida sua bandeira. A São Paulo Railway coloca dois trens especiais partindo de São Paulo de manhã e dois trens especiais partindo de São Caetano à tarde. Presentes autoridades brasileiras e italianas. Não faltou nenhuma associação italiana. São padrinhos o banqueiro Camilo Cresta e sua esposa.

Na ocasião, José Luís Fláquer recebe o título de sócio vice-presidente honorário. Médico, prestara serviços à Sociedade e lhe oferecera gratuitamente a maior parte dos remédios necessitados pelos sócios, “dal principio della fondazione di questo Sodalizio”. Antes de ser médico da São Paulo Railway, fora professor primário. Havia participado da Convenção Republicana, em Itu, em 1873, de onde era natural, ali nascido em 1854. Maçon, republicano e abolicionista, ele se tornará o oligarca de toda a região e fará carreira política de base regional. Será vereador em São Paulo, deputado federal e senador estadual.

Camilo Cresta, estabelecido em São Paulo desde 1880, era quem remetia para a Itália as economias da maior parte dos imigrantes que lá ajudavam os parentes que ficaram. Daí o seu interesse em apoiar as associações de italianos. Em 1900, o Ministério italiano do Exterior não tinha boas informações a respeito de sua situação econômica. Faliu em 1901.

Por essa época, o Banco di Napoli concede a Francesco Matarazzo o monopólio da remessa de dinheiro dos imigrantes italianos no Brasil. Não só Matarazzo cobrava taxas para fazer a remessa, como demorava tempo suficiente para fazê-



lo e formar nas contas de sua empresa o chamado capital de terceiros, que podia ser usado como capital próprio sem pagamento de juros. Foi uma das poderosas fontes do seu enriquecimento exponencial. O rei da Itália o faria conde e, mais tarde, Benito Mussolini faria do seu título um título hereditário.

**18/05/1893 – Professores:** Por decreto desta data, o prof. Joaquim Ferreira Alambert permuta sua vaga de professor na colônia de São Caetano, onde trabalhara nos últimos 10 anos. Neste ano, são professores Manoel dos Reis e Josefina Invernizzi, com 22 alunos cada um.

**24/06/1893 – Terreno da “Principe di Napoli”:** Primo Secondo Baraldi formaliza a doação à Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli de um terreno na atual Rua Perrela para construção de sua sede social. A escritura é lavrada no Cartório do 1º. Tabelião da Capital.

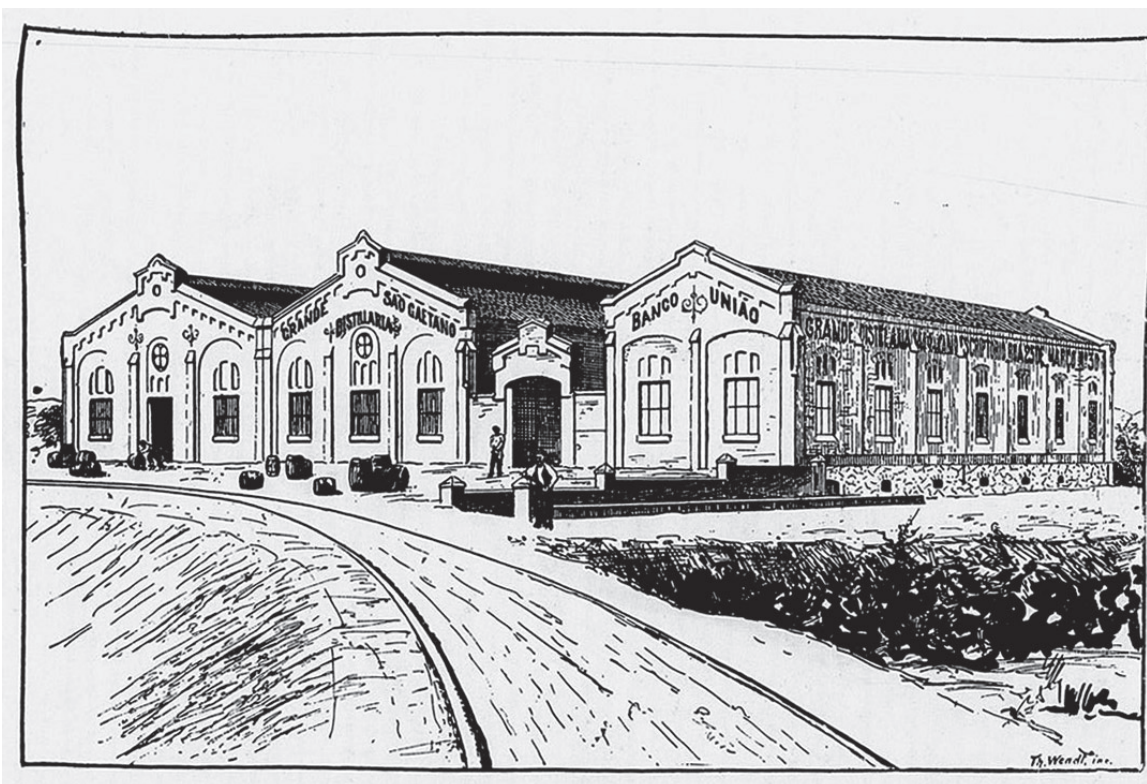
**05/07/1893 – Fábrica de bebidas e licores:** Neste ano é construída a fábrica de refinação de açúcar e destilaria de bebidas e licores do Banco União de São Paulo, de Antônio de Lacerda Franco, na quadra hoje delimitada pela ferrovia, pela Travessa Comandante Salgado, Rua Heloisa Pamplona e Rua Municipal. A construção fora iniciada no ano anterior, pois seu engenheiro, Ricardo Severo, em dezembro de 1892, representara o Banco União na fundação da Principe di Napoli.

O prédio foi projetado e construído por Ricardo Severo (1869-1940), engenheiro português exilado no Brasil porque em Portugal participara da revolta republicana de 1891. A Destilaria de São Caetano foi uma de suas primeiras obras no Brasil. Nessa época é chefe da seção construtora do Banco União de São Paulo e auxiliar no Escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, de quem se tornará sócio. Casará na família Dumont, se tornará membro do clã Dumont-Villares e diretor da construtora Severo Villares. Será o arquiteto de obras referenciais em São Paulo. Em conferência sobre “A arte tradicional no Brasil”, em 1914, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, lança o movimento pelo estilo neocolonial na arquitetura brasileira, que se expressa numa de suas obras mais conhecidas, o prédio da Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco.

Do amplo edifício da Destilaria, ao lado da estação de São Caetano, já desaparecido, há uma gravura publicada em *O Archivo Illustrado* (Anno I, Num. 6), de junho

de 1899, provavelmente baseada numa fotografia, gravada em fotozincografia por Theodoro Wendt, que tinha sua oficina na Rua do Comércio nº 27, hoje Rua Álvares Penteado.

A gravura é acompanhada por detalhada descrição da fábrica, que aqui reproduzo, porque essa indústria era a única instalada em São Caetano em função da viticultura do Núcleo Colonial e representou um salto tecnológico na produção de vinhos em relação à técnica artesanal tradicional, defendida por Emílio Rossi:



*Edifícios da Grande Destilaria São Caetano, do Banco União, localizada ao lado da estação ferroviária, com desvio da São Paulo Railway, obra do arquiteto português Ricardo Severo, que mais tarde projetaria e construiria o edifício da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (Gravura de Theodoro Wendt, 1899).*

*Situada em ponto excelente, à margem da linha férrea inglesa, a pequena distância da estação de São Caetano, encontra-se a grande e importante destilaria que o Banco União ali mantém desde 1894. / É realmente um estabelecimento de primeira ordem e que bem impressiona o visitante que o procura, desejoso de conhecer os progressos que dia a dia realiza a indústria paulista, com a maior vantagem para o Estado. / Dissemos que impressiona bem, à primeira vista, a grande fábrica. / Na verdade, em suas vastas dependências, colocadas em instalações seguras e fortes, encontra-se tudo que pode agradar o olhar, principalmente agora que a indústria vitícola presta seu grande concurso à vinícola, que ali se desenvolve em larga escala. / A destilaria de São Caetano foi fundada, em 1894, com o fim de explorar o fabrico de licores finos e vinhos nacionais, de passas. De 1894 a 1898, grandes foram os contratemplos com que teve de lutar o estabelecimento. / Entretanto, o ilustre presidente do Banco União, cheio de força de vontade, de energia tenaz e perseverante, não desanimou e pôs em campo meios prontos de ação para desenvolver a indústria custeada pelo conceituado e grande estabelecimento de crédito.*

*Em julho de 1898, o Banco entregou a gerência da destilaria e secções anexas ao sr. Eugênio Artigas, um profissional de toda a competência. / Em pouco tempo, nova vida e maiores elementos de prosperidade dera à fábrica que fora entregue aos seus cuidados. E isso se verifica no crédito que a destilaria, desde logo, alcançou, apresentando produtos excelentes e de qualidades que tornaram por toda a parte procurados.*

*A sua produção de vinhos de passas é hoje de cem mil litros mensalmente, no valor de [Rs.] 75:000\$000 [setenta e cinco contos de réis], e os licores, vinagres e outros produtos tem uma saída de [Rs.} 15:000\$000 [quinze contos de réis] por mês. / Já o dissemos e repetimos, a destilaria deu este ano começo ao fabrico de vinhos de uvas nacionais, e tivemos ocasião de verificar que até esta data tem feito entrada de 5.000 arrobas de uvas, havendo em fermentação 80.000 litros.*

*O estabelecimento está hoje entregue a pessoal habilitadíssimo e dispõe de 9 espaçosos pavimentos, de que daremos aqui descrição. Na primeira sala, ao centro, veem-se os grandes tonéis de capacidade para dez mil litros cada um, para clarificação de vinho. / Lateralmente, doze de capacidade para 8.000 litros cada um, para licores finos. Ao fundo, grandes alambiques do fabricante Trauchaud, de Marselha, e uma possante bomba a vapor para transporte dos vinhos finos já fermentados. / Aí se encontram [sic] profusão de filtros de cobre e outros aparelhos próprios para tal dependência. / Nas galerias, notam-se artigos já fabricados, ervas, utensílios, etc., havendo, à entrada, o laboratório com aparelhos para estudos e análises. Na segunda sala, vê-se o locomóvel de força de 12 cavalos, dos fabricantes Roby e Comp., de Inglaterra, e dependência para serra circular para corte de lenha. / Na terceira, grande retificador contínuo de álcool e vinho, ainda do fabricante Trauchaud e bomba a vapor para lavagem do vasilhame. / Na quarta, depósito de garrafas, passas de Corinto e local para acondicionamento e encaixotamento de produtos vários. / Na quinta, destilador para licores finos, depósito de garrafas finas. Aí é feito o engarrafamento. / Na sexta, drogaria completa. / Na sétima, fermentação de matéria prima vegetal para extratos destinados aos licores. / Na oitava, oito grandes tonéis com capacidade para 10.000 litros, cada um, destinados à fermentação de vinhos. Aí é aquecido o produto das fermentações. / A adega, finalmente, é construída com todos os signos da arte moderna, com capacidade para 1.500 quartolas, de 200 litros cada uma.*

*Tal é, em rápida descrição, a grande destilaria, que tem à porta de seus armazéns chave da linha inglesa para transporte de seus produtos, e dos de olaria, que mantém em ponto próximo aos mesmos armazéns. / Como se sabe, a destilaria São Caetano tem grande depósito de produtos à Rua 25 de Março n° 30 e aí tivemos elementos para julgar as condições prósperas do estabelecimento que acabamos de descrever, em lançamentos de que nos dá conta a escrituração confiada a pessoal correto e habilitado.*

Republicano, no mesmo ano em que deu início à construção do prédio da Destilaria de São Caetano, Antônio de Lacerda Franco, filho do Barão de Araras, foi eleito senador estadual de São Paulo, função que exerceria por muitos anos, até sua eleição para o Senado Federal. Grande empresário, foi também fundador do grupo Votorantim.

O Banco União, proprietário da Destilaria, era banco emissor de dinheiro. Foi um dos grandes compradores de terrenos dos colonos de São Caetano, no centro e na atual Vila Barcelona, na década de 1890. Os negócios do Banco em São Caetano ocorreram durante o período da crise financeira do Encilhamento, razão das dificuldades mencionadas no artigo da revista *O Archivo Illustrado*. O Banco acabou falindo em 1916. O patrimônio de São Caetano, na massa falida, foi adquirido em leilão por Antônio Pereira Inácio, patriarca dos Ermírio de Moraes.

**05/07/1893 – São Caetano em 1893:** A Câmara de São Bernardo informa que São Caetano tem uma indústria: a Fábrica de Formicida é administrada por Fernando de Albuquerque, ocupando 16 operários adultos e 3 menores. Em 1901, a Fábrica de Formicida Paulista ainda é de Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, ex-presidente da província do Rio Grande do Norte e, mais tarde, presidente do Estado de São Paulo.

Na mesma ocasião, está sendo construída uma fábrica, pertencente ao Banco União de São Paulo, para refinação de açúcar e destilação de bebidas alcoólicas. Ficava perto da estação ferroviária, do lado de baixo da linha. O Banco União era, na época, um dos mais poderosos do Brasil. Era banco emissor de papel moeda. Pertencia ao senador Antônio de Lacerda Franco. O Banco tornou-se proprietário em São Caetano, a partir de 1890, mediante compra de terras de colonos e de antigos posseiros cujos direitos haviam sido legitimados. As terras e a fábrica seriam hipotecadas em 1913. Em 1918, com a falência do Banco, passariam ao grupo Votorantim, de Antônio Pereira Inácio (hoje, grupo Ermírio de Moraes).

Há em São Caetano uma escola primária pública para alunos do sexo masculino, com 20 alunos; uma escola primária feminina com 16 alunas e uma escola particular noturna com 18 alunos. São Caetano tem 40 edifícios térreos e 2 sobrados, segundo relatório do vice-presidente da Câmara Municipal de São Bernardo.

**09/08/1893 – Venda de olaria:** Primo Secondo Baraldi anuncia, em *O Estado de S. Paulo*, que “aluga, vende ou troca sua olaria, em terreno de 64 mil braças quadradas, contendo rancho de 70 metros de comprimento e oito de largura, dois fornos novos, livres de enchentes, boas matas e barro próprio para telhas.” Trata-se do lote nº 82, do Núcleo Colonial, que Primo Secondo Baraldi recebera do governo em 1879, entre a atual Avenida Vital Brasil Filho e o córrego do Moínho ou córrego Ressaca, hoje ladeado pela Avenida Kennedy.

**26/09/1893 – A “Principe di Napoli” e a guerra civil:** A Società Militari Italiani, de São Paulo, em seu nome e no da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, de São Caetano, lança um manifesto “Alla Colonia Italiana” proclamando-se neutra em face da guerra civil que se desenrola em algumas regiões do país, envolvendo especialmente a Marinha. Mas, proclama, também, que “neutralidade não é indiferença e faz votos ardentíssimos pela paz e tranquilidade do país, pela consolidação de suas instituições e seu funcionamento regular, legal e ordenado...” Delibera, ainda, fazer uma coleta de dinheiro para auxílio às vítimas.

**13/01/1894 – Tijolos “Paulista”:** Falece o Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, cirurgião dentista, francês. Era proprietário de uma olaria em lote do Núcleo Colonial, à margem esquerda do rio dos Meninos, atrás da Capela. Os almanaques antigos de São Paulo registram que tinha consultório à rua Direita nº. 27. Em 1881, assinara os estatutos da Sociedade Francesa “14 de Julho”, fundada pelo musicista Henrique Luís Levy. No dia 18 de setembro de 1887, um domingo, os empregados de sua olaria entraram num grande conflito com os colonos de São Caetano, tendo havido cacetadas, facadas e tiros até dentro da capela. Saíram feridos os colonos Antonio Martorelli, Marieta Rossi, Luigi Pasquale e Luigi Frololi, alguns com ferimentos graves. Em sua olaria eram produzidos tijolos da marca “Paulista”, de que se encontram exemplares em velhas construções de São Caetano e de São Paulo. A olaria ficava nas terras próximas à Matriz Velha (igreja construída no mesmo lugar da antiga capela), onde Pamplona Sobrinho & Cia. construiriam, em 1896, uma fábrica de sabão e graxa. Essa fábrica seria adquirida por Francesco Matarazzo, em 1916, e transferida para a Água Branca em 1920.

**13/03/1894 – Desaparecimento de um cavalo tordilho:** Luís Fiorotto publica classificado em jornal de São Paulo comunicando que “desapareceu

da Colônia de São Caetano, um cavalo branco tordilho, com a marca D. L. Quem encontrar e o levar a Luís Fiorotto, em São Caetano, ou dele der notícias certas, será gratificado generosamente.”

**08/12/1894 – Destilaria São Caetano:** O jornal *O Estado de S. Paulo* publica em destaque, na página 3, este reclame, como era chamada a publicidade nessa época: “Grande Distillaria S. Caetano – Licores, cognac, fine champagne, xaropes, vermouth, bitter – Fabrica em S. Caetano. Unicos agentes – Guimarães, Sampaio & C<sup>a</sup> – Rua do Commercio, 15, S. Paulo.” A fábrica ficava ao lado da estação, na atual Travessa Comandante Salgado.

**16/12/1894 – A “Principe di Napoli” e a inflação:** A Società “Principe di Napoli” decide que a mensalidade de seus sócios será de Rs. 2\$000 por um ano, a partir do dia 1<sup>o</sup>. de janeiro de 1895. E que o subsídio aos sócios doentes será de Rs. 1\$000 (um mil réis) por dia.

**19/12/1894 – Exames escolares:** Exames finais do ano nas duas escolas públicas da Colônia.

**17/01/1895 – Duplicação da ferrovia:** A São Paulo Railway contrata a duplicação da ferrovia, para ser realizada até o final de 1898. Em consequência, projeta construir na estação de São Caetano um novo edifício de passageiros, com uma plataforma de 120 metros de comprimento, um armazém de cargas e quatro casas para os empregados. Já havia uma estação de passageiros ao lado do leito ferroviário antigo, inaugurada a 1<sup>o</sup>. de maio de 1883. Era o edifício do lado da Rua Perrela. O conjunto arquitetônico foi demolido há poucos anos para construção de uma nova estação, da Praça Anacleto Campanella e da passagem sob o leito da antiga Rua de São Caetano, depois Av. Central e hoje Av. Conde Francisco Matarazzo.

**20/02/1895 – Imigrantes jovens:** Entram na Hospedaria de Imigrantes, de São Paulo, desembarcados do Vapor *América*, no porto de Santos, os imigrantes italianos Emilio Caline, de 26 anos de idade, e sua mulher, Emilia Caline, de 19 anos. São encaminhados ao Núcleo Colonial de São Caetano.

**20/02/1895 – Imigrantes em trânsito:** Desembarcam, em Santos, do vapor

*R. Humberto*, os imigrantes italianos Thereso Costruguta, de 42 anos de idade; Luigi, de 16 anos, filho; Pereira, de 14 anos, filho. São enviados ao Núcleo Colonial de São Caetano:

**28/02/1895 – Visita do governador à fábrica de bebidas:** O Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de S. Paulo, visita a destilaria e fábrica de bebidas nacionais do Banco União, situada nas proximidades da estação de São Caetano. Foi acompanhado de uma comitiva de que faziam parte os diretores do Banco. A comitiva partiu de São Paulo às 14h30 e retornou às 18 h.

O Museu Municipal de São Caetano recebeu em doação, de Ulysses Spinello, duas garrafas de bebidas produzidas na Destilaria, onde trabalhara seu pai, João Spinello, morador num casarão da esquina da Rua Pará com a Rua Santa Catarina.

**14/03/1895 – Festa da “Principe di Napoli”:** A Società “Principe di Napoli” promove uma “piccola festa”. Cada sócio paga uma taxa de Rs. 3\$000.

**24/03/1895 – Colonos de São Caetano vão colher café no Oeste:** O Dr. Luiz Pereira Barreto, médico e fazendeiro, em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, referindo-se aos núcleos coloniais de São Caetano e de São Bernardo diz: “Esses dois pequenos núcleos são exclusivamente vinhateiros. A vindima terminando em fins de fevereiro ou nos primeiros dias de março, e, nos meses que se seguem, nada ou quase nada havendo a fazer nos vinhedos, ficam os braços disponíveis e vão para o Oeste colher café. [...] Os núcleos coloniais de São Caetano e São Bernardo servirão de molde a todos os grupos coloniais, que teremos de instalar nos diversos pontos da zona cafeeira.”

**30/06/1895 – Necleto di San Gaetano:** A Società “Principe di Napoli” opta por contratar um médico, pagando-lhe um tanto por visita aos sócios da entidade. Na mesma ocasião, resolve que o sócio que faltar às reuniões pagará a multa de Rs. 1\$000, salvo aqueles que se encontrem fora do “necleto di S. Gaetano.”

**04/08/1895 – Preço da assistência médica:** A Società “Principe di Napoli” decide contratar um médico, pagando Rs. 30\$000 por consulta dos sócios que vivem mais longe, Rs. 20\$000 por consulta dos que vivem mais perto, e Rs. 3\$000 por consulta no consultório. Os que moravam longe



mandavam ao médico um telegrama pela São Paulo Railway, que vinha de São Paulo de trem e era esperado na estação por algum carroceiro, geralmente da família do doente. A vinda e a volta do médico lhe tomava boa parte do dia, pois nessa época havia apenas quatro trens diários nas duas direções. O preço extorsivo de Rs. 30\$000 (trinta mil reis) pela consulta, dez vezes o preço da consulta no próprio consultório, dá bem a medida de quanto era difícil o atendimento médico nos lotes rurais do núcleo colonial. Ou quanto era problemático, para os moradores dos lotes mais distantes, transportar um doente até a estação de São Caetano, levá-lo ao médico, geralmente no Brás, fazer a consulta, comprar os medicamentos, trazer o enfermo de volta a São Caetano e da estação levá-lo até em casa.

**10/08/1895 – Pedreiros para construir uma fábrica:** Pamplona Sobrinho & Cia., anunciam no jornal *O Commercio de S. Paulo* que precisam de “dez ou doze pedreiros” para as obras de sua fábrica de óleo, sabão e graxa “na estação de São Caetano”.

A fábrica será transferida para São Caetano em 1896. Adquirem para isso as terras que o dentista Samuel Eduardo da Costa Mesquita, falecido em 1894, havia comprado de colonos nas proximidades do Pátio de São Caetano e da Capela. Em 1889, adquirira o lote que fora de Luigi D’Agostini, justamente o que dava para o pátio que veio a ser a Praça Ermelino Matarazzo. Aparentemente, os Pamplona compraram, também, as terras da sede da antiga Fazenda de São Caetano, incluída a casa-grande, os edifícios anexos e as senzalas, menos a Capela. É o que depreendo da anotação, em vermelho, “Para ser vendido”, escrita sobre a planta respectiva, arquivada no Museu da Imigração. O cabeça da empresa, José Coelho Pamplona, era açoriano. Viera para o Brasil, para o Rio de Janeiro, onde tinha dois primos que se dedicavam à produção de macadames e lastro de pedra para os navios. Em 1877, as atas da Câmara de São Paulo o mencionam como contratador de obras públicas.

Com o nome de Teixeira, Pamplona & Cia., arquivou na Junta Comercial, em 6 de julho de 1878, os documentos relativos à constituição de uma fábrica de sabão, velas e azeite de sebo em São Paulo. Em 1881 a empresa pediu à Câmara da Capital “por arrendamento ou aluguel por contrato a prazo determinado, a parte do terreno desocupado no matadouro público, sob diversas condições,



*Grupo de trabalhadores, majoritariamente trabalhadoras, da Fábrica de Sabão e Graxa de Pamplona Sobrinho & Cia. (Foto, anterior a 1916, da Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).*

para montar maquinismos apropriados para extração de gorduras, óleos e outras substâncias dos resíduos do gado ali abatido”. A fábrica funcionava, em 1887, na Rua dos Andradas, no bairro de Santa Ifigênia, não longe da estação da Luz.

Em 1916, a fábrica de São Caetano será vendida pela família Pamplona a Francesco Matarazzo. Antigos empregados da Fábrica Pamplona, que aprenderam ali a técnica de reaproveitamento de resíduos animais na produção de matérias graxas e de adubos, fundaram com o tempo suas próprias fábricas no mesmo vale do rio dos Meninos: membros das famílias Braido e Dal’Mas.

Foi esse tipo de competência que assegurou a vários moradores uma prosperidade pessoal relativamente rápida. Em 8 de dezembro de 1924, Vittorio Dal’Mas recebia da Inspetoria de Imigração, no Porto de Santos, a carta de chamada que asseguraria a vinda de seu pai para o Brasil: “Certifico que o sr. João Dal’Mas, de nacionalidade italiana, com mais de 60 anos de idade, viúvo, que se acha atualmente em Buenos Aires (República Argentina) e pretende viajar para o Brasil, é pai do sr. Victorio Dal’Mas, morador em São Caetano, Estado de São Paulo, (...) onde é negociante, em cuja companhia passará a viver quando vier para o Brasil, não havendo, porisso, nenhum impedimento, por parte desta Repartição, para o desembarque do mesmo no porto de Santos, uma vez que o mesmo não sofra de moléstia contagiosa e exiba o presente certificado às autoridades que comparecerem ao ato de seu desembarque.”

José Coelho Pamplona receberá, em 1905, do rei Dom Carlos I, de Portugal, o título de Visconde de Porto Martim, sua terra natal. Foi presidente da Beneficência Portuguesa, em 1892-1894. Loteou as terras próximas à Avenida Paulista, em São Paulo, cujas ruas Pamplona e Paim devem seus nomes a membros de sua família.

A família Pamplona, através da Companhia Melhoramentos de São Caetano, loteou terrenos adquiridos de antigos colonos. Também aí, gente dessa família ou ligada à empresa recebeu nome de rua. Foi o caso de Heloisa Pamplona, esposa de Mariano Paim Pamplona Sobrinho, sucessor de José Coelho Pamplona na fábrica de sabão e graxas. Foi o caso também de Manoel Coelho, que, em 1909, é deste modo citado em anúncio de Mariano Paim Pamplona Sobrinho: “O abaixo assinado, único componente da firma Pamplona Sobrinho, retirando-se temporariamente para a Europa, comunica ao comércio em geral que deixa

procuração bastante com o seu auxiliar e amigo, sr. Manoel Coelho, e na falta deste com o seu amigo, sr. José Patrício Fernandes, para tratarem de todos os seus negócios, quer comerciais quer particulares.”

A Companhia Melhoramentos de São Caetano será responsável por iniciativas decisivas no desenvolvimento propriamente urbano da localidade. É com ela que se esboça a cidade. Adquiriu e fez o loteamento do lote colonial nº 38, que Filippo Roveri recebera em 1878. Esse lote ia da Rua Alagoas à Rua Perrela e da Rua Santo Antônio ao rio dos Meninos, muito próximo da estação ferroviária e grande atrativo para construção de residências de trabalhadores. Na beira do rio, em largo terreno desse lote, os irmãos Aliberti construiriam a Fábrica de Botões Aliberti. Outras indústrias foram erguidas no antigo lote de Roveri, revendidos pela Companhia Melhoramentos, como a Fábrica de Louças Adelina e a Metalquímica Glória, conhecida como “fábrica de velas”.

A Companhia Melhoramentos promoveria a extensão da linha de energia elétrica a São Caetano, cuja estação transformadora seria inaugurada em 13 de junho de 1915. Na presença de autoridades, a inauguração se deu às 18 h, seguida de um “lauto lanche” na Sociedade Recreativa de São Caetano. “Ao champanhe usaram da palavra vários oradores...” “A festa (...) terminou às 23 h, sendo os convidados conduzidos até esta capital em trem especial.” No mesmo ano, a Companhia lança o primeiro jornal da localidade, *O Progresso*.

Era diretor gerente, tanto da Companhia Fábricas Pamplona quanto da Companhia Melhoramentos de São Caetano o mesmo Manoel Coelho, já citado, amigo de confiança do proprietário, como ele anuncia. Casado com a sra. Ascensão Coelho, faleceria no dia 20 de maio de 1914, com 44 anos de idade, deixando cinco filhos menores. Seu enterro sairia da Av. Tiradentes nº 122 para o Cemitério da Consolação.

A Fábrica de Sabão e Graxa, de Pamplona Sobrinho & Cia., foi assim descrita, em 1901, por Antonio Francisco Bandeira Júnior:

*“Funciona em edifício próprio, construído especialmente para esse fim. Todo o maquinismo é a vapor, movido por um motor da força de 35 cavalos. Caldeiras, engenhos de serra, serras circular e de fita. / Como*

*anexos à fábrica funcionam uma serraria a vapor, uma refinação de sebo, uma oficina de encaixotamento, uma secção de reparações e consertos, carroçaria e cocheiras para condução de materiais e produtos. / Consiste a fabricação, em sabão de todas as qualidades, do mais grosso ao mais fino, graxa e óleo de produtos animais. / A quantidade da produção pode elevar-se anualmente a um milhão e quinhentos mil quilos, entre os três artigos principais: sabão, graxa e óleo; todos consumidos no Estado. / O pessoal operário varia de 30 a 40 pessoas, na proporção de 2 nacionais para 100 estrangeiros. / O ramo de importação de querosene, vinhos portugueses, óleo americano e matérias primas necessárias ao fabrico do sabão e óleo é explorado, em grande escala, no depósito que a fábrica mantém à Rua Florêncio de Abreu nº 25. / Esta fábrica, pela excelência de seus produtos, é reputada no Estado a melhor do gênero.” [Antônio Francisco Bandeira Júnior, *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, Typ. Do “Diario Official”, São Paulo, 1901, p. 41]*

**06/11/1895 – Tijolos para o Museu do Ipiranga:** O Dr. H. Von Ihering, diretor do Museu Paulista (Museu do Ipiranga), envia o seguinte recado a Giuseppe Ferrari: “mandar depressa mais um vagão de tijolos e vir cá receber o dinheiro da outra conta”. O edifício do Museu ainda estava em construção.

Giuseppe Ferrari deixou larga descendência em São Caetano. Era originário de San Giacomo delle Segnate, em Mântua (Itália). Casado com Prima Resaghi, veio para o Brasil com quatro filhos: Raimondo (10 anos), Romigio (8), Virginia (4), Adalgisa (3) e Ermelinda ou Emilia (8 meses). Aqui nasceram, ainda, Guerino, Archinto e Leonardo. Faleceria em 1897. Seu filho Archinto, casado com Da. Luiza Coan Ferrari, tornou-se industrial. Tiveram os seguintes filhos: Antonio Domingos, Verino Segundo (que foi um dos fundadores e diretor da Escola Paroquial de São Caetano, em 1939, e do Banco Real do Progresso, em 1955), Mercedes, Angelina, Élide, Luiza e Olga.

**01/12/1895 – O preço do mútuo socorro:** A Società “Principe di Napoli” delibera que se alguém se filiar a ela, e quiser ter socorro imediato, deverá pagar de uma vez Rs. 55\$000. Ou, então, deverá pagar Rs. 2\$000 de entrada, Rs. 2\$000 de Estatuto e Rs. 2\$000 mensais durante um ano, antes de usufruir os benefícios.

**01/12/1895 – Diretoria da “Principe di Napoli”:** Eleições para a diretoria da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli. Eleitos: Primo Baraldi (presidente), Gaetano Garbelotto (vice), Demetrio Coppini (secretário), Domenico Biagio (vice), Eliseo Leone (tesoureiro). Conselheiros: Celeste De Nardi, Antonio Demoso, Giovanni Visentin, Francesco Coppini. Conselho fiscal: Giacomo Garbelotto, Giovanni Lorensen, Luigi Ceza, Angelo Fiorot, Antonio Roveri (chanceler), Pietro Tomè (vice). Censores: Paolo Martorelli, Gaetano Coppini, Giovanni Carnevali, Pietro Manfé. Porta-bandeiras: (primeiro) Davide Bortolini e (segundo) Luigi Sigolo. Bedéis: (primeiro) Giovanni Dall’Agata e (segundo) Antonio Picin.

**01/12/1895 – Uso fraudulento de marca de bebida:** A Grande Destilaria São Caetano publica em *O Estado de S. Paulo* uma advertência quanto à possibilidade de que alguém estivesse vendendo produtos de outra origem com seus rótulos. “Informado de que há nesta praça quem se proponha a venda de um lote de rótulos e etiquetas do uso e gozo desta fábrica de bebidas, pertencente ao Banco União de S. Paulo, o abaixo assinado, gerente deste estabelecimento, protesta desde já contra o uso indevido que porventura se venha a fazer dos ditos rótulos e etiquetas, em proveito do produto estranho àquela fábrica conforme as garantias facultadas pelas leis vigentes. São Paulo, 28 de novembro de 1895. Emilio Antonio Loureiro.”

Emílio Antonio Loureiro havia sido comerciante em São Paulo. Em julho de 1887, anunciava ter aberto à Rua do Rosário nº 4, atual Rua 15 de Novembro, um armazém de secos e molhados denominado *Au Petit Marchand*. Mas em 1904 estava em má situação, processado por uma dívida de quase um conto e quatrocentos mil réis e considerado foragido, supostamente no Rio de Janeiro.

**02/02/1896 – O preço da morte:** A Società “Principe di Napoli” decide contribuir com Rs. 36\$000 para as despesas funerárias dos sócios falecidos. O que exceder a essa quantia ficará por conta da família do sócio. Além disso, estabelece que quem não acompanhar à sepultura um sócio, em vez da multa de Rs. 3\$000, pagará Rs. 10\$000.

**03/06/1896 – Demolindo o passado, construindo o presente:** Falece Primo Secondo Baraldi, animador e um dos patronos da proposta de demolir a

velha capela colonial de São Caetano e construir sobre o mesmo lugar a igreja que veio a ser a atual Matriz Velha. Conforme João Netto Caldeira, além de angariar donativos, ele doou grande quantidade de tijolos para a obra e até mesmo nela trabalhou como pedreiro. Também doou o terreno e tijolos para construção, na Rua Perrela, da sede da Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli”, de que foi eleito presidente, em 1895.

**05/06/1896 – O preço de uma pergunta:** Uma menina de 4 anos, na localidade da Estação de São Caetano, pergunta ao menor de idade José Manoel de Toledo, embriagado, “se não pagava nada”. Ele diz “que pagava com as armas, o que fez tirando-as do bolso”. Assustada, a menina correu para a casa do pai e Toledo retirou-se para uma venda próxima. Pouco depois, o pai da menina foi à venda e prendeu o menor. *O Commercio de S. Paulo* noticiou que Toledo tentara assassinar a garota.

**11/06/1896 – Um menino abandonado:** O inspetor de quarteirão da estação de São Caetano comunica ao 5º Delegado de Polícia que uma mulher da colônia recolheu e tem sob sua guarda, até que tenha outro destino, um menino de três anos de idade, que vivia completamente abandonado.

**02/09/1896 – Conflito e tiro:** O jornal *Fanfulla* noticia que “Nella vicina San Gaetano nacque iere um grave conflitto fra diversi individui di nazionalità italiana per causa di una donna che da qualche tempo viveva in intimi rapporti com certo Luigi Magagni.” Em consequência desse grave conflito, entre vários indivíduos de nacionalidade italiana, por causa de uma mulher que vivia em relações íntimas com Luigi Magagni, sai ferido, sem gravidade, além do próprio Luigi, Santo Magagni. Os agressores são presos.

**04/10/1896 – Assoalho para a “Principe di Napoli”:** A Società Principe di Napoli institui uma taxa de Rs. 1\$000, a ser paga por todos os sócios, para mandar assoalhar sua sede, na Rua Perrela.

**15/12/1896 – Em busca de um criminoso:** Às 9 horas da noite, chega a São Caetano, em trem especial, o 4º delegado de polícia de São Paulo, Dr. Antonio de Godoy, acompanhado do 1º subdelegado do Brás e de uma força do 1º Batalhão, comandada pelo alferes Valeriano, para capturar um criminoso, Francisco Pardine. Nos últimos dias de novembro ele assassinara Angelo Bolognesi, na Rua

São Caetano, atual Avenida Conde Matarazzo. O assassino foi encontrado num rancho de palha e preso. Na diligência, o delegado recebeu o auxílio de João da Silva Santos, chefe da estação de São Caetano. O delegado retornou a São Paulo à uma e meia da madrugada, levando o preso.

**05/05/1897 – Apreensão de vinho falsificado:** “No laboratório de análises químicas, procedeu-se à análise de uma amostra de vinho apreendido na estação do Pari, fabricado em São Caetano, e consignada à Companhia Christoffel Stupakoff. Verificou-se que era colorido artificialmente e, portanto, um produto falsificado.” É notícia de *O Estado de S. Paulo*.

**30/05/1897 – Enterro no Cemitério do Brás:** Falece o colono Giuseppe Ferrari, nascido em Mântua (Itália), em 1844. Tirou passaporte a 10 de outubro de 1877 e emigrou para o Brasil, em dezembro de 1877, chegando ao Núcleo Colonial de São Caetano em janeiro de 1878. Adquiriu o lote nº 41, que compreendia o retângulo formado, hoje, pelas ruas Espírito Santo, São Paulo, Conceição, e pelo rio dos Meninos. Nessa área, teve uma olaria que, em 1895, fornecia tijolos para a construção do Museu do Ipiranga. Era casado com Prima Resaghi. Pouco depois de chegarem a São Caetano, faleceu-lhes, no dia 7 de fevereiro de 1878, a filha Emília, de 7 meses, de marasmo, conforme atestado do médico do núcleo, Dr. Jayme Serva. Essa filha foi sepultada no cemitério da Consolação, com atestado de pobreza passado pelo vigário do Brás. Com Giuseppe e Prima Ferrari, vieram da Itália os filhos Virginia, Adalgisa, Raymundo, Remigio e Ermelinda. Aqui nasceram, ainda, Guerino (que morreria picado de cobra), Archinto, Atilio e Leonardo. Giuseppe Ferrari foi um dos benfeitores da Società “Principe di Napoli”. Foi sepultado no cemitério do Brás. Sua esposa, nascida em 1848, faleceria em 1938.

**01/08/1897 – Reuniões da “Principe di Napoli”:** A Società “Principe di Napoli” decide que sua diretoria deverá reunir-se sempre, às 3 h da tarde, no domingo anterior à reunião do conselho. A reunião será feita na casa do presidente, que nesse momento é Silverio Perrela.

**.../.../1897 – Escolas elementares:** São professores em São Caetano, Manoel dos Reis e Joana de Almeida Mota.

**11/01/1898 – Vítima de acidente:** Notícia publicada em *O Estado de S. Paulo*:



“Chegou ontem a esta Capital, vindo de São Caetano, o cadáver de um homem que foi ali esmagado por uma máquina. / Será hoje autopsiado, pois que foi remetido para o necrotério.”

**11/03/1898 – A luz e a comida:** Carmine Barile compra, da firma César, Martins & Comp., da Rua João Alfredo nº. 47, as seguintes mercadorias: um barril de toucinho (Rs. 162\$000), duas caixas de querosene (Rs. 24\$000), um barril de banha (Rs. 31\$000), duas sacas de arroz do Japão (Rs. 62\$000) e uma saca de açúcar branco (Rs. 40\$000). Barile era comerciante. São indicações sobre hábitos de consumo da população de São Caetano nessa época. A Rua João Alfredo será depois a Ladeira General Carneiro.

**21/03/1898 – Rua de São Clímaco a São Caetano:** O secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Botelho, despacha requerimento “de diversos moradores de São Caetano, de São João Clímaco e Moínho Velho pedindo medidas e recursos para que continue até à estrada da estação de São Caetano, na linha de *S. Paulo Railway*, a rua que do largo da Capela de São João Clímaco, já se acha atualmente aberta entre os sítios de Francisco Caropreso e do dr. João Mendes Júnior.”

**03/04/1898 – A festa que não houve:** A Societá “Principe di Napoli” planeja festejar o dia 20 de setembro, data nacional italiana. É o aniversário da entrada das tropas do Reino da Itália em Roma, sob um monarca da Casa de Savóia, a famosa travessia de Porta Pia. A festa, entretanto, não será feita porque no dia 8 de setembro Silverio Perrela, presidente, fica doente e sua doença será grave e demorada. Esse é um curioso indício de que as reuniões da entidade tinham um caráter festivo. É indício, também, de que os valores da ordem social próxima, comunitários e de vizinhança, tinham precedência em relação aos valores da ordem social distante, institucionais, societários e formais. A festa patriótica da instituição não podia colidir com o reclamo de uma situação culturalmente concebida como preâmbulo do luto.

**07/08/1898 – Médico:** O Dr. Vincenzo Mangia é indicado para substituir o Dr. Melo Barreto, médico que atendia os sócios da Societá “Principe di Napoli”. No dia 2 de abril de 1899, a Societá entende de procurar outro médico, pois o Dr. Mangia não mora mais em São Paulo.

**21/10/1898 – Construção da matriz velha:** O cônego José M. Homem de Melo, vigário da paróquia do Brás, solicita ao cônego vigário capitular da Diocese de São Paulo a nomeação de uma “comissão de moradores da Colônia de São Caetano para edificação de uma nova igreja. Argumenta que estão os povos da Colônia de São Caetano d’esta Paróquia resolvidos a edificarem uma nova Igreja para o seu Padroeiro, em vista do estado ruinoso da velha Igreja...” Para compor a comissão, sugere os nomes de Carmine Barile, Celeste De Nardi, Carmine Perrela, Luigi Fiorot e Gaetano Garbelotto. A Igreja antiga, a que se refere, era a Capela de São Caetano, modificada e ampliada em 1772 pelos monges beneditinos sobre a capela originalmente edificada em 1717. A primeira capela durou 55 anos. A segunda, 126 anos. Alicerces dessa antiga Capela foram descobertos, em 1991, no mesmo sítio em que se localiza a atual Matriz Velha, por uma equipe de arqueólogos do Museu Paulista, da Universidade de São Paulo. A Matriz Velha está lá há 114 anos. Aquele é lugar de culto católico há 300 anos.

**02/11/1898 – Dia de Finados:** Um jornalista do *Correio Paulistano* narra o que foi o seu percurso pelos cemitérios de São Paulo no Dia de Finados. No Cemitério do Brás, atual Cemitério da Quarta Parada, diz: “Na nossa visita àquele cemitério, pudemos ainda notar as seguintes sepulturas, que se achavam mais ou menos ornamentadas: Primo Baraldi...” Primo Baraldi era colono de São Caetano, da segunda leva de imigrantes, de 1878.

**05/06/1899 – Festa cancelada:** A Società “Principe di Napoli” resolve festejar este ano o 20 de setembro, data nacional italiana. No ano anterior, a festa não fora feita porque o presidente Silverio Perrela caíra gravemente enfermo, no dia 8 de setembro. Resolve, também, que, na ocasião, haverá “un concerto di Musica”. A festa seria divulgada diversos dias antes pelo jornal. Prevista para o primeiro domingo após o dia 20 de setembro. No dia 6 de agosto, porém, será cancelada, sem esclarecimentos.

**07/07/1899 – Explosão e incêndio:** Às 19 h, na Fábrica de Formicida Paulista, na estação de São Caetano, fundada em 1890. Alguns operários faziam a limpeza das painéis de ferro e a água que saía delas saiu com um pouco de enxofre inflamado, que caiu no assoalho e o queimou e caiu no assoalho do pavimento inferior, onde havia mais enxofre. Ficou levemente ferido o operário Ernesto de Tal. É a fábrica de propriedade de uma empresa presidida por Manoel Joaquim de Albuquerque

Lins (nascido em Alagoas, em 1852, e falecido em São Paulo, em 1926), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Era genro do senador do Império Barão de Souza Queirós. Será governador de São Paulo, de 1908 a 1912. No dia da explosão, havia no recinto da fábrica 140 latas de formicida de quatro litros cada uma, num depósito ao lado 1.500 caixas do mesmo produto e, em outro depósito, 100 toneladas de enxofre. A produção diária é de 33 latas de formicida.

**.../08/1899 – Escola:** Há em São Caetano uma escola primária particular para ambos os sexos. Dos 36 alunos, 28 são brasileiros e 8 estrangeiros. É professora Da. Ernesta Magnani, estrangeira.

**09/11/1899 – Falsa notícia de peste:** Casos de peste bubônica, a temida peste negra, em São Paulo. Alarmado, o italiano Monillo Luigi, morador em São Caetano, apresenta-se espontaneamente “na Diretoria do Serviço Sanitário declarando achar-se atacado de peste bubônica. O Dr. Guerino Freire verificou que Monillo tinha uma erisipela na virilha direita, em consequência de uma ferida que há tempos tivera.”

**02/12/1899 – Escola masculina – exames:** Realizam-se, hoje, os exames dos alunos da escola pública masculina de São Caetano, sob regência do professor Manoel dos Reis. Os exames serão presididos pelo inspetor escolar, professor Francisco Pedro do Canto, servindo de examinador o professor Leônidas de Toledo Ramos, da escola do Belenzinho.

**22/09/1903 – Leilão de lote de colono (1):** Vai a leilão a chácara de Giovanni Minaré para pagamento da execução de sentença em processo contra ele movido pelo dr. Juvenal Francisco Parada, advogado, que foi deputado provincial no Império. Trata-se de “um terreno na estação de São Caetano, contendo cerca de trinta mil braças quadradas e uma chácara na frente da estrada que vai para a vila de São Bernardo e Mineiros, tendo uma casa com três cômodos, todos de chão e telha vã, com quatro janelas de frente e porta de entrada ao centro e como dependência um puxado e quatro telheiros, um coberto de telhas e outro de zinco, tendo o terreno plantações de vinha e árvores frutíferas em abundância e horta, medindo a casa quinze metros e quinze centímetros de frente por quatro metros e cinquenta centímetros de fundo, e o terreno dessa chácara mede 163 metros de frente por 109 metros de largura e todo o terreno se divide com Mansueta Jorge,





*Vista panorâmica do centro urbano do Núcleo Colonial de São Caetano. Destacam-se, à esquerda, a Igreja de São Caetano (atual Matriz Velha) em construção; no centro, o casarão da família De Nardi, onde se localiza atualmente o Museu Histórico Municipal; atrás do qual se vê a chaminé da Fábrica de Sabão e Graxa de Pamplona Sobrinho & Cia. (Foto, c. 1900, Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).*

com Joaquim Rocha, onde mede 150 metros, de outro lado com um valo, no alto com Benedito Antonio, e de outro lado com terrenos do Banco União. Este imóvel vai pela terceira vez a praça por não ter encontrado lançador nas duas primeiras, pelo que a sua avaliação que é de 2:520\$000 reis (dois contos e quinhentos mil reis) fica reduzida a 2:011\$200 reis (dois contos e onze mil e duzentos reis). [*O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 2003, p. 3].

O colono Giovanni Minaré recebera do governo em 1890 o lote nº 34 do Núcleo Colonial de São Caetano, que compreendia um retângulo entre a Rua Amazonas, a Rua São Paulo, a Rua Espírito Santo e o prolongamento imaginário da Rua Conceição.

**22/05/1902 – Correio em São Caetano:** José Mariano Garcia Júnior é nomeado agente dos Correios em São Caetano. É notificado que deve fazer o depósito da fiança do cargo, no valor de Rs. 180\$000 (cento e oitenta mil réis). No dia 8 de junho recebe o material necessário para o funcionamento da agência.

**17/11/1903 – Leilão de lote de colono (2):** Antônio Queirós dos Santos, em ação movida contra Ângelo Cavanna, do Núcleo Colonial de São Caetano, obtém sentença favorável a que sejam levados a leilão seus bens. Ângelo era o filho mais velho do colono Pasquale Cavanna, que chegou com a família a São Caetano no início de 1878, originários de Schivenoglia, na província de Mântua, Itália. O juiz da Primeira Vara da Capital, Augusto Meireles Reis, mandou a leilão, a ser realizado no dia 9 de dezembro, os seguintes bens: quatro carroças com quatro burros arreados, avaliados em 400 mil reis; um terreno servindo de pasto, com 177 metros de fundo, fazendo frente para o largo da Capela, com 100 metros de frente, avaliado em 500 mil reis; tendo mais duas casas unidas, construídas de tijolos, cobertas de telhas, que medem, uma dez metros de frente por dez metros de fundo, com duas portas e duas janelas de frente, avaliada em 500 mil reis; e outra com dezenove metros de frente por oito metros de fundo, com duas portas e quatro janelas de frente, tendo como dependência duas cocheiras; cujos lotes, no seu todo, tem as seguintes divisas: pela frente, divide com a estrada que partindo da estação de São Caetano vai a São Bernardo e com terreno de Bartolo Mateus, na extensão acima referida; por um lado, divide com terreno de Roveri Filippo, por outro com terreno de Carnevali Giuseppe e pelos fundos com o rio dos Meninos, avaliado por um conto de reis.” O lote leiloado foi o recebido por

Pasquale Cavanna em 1878. Ficava entre as atuais ruas Alagoas, Goiás e Roberto Símonsens, bem no centro da cidade.

Queiroz dos Santos era proprietário de terras ao longo da São Paulo Railway, na região das estações de Pilar (atual Mauá), Ribeirão Pires e Rio Grande, no então município de São Bernardo. Era pequeno acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

**02/12/1906 – O Corpo Musical Casa Savoia di San Gaetano:** Neste domingo, após a eleição da diretoria da Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli”, que tinha sede na Rua Perrela, perto da estação, os sócios formam um cortejo e se dirigem à casa do presidente eleito, Saverio Perrela. Essa casa ficava nessa mesma rua, esquina da Rua Rio Branco, no trecho morto que termina na ferrovia. Foi o cortejo acompanhado pelo Corpo Musical Casa Savoia di San Gaetano. Era regente o maestro e compositor Gioacchino Capocchi, casado com uma irmã do padre Ermano Marchetti, carlista. Capocchi participava como músico e professor de música de várias atividades dos padres carlistas, como o Orfanato Cristóvão Colombo. Foi formador de bandas de música na região do ABC.

O anfitrião mandou servir vinho aos confrades, que deve ter sido abundante, pois um dos sócios, Ferdinando Capuan, embriagado, fez um discurso desafiando os membros da Società e os músicos da banda.

Saverio Perrela foi dirigente da Principe di Napoli por muito tempo. Era comerciante e pequeno industrial, dono de uma fábrica de pólvora que explodiria em 1908, matando o operário Luigi Semonini.

**15/11/1907 – Fundação da União Operária:** Neste dia de aniversário da proclamação da República, é fundada a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, que ainda existe e é proprietária de parte do lote em que foi construído por Samuel Klein, o prédio das Casas Bahia, o terreno cedido em comodato. No dia da fundação da entidade, Virgínio de Rezende, que era diretor da Fábrica de Formicida Paulista, foi solenemente acolhido e recebeu o título de presidente honorário, ocasião em que fez uma doação de Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis). No ano seguinte, em 15 de novembro, a União Operária elegeu seu presidente o engenheiro Serafim Constantino, gerente da fábrica de sabão e

graxas de Pamplona Sobrinho & Cia. Na mesma assembléia, compareceu Mariano Paim Pamplona Sobrinho, dono da empresa, que fez uma doação de Rs. 300\$000 (trezentos mil reis). Tanto a Fábrica de Formicida quanto a Fábrica Pamplona tentavam instrumentalizar a União Operária, para dela fazer uma agência de seguros de seus operários. Isso fora impossível com a Príncipe di Napoli, pois essa entidade só aceitava sócios italianos ou descendentes de italianos.

Uma diferença ideológica aparece tenuamente nos documentos de uma e outra entidade. A Príncipe di Napoli era monarquista, várias vezes se manifestando sobre a família real italiana. A União Operária era marcadamente republicana, como ficou claro na emblemática escolha do 15 de novembro para sua fundação. O que também polarizava os que haviam sido colonos do núcleo colonial e a nova categoria dos trabalhadores de São Caetano, a dos artesãos e operários. Houve sócios da Príncipe di Napoli que também se tornaram sócios da União Operária.

**10/09/1911 – As duas Cerâmicas São Caetano e as jazidas de taguá:** O *Correio Paulistano*, sob o título de “Olaria mecânica”, publica a seguinte notícia: “Consta-nos que duas importantes firmas desta praça darão brevemente início aos trabalhos para a construção de uma grande olaria mecânica, montada com os maquinismos mais aperfeiçoados, para a produção de dois milhões de tijolos por mês, podendo esta produção ser ainda duplicada. O lugar escolhido é nas proximidades da estação de São Caetano, onde os respectivos proprietários possuem grandes jazidas de argila de superior qualidade. Os maquinismos já estão encomendados à maior fábrica especialista da Alemanha.”

Em 2 de dezembro, o mesmo *Correio Paulistano*, revela que a empresa tem o nome de Cerâmica São Caetano. E dá detalhes do que será a nova fábrica:

*“Uma nova indústria será brevemente montada nesta Capital. É a Cerâmica São Caetano que, planejada em grande escala, terá uma capacidade superior a qualquer outra da América do Sul./ A sua produção será de um a dois milhões de tijolos por mês, quer cheios quer perfurados, e de 200.000 telhas côncavas. / Seus maquinismos, os mais modernos, estão sendo fabricados no melhor fabricante da Alemanha e brevemente serão embarcados. / Será aproveitada uma montanha de argila a 900 metros de distância da*



*fábrica, que será conduzida por meio de cabos aéreos. / Um desvio da linha inglesa receberá os materiais na boca do forno. / A argila de qualidade superior a todas as presentemente exploradas, já analisada na Europa, fabricará um material de ótima qualidade. / As grandes máquinas laminadoras terão a capacidade de 40.000 tijolos comuns por dia e serão acionadas por um motor de 200 cavalos. / Essa indústria é de propriedade do engenheiro B. Morelli e a conceituada casa Bromberg, Hacker e Comp., interessada nessa indústria, fornecerá todo o maquinismo e se encarregará do assentamento. / A sua magnífica colocação, podendo servir indiferentemente os mercados de Santos e S. Paulo, a superior qualidade de seus artefatos e a enorme capacidade produtora de suas instalações, asseguram a essa empresa o primeiro lugar entre as indústrias similares do país.”*

Embora o jornal não dê indicações sobre a localização da fábrica, é presumível que estivesse sendo projetada para a área em que será implantada, um ano e meio depois, formalizada em 24 de abril de 1913, a Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo, mais tarde Cerâmica São Caetano. São, portanto, duas Cerâmicas São Caetano: uma que ficou no papel, a da notícia acima, e outra que foi de fato criada com o nome de Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo, mais tarde Cerâmica São Caetano. A empresa Bromberg, Hacker & Companhia era uma grande empresa de engenheiros, eletricitas, construtores e importadores. Representavam especialmente empresas alemãs de caldeiras, turbinas, fornos, máquinas, britadores. Era estabelecida à Rua da Quitanda nº 10, em São Paulo.

O engenheiro B. Morelli em várias ocasiões fora fornecedor de materiais de construção e construtor da Prefeitura de São Paulo, em obras públicas. Notícias posteriores indicam que os principais interessados na primeira Cerâmica São Caetano eram os sócios de Bromberg, alemães. Dificuldades surgiram com essa empresa durante a Primeira Guerra Mundial, com o bombardeio de navios brasileiros por submarinos alemães e a entrada do Brasil na guerra. A filial da empresa em Porto Alegre foi incendiada. Em 1919, num artigo no *Correio Paulistano*, de Ivan Subiroff, pseudônimo do jornalista Nereu Rangel Pestana, consta que as máquinas da Cerâmica São Caetano, de Bromberg, empresa em

liquidação, haviam sido adquiridas pelas Indústrias Matarazzo. Era tudo que sobrara da projetada empresa.

Mas ficam algumas indicações sobre o provável local em que a indústria seria erguida. Em se tratando de “uma montanha de argila (...) a 900 metros de distância da fábrica” a ser construída, certamente, não se tratava de jazida nos brejos dos rios dos Meninos e Tamandateí. Muito provavelmente os monges de São Bento, já no século XVIII, haviam descoberto e utilizado a jazida de barro branco à margem do Rio Itinga (itinga = rio branco), equivocadamente denominado, nos mapas, “córrego Tingá”. Peças descobertas nas escavações arqueológicas ao lado da Matriz Velha, há alguns anos, são de lajotas brancas da fábrica beneditina e brancas foram as lajotas, descritas pelo abade de São Bento, utilizadas no piso da nova Capela de São Caetano em 1772. Excetuadas as vermelhas, que demarcavam os túmulos que ali havia. Era barreiro de taguá toda a área cortada por esse rio, desde as proximidades da atual Rua Amazonas até sua foz no rio dos Meninos. Essa área pertencerá à outra e posterior Cerâmica São Caetano, a do engenheiro Roberto Simonsen.

No mapa do Núcleo Colonial, de 1887, as terras à margem direita do Itinga fazem parte da Fazenda de São Caetano e as da margem esquerda, também, mas aforadas a José Pedroso. Em 1874, Nicolau d’Athogino, que fizera o primeiro levantamento dessas terras, para eventual compra do governo, diz que aí, no Itinga, a Fazenda de São Caetano “confronta com terras dos herdeiros de Ana Joaquina do Espírito Santo”. Provavelmente, Pedroso era um desses herdeiros. Em 1938, a Cerâmica São Caetano, que adquirira essas terras, tinha litígio judicial pendente com os herdeiros de Ana Joaquina. Dois Josés Pedrosos foram foreiros das terras da Fazenda, um desde 1826 e outro desde 1859, terras que entraram legalmente na compra da Fazenda pelo governo imperial, ressalvado o direito preferencial de sua aquisição pelos antigos arrendatários de São Bento. É o caso das terras do hoje Palácio da Cerâmica, no Espaço Chico Mendes.

Convém lembrar que a fábrica de produtos cerâmicos dos monges de São Bento, em São Caetano, que operou de 1730 a 1871, produzia uma variedade de artigos que dependiam de diferentes tipos de barro: tijolos, lajotas, lajotões, telhas, telhões para canalização de água, pirâmides de acabamento de edifícios religiosos e louça de barro vidrada (pratos, panelas, potes, alguidares). A experiência da

economia industrial beneditina em São Caetano é uma indicação histórica de um industrialismo que precedeu em mais de cem anos os primeiros passos da industrialização em São Paulo. Não só na técnica da produção, mas na logística – a extração do barro nas jazidas, o seu transporte em carros de boi para o amassador, a produção das peças, a organização do trabalho, o treinamento dos escravos, o cozimento e armazenamento dos produtos na fábrica até o seu transporte para a cidade de São Paulo, o sistema de navegação da fábrica até o Porto Geral, o armazenamento comercial e a venda dos produtos. Uma empresa completa, que operava em regime de escravidão. E uma certa organização administrativa: o padre-fazendeiro, que era o gestor econômico; o feitor dos escravos, que era o gestor das relações de trabalho; e o mestre-oleiro, que era o técnico da produção e eventualmente professor de cerâmica de jovens escravos, como se vê pelos registros de despesas e pagamentos do Mosteiro. Além das várias evidências dos critérios de economista nas decisões quanto aos investimentos e direcionamento do capital: ora a opção por imóveis, ora a opção por ações de capital financeiro, a Ordem atuando como banco, emprestando dinheiro a juros. O Mosteiro foi credor de empréstimos a vários moradores da cidade e até das Minas Gerais e das minas de Goiás, mas também dos bairros de São Caetano e de São Bernardo. Ora entesourando, na conversão do dinheiro em barras de ouro. Decisões sempre tomadas com base na comparação da rentabilidade dos diferentes investimentos.

São significativos o mencionado envio de amostras de argila de São Caetano, em 1911, pelo engenheiro B. Morelli, para exame na Europa, e a confirmação de sua excepcional qualidade. As amostras foram retiradas, segundo as indicações, das mesmas jazidas que os monges utilizaram no seu empreendimento econômico durante 160 anos. O que indica o precoce talento empresarial dos beneditinos na racional aplicação das doações em dinheiro e em terras e casas que recebiam dos devotos. A variedade dos barros existentes nas jazidas da extensa fazenda se expressa na diversidade de produtos ali fabricados, cada produto pedindo um barro diferente. Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, destacou a origem da cultura capitalista e empresarial na cultura monástica, o que fica evidente da economia beneditina da Fazenda de São Caetano.

Aliás, produtos dessa fábrica de São Caetano foram enviados a Portugal pelo Morgado de Mateus, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, capitão-general e

governador da Capitania de São Paulo (1765-1775), quando no poder o Marquês de Pombal, no reinado de Dom José I. Faziam parte de uma amostra dos produtos da Capitania para que no Reino se tivesse uma ideia do estado da economia paulista e dos itens de sua produção que poderiam promover o renascimento econômico da Capitania de São Paulo. Portanto, o engenheiro B. Morelli, fundador da primeira Cerâmica São Caetano, descobria a excelência industrial da argila local 180 anos depois dessa descoberta já ter sido feita pelos monges de São Bento e 40 anos depois de cessada a produção industrial beneditina em São Caetano.

A segunda Cerâmica, provavelmente no mesmo local previsto para a primeira, como disse antes, a Privilegiada, era uma sociedade anônima, com o capital de 600 contos. Tinha o direito de uso, isto é, o privilégio, de uma patente de telha. Foram seus incorporadores Nestor Barbosa Ferraz e o Dr. Alfredo Cajado de Lemos, engenheiro civil, comerciantes na praça de Santos. Feita a chamada de capitais, em 1913, logo acionistas começaram a furta-se à integralização das cotas que haviam subscrito. Às vésperas do início da Primeira Guerra Mundial e, provavelmente, alarmados com a instabilidade política na Europa, grandes acionistas tiveram que ser chamados em juízo, em março de 1914, para honrarem o compromisso assumido. Começa a guerra e se inicia um período de crise e de tensões sociais. Ao que parece, a empresa ficou muito aquém do projetado. No dia 2 de dezembro de 1918, Cajado de Lemos comete suicídio. A empresa acabará sendo adquirida por Roberto Cochrane Simonsen, dono da Companhia Construtora de Santos, que havia se responsabilizado pela construção de quartéis do Exército em São Paulo e no Mato Grosso.

A notícia da fundação de uma “olaria mecânica” em São Caetano, e da primeira Cerâmica São Caetano, é também o anúncio do fim da era das olarias artesanais que, na tradição inaugurada pelos monges beneditinos no início do século XVIII e assumida pelos colonos italianos de 1877, marcara a paisagem local durante 180 anos. A grande indústria, mecanizada e de alta produtividade, vinha substituir o trabalho dos artesãos do tijolo e da telha.

### **26/08/1912 – Carta de um filho de colono ao pai que retornara à Itália:**

O arquivo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo guarda uma carta de Giuseppe De Martim [Giuseppe De Martini], do já emancipado Núcleo Colonial de São Caetano, endereçada a seu pai, que fora para a Itália. Trata-se de um filho

de Francesco De Martini que, com seu irmão Martim De Martini, chegou na primeira leva de imigrantes, a de 28 de julho de 1877. Ambos receberam seus lotes em 1878. Martino, o lote nº 36, que compreendia uma quadra entre as atuais Rua Amazonas, Rua Espírito Santo, Rua Casemiro de Abreu e Rua Teodoro Sampaio. Francesco recebeu o lote nº 37, que compreendia a quadra entre as atuais Rua Amazonas, Rua Espírito Santo, Rua Teodoro Sampaio e o Córrego Itinga, afluente do rio dos Meninos. Eram lotes vizinhos.

Francesco De Martini, em 23 de junho de 1890, compra o lote nº 54, de seu vizinho, o colono Francesco Antonio Modesto e sua mulher, Maria Modesto, por Rs. 100\$000 (cem mil réis), que por ele havia pago Rs. 62\$500 (sessenta e dois mil e quinhentos réis). O lote compreendia aproximadamente a área hoje delimitada pelas ruas Bom Pastor, Rio Negro (e seus prolongamentos imaginários, Duviglio Quaglia, num extremo, e Av. Presidente Kennedy, no outro. O extremo oeste ficava na Lagoa do Itinga. O lote comprado ficava nesse ponto vizinho ao lote nº 37, que já pertencia a Francesco De Martini, também à beira da Lagoa do Itinga (onde é hoje o Parque Chico Mendes). Os dois lotes eram extensamente servidos pelo Rio Itinga (erroneamente grafado nos mapas como Tingá), que quer dizer Rio Branco. Em documentos do século XVIII, aparece com o nome de Utinga. De fato, o som nheengatu é um som intermediário entre U e I. Num mapa de São Paulo, do século XIX, a palavra Utinga está escrita em destaque. Nos embaralhamentos da toponímia da região, nessa época, o nome acabou sendo dado a outro fluxo d'água, o córrego que passa ao lado do que veio a ser a estação de Utinga, em 1932.

Francesco De Martini e Francesco Antonio Modesto não sabiam escrever, sendo necessário que terceiros assinassem a escritura de venda e compra, a rogo.

A falta de assinatura da esposa de Francesco De Martini me faz supor que já fosse viúvo em 1890 e vivesse, portanto, com um dos filhos, provavelmente Giuseppe.

Giuseppe De Martini está entre os 34 filhos de colonos de São Caetano que, de 1886 a 1888, requereram lotes de terra no Núcleo Colonial, pedidos que foram indeferidos pela Inspeção de Terras. O de Giuseppe é de 27 de dezembro de 1886, nove anos depois da chegada de sua família. Para fazer o requerimento, já devia ser adulto, o que me faz supor que fosse adolescente quando sua família foi assentada.



*Giuseppe De Martini, o Beppo da Sanfona, filho de Francesco De Martini: “siamo in tanti che mangia e pochi che guadagna”. [Foto do acervo da Fundação Pró-Memória, s.d.].*

Na carta menciona sua irmã, residente na Itália. Não é impossível que, nesse caso e em outros, parte da família tenha imigrado e parte tenha permanecido, sobretudo filhos mais velhos. Encontro os mesmos indícios na carta que Giacomo Garbelotto escreveu para seus parentes de Cappella Maggiore, em 1889.

Há alguns aspectos dolorosos nesta carta de Giuseppe De Martini. De um lado, o de saber que a irmã, que permanecera na Itália, não teve como receber o próprio pai, que retornara, nem mesmo para dormir no dia da chegada. De outro, apesar das alegações de dificuldades econômicas, sua própria disposição para acolher o pai, quando voltasse. Em documentos desse tipo, a imigração aparece como aquilo que foi para o imigrante, o que é bem diferente das concepções subjacentes às análises de historiadores, antropólogos e sociólogos. Para os cientistas sociais, nas análises feitas aqui no Brasil, no geral a imigração é tratada como se fosse uma imigração definitiva, certa e segura, um caminho sem volta. No entanto, para o imigrante, ela foi o drama de uma indecisão entre o sair e o chegar, entre vir para voltar ou vir e ficar para sempre. A própria carta de Giuseppe é marcada por uma notável geografia imaginária. Ele escreve como se estivesse lá e não aqui. O lugar da origem permanece como referência mítica, como lugar de onde nunca se saiu. Mesmo longe, ainda está lá. Em nenhum momento ele se refere ao Brasil e sim à América. A palavra América tinha na Itália muito mais prestígio do que a palavra Brasil. Pressupunha a emigração para a América próspera, como indicou o historiador italiano Emilio Franzina, o maior especialista na emigração do Vêneto, para “fazer a América”, “fare la Merica”. Voltar, significava ter “feito a América”, o que obviamente não aconteceu com o De Martini que é o destinatário e o tema da carta de Giuseppe. Outro colono de São Caetano, na carta citado como um socorro possível, está lá, Luigi D’Agostini, que recebera seu lote ao lado da ferrovia, com frente para a atual Praça Ermelino Matarazzo. Já o vendera para O Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita. Será um dos lotes adquiridos pela família Pamplona para instalação de sua fábrica de sabão e graxa. A fábrica será, mais tarde, vendida a Francesco Matarazzo.

A carta de Giuseppe De Martini está arquivada como “carta de chamada” no Museu da Imigração, o que habilitava o destinatário a conseguir passagem gratuita para o Brasil, como imigrante subvencionado, para trabalhar na lavoura. Transcrevo a tradução livre que dela fiz. É uma carta em que o filho trata o pai em terceira pessoa do plural, solenemente. É um tanto formal e parece exprimir a solenidade das relações entre pais e filhos, na época e no núcleo colonial. Bem escrita, revela no entanto uma

língua italiana já marcada por expressões da língua coloquial brasileira. É uma carta emocionante porque, em relação a carta recebida do pai, o autor diz que a “ouvira” (sentira, mas também no sentido de sentimento), o belo indício de uma cultura pré-letrada de quando as pessoas ouviam e ainda não haviam sido separadas pela escrita e pela enorme distância da impessoalidade que ela institui entre os interlocutores. E triste, também, porque documenta em primeira pessoa o empobrecimento dos colonos, suas dificuldades e seu radical efeito nas relações de família: “Siamo in tanti che mangia e pocchi che guadagnia”, desculpa-se ele. Eis o texto:

*“Queridíssimo Pai. Com grande tristeza senti de sua carta que esteve pouco bem. Mas espero que esteja melhor. Também por minha irmã não ter querido aceitá-lo em casa na primeira noite em que lá chegou. Ao menos lhe encontrasse algum lugar de hospedagem em alguma outra casa, pagando um tanto por dia ou por mês, que eu lhe mandaria o que precisasse. Querido Pai, por enquanto não posso ir à Itália buscá-lo porque também eu estou muito apertado e porque somos tantos que comem e poucos que ganham e temos dívida na venda. Se puder arranjar a viagem eu ainda o recebo aqui comigo. Se pudesse vir com Luigi D’Agostini que foi para a Itália, para Tovená, e logo retorna à América. Se pudesse arrumar a viagem. Querido Pai, veja se pode esclarecer (isso). Ou veja se alguém pode lhe emprestar, que depois lhe mandarei.*

*“Querido Pai, veja se pode arranjar com alguém que venha para a América porque eu não posso ir buscá-lo. Se precisar de algum dinheiro, escreva que lhe mandarei o que puder. Faço-lhe saber que estamos todos bem de saúde. Assim espero vê-lo logo. E assim faço-lhe saber de meu tio De Martim, tiveram um filho de Vittoria Perin quase morto, mas agora está melhor. E todos eles vos saúdam, adeus. E assim não me resta senão que o saudemos todos nós da Família, adeus. Adeus. Me assino seu filho, Giuseppe De Martim.*

*Todos os parentes, amigos, o saúdam. Adeus. Giuseppe De Martim. São Caetano. Desculpe se escrevi mal.”*

**09/12/1913 – Operário menor de idade morre na forjaria:** De manhã,



horrível acidente na Colônia de São Caetano. Um menor, operário das oficinas da Anglo-Brazilian Forging Steel Structural & Importing Company Ltd. “foi colhido por uma enorme viga de ferro, morrendo instantes depois com o crânio esfacelado. (...) Ignora-se ainda a identidade do morto.”

Em 16 de setembro estivera em São Paulo o presidente da empresa, o engenheiro, arqueólogo, industrial e banqueiro inglês J. E. Hodgkin. Trata-se de uma empresa com sede em New Castle-on-Tyne, fundada com capitais ingleses e brasileiros. A empresa monta grandes estruturas metálicas para a construção civil. Diz o *Correio Paulistano* que ele se mostra “sobremaneira satisfeito com as obras da Anglo-Brazilian Forging Steel Structural & Importing Company Ltd. na estação de São Caetano onde estão sendo montadas as fábricas de fundição de ferro e aço, sob a competente direção técnica de mr. W. A. Vaughan.”

**22/04/1916 – Última notícia do Núcleo Colonial:** O diretor do Serviço de Povoamento, órgão federal, comunica ao ministro da Agricultura que a “*Colônia [de] São Caetano* – Foi fundada em terras adquiridas pelo governo geral, no dia 28 de julho de 1877, situada a 9 quilômetros da capital, às margens da Estrada de Ferro Inglesa. Povoada por elementos de nacionalidade italiana, desenvolveu-se a colônia, industrialmente, nos últimos anos, cuidando, também, os seus habitantes do cultivo de hortaliças e da vinha. Há, aí, diversas fábricas de sabão, pólvora, tijolos, formicida, etc.”

**24/06/1916 – Soirée na casa de antigo escravo de São Caetano:** Neste sábado, dia de São João, realiza-se na residência do distinto cavalheiro Nicolau Tolentino Piratininga, procurador do Mosteiro de São Bento, “uma excelente ‘soirée’ artístico-literária”. Tolentino nascera escravo na Fazenda de São Caetano, em 1855. Tornara-se livre com a libertação geral dos escravos de São Bento, em 1871. O sarau foi iniciado com a representação da peça de Júlio Dantas, *A ceia dos cardeais*, por um elenco só de mulheres, ensaiadas por Higino Xavier. Na segunda parte, foram apresentadas: “Marcha Rio Branco”, piano a quatro mãos [<http://www.youtube.com/watch?v=n4ijxZqzPV4>], composição de 1904, de Francisco Braga; “Mamma mia”, cançoneta napolitana; “Morrer”, poema indu, em prosa; “Serenata oriental”, flauta e piano; “Asas”, soneto de Heitor Lima”; “Flor do mal”, canção brasileira [<http://www.youtube.com/watch?v=CCiTQsQEuLk>], composição de Domingos Correia e Santos Coelho, gravada em 1915, por Vicente

Celestino; “Trevo”, três sonetos de Gustavo Teixeira; e “Allegro”, de Adolf Terschak [<http://www.youtube.com/watch?v=vjYu--q-DE8>]. Na terceira parte, “Tudo passa”, versos de Heitor Lima; “Cinzas”, soneto de Heitor Lima; “Melancólica”, flauta e piano; “Leda”, poemeto de Gustavo Teixeira”; “Serenade d’autrefois”, de Giuseppe Silvestri [<http://www.youtube.com/watch?v=tYTgIhG95bI>] ; “Ao vento”, versos de Heitor Lima. Os presentes insistiram para que o poeta Higino Xavier, colaborador do *Correio Paulistano*, dissesse dois contos de sua autoria: “Agapantos” e “Celeste”; e “O cardíá”, monólogo caipira. Fez ainda “uma chistosa conferência humorística – ‘Num hotel de veranistas’, de que fez pretexto para apresentação de tipos pitorescos, de várias nacionalidades, bem observados, provocando hilaridade contínua e muitos aplausos.”

“Nos intervalos do programa circulou um serviço de sanduíches e outras iguarias finas e, ao fecho da parte literária e musical, seguiu-se uma farta ceia, magnificamente disposta, durante a qual reinou a mais viva cordialidade. Alta madrugada terminou o belíssimo sarau...”

Já livre, tendo ido para a Bahia, na juventude, para onde também fora uma de suas tias, recebera Nicolau educação das monjas clarissas, embora continuasse vinculado ao Mosteiro de São Bento.

Há vários indícios de que os monges beneditinos, monges intelectuais, eventualmente cuidaram da educação profissional de alguns escravos jovens. Eu a vejo na formação do Mestre Marcos Bueno da Conceição, índio administrado doado ao Mosteiro quando era criança. Ainda no século XVIII, um mestre oleiro foi contratado para ensinar a dois escravos adolescentes da Fazenda de São Caetano a arte da cerâmica. O próprio Piratininga conviveu com pessoas cultas de São Paulo, como Luís Gama (de quem tinha um retrato) e, mais tarde, o historiador Affonso d’E. Taunay, que era professor de história no Colégio São

*Nicolau Tolentino Piratininga, nascido escravo na Fazenda de São Caetano, e sua esposa Josefa (Foto: 1909, detalhe; Coleção de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior).*



Bento. A imensa lista de pessoas que participaram de seu funeral no Cemitério do Santíssimo Sacramento é bem uma indicação da extensão de seus relacionamentos na São Paulo ilustrada. Todos os seus filhos que chegaram à idade adulta foram professores. Um de seus netos tornou-se advogado.

Nicolau Tolentino Piratininga reuniu uma coleção de manuscritos, 114 dos quais foram doados por seu bisneto ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, o historiador Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, que ainda conservou em seu acervo pessoal outro tanto. Dessa coleção transcrevo um soneto, de final do século XVIII, sob a forma de requerimento de alforria, alusivo ao rogo de uma velha escrava beneditina [Piratininga, ob. cit., p. 155]:

*Diz uma pobre besta estropiada  
escrava de São Bento e já mui velha,  
que servindo muitos anos na parelha,  
já foi posta na Ilha por cansada.*

*Do capamba aturou muita esporada  
e sempre ouviu com baixa orelha,  
mas agora tropica, e ajoelha  
e já está por instantes dando a ossada;*

*Portanto, pede, e roga por favor  
que uma carta de alforria se lhe dê  
por não poder carregar um seu senhor.*

*Isso diz a suplicante para que  
possam bem assinar-lhe o seu valor  
porque ainda receberá mercê.*

Aparentemente, entre alguns dos próprios monges havia um pensamento crítico em relação à escravidão. Nicolau deixou, ainda, uma coleção de fotografias, de cartas e de anotações sobre a própria família, e sua história, por mais de 150 anos na Fazenda de São Caetano.

Em 1909, era membro da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, que se

reunia na igreja desse nome, na Praça João Mendes, igreja depois demolida. Desde o século XVIII, escravos de São Bento eram membros dessa confraria. Foi nela que surgiu, por iniciativa do advogado Antonio Bento e do médico Clímaco Barbosa, o Movimento dos Caifazes. Nasceu de um juramento da multidão, na noite do sepultamento de Luís Gama (de quem Nicolau Tolentino Piratininga era amigo), ao pé de seu túmulo no Cemitério da Consolação, em 25 de agosto de 1882. Tinha o propósito de sequestrar durante a noite e libertar escravos das senzalas das fazendas do interior para enviá-los ao Quilombo do Jabaquara, em Santos, com a cumplicidade dos empregados da São Paulo Railway. Esse movimento abalou profundamente a escravidão em São Paulo.

Um ano antes de morrer, Nicolau Tolentino foi eleito definidor da Mesa Administrativa da Irmandade de Santa Cruz da Liberdade para o ano de 1928-1929. Essa Irmandade se congregava na Igreja de Santa Cruz dos Enforcados, na mesma praça em que existiu o pelourinho para castigo dos escravos e a forca em que, até 1874, foram supliciados os condenados da Justiça, muitos deles negros. Mortos que eram sepultados no Cemitério dos Aflitos, ali perto.

### **03/05/1921 – Morre o pai da vinicultura na Colônia de São Caetano:**

Na madrugada deste dia da Santa Cruz, falece Emílio Rossi. Recebera um único lote, urbano, o nº 16, no Núcleo Colonial de São Caetano, em 1882, na Rua Rio Branco, que era então a Rua Speers, aproximadamente em frente à atual Rua Herculano de Freitas. De um lado, era vizinho de Giovanni Perucchi, Francesco Fiorot e Giuseppe Braido. De outro lado, de Tommaso Tomé. Tinha 35 anos de idade. Foi casado com uma filha de Giuseppe Braido. Ao falecer, com 64 anos de idade, tinha onze filhos. Morava na Rua Bueno de Andrade, na Liberdade.

O caso de Emilio Rossi foi peculiar. A tradição diz que era o intérprete dos colonos de São Caetano. É estranho porque seu nome aparece pela primeira vez, na documentação do Núcleo Colonial, em 1881, quando requer o título definitivo de seu lote, o de nº 16, na Rua Rio Branco. Estranho porque há uma distância de 3 a 4 anos entre a chegada dos primeiros colonos e a obtenção de lote por Rossi, período em que os habitantes da Colônia mais precisaram da assistência de um intérprete. É possível que antes de obter o lote tivesse sido apenas funcionário da Inspetoria de Terras, mas nesse caso seu nome teria aparecido nos relatórios e na documentação relativa ao Núcleo Colonial. No mesmo ano de 1881 pede

um lote no Núcleo Colonial de São Bernardo, pedido que tem parecer contrário da Tesouraria da Fazenda. Mas obterá terra no lugar chamado Mato Grosso, em 1883, próximo a São Caetano, no Núcleo Colonial vizinho. De qualquer modo, não era imigrante recente, pois já estabelecido como comerciante em São Paulo desde 1879, na Rua do Tesouro (antes, Rua do Palácio e, antes, Rua das Casinhas). Escrevia fluente e corretamente em português, até mesmo artigos para jornais, o que sugere que já estava há tempos no Brasil. Aparece em vários documentos assinando a rogo de colonos iletrados, como Luígia Cantadori Cavanna e seu filho Luigi.

Negociante, seu armazém de secos e molhados, o Armazém Popular, até 1900, terá como endereço a Rua do Tesouro nº 9, nos altos da atual Ladeira General Carneiro, próximo do Palácio do Governo, no Pátio do Colégio. Em outubro de 1900, Rossi anuncia que sua casa comercial mudou o nome para Empório Popular e se transferiu para a Rua Direita nº 22. Dois anos antes, Rossi anunciou que abrisse uma agência comercial na Rua do Quartel nº 15 (que se chamaria depois Rua Onze de Agosto e desapareceria com a fusão da Praça da Sé e a Praça Clóvis Bevilacqua), para tratar de compra e venda ou locação de prédios e terrenos, colocação de capitais etc. Nessa agência é auxiliado pelos filhos. Aliás, um de seus filhos se formará em Direito e outro será professor. Divide seu tempo, ficando na agência comercial das 11h da manhã até às 3h da tarde. Fora desse horário, podia ser encontrado em seu armazém de secos e molhados ainda na Rua do Tesouro nº 9. Como se depreende do anúncio, já vinha desempenhando funções de agente e corretor imobiliário, bem como atuando como intermediário na obtenção e colocação de capitais. Não movimentava pouco dinheiro: em 1896 declara que tem disponíveis 150 contos de réis para emprestar sob garantia de hipoteca de imóvel no centro de São Paulo.

Em 1886, atuara como marchand de porcos e tivera um açougue no Mercado Caipira, ao lado do rio Tamanduateí e ao pé da hoje Ladeira General Carneiro. Mesmo local em que Francesco Matarazzo começava sua vida de comerciante, vendendo a banha de porco que fabricava em Sorocaba e Itapetininga.

Emilio Rossi pediu concordata de seu Empório Popular, em 1905, propondo aos credores saldar 51% de seus débitos em três parcelas e em dois anos. Depois disso, não voltou ao comércio. No seu necrológio, em 1921, consta apenas: “antigo negociante nesta praça”.

Ficou pouquíssimo tempo em São Caetano, dois a três anos. Pois, em 5 de março de 1884, é lido na Assembléia Provincial documento em que Emílio Rossi propõe alugar ao governo da província prédio que possui no Núcleo Colonial “para nele funcionarem as escolas públicas daquela Colônia.” O que deve ter sido aceito, pois em dezembro de 1886 propõe à Inspetoria de Terras e Colonização a venda de sua casa por Rs. 4:000\$000 (quatro contos de reis), “onde funcionam as escolas primárias de ambos os sexos”. Nesse curto tempo, participa da Mesa diretora da Irmandade de São Caetano e em várias ocasiões foi intermediário dos colonos em vários negócios, especialmente redigindo requerimentos e petições. O Armazém Popular, da Rua do Tesouro, funcionava como uma espécie de escritório de representação da população da Colônia.

No Núcleo Colonial, produzia o *Vinho São Caetano*, cuja safra de 1887 foi muito procurada e rapidamente se esgotou. Em 1888 mudou a marca para *Vinho Nacional Rossi*, com uma submarca: ‘Ex-de São Caetano’. O vinho de São Caetano teve em Emilio Rossi, não só um produtor, mas um defensor contra os que criticavam sua qualidade. Era um homem culto, como se vê pelos artigos que escreveu sobre a vitivinicultura (que valeria a pena reunir e publicar em livro). Era respeitado pelo médico, cientista, botânico, cafeicultor e filósofo Dr. Luís Pereira Barreto, futuro fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, que tinha uma estação experimental agrícola em Pirituba. Foi até mesmo consultado pelo governo da Província de São Paulo em 1888 sobre o assunto e teve seus esclarecimentos publicados como anexo no relatório do então ministro da Agricultura. No texto, de 1887, em que criticou as idéias do médico e inspetor sanitário Marcos Arruda, sobre a cultura da uva, apresentou-se: “Nasci e criei-me no meio da vide, debaixo do lindo céu azulado da nossa Itália; e é esta justamente a razão porque me apresento para dar alguns pareceres.” E deu.

\*\*\*

## **FONTES:**

- Ademir Médiçia, “Memória”, in *Diário do Grande ABC*, 29 de julho de 2003.
- Affonso d’E. Taunay, *Historia Antiga da Abbadia de São Paulo*, Typographia Ideal, S. Paulo, 1927.
- Arquivo Aguirra, Coleção do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
- Arquivo da Cúria Metropolitana de S. Paulo, Pasta “São Caetano do Sul”.
- Arquivo do Estado, “Instrução pública”, ofícios, S. Bernardo (1834-1896).
- Arquivo do Estado, “Colônias” (Anos 1870/1877), caixa 3.
- Arquivo do Estado, “Colônias” (1878), caixa 4.
- Arquivo do Estado, “Colônias” (1879-1890).
- Arquivo do Estado, Maço “Terras e colonização”, sem classificação.
- Arquivo do Estado, “Núcleo Colonial de S. Caetano”, Anos 1885-1891.
- Arquivo do Estado, Coleção dos jornais *A Província de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.
- Arquivo do Estado, Coleção do jornal *Correio Paulistano*.
- Arquivo do Estado, Coleção do jornal *Diário de S. Paulo*.
- Arquivo do Estado, Coleção do jornal *O Commercio de S. Paulo*.
- Arquivo do Estado, Coleção do jornal *Diário Popular*.
- Arquivo do Estado, *Relatorio da Inspectoria Especial de Terras e Colonização – 1889*.
- Arquivo do Estado, *Relatorio do Ministro da Agricultura, 1888*.
- Arquivo do Estado, *São Paulo Railway – Relatorio de 1896*.
- Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, *Livro para o Registro das Guias das Sepulturas, no Cemitério Municipal desta Capital*, vols. 7 e 8.
- Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis, RJ), *Diário de D. Pedro II*, Maço 37, doc. 1.057, cat B (Nº. 22).
- Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Inspetoria de Terras Publicas, +IA (6) 97 (1877).
- Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Coleções dos jornais: *Correio Paulistano*, *O Commercio de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Tribuna Paulista*, *Imprensa Ytuana*, *A Constituinte*.
- Arquivos da Ordem de São Bento (São Paulo, Olinda, Salvador e Braga-Portugal: *Livros dos Estados dos Abades, Livros da Mordomia*).
- Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1878-1884), Publicação do Departamento de Cultura, Prefeitura Municipal de São Paulo.
- Atas da Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli”*, Coleção do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul.
- Bollettino Salesiano*, Anno IX, N. 13, Torino, Dicembre 1885.
- Coleção de Documentos do Museu da Imigração, São Paulo.
- Dom Martinho Johnson, OSB, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Coleção Revista de História, São Paulo, 1977.
- Eliane Mimesse e Elaine Cátia Falcade Maschio, “O início da escolarização primária no final do século XIX em dois núcleos coloniais italianos”, in *Revista de Educação*, nº. 27, PUC-Campinas, Campinas, Julho-dezembro de 2009, p. 109-118.



- Emilio Franzina, *Merica, Merica*, Ed. Feltrinelli, Milano, 1980.
- Eugenio Egas, *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, 3 volumes, Seção de obras d' "O Estado de S. Paulo", São Paulo, 1926.
- Fanfulla, Coleção do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Fraya Frehse, *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*, Edusp, São Paulo: Edusp, 2005.
- Fraya Frehse, *Ô da Rua! O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*, Edusp, São Paulo, 2011.
- Henrique Raffard, *Alguns Dias na Paulicéia*, [1ª edição: 1892], Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1977.
- Ítalo Dal'Mas, *São Caetano do Sul e Seus Fundadores*, Gráfica Michalany, São Paulo, 1957.
- Italo Dal'Mas, "Homens de fibra", *Jornal de São Caetano*, 27-28 de julho de 1985, p. 3B.
- Italo Dal'Mas, "O pacto com a História", *Jornal de São Caetano*, 26 de julho de 1986, caderno A, página 7.
- João Netto Caldeira, *Album de São Bernardo*, Edição da Organização Cruzeiro do Sul, São Paulo, 1937.
- José de Souza Martins, *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957.
- José de Souza Martins, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973.
- José de Souza Martins, *Subúrbio*, Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo, 1992.
- José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação/Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama, São Caetano do Sul, 1988.
- José de Souza Martins, *A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império*, Coedição da Pastoral do Negro - Quilombo Regional do ABC e do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Bernardo do Campo (SP), 1988.
- José de Souza Martins, "O imaginário poético da Independência num manuscrito de 1827", in *A Estatística da Imperial Província de São Paulo, com várias anotações do Tenente-Coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma Estatística*, Tomo 1º (1827), [Edição fac-similar de original procedente da Biblioteca do Dr. José Mindlin], Edusp/Fapesp, São Paulo, 2009, p. 3-8
- João Netto Caldeira, *Album de São Bernardo*, Editora Cruzeiro do Sul, São Paulo, 1937.
- Jornal de S. Caetano*, Coleção da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.
- Luigi De Rosa, *Emigranti, Capitali e Banche (1896-1906)*, Edizione del Banco di Napoli, 1980.
- Mario Francesconi, *Giovanni Battista Scalabrini*, Città Nuova Editrice, Roma, 1985.
- Mário Porfírio Rodrigues, "O jovem empreendedor que se tornou industrial", in *Raízes*, nº 47, Fundação Pró-Memória, São Caetano do Sul, 1 de julho de 2013, p. 76-80.
- Oscar Garbelotto, "O Núcleo Colonial e sua evolução vista pelas Festas de São Caetano (1883-1927)", in *Raízes*, Ano VIII, No. 15, São Caetano do Sul, julho de 1997, p. 18-24.
- Oscar Garbelotto, "História de São Caetano", in *ABC Repórter*, 15 de junho de 2001.
- Walter Pires, "Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 61-78 (2002-2003)].

# **Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul**

Série Cadernos de História, Documenta e Ensaios

**Direção:** Sonia Maria Franco Xavier

## **Volumes Publicados:**

1. José de Souza Martins, Diário de Fim de Século. Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

2. 8º Grupamento de Incêndio 32 anos de História. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

3. Yolanda Ascencio, Meio século de Legislativo em São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998. 2ª edição revista e ampliada, 1999.

4. Sonia Maria Franco Xavier (org.), Jayme da Costa Patrão: ...um traço marcante na autonomia. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

5. Rui Ribeiro, Notas de Realejo. Estudos sobre Literatura e MPB. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.

6. Guido Carli, Stí àni gera...cussí (Antigamente era assim). São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.

7. Agvan de Andrade Matos, Rosemeire Bento Simões (org.), Cotidiano Redescoberto, alunos desvendam a História no Bairro Prosperidade. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Escola Estadual Laura Lopes, 1999.

8. Anais do III Congresso de História do ABC. À Sombra das Chaminés. A Produção da Cultura no ABC. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.

9. Deliso Villa, História Esquecida. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2000.

10. Eliane Mimesse, A Educação e os Imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2001.

11. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Um olhar poético sobre São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2002.
12. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Vozes da Vizinhança – Os bairros de São Caetano por seus moradores. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.
13. José de Souza Martins, O Imaginário na Imigração Italiana. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.
14. Mario Del Rey, História da Maçonaria em São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
15. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Jardins de Infância: registros das escolas infantis de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
16. Alexandre Toler Russo, Caminhos da Fé. Itinerário dos templos religiosos de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
17. Mário Porfírio Rodrigues, Um Jornal, Uma Vida – A saga do Jornal de São Caetano e outros mais. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005.
18. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Cantos e Recantos. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
19. André Luis Balsante Caram e Neusa Schilaro Scaléa, Pegoraro. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
20. Priscila Gorzoni. Abre as portas para os Santos Reis. A história da Folia de Reis em São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
21. Aleksandar Jovanovic (org.), Das chaminés à Robótica. Cinquenta anos do Ciesp - São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2007.
22. Urames Pires dos Santos, Memórias de um Engenheiro da Cerâmica São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2013.

***Este livro integra o projeto editorial da Fundação Pró-Memória, do período administrativo 2013 – 2016 (prefeito Paulo Pinheiro), cujo objetivo é resgatar a história do município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.***



FUNDAÇÃO  
PRÓ-MEMÓRIA  
SÃO CAETANO DO SUL



**SÃO CAETANO DO SUL**  
PREFEITURA DA CIDADE